

*Gilberto Maringoni*



**A VENEZUELA**  
*que se*  
**INVENTA**

*Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*

**A VENEZUELA**  
*que se*  
**INVENTA**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Maringoni, Gilberto  
A Venezuela que se inventa/ Gilberto Maringoni. – São Paulo : Editora  
Fundação Perseu Abramo, 2004.

Bibliografia  
ISBN 85-86469-96-3

1. Chávez Frías, Hugo, 1954- 2. Venezuela - Condições econômicas 3.  
Venezuela - História 4. Venezuela - Política e governo. I. Título.

---

04-0468

CDD-920.987

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Venezuela : História política 920.987

*Gilberto Maringoni*

**A VENEZUELA**  
*que se*  
**INVENTA**

*Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

## **Fundação Perseu Abramo**

Instituída pelo Diretório Nacional  
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

### **Diretoria**

Hamilton Pereira – presidente  
Ricardo de Azevedo – vice-presidente  
Selma Rocha – diretora  
Fávio Jorge Rodrigues da Silva – diretor

## **Editora Fundação Perseu Abramo**

### **Coordenação editorial**

Flamarion Maués

### **Editora Assistente**

Candice Quinelato Baptista

### **Assistente editorial**

Viviane Akemi Uemura

### **Revisão**

Maurício Baltazar Leal  
Antônio Carlos Olivieri

### **Editoração eletrônica**

Enrique Pablo Grande

### **Capa e projeto gráfico**

Gilberto Maringoni

### **Foto da capa**

Georges Bartoli

### **Impressão**

Gráfica Bartira

1ª edição: fevereiro de 2004

Tiragem: 2.500 exemplares

Todos os direitos reservados à  
Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 224

04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910

Na Internet: <http://www.fpa.org.br>

Correio eletrônico: [editora@fpabramo.org.br](mailto:editora@fpabramo.org.br)

Copyright © 2004 by Gilberto Maringoni

ISBN 85-86469-96-3

## Sumário

---

Apresentação .....	9
Mapa da Venezuela – Divisão político-administrativa .....	12
Mapa pictográfico de Caracas .....	13
Venezuela: governo, administração e economia .....	14
<b>PARTE I – INTRIGA</b> .....	16
O onze de abril .....	19
<i>Cenas de uma atípica conspiração. Como derrubar um presidente, com a mídia na mão.</i>	
O golpe dentro do golpe .....	31
<i>Pedro Carmona, o empresário que mandou, desmandou e desabou.</i>	
Que governo é esse? .....	47
<i>O exemplo do Chile de Allende: reconstruindo a institucionalidade.</i>	
Chávez e a economia .....	61
<i>O cauteloso programa econômico da Revolução Bolivariana.</i>	
Quem se habilita .....	73
<i>Mudança de rota: as 49 leis que provocaram a ira das classes dominantes.</i>	
<b>PARTE II – PETRÓLEO</b> .....	80
Yes, nós temos petróleo .....	83
<i>Um país pobre e sem importância conhece a prosperidade instantânea.</i>	

Surgem os partidos .....	89
<i>O ouro negro articula as instituições, a vida política e faz e desfaz presidentes.</i>	
Um pacto para moldar o país .....	101
<i>1958, fim da ditadura: a democracia perfeita com o povo de fora. Ascensão e queda da Venezuela petroleira.</i>	
Dias de fúria .....	109
<i>A grande ruptura de 1989: o Caracazo. Centenas de mortos, crise e bancarrota. A carruagem vira abóbora.</i>	
Ladeira abaixo .....	117
<i>Depois da tempestade: Carlos Andrés Pérez, um governo que se arrasta.</i>	
Às armas, camaradas! .....	121
<i>Caminhos e ações da esquerda venezuelana, entre a guerrilha e a vida legal.</i>	
Conspirando e aprendendo .....	129
<i>Hugo Chávez e a insatisfação nos quartéis.</i>	
“Por enquanto” .....	139
<i>As tentativas de golpe em 1992.</i>	
Na lona .....	145
<i>Os planos dos militares rebeldes e a queda de Pérez.</i>	
Pedras no caminho de Miraflores .....	153
<i>A antipolítica, o fenômeno Chávez e as eleições de 1998.</i>	
<b>PARTE III - PODER</b> .....	168
Vozes da oposição .....	171
<i>Petkoff, Fedecámaras e ctv: semelhanças e diferenças entre os antichavistas.</i>	
Beldades e paralisações .....	181
<i>O paro nacional de 2002 e os prejuízos para a economia.</i>	
Intelectuais, artistas e revoluções .....	191
<i>O governo e o mundo da cultura. Há mesmo uma revolução em curso?</i>	
O pai da Pátria .....	199
<i>Simon Bolívar e a dinâmica política chavista.</i>	
Inventos e intentos .....	207
<i>Para onde vai a Venezuela?</i>	
Cronologia .....	213
Bibliografia .....	219

*“Onde buscaremos modelos?  
A América espanhola é original. Originais não de ser  
suas instituições e seu governo.  
E originais os meios de fundarem umas e outro.  
Ou inventamos ou erramos”.*  
Simón Rodríguez (1769-1854)

Para dona Thereza,  
que me ensinou desde cedo  
o valor da imagem e da palavra.  
Tchau, mãe.

## Apresentação

SOB DIVERSOS PONTOS DE VISTA, o processo político venezuelano das últimas décadas é um caso singular na América Latina. Sua fase mais recente, sob o governo do ex-tenente-coronel do exército Hugo Chávez Frías, suscita encarniçadas polêmicas, mesmo entre setores vinculados ao que se convencionou chamar de *pensamento progressista*. Para muitos, a Venezuela, sob a batuta de um homem a quem faltariam atributos mínimos para o convívio democrático e civilizado numa sociedade moderna, seria um paradigma de caos, intransigência e desordem administrativa a ser evitado a todo custo. Os ataques ao presidente venezuelano ora o pintam como um militar golpista típico de nosso continente, ora tentam folclorizá-lo nas tintas de uma personalidade exótica. Muitos de seus apoiadores também não contribuem para que se faça uma avaliação objetiva de sua conduta, tratando-o como uma espécie de herói dos desvalidos e redentor de um continente em crise, sem máculas ou erros.

Nenhuma das duas visões ajuda muito na compreensão não só do que é o governo Chávez, mas do que este representa na história recente da Venezuela, em sua crônica dependência da economia petroleira. Ao longo do século xx, o país caribenho alcançou o que se verbalizou como o auge de uma sociedade abastada, democrática e organizada, até descer, a partir dos anos 1980, aos abismos da derrocada econômica, política e institucional de um modelo de desenvolvimento assentado sobre – viu-se depois – pés de barro. Uma economia rentista que deu lugar à intolerância e ao desalento.

Procurar compreender o que seria o *fenômeno* Chávez, nesse contexto, não é tarefa fácil. Ainda mais se levarmos em conta que seu governo, além de sofrer inúmeros tipos de ataques por parte dos setores historicamente privilegiados da

sociedade, vem mudando suas características ao longo dos anos. Há alterações notáveis entre o programa econômico do então candidato Hugo Chávez, em 1998, e o rumo que sua administração tomou no curso das refregas que enfrentou. Caso raro, na América Latina, de uma administração pública, em meio a intermináveis tentativas de inviabilização, que caminha do centro para a esquerda. De uma dinâmica difusa para uma maior nitidez de conduta. Tentar decifrar alguns desses sinais é o propósito das páginas que se seguem.

Este livro é fruto de quatro viagens que fiz à Venezuela entre 2002 e 2003, de cerca de três dezenas de entrevistas realizadas com membros do governo, da oposição, dirigentes de entidades empresariais e sindicais, intelectuais, lideranças populares etc., da leitura de algumas outras tantas dezenas de livros, artigos, discursos e documentos, de buscas em arquivos de jornais e revistas, sítios da internet e de incontáveis noites maldormidas. Mas, acima de tudo, estas páginas existem graças às orientações, à paciência e à boa vontade de alguns amigos que aturaram dúvidas, ignorâncias, falta de percepção, incongruências e insuficiências várias de minha parte. São eles Carla Ferreira e Mathias Luce, que na Venezuela e no Brasil ajudaram a rastrear as características daquela sociedade a partir de um ponto de vista brasileiro, além de orientar leituras e interpretações; Maximilien Arvelaiz, uma rara combinação entre intelectual e militante, que entre *arepas* e conversas sobre cinema, música e quadrinhos jogou luz e, literalmente, me abriu várias portas do Palácio de Miraflores; e Rafael Vargas, que, em meio à resolução de infindáveis problemas políticos e administrativos, teve amabilidade e disposição para dirimir dúvidas e auxiliar no agendamento de diversas entrevistas. Um agradecimento especial também deve ser feito a Emir Sader, pela orientação, pela indicação e pelo empréstimo de inúmeros livros fundamentais de seu inesgotável baú de informações da realidade latino-americana, bem como por auxiliar com valiosos contatos. No mesmo plano estão os quatro mosqueteiros caraquenhos Gilberto Giménez, Alexander Main (el Gringo), Moisés Duran e Thierry Deronne, que, além de fornecerem importantes informações, tornaram o trabalho mais divertido. E, claro, não é possível esquecer de Raimundo Rodrigues Pereira, uma espécie de símbolo da imprensa popular no Brasil, cujo convite para a elaboração de uma matéria para sua revista *Reportagem*, pouco depois do golpe de abril de 2002, começou a me familiarizar com essa rota caribenha. Os capítulos que se seguem também não existiriam se não fosse pela amabilidade de todos aqueles que se dispuseram a conceder-me entrevistas, cujos nomes encontram-se no final deste volume. Por fim, a Pedro Ruiz, Georges Bartoli, Gustavo Marcano e Satoru Takaesu que cederam suas magníficas fotos, o meu muito obrigado.

Vários outros amigos leram os originais ao longo da produção do livro e fizeram valiosas críticas e observações ao texto à medida que a redação avançava. A

eles minha profunda gratidão e a certeza de que os vários defeitos deste trabalho correm por minha conta.

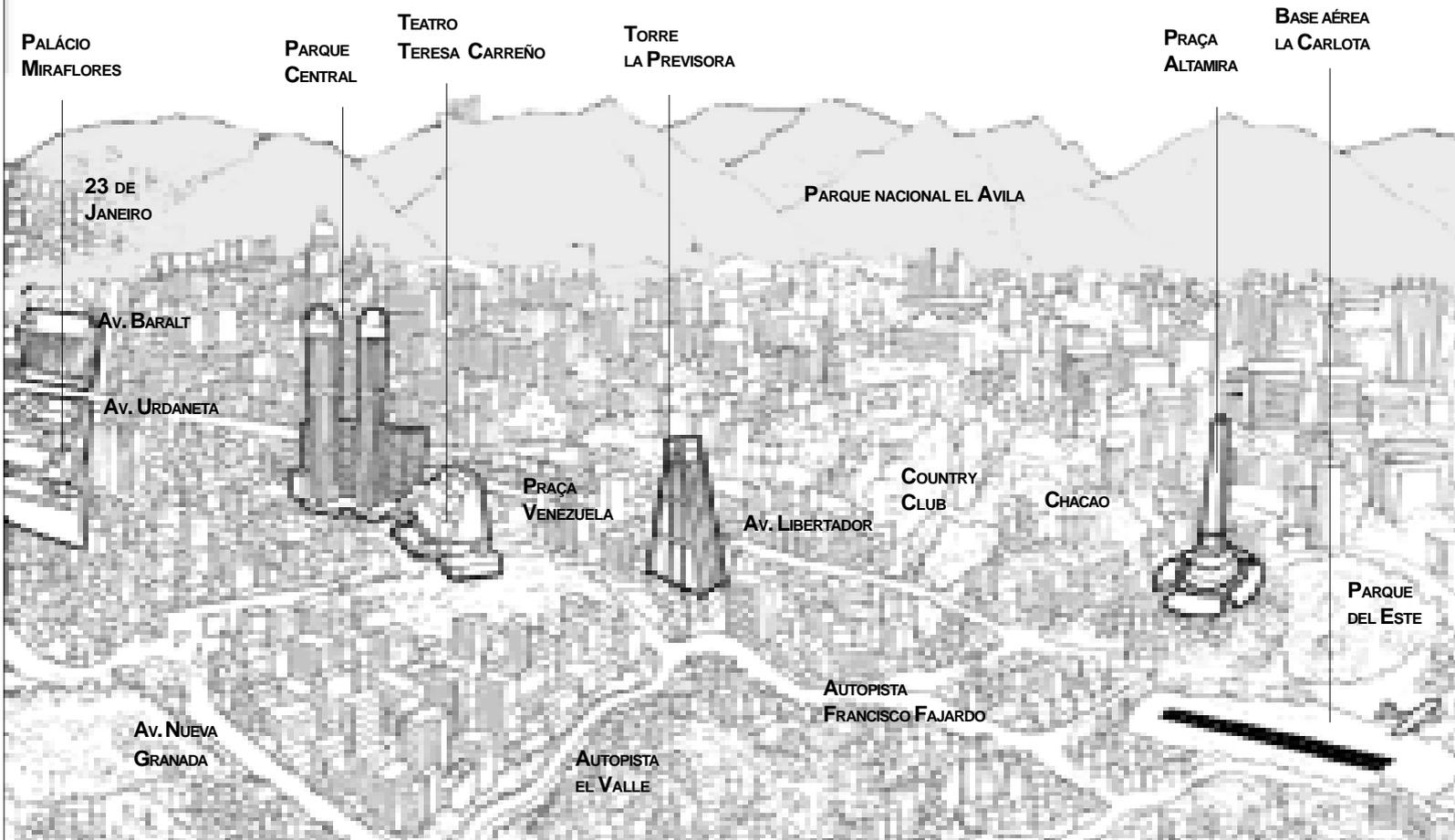
Uma ressalva deve ser feita quanto a um padrão adotado: sempre que se cita a idade de determinada personalidade, a referência é aos anos que ela tem no instante da ação narrada.

Este livro procura ser objetivo e informativo, mas em nenhum momento tenta passar-se como imparcial. Até porque sempre desconfio daqueles que se dizem testemunhas equidistantes e isentas de acontecimentos que sempre envolvem paixões, convicções e opções de múltiplos e diversos atores. Sobretudo na América Latina, onde a história nunca foi feita a frio.

Gilberto Maringoni  
Janeiro de 2004

# Caracas

Maringoni



# Venezuela: governo, administração e economia

Fontes: The Economist, Banco Central de Venezuela, OPEP e  
[http://www.eclac.cl/DRNI/proyectos/samtac/informes\\_nacionales/venezuela.pdf](http://www.eclac.cl/DRNI/proyectos/samtac/informes_nacionales/venezuela.pdf)

**Nome oficial:** República Bolivariana da Venezuela.

**Localização:** Na parte mais setentrional da América do Sul, hemisfério norte, zona intertropical, banhada pelo oceano Atlântico e mar do Caribe.

**Superfície:** 916.445 km<sup>2</sup>.

**População em 2002 (milhões):** 24,3 (87% urbanos).

**Organização administrativa:** O poder público se divide em Poder Municipal, Poder Estadual e Poder Nacional. Este último compreende os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Eleitoral e Cidadão).

**Capital:** Caracas (distrito federal, formado pelos municípios de Libertador, Sucre, Chacao e Baruta, centralizados administrativamente).

**Forma de governo:** República federativa, compreendendo 332 municípios, 72 dependências federais (ilhas), 23 estados, dois territórios e um distrito federal.

## ECONOMIA EM 2002

**PIB (US\$ bilhões em taxas do mercado):** 91,3

**PIB (US\$ bilhões em taxas oficiais):** 124,9

### Indicadores econômicos comparados, 2001

	Venezuela	Colômbia	Brasil
PIB (US\$ bilhões)	124,90	83,43	502,50
PIB per capita (US\$)	5,073	1,940	2,880

**Reservas internacionais em 9/12/2003 (US\$ bilhões):** 19,838

**Serviço anual da dívida pública (US\$ bilhões):** 3,991

**Balanco de contas correntes (US\$ bilhões):** 4,365

**Poder Executivo:** O presidente é eleito para um mandato, renovável por uma vez, de seis anos, assessorado por um conselho de ministros. Próxima eleição: 2006. Na metade do período total de qualquer cargo eletivo, a população pode, mediante a apresentação de 20% de assinaturas do total de eleitores, solicitar a realização de um referendo revogatório dos respectivos mandatos.

**Poder Legislativo:** Assembléia Nacional unicameral, composta por 165 deputados. Próxima eleição: 2005.

### Partidos políticos principais

- *Governo:* Movimiento v República (MVR), uma parte do Movimiento al Socialismo (MAS) e Pátria Para Todos (PPT)
- *Oposição:* Acción Democrática (AD); Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI); Movimiento al Socialismo (MAS); Primero Justicia (PJ); La Causa Radical (LCR); Convergencia Nacional (CN).

**Presidente:** Hugo Chávez Frías

**Vice-presidente:** José Vicente Rangel

<b>COMÉRCIO EXTERIOR</b>				
<b>Produtos exportados 2001</b>	<b>% do total</b>	<b>Produtos importados 2001</b>	<b>% do total</b>	
Petróleo e gás	86,0	Matérias-primas e bens intermediários	62,1	
Outros	14,0	Bens de consumo	20,2	
		Bens de capital	14,2	
<b>Maiores mercados 2001</b>		<b>Maiores fornecedores 2001</b>		<b>% do total</b>
Estados Unidos	43,7	EUA	32,4	
Brasil	3,6	Colômbia	5,6	
Colômbia	2,8	Brasil	4,3	
<b>Valor anual das exportações de petróleo (US\$ bilhões): 20,3</b>				
	1999	2000	2001	2002
Crescimento do PIB	-6,09	3,24	2,79	-8,89
Dívida pública (% do PIB)	29,32	27,01	30,41	39,99 <sup>1</sup>
Desemprego (%)	14,90	13,90	13,30	15,20

<sup>1</sup> A fonte desses dados é a revista *The Economist*. Eles contrastam com os números do Ministerio de Planificación e Desarrollo, que apontam a relação dívida/PIB em 2002 em 29%

aber

tura

## *O onze de abril*

---

NÃO HOUVE SOM. Nem estampido, nem nada. O rapaz, de camiseta e com uma faixa vermelha em volta da cabeça, estava andando no burburinho e, de repente, caiu, a menos de um metro de distância. Alex ainda viu o sujeito se debater no asfalto quente, a seus pés. O pescoço estava arrebentado e uma poça de sangue encharcava a cabeça e se espalhava pelo chão. Instintivamente Alexander Main olhou para o lado oposto ao corpo para ver se identificava o lugar de onde viera o tiro. “Disparo de fuzil, para fazer um estrago desses”, pensou. Há vários prédios altos nas redondezas. O projétil só poderia ter vindo de cima, de longe, feito por alguém com uma arma de alta precisão, a uma distância suficiente para que nenhum ruído fosse ouvido do chão.

O que se escutava era só o zunzum desfocado de muita gente falando ao mesmo tempo. Apesar de o dia ter amanhecido chuvoso, havia um mormaço sufocante. Também não houve estampido quando o segundo rapaz caiu, 50 metros abaixo. Neste, a bala fora mais certa: a cabeça tinha literalmente explodido. Um terceiro, logo ao lado, teve a mesma sorte.

— Franco-atiradores! – gritou uma mulher.

Alex Main não se lembra de ter sentido exatamente medo. Coragem também não era a sensação dominante. “Estava assustado, como todo mundo: tiros vinham do alto de edifícios próximos, sem que pudéssemos identificar suas origens”.

De repente, um considerável grupo de homens subiu pela ladeira, coalhada de gente, gritando “Saíam da frente!”, carregando um corpo que se contorcia.

Duas e meia da tarde, 11 de abril de 2002. A estreita ladeira onde se situa a lateral direita do Palácio de Miraflores já está apinhada de gente. Logo acima, na avenida Urdaneta, diante dos portões principais da sede do governo venezuelano, a Guarda Nacional fazia o possível para manter a via desimpedida.

O Palácio, uma sóbria edificação neoclássica, pintada de ocre claro, erigida em fins do século XIX, toma um imenso quarteirão ajardinado no centro de Caracas. Atravessando a avenida Urdaneta, bem em frente, está o imponente Palácio Branco, edifício maior que Miraflores, ocupado pelo Conselho de Defesa Nacional e pelo batalhão da Guarda de Honra da presidência. O grupo de homens que acaba de abrir caminho entre a multidão corre naquela direção. Uma tenda abriga um centro médico improvisado, para onde convergem dezenas de feridos. A situação piorava a olhos vistos. Agora havia mortos, também. Nenhuma ambulância. “Estão começando a nos matar e muita gente não vai escapar com vida daqui”, pensou Alex. Estalos secos passam a vir de todos os lados, em meio a nuvens de gás lacrimogêneo.

Nas últimas horas, cerca de 3 mil ou 4 mil apoiadores do presidente Hugo Chávez acorreram até as cercanias de Miraflores, numa tentativa desesperada de deter uma marcha opositora cujo tamanho ainda é objeto de controvérsias: os cálculos apontam entre 200 mil e 500 mil pessoas vindo “*para sacar el zambo<sup>1</sup> del poder*”.

Caos geral. Os atingidos engrossavam tanto as fileiras do chavismo quanto as da oposição. Gritos, corre-corre. Nas esquinas, destacamentos pequenos da Guarda Nacional procuravam impedir uma aproximação maior entre os grupos opostos, buscando bloquear o acesso aos portões.

Quem eram os franco-atiradores? A imprensa, sem apresentar provas, acusava os partidários de Chávez. Como evidência, repetia cenas flagradas a duas quadras do palácio, sobre a ponte Llaguno, trecho da avenida Urdaneta que forma um cruzamento de nível com a avenida Baralt. Elas mostravam dois civis disparando suas pistolas pessoais contra um alvo não identificado, na via inferior. A cena foi repetida à exaustão, por dias e meses, na Venezuela e no exterior, para atestar que a violência partira dos apoiadores do governo. “Assassino” e “governo com as mãos sujas de sangue” passaram a ser os qualificativos mais brandos repetidos pelos meios de comunicação a partir dessa data.

Alexander Main, 31 anos, um norte-americano de Phoenix, Arizona, radicado em Paris, chegara havia dois dias a Caracas, sem ter claro que desembarcara no meio de um furacão. “Turismo político” era o que pretendia fazer, para se livrar um pouco da monótona vida de professor de inglês. Não era militante de nada, apenas um “interessado” nos rocambolescos acontecimentos desse país caribenho que elegera um “populista” para a Presidência da República, conforme a classificação quase unânime da imprensa norte-americana.

---

<sup>1</sup> Mestiço de índio e branco, numa clara alusão a Chávez.

Alex chegara a Miraflores depois de caminhar ao largo da manifestação oposicionista, que começara nas primeiras horas da manhã no Parque do Leste, exuberante área verde situada num dos mais abastados bairros da capital.

Convocada intensamente nos dias anteriores por rádio, televisão e jornais, a concentração tinha ares de “batalha final” para a retirada do tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frías de sua cadeira no palácio presidencial. O presidente refere-se aos adversários como *los escuálidos*, analogia maldosa sobre seu tamanho e sua importância. A partir das 9 horas da manhã, a multidão decidiu deslocar-se até o bairro de Chuao, na zona leste, e concentrar-se em frente a um dos mais vistosos símbolos nacionais: o majestoso edifício de concreto e vidro fumê que abriga a Petróleos de Venezuela S. A., a poderosa PDVSA, responsável por cerca de 80% da pauta de exportações e motor da economia nacional. Ao longo do século XX praticamente todos os embates políticos de envergadura neste país de 24 milhões de habitantes se deram em torno do petróleo. No início do século XXI, a contenda não é diferente.

Quem não estava em Chuao pôde acompanhar o protesto ao vivo, por meio de uma cadeia televisiva informal, formada pelos quatro principais canais privados, Venevisión, Radio Caracas, Globovisión e Televen. A convocatória feita nos dias anteriores fora frenética. De dez em dez minutos, as chamadas para os protestos apareciam na telinha. “Nem um passo atrás” era o bordão oposicionista.

A Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV), historicamente nas mãos de um dos partidos políticos que reinou absoluto por 40 anos, a Ação Democrática (AD), e a Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela (Fedecâmaras), a mais forte entidade empresarial do país, resolveram “queimar os navios” neste dia, conforme assegurou o jornal *El Universal*. Após 48 horas de uma paralisação geral, decidiram dar um passo adiante e convocar uma “greve nacional por tempo indefinido”<sup>2</sup>. No anúncio da medida estavam lado a lado duas figuras centrais da oposição: Pedro Carmona Estanga, presidente da entidade patronal, e Carlos Ortega, presidente da CTV. Este último afirmou ter mantido conversações com membros do alto escalão das Forças Armadas em busca de apoio. E o representante do partido Primeiro Justiça, Leopoldo Martínez, ameaçou: “Esta semana tem sabor de glória, nós não deixaremos que a democracia se acabe. Vamos até o final, até que ele caia!”.

*El Universal* é o mais tradicional jornal venezuelano e, desde o início do governo, colocou-se como um dos mais ferrenhos opositores da administração federal. Seu entusiasmo com os protestos não demonstrava nenhuma sutileza:

“Esta ação é considerada a máxima expressão, em nossa história, de rechaço a um governo em exercício. A violência em diversas cidades do País, a

---

<sup>2</sup> NAVES, Gustavo. “CTV acude a la huelga indefinida”. *El Universal*, Caracas, 11 abr. 2002.

sublevação de dois generais da Guarda Nacional, o rumor da declaração de Estado de exceção, o endurecimento do Executivo e a intimidação aos trabalhadores do petróleo e da indústria de alumínio foram alguns dos elementos que incidiram para avivar a crise nacional”<sup>3</sup>.

No entanto, para outros, a “greve nacional” teve muito mais aparência de locaute<sup>4</sup> do que de paralisação de trabalhadores. No dia anterior às manifestações, muita gente que não tinha suas empresas fechadas por ordem do patronato voltou ao trabalho. As repartições públicas e os bancos – cujos horários são regulados pelo governo – seguiram trabalhando, bem como o pequeno comércio e a economia informal. “Parecia um sábado, com parte do comércio aberto e parte não”<sup>5</sup>, relata o sociólogo Moisés Durán, 35 anos, morador no bairro popular 23 de Janeiro.

Os ânimos pareciam ser ajudados pelo extremo calor daquele dia. Em Chuao, antes da passeata ter início, vários oradores se revezaram ao microfone de um grande palanque, entre 10 e 11 horas da manhã, exigindo a renúncia imediata do presidente. Padro Carmona, Carlos Ortega, Guaicaipuro Lameda, ex-presidente da PDVSA demitido por Chávez em fevereiro, além de ex-diretores da empresa, ajudavam a fortalecer o coro “*se vaaaa, se vaaaa!*”

Os altos mandatários da PDVSA tinham uma razão particular para externar seus ressentimentos pessoais com o governo. Na manhã do domingo anterior, 7 de abril, Chávez protagonizara seu já tradicional programa *Alô Presidente*<sup>6</sup>, misto de *show*, programa de variedades e palanque eletrônico transmitido ao vivo por mais de quatro horas, semanalmente, pela TV estatal, canal 8. Pouco antes do início do programa, que teria como cenário os jardins de Miraflores, Chávez, de jaqueta vermelha, pediu um objeto inusitado:

– Um apito!

“Um apito?”, pensaram os presentes, “para que o presidente necessitaria de um apito?”

– Um apito, rápido! – repetiu Chávez.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> WILPERT, Gregory (org.). *Coup against Chávez in Venezuela*. Caracas, Fundación Venezolana para la Justicia Global/ Fundación por un Mundo Multipolar, 2003, p. 212.

<sup>5</sup> Entrevista em 16 de julho de 2003.

<sup>6</sup> Com uma média superior a quatro horas de transmissão ininterrupta, o programa se divide normalmente em (1) prestação de contas da agenda presidencial da semana anterior; (2) anúncio de novas medidas; (3) propaganda e informação detalhada das iniciativas do governo, geralmente com a participação de ministros e quadros técnicos e com a indicação de como a população pode acessá-las; (4) contatos telefônicos diretos com a população e (5) variedades como sugestões de livros para leitura, divulgação de iniciativas de diversos tipos de entidades e movimentos sociais, discussão de temas polêmicos de interesse nacional e internacional. O programa é transmitido sempre de diferentes locais do país, desde uma escola situada em uma pequena localidade a um museu militar ou mesmo uma grande favela de Caracas.



“Renúncia já!”, “Não temos medo!”, “Nenhum passo atrás!”, “Chávez bandido, Fidel é seu marido!” e “Cara de macaco, meta um tiro na cabeça!”.

Os dois dirigentes conversam com algumas das pessoas que dividiam o palco e decidem anunciar um lance extremamente ousado. Carmona toma o microfone e lê um pequeno pedaço de papel: todos deveriam seguir em passeata até Miraflores. Imediatamente, a conhecida jornalista Patricia Poleo entra ao vivo na televisão e convoca a mudança de rumo da marcha. Quase ao mesmo tempo, o Canal 8, estatal, mostra a imagem rechonchuda do deputado Juan Barreto, do Movimento v (Quinta) República (MVR), o partido de Chávez, que está em meio a uma multidão, do outro lado da cidade. Orador inflamado, Barreto faz um apelo eloqüente, chamando “o povo a congregar-se aqui, em frente ao Palácio, para defender a *revolução*”.

A multidão de Chuao agita bandeiras da Venezuela e dos Estados Unidos e dirige-se à Praça Venezuela, a cinco quilômetros de Miraflores. Dali, atravessa o Paseo Los Caobos e ganha a avenida Bolívar. Os canais de televisão anunciam que “a massa humana já atinge três quilômetros de extensão”. Informações circulam de boca em boca e pelo rádio, e dão conta de que Chávez teria “renunciado” e “abandonado Miraflores”. Era uma espécie de senha: se não havia mais quem dirigisse o país, cabia à “sociedade civil” tomar a sede do governo.

Quando a marcha está a poucas quadras de Miraflores, começam os disparos dos franco-atiradores. Cerca de 800 homens da Guarda Nacional tentam formar uma barreira humana, a fim de impedir o choque entre os poucos manifestantes pró-governo, aglomerados em volta do Palácio, e a marcha da oposição. A Polícia Metropolitana, da Alcaldia Mayor, governada por Alfredo Peña, um ex-aliado de Chávez, entra na contenda. O que se vê a partir daí é farta distribuição de gás lacrimogêneo, paus, pedras e balas vindas do alto. Apesar de maciça, a marcha opositora começa a se dispersar, sem sequer alcançar a ponte Llaguno, onde, segundo a mídia, os piores enfrentamentos teriam ocorrido.

“O que não sabíamos é que os canais privados de televisão estavam criando uma realidade totalmente diferente do que acontecia nas ruas”, relata Alex Main. “Quem assistia aos acontecimentos em casa era informado de que paramilitares de confiança de Chávez, membros dos *Círculos Bolivarianos*, estariam executando participantes de manifestações pacíficas”. Os *Círculos* são embriões de organizações comunitárias, estimuladas pelo governo em todo o país, para realizar trabalhos como clubes de mães, cooperativas de artesãos, creches e, evidentemente, debater política. Não contam com uma estrutura única e centralizada e baseiam-se na iniciativa de cada local.

Mas nada disso gera manchete. Importava propagar que “um fotógrafo acaba de ser deliberadamente assassinado por um ‘selvagem’ chavista”, diz Alex.

Como prova de que um massacre estaria em curso, as tvs mostravam imagens nas quais um “bolivariano” descarregava sua pistola de cima da ponte Llaguno para algum alvo abaixo, na avenida Baralt. A cena focava apenas o atirador, sem mostrar para onde este apontava o cano de sua arma. A conclusão do comentarista era a de que “pelo menos cinco” manifestantes da “sociedade civil” foram assassinados por aquele homem. Não havia, no entanto, uma explicação para o resto da cena deste vídeo: não existia marcha alguma a menos de um quilômetro e meio da ponte, na avenida Baralt.

O repórter Félix Carmona descreveu para *El Universal* suas impressões daquela tarde:

“Podemos observar um espetáculo deplorável à medida que nos dirigíamos para Miraflores: cerca de 3 mil pessoas, em sua maioria bêbadas, expressavam sua agressividade por meio de grosserias, festejavam em voz alta os mortos produzidos pelos *Círculos Bolivarianos* na avenida Baralt, vítimas dos disparos efetuados da ponte Llaguno”.

O jornal *El Nacional* do dia seguinte estampou em manchete de primeira página que “Os *Círculos Bolivarianos* causaram dez mortos e quase cem feridos”. O jornalista Roberto Giusti, no *El Universal*, por sua vez, assegurava que a marcha oposicionista não pôde chegar a Miraflores porque “foi impedida por franco-atiradores treinados em Cuba”. Giusti vai além e destaca que “acima estavam as hordas chavistas armadas, ébrias de sangue, protegidas por um cordão da Guarda Nacional e outro da Casa Militar”<sup>8</sup>.

Um pequeno detalhe merece ser registrado: as mortes ocorridas, em sua maioria, foram produto de balas de grosso calibre e não de arsenais destinados à defesa pessoal. De qualquer modo, os choques entre polícia, oposicionistas, guarda nacional, governistas e, sobretudo, a ação dos franco-atiradores resultam num saldo, ao final do dia, de 19 mortos e quase 200 feridos.

Havia uma operação do Exército destinada à defesa do Palácio, o *Plano Ávila*, que jamais chegou a ser deflagrada a contento. Várias ordens desencontradas – fruto de uma clara divisão no alto-comando – fizeram com que nenhuma movimentação maior fosse colocada em prática.

O então comandante da Terceira Divisão de Infantaria do Exército e atual ministro da Defesa, general Jorge Luis Garcia Carneiro, estava no pátio do Batalhão Bolívar, em Caracas. Acompanhando os acontecimentos, resolveu deixar os tanques preparados, esperando ordens superiores para acionar o *Plano*

---

<sup>8</sup> CARMONA, Felix. “El ocaso de los Círculos”. *El Universal*, Caracas, 12 abr. 2002.

Ávila<sup>9</sup>. “Vi que havia indecisão por parte do chefe do Comando Unificado da Força Armada Nacional, general Manuel Antonio Rosendo”. Baixinho, gordo e sempre suando, Rosendo encaixa-se à perfeição no papel de tartufo de opereta. Até então era homem de absoluta confiança de Chávez e participava ativamente do programa *Alô, Presidente*, sempre exibindo dados e números sobre os feitos governamentais. Nessa tarde, o presidente insistentemente o chama pelo rádio, sem sucesso. Garcia Carneiro chega a falar com o primeiro mandatário, que lhe pede apoio “com uma unidade de tanques”. Mas o chefe do Estado-Maior chega e o demove de qualquer ação. Ordena-lhe que, juntos, sigam até Miraflores, onde deveria estar todo o alto-comando com o objetivo de fazer um pronunciamento. As determinações haviam sido dadas pelo inspetor-geral das Forças Armadas, general Lucas Rincón.

Garcia Carneiro permanece por poucos instantes em Miraflores e, no início da noite, segue rumo ao Forte Tiúna, na parte leste de Caracas. Lá encontra o presidente da Fedecamaras, Pedro Carmona, “já sentado no escritório do comandante, celebrando com os generais”. Diziam, segundo Garcia Carneiro, que eles haviam planejado este ato “há anos”. Havia um grande festim, regado a bebidas, com repartição de cargos, lembra o general Walfrido Silva<sup>10</sup>.

Os meios eletrônicos divulgam freneticamente todo e qualquer boato que chega aos seus microfones. Tal ou qual general teria abandonado o oficialismo, Chávez se encontraria a caminho de Cuba, José Vicente Rangel, então ministro da Defesa, estaria na Embaixada do Chile etc. etc.

“Eu ouvia isso com um misto de espanto e ironia”, recorda-se o cientista político franco-venezuelano Maximilien Arvelaiz, 30 anos, assessor especial na Secretaria [Casa Civil] da Presidência da República. “Chávez estava em sua sala, ao lado da minha, e José Vicente Rangel encontrava-se à minha frente.” Formado pela Universidade de Paris II e pós-graduado pela Universidade de Londres, Maximilien deixara para trás uma promissora e tranqüila carreira acadêmica na Europa em favor da efervescência do caldeirão social venezuelano.

Apesar de as atividades cotidianas no interior do Palácio não terem sido afetadas, o clima era de tensão crescente. Exatamente às 15h45min, Chávez dá início a um discurso por meio de uma rede nacional de rádio e televisão. Transmitida a partir do salão Ayacucho, local para recepções formais, num subterrâneo anexo ao Palácio, o presidente tem à sua direita a bandeira da Venezuela e ao fundo um retrato de Simon Bolívar. Começa dizendo que “tudo está normal” e pede para

<sup>9</sup> Depoimento a Marta Hamecker. In: *Militares junto al pueblo*. Caracas, Vadell Hermanos Editores, 2003, p. 23 a 51.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 53-84.

que a violência seja evitada. Denuncia uma suposta manipulação dos acontecimentos por parte das emissoras de televisão. Neste momento, os canais privados fazem algo inusitado. A tela é dividida em dois. De um lado, aparece Chávez falando e de outro, imagens da marcha e dos choques nas ruas. No rodapé, surge um texto: “Consideramos que a transmissão em cadeia imposta pelo Poder Executivo nacional é expressão de um abuso de poder e de uma exorbitância de funções”. De repente, o som da fala presidencial é desligado e o áudio passa para as cenas externas.

Irritado com o que considera uma afronta, o presidente, uma hora depois de iniciar a transmissão, anuncia que os sinais das emissoras Rádio Caracas, Venevisión e Globovisión “estão fora do ar, pois pertencem ao Estado”. Somente por volta das 9 da noite a situação se normalizaria.

Os acontecimentos se aceleram<sup>11</sup>. A mídia passa a apontar Pedro Carmona como o “responsável pela transição”. O general Camacho Kairuz, da Guarda Nacional, pede a renúncia de Chávez. E, no início da noite, veio literalmente um petardo: o ex-presidente da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) e principal negociador de Chávez na Assembléia Nacional, o veterano ex-deputado e ex-ministro do Interior Luis Miquilena, declara que “O presidente é o principal responsável pelo que ocorreu na tarde de hoje e ninguém lhe tirará esta responsabilidade”. Embora o distanciamento do histórico dirigente, já octogenário, viesse acontecendo paulatinamente desde o final do ano anterior, Chávez interpretou o gesto como uma traição. Logo depois, dez generais da Guarda Nacional anunciam não mais reconhecer o presidente e pedem sua renúncia.

O então ministro da Defesa, José Vicente Rangel, é normalmente um homem sereno e de fala pausada. Aos 72 anos, ele já havia passado por dezenas de embates na política venezuelana, desde que despontara como uma liderança de esquerda no início dos anos 1950, em plena ditadura do general Marcos Pérez Jimenez. Candidato à presidência da República por três vezes, pelo MAS – Movimento Al Socialismo, uma dissidência do Partido Comunista nos anos 1970 –, Rangel assemelha-se a um comissário de polícia de filmes de Sherlock Holmes. Alto, cabelos brancos e dono de um bem aparado bigode, ele tem aquilo que os ingleses definem como “fleuma”. Pois nessa noite de 11 de abril, na Secretaria da Presidência, esse jornalista e advogado de prestígio não aparentava nada disso. “Não posso responder mais pelas Forças Armadas”, desolou-se.

---

<sup>11</sup> As informações deste trecho são do diário *El Universal* de 12 e 13 de abril de 2002, de entrevistas com Maximilien Arvelaiz e Moisés Duran e dos livros *PDVSA y el golpe* (vários autores, Caracas, Editorial Fuentes, 2003), *Coup against Chávez in Venezuela* (Gregory Wilpert, Caracas, Fundación Venezolana para la Justicia Global/Fundación por un Mundo Multipolar, 2003), *Objetivo: Miraflores, retratos de un país herido* (Caracas, Cadena Carriles, 2002).

Quase como num filme, alguém entra esbaforido na sala do ministro da Secretaria da Presidência, Rafael Vargas, a essa altura tomada por ministros, parlamentares e assessores. “O canal 8 saiu do ar!” Eram 10 da noite e os estúdios haviam sido ocupados pela polícia do governador Enrique Mendoza, da oposição.

A conclusão lógica entre as várias pessoas que se aglomeravam na sala foi: “Vivemos um golpe de Estado!”. Um golpe no qual não há a tomada do Palácio, a conseqüente ocupação militar e a deposição física do presidente. Trata-se de uma sublevação de novo tipo, um golpe virtual, um *pronunciamento* midiático. Mas há uma ameaça real: o general Rosendo ameaça bombardear o Palácio, caso Chávez não se entregue. Vários aliados acorrem para Miraflores. Fredy Bernal, prefeito do município de Libertador, o maior da Grande Caracas, chega disposto a impedir a queda do governo de armas na mão.

Vestido com uniforme militar de camuflagem, boina vermelha de pára-quedista, “com meu fuzil e minha pistola ao lado”<sup>12</sup>, e sentado numa cadeira verde em sua sala, Hugo Chávez ouvia opiniões de ministros, parlamentares, assessores e militares<sup>13</sup>. Os pais do presidente também estavam presentes. Choro contido, abraços e silêncio. Havia três opções na mesa. A primeira era resistir, a exemplo do que fizera Salvador Allende, no Chile, quase três décadas antes. A segunda, uma variante da anterior, era deslocar-se até Maracay, a 100 quilômetros de Caracas, para o único quartel do exército que, com segurança, estava nas mãos de comandantes leais ao governo. E, por fim, entregar-se. O tenente-coronel consultou algumas pessoas de confiança. Por telefone, Fidel Castro aconselhou-o: “Não te imoles”. Após uma breve e nervosa reflexão, Chávez optou pela última alternativa.

Não existia um esquema de segurança montado e tudo foi feito numa improvisação inacreditável. Alguns tanques, comandados pelo general Garcia Carneiro, foram enviados já quando os conflitos de rua haviam terminado. As pessoas começaram a deixar Miraflores no início da madrugada, em seus carros ou de táxi, para caírem na clandestinidade.

“Eu e alguns membros de minha equipe resolvemos sair à 1 hora da manhã”, relata Maximilien Arvelaiz. A Casa Militar avisou que ainda poderia haver franco-atiradores nas redondezas. O alerta era inútil, pois o Palácio possui poucos carros.

Sem alternativas, Max sai a pé, com dois amigos, e caminha 500 metros até encontrar um táxi. Ministros e secretários, sem ter onde se esconder, rumam para casas de parentes e conhecidos, na esperança de não serem localizados nos dias subseqüentes.

<sup>12</sup> Entrevista à jornalista Maria Cristina Uribe, da tv1 da Colômbia, em 20 de maio de 2002.

<sup>13</sup> Baseado em relato da jornalista Teresa Maniglia, *La noche cuando se lo llevaron* (Caracas, Imprensa Nacional, 2003).

Os relógios marcam 1h30min da madrugada do dia 12 quando o comandante do exército, Efraín Vasquez Velasco, principal porta-voz dos rebeldes, anuncia que dois oficiais, os generais Manuel Rosendo e Eliézer Hurtado Soucre, encontram-se em Miraflores, negociando a renúncia do presidente. Chávez havia imposto condições para deixar o governo: “Respeito à integridade das pessoas, respeito à Constituição, dirigir-se ao país pela televisão e rumar para o exílio com um grupo determinado de auxiliares”. Após uma hora e meia de negociações, os emissários começam a impacientar-se com as exigências e Rosendo dá um ultimato: “Ou Chávez vem conosco, ou lhe mandamos um batalhão de tanques”. O presidente diz que não renunciará e nem assinará documento algum previamente redigido.

Chávez é detido. Na saída de seu gabinete, com lágrimas nos olhos, estão seus mais fiéis aliados e amigos. Todos se dão as mãos e formam um corredor polonês, enquanto cantam a plenos pulmões o hino nacional da Venezuela:

*Gloria al bravo pueblo  
que el yugo lanzó,  
la ley respetando  
la virtud y honor.*

*Abajo cadenas!  
abajo cadenas!  
gritaba el señor  
gritaba el señor;  
y el pobre en su choza  
libertad pidió.*

*A este santo nombre  
tembló de pavor  
el vil egoísmo  
que otra vez triunfó.  
A este santo nombre  
a este santo nombre  
tembló de pavor*

*Gritemos con brio  
gritemos con brio  
Muera la opresión!  
Muera la opresión!<sup>14</sup>*

<sup>14</sup> Glória ao bravo povo/ que o jugo lançou,/ a lei respeitando,/ a virtude e a honra./ Abaixo cadeias!/ abaixo cadeias!/ gritava o senhor/ gritava o senhor;/ e o pobre em sua choça/ liberdade pediu./ A este santo nome/ tremeu de pavor/ o vil egoísmo/ que outra vez triunfou/ A este santo nome/ a este santo nome/ tremeu de pavor/ Gritemos com brio/ gritemos com brio/ Morra a opressão!/ Morra a opressão!

Chávez aperta as mãos de cada um, antes de entrar num automóvel que o levaria escoltado por vários militares até o Forte Tiúna. É acompanhado por José Vicente Rangel, pelo monsenhor Baltazar Porras, presidente da Conferência Episcopal da Venezuela. Três anos e quatro meses após ter sido eleito, sai de Miraflores dizendo: “Não quero derramamento de sangue; não quero que destruam ou que matem esse povo. Eu sou um presidente preso”<sup>15</sup>.

Às 3h40min, o general Lucas Rincón, chefe das Forças Armadas, anuncia que o presidente havia aceitado os termos da exigência e renunciado.

Composto em 1810, o hino parecia ter sido escrito sob medida para aquela noite.

---

<sup>15</sup> Segundo o coronel Jesús Cardona, em depoimento a Marta Harnecker (*Militares junto al pueblo*. Caracas, Vadell Hermanos Editores, 2003, p. 127-167).

## O golpe dentro do golpe

*SE ACABÓ!* Em letras pretas, garrafais, essa era a manchete do *El Universal*, na manhã da sexta-feira, 12 de abril. Na mesma madrugada em que Chávez era levado ao Forte Tiúna por um comboio de quatro carros blindados, começaram as comemorações nos bairros de classe média alta da zona leste. O Forte é uma verdadeira cidade dentro de Caracas. Situado em seu setor sudoeste, lá estão abrigados quase 20 mil militares, a Academia Militar, divisões blindadas, heliporto, base aérea, clube, moradia etc. É um símbolo do exército venezuelano.

Panelaços, buzinaços e rojões contrastavam com um absoluto estupor nos *cerros*, o equivalente local aos morros cariocas. Os bairros populares de Catia, 23 de Janeiro e Petare, que abrigam grandes áreas faveladas, permaneciam praticamente em silêncio.

Os auxiliares do governo deposto eram caçados por toda a capital. De ministros a assessores, passando por parlamentares, ativistas e simpatizantes, todos tiveram que se virar para conseguir esconderijos. Mesmo assim, com imensa precariedade, muitos conseguiram denunciar os fatos e montar redes de apoio e solidariedade junto a personalidades e entidades internacionais. Maximilien Arvelaiz, o elétrico franco-venezuelano com cara de campeão de xadrez, foi um deles. Em Miraflores, ainda era meia-noite quando tentou ligar de seu celular para vários contatos fora do país. O primeiro a atender foi Ignacio Ramonet, editor do influente mensário da esquerda francesa *Le Monde Diplomatique*. Quatro da manhã em Paris. “Ignacio, desculpe-me pelo horário, mas estamos sofrendo um golpe de Estado!”

Ramonet estivera duas semanas antes em Caracas. Sentira de perto o clima. Horas depois diria a Max: “Se não matarem Chávez, ele voltará. O povo o quer”.

O jovem quase não dormira à noite. Ficara *plugado* a um computador, ao lado de um aparelho de televisão, enviando frenéticos *e-mails* para políticos, intelectuais e ativistas mundo afora, narrando o turbilhão em que a Venezuela mergulhara. Usou também o celular, até que, por volta das 10 da manhã, a linha foi cortada. Os telefones portáteis da maioria daqueles que fugiram de Miraflores sofreram o mesmo defeito, no mesmo instante. A sensação de impotência aumentava.

Uma turba furiosa dirigiu-se a um dos alvos mais visíveis do apoio à *revolução* chavista: a embaixada de Cuba, situada em Chuao. Cortando os fios da rede elétrica que abasteciam a casa, depredando seis carros estacionados em frente e atirando pedras em seu interior, os manifestantes tentavam forçar a entrada para buscar o vice-presidente da República, Diosdado Cabello, além de Jesse Chacón e Nicolás Maduro, membros do governo, que supostamente se encontravam em seu interior. Foram, a duras penas, impedidos de entrar.

Quem quisesse acompanhar em detalhes os meandros do golpe não deveria ir a Miraflores e muito menos ao Forte Tiúna. Também de nada valeria postar-se nas ruas de Caracas, ou em alguma guarnição das Forças Armadas. Aquele que desejasse ter uma visão privilegiada dos acontecimentos deveria ir para casa e sentar-se em frente à televisão. Era lá que o verdadeiro golpe ocorria. As emissoras privadas mantiveram uma cobertura ininterrupta e ao vivo dos fatos, com entrevistas, reportagens e comentários durante praticamente toda a noite e o dia seguinte. A queda de Chávez representou um conflito político de novo tipo, um golpe midiático.

“*Que se vá!*” parece ser um bordão de programas de auditório. É mais do que isso. É a senha que todos os meios de comunicação repetem incessantemente e de forma extremamente agressiva. Nas manchetes dos jornais, nos *talk-shows*, nos telejornais e até mesmo nos programas humorísticos, os ataques ao governo dão o tom. “*Que se vá!*” é uma expressão que possui uma série de sinônimos. Ela pode significar um referendo popular para revogar o mandato presidencial, a limitação de seus poderes pela Assembléia Nacional ou a redução de mandato. Ou mesmo uma quartelada. O alvo é óbvio: Chávez.

Desde as eleições de 1998, quando tiveram de literalmente engolir aquele tenente-coronel com cara de índio, as grandes corporações de comunicação venezuelanas – em especial os meios eletrônicos – buscaram construir uma realidade virtual de insatisfação e confronto permanente.

“Mais acentuadamente a partir do ano 2000 elas deixaram de lado suas políticas editoriais e informativas, assumindo uma posição beligerante e entrando diretamente na disputa política.” As palavras são de Asalia Venegas, diretora da Escola de Comunicação Social da Universidade Central da Venezuela (ucv). A maneira

como as marchas oposicionistas são mostradas – de modo a sempre inflar o número de participantes – e a quase total ausência da cobertura de manifestações pró-governo formam apenas um dos muitos aspectos envolvidos no papel da mídia.

A cobertura do primeiro *paro* (paralisação) nacional de protesto, que envolveu uma greve na PDVSA e um locaute do comércio e da indústria, localizado preponderantemente em Caracas, realizado em 10 de dezembro de 2001, mereceu ampla divulgação televisiva e jornalística. Mas no interior, mesmo nas cidades de maior porte, as pessoas diziam que só ficaram sabendo do ocorrido por intermédio da televisão<sup>1</sup>.

A história do golpe de abril, na Venezuela, pode ser resumida como a tentativa da realidade virtual de se apoderar do que se poderia chamar de “mundo real”. E a crônica da reação popular seria a narrativa de como a realidade empurrou de volta às telas, ao mundo do simbolismo eletrônico, a fúria das classes dominantes. Coisa para filmes como *A rosa púrpura do Cairo*, *Total recall* ou *Matrix*. Ou, ainda, para bem documentadas teses acadêmicas.

Os principais protagonistas do movimento golpista, Carlos Ortega e Pedro Carmona, sabiam se valer bem dos meios de comunicação. Ainda no fim da tarde de quinta, após a marcha, tomaram um pequena caminhonete Corsa e rumaram para os estúdios da Venevisión<sup>2</sup>, uma das mais importantes emissoras do país. Havia vários participantes do movimento sendo entrevistados ao vivo. Ficaram na emissora até pouco depois do anúncio da renúncia de Chávez por Lucas Rincón. Saíram em seguida. Ortega alegou que iria descansar na casa de um amigo. Carmona afirmou que iria ao hotel Four Seasons.

“Todos estavam cansados”, disse um dos presentes, o consultor político da CTV, Miguel Manrique. “Foi aí que os problemas começaram.”

Duas horas depois, quando Ortega liga a tv, fica chocado com o que vê.

Pedro Carmona estava no Forte Tiúna, com a mesma camisa branca usada na marcha do dia anterior. Havia acabado de participar de uma reunião fechada com Isaac Pérez Recao, jovem comerciante de armas residente em Miami e sócio da companhia petroquímica Venoco, na qual trabalhara. Estavam presentes também Allan Brewer, renomado jurista, e Daniel Romero, assessor pessoal do ex-presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez, afastado por corrupção em 1993. Numa confusa coletiva de imprensa e rodeado por militares, o líder empresarial afirma ter sido designado para assumir a chefia do país, por meio de um governo de transição.

Contrariado e vendo que as coisas tomavam um rumo inesperado, Ortega foi a Miraflores logo na manhã de sexta-feira encontrar-se com Carmona. Insistiu numa

---

<sup>1</sup> Entrevista com Maximilien Arvelaiz em 20 de julho de 2003.

<sup>2</sup> Segundo Phil Gunson e David Adams, “The Unmaking of a Coup” (*St. Petersburg Times*, 22 abr. 2002), republicado em *Coup against Chavez in Venezuela*, *op. cit.*

maior participação civil no governo. Aparentemente a conversa não rendeu muito. Pouco depois, tomou um carro rumo à sua cidade, Coro, distante 300 quilômetros de Caracas. “Acabou-se para mim”, disse ele a Manrique. “É coisa de cachorro grande. Mas aquele senhor [Carmona] vai cair.”

Havia sido dado um golpe dentro do golpe. Embora as evidências não sejam de todo claras, as marcas de quem seriam os principais beneficiários dessa súbita alteração podem ser detectadas quando se vê quem rodeava Carmona naqueles dias. Os acontecimentos subseqüentes deixariam as coisas mais nítidas.

Certos sinais parecem saídos de algum manual de política. Por exemplo, os apoios. Em menos de 12 horas veio a notícia, publicada sábado pelo *El Universal*<sup>3</sup>: “Wall Street recebeu com alívio a queda de Hugo Chávez, avaliando que se abrem novas oportunidades para que Caracas aplique políticas ‘mais amistosas para com o mercado’, assinalaram analistas”. O estrategista-chefe para América Latina da corretora Merrill Lynch, Robert Berges, afirmou que a saída de Chávez provocará “uma melhora da situação política e econômica do país e aliviará o mercado”.

O “mercado” deu mostras de receber bem, muito bem, a reviravolta institucional no Caribe. O *New York Times* de 13 de abril informa que “os preços do petróleo caíram 6%, chegando a US\$ 23,47 o barril, na mais acentuada queda dos últimos seis meses, com a expectativa de que as exportações venezuelanas se normalizem após a derrocada de Hugo Chávez”<sup>4</sup>. Três dias depois, o mesmo jornal revelaria que “Representantes oficiais da administração Bush relataram ter se reunido várias vezes, nos últimos meses, com membros da coalizão que derrubou o presidente venezuelano Hugo Chávez, concordando com sua remoção”<sup>5</sup>.

O respaldo norte-americano ao golpe se evidenciou rapidamente. Charles Shapiro, que dois meses antes assumira o cargo de embaixador em Caracas, visitou Pedro Carmona em Miraflores, no mesmo dia de sua posse. Enquanto isso, o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciava a disponibilização de recursos financeiros para a Venezuela. E o porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer, disse à imprensa que “as ações provocadas pelo governo Chávez causaram a crise”.

O repórter Duncan Campbell, do jornal inglês *The Guardian*, esteve em Caracas na última semana de abril e recolheu mais evidências da participação norte-americana no complô. Em 29 de abril de 2002, ele escreveu o seguinte:

---

<sup>3</sup> “WALL STREET respira aliviada”. *El Universal*, Caracas, 13 abr. 2002.

<sup>4</sup> BANERJEE, Neela. “Uprising in Venezuela: Oil prices drop sharply on Venezuelan news”. *New York Times*, Nova York, 13. abr. 2002.

<sup>5</sup> FORERO, Juan. “Bush officials met with Venezuelans who ousted leader”. *New York Times*, Nova York, 16 abr. 2002.

“Os Estados Unidos vêm considerando a possibilidade de um golpe para derrubar o presidente eleito da Venezuela, Hugo Chávez, desde pelo menos junho de 2001. A afirmação é de um ex-oficial do serviço de inteligência dos EUA. [...] Roger Randon afirma que dois altos militares, James Rogers e Ronald MacCammon, estiveram em Forte Tiúna, com os líderes do golpe, na noite de 11 para 12 de abril”<sup>6</sup>.

A reflexão oposicionista mais elaborada a respeito dos vertiginosos acontecimentos daqueles dias apareceu na capa do tablóide vespertino *Tal Cual*, editado pelo jornalista Teodoro Petkoff, 72. Ex-dirigente comunista, Petkoff foi, durante anos, uma referência importante para a esquerda Venezuelana. Ao longo do tempo, moderou paulatinamente suas formulações até assumir o Ministério do Planejamento do governo do democrata-cristão Rafael Caldera (1994-1998). Ali elaborou a *Agenda Venezuela*, agressivo plano de ajuste macroeconômico, aprovado em acordo com o FMI. Analista brilhante, uma espécie de consciência intelectual da oposição, Petkoff, naquele 12 de abril, estampou em seu diário o texto intitulado “Chao Hugo”:

“Com muita dor, causada em dezenas de lares venezuelanos, e sem nenhuma glória, acabou-se o regime de Hugo Chávez. [...] Até o final, viveu no delírio que o matou e sua última ação de governo foi verdadeiramente criminosa. [...] Culminaram assim três anos francamente desastrosos, durante os quais um demagogo incompetente, sem visão alguma do país, envolveu os mais pobres e humildes de nossos compatriotas, brincando com sua justificadíssima ânsia de justiça, manipulada para construir um poder pessoal e personalista, balizado por uma retórica supostamente revolucionária, que não fez outra coisa senão dividir o país em nome de nada. [...] Seu pior inimigo foi ele mesmo. Fez de tudo para cair. [...] Aqui não há maneira de se resolver institucionalmente a mudança política havida. Vice-presidente, presidente da Assembléia, presidente do Tribunal Supremo não sobrevivem ao colapso do *chavezato*. Já se verá como se resolve o problema das formas, porém a Junta de Governo tem um único e fundamental dever: conduzir o povo venezuelano a decidir prontamente o governo que quer ter para restabelecer a continuidade democrática assentada na vontade popular”.

---

<sup>6</sup> CABELL, Duncan. “America Navy ‘helped Venezuelan cap’”. *The Guardian*, 29 abr. 2002.

Em uma frase, Petkoff defendeu abertamente o fim das instituições vigentes até então, advogando plenos poderes ao governo provisório. Não levou muito tempo para que voltasse atrás.

O Palácio de Miraflores passou a ser cenário de altas confabulações, logo na sexta-feira pela manhã. Segundo o *El Universal*<sup>7</sup>, lá esteve Francisco Arias Cárdenas, ex-companheiro de armas de Chávez, com quem se sublevara em 1992, e ex-governador do estado de Zulia. Pouco ficou e “saiu com cara de desacordo”. Um grupo de empresários do setor de telecomunicações também marcou presença. Entre eles estava Gustavo Cisneros, proprietário do canal de tv Venevisión, sócio da rede Directv e, possivelmente, dono da maior fortuna do país, o executivo Alberto Ravelli, da Globovisión, e Marcel Granier, da RCTV. Vieram também financistas, criadores de gado, industriais, gerais, políticos leais etc.

Quase tudo parecia perfeito, até aquela hora, na festa programada pelos golpistas. Da classe média para cima, praticamente todos comemoravam. Mas a mistura começou a desandar no início da tarde.

O procurador-geral da República, Isaías Rodríguez, resolveu chamar uma coletiva de imprensa para as 14 horas, na qual iria anunciar a renúncia presidencial, abrindo assim caminho para a legalização do novo governo. Se o cargo estava vago, não haveria problemas para que uma junta se encarregasse de tocar os destinos do país até a normalização da situação. Rodríguez, experiente advogado e ex-senador, de 60 anos, articulava ali o lance mais ousado de sua vida. Fez questão de falar ao vivo pelos meios de comunicação.

Tudo acertado, o procurador faz uma introdução, até certificar-se de que todas as câmeras de televisão e os microfones de rádio à sua frente estão transmitindo em tempo real. Então, rasga o *script* logo no início do *show*.

“Não há dúvida de que estamos diante de um golpe de Estado, e queremos que nos digam claramente que é disso que se trata. De acordo com a Constituição, se o presidente renunciou, quem deve substituí-lo é o vice-presidente. Não há certeza sequer de sua destituição ou renúncia.”

Mas a balada prosseguia. O salão Ayacucho estava lotado. De terno azul escuro, banho tomado e ar de vencedor, Pedro Carmona consultou o relógio de pulso. Cinco e meia da tarde. À sua frente, membros do alto comando militar, diplomatas, representantes da Igreja Católica, proprietários de meios de comunicação, empresários, industriais e alguns sindicalistas e políticos. Só um detalhe chamava

<sup>7</sup> ROJAS, Alfredo. “Miraflores dejó atrás la Quinta República”. *El Universal*, Caracas, 13 abr. 2002.

a atenção na decoração do salão. O retrato de Bolívar, localizado no centro de um pequeno palco, não estava mais lá. Havia sido retirado. Os telespectadores que acompanhavam todos os domingos o *Alô, Presidente* estranharam.

Detalhes à parte, euforia geral. Aplausos. Carmona fica de pé, coloca os óculos, vai ao microfone e levanta, com ar solene, a mão esquerda: “Quero assumir, diante do país, o compromisso de dirigir esta etapa de transição, depois de um período tão aziago e complexo, no qual prevaleceu um estilo autoritário e impositivo”.

Em seguida, Daniel Romero, designado procurador-geral da República, passa a ler, com voz enfática, o decreto de constituição do “governo de transição democrática e unidade nacional”:

“Designa-se a Pedro Carmona Estanga como presidente da República da Venezuela, que assume neste ato, de forma imediata, a chefia do Estado pelo período estabelecido por este decreto.

Restabelece-se o nome de República da Venezuela, anteriormente República Bolivariana da Venezuela.

Suspendem-se de seus cargos os deputados titulares e suplentes da Assembléia Nacional e se convocam eleições legislativas nacionais o mais tardar para o mês de dezembro de 2002, para eleger os membros do Poder Legislativo Nacional, o qual terá funções constituintes para a reforma geral da Constituição de 1999.

Cria-se um Conselho Consultivo que exercerá as funções de órgão de consulta do presidente da República. O Conselho de Estado será integrado por 35 membros titulares e seus respectivos suplentes, em representação aos diferentes setores da sociedade democrática venezuelana. O presidente da República coordenará as políticas de transição democrática nacional e as demais decisões adotadas para garanti-las com os poderes públicos estaduais e municipais.

Convocar-se-ão eleições nacionais, num tempo que não excederá o de 365 dias a partir da presente data. O governo de transição democrática cessará suas funções uma vez que o presidente eleito democraticamente assumir seu cargo. O presidente designado no presente ato não poderá ser candidato à presidência da República no referido processo.

O presidente da República no Conselho de Ministros poderá remover e designar transitoriamente os titulares dos órgãos dos poderes públicos nacionais, estaduais e municipais para assegurar a institucionalidade democrática e o adequado funcionamento do Estado de Direito, assim como os representantes da Venezuela diante dos parlamentos andino e latino-americano.

Decreta-se a reorganização dos poderes públicos para efeito de recuperar sua autonomia e independência e assegurar uma transição pacífica e de-

mocrática. Por seus efeitos, destituem-se de seus cargos o presidente e demais magistrados do Tribunal Supremo de Justiça.

Suspende-se a vigência dos 48 decretos com força de lei, ditados de acordo com a Lei Habilitante, com data de 13 de novembro de 2000. O presidente da República instalará uma comissão de revisão de tais decretos, integrada por representantes de diversos setores da sociedade.

Mantem-se em plena vigência o ordenamento jurídico enquanto não colida com o presente decreto e nem com as disposições gerais que ditam o novo governo de transição democrática. Assim mesmo, mantêm-se em vigência todos os compromissos internacionais validamente assumidos da República.

O governo de transição democrática e de unidade nacional entregará seus poderes e prestará contas de suas gestões aos órgãos do poder público que legitimamente se eleja de acordo com o disposto no decreto e demais disposições constitucionais e legais.”

A platéia delira com a leitura de cada ponto. Desmontava-se, de uma cambulhada, todo o arcabouço institucional e todo o ordenamento da economia patrocinado pela administração anterior, fechava-se o Congresso, destituíam-se os responsáveis pelo poder Judiciário e mutilava-se a Constituição. Visivelmente eufórico, o dirigente empresarial guindado à presidência anuncia os sete primeiros nomes de sua equipe ministerial. Alguns deles, em especial o ministro das Relações Internacionais, José Iturbe, não escondiam suas vinculações com a organização católica ultraconservadora Opus Dei. A nomeação do ministro da Defesa, vice-almirante Hector Ramírez Pérez, gerou imediatos descontentamentos na área castrense. Como cereja do bolo, Carmona indicou o general Guaicaipuro Lameda, destituído anteriormente por Chávez, o novo presidente da PDVSA. Engenheiro elétrico, com pós-graduação em economia, Lameda, entre outubro de 2000 e fevereiro de 2002, notabilizou-se por tentar manter a autonomia da estatal petroleira diante do poder público, como acontecera desde sua fundação, em 1976. Valeu-se, para isso, de gente de sua inteira confiança no alto escalão da empresa, além de contar com sólidas relações internacionais. Sob sua batuta, a PDVSA constantemente buscou desrespeitar as cotas definidas pela Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) para a manutenção do preço do petróleo em patamares vantajosos para os países produtores, atendendo aos reclamos dos grandes consumidores, os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental.

A nomeação de Lameda fora precedida, ao meio-dia, por uma declaração enfática de Edgar Paredes, diretor de refino e comércio da PDVSA, no auditório da companhia, no bairro de La Campiña, zona leste de Caracas. De acordo com *El*

*Universal*, “nenhum pronunciamento gerou uma resposta tão frenética como a que implicou a frase ‘não vamos mandar nem um só barril a mais a Cuba’”<sup>8</sup>.

Os ruidosos aplausos a Paredes eram uma reação de setores que nunca engoliram o acordo de cooperação firmado entre Hugo Chávez e Fidel Castro, em Miraflores, em 30 de outubro de 2000. Pelo documento, a Venezuela assegura o fornecimento de 53 mil barris de petróleo diários a Cuba, dos 100 mil que o país consome, em condições especiais, tendo por base os preços do mercado internacional. A ilha caribenha, desde a queda da ex-União Soviética, não conta com abastecimento regular do produto, utilizado não só para colocar em movimento sua frota de veículos, mas especialmente suas usinas termelétricas. Além de pagar, Fidel compromete-se a compensar as condições de financiamento mediante o fornecimento de serviços médicos, educacionais e esportivos à Venezuela. Também está pautado o envio de remédios, vacinas, açúcar e conhecimentos nas áreas da indústria do turismo e do açúcar. O tratado inclui a vinda de médicos, professores e até de 3 mil técnicos esportivos.

A suspensão do acordo, anunciada por Paredes, teve conseqüências imediatas. O navio *Argo Nixus*, com um carregamento de 240 mil barris de óleo diesel, fora obrigado a regressar, no mesmo dia, para o complexo de refinarias de Paraguaná, no estado de Falcón, noroeste do país.

Teodoro Petkoff posteriormente se confessou desiludido com o governo, ao tomar conhecimento da destituição da Assembléia Nacional. “Cheguei à conclusão de que este governo teria pouca vida.”<sup>9</sup> Procurou Carmona no início da noite. “Entrei em seu escritório e lhe disse: ‘Pedro, você tem a oportunidade em 1 milhão de acertar esse barco. Por isso lhe sugiro que edite um decreto restituindo a Assembléia Nacional. Deve fazê-lo antes que Lucas Rincón o peça publicamente’”.

As articulações não corriam bem pelo lado militar. Além da nomeação do ministro da Defesa, surgiam mais arestas. O comandante do exército, general Efraín Vasquez Velasco exigiu “reformas imediatas”, respeito à Constituição e ao presidente deposto, caso contrário, retiraria o apoio à nova administração. Em seguida enunciou alguns pontos para manter seu respaldo a Carmona. Entre eles estavam a volta da Assembléia Nacional, a manutenção dos governadores e prefeitos eleitos, e a restituição dos poderes anteriormente em vigência. “Isto não é um golpe de Estado”, concluiu.

Na madrugada desse dia teve início, em vários bairros populares, primeiro de forma tímida e depois intensa, um panelaço que se prolongou por várias horas. Os *cerros* começaram a ferver e seus habitantes, de forma espontânea, se dirigiam

<sup>8</sup> “In un barril más para Cuba”. *El Universal*, Caracas, 13 abr. 2002.

<sup>9</sup> Entrevista com Teodoro Petkoff. In: *Objetivo: Miraflores, retratos de um país herido*. Caracas, Cadena Capriles, 2002, p. 36-37.

para as imediações de Miraflores e para as cercanias do Forte Tiúna, onde diziam estar o presidente deposto. As notícias eram desencontradas. “Onde está Chávez?” era a pergunta que corria de boca em boca.

A esta altura, o golpe caminhava célere para virar vinagre. A programação das rádios e televisões, no dia anterior tão pródiga em exaltar os feitos e atos do “governo de transição”, emudeceu sobre temas políticos. Passaram a exibir desenhos animados e programas de auditório, como se reinasse uma tranqüilidade absoluta em todos os estados.

Houve, no entanto, uma voz dissonante no ar. Foi a da rádio Fe y Alegria. Localizada em Petare, bairro popular da periferia leste de Caracas, a emissora possui poucos recursos técnicos e humanos. Com ligações informais com a Igreja Católica – “Somos primos distantes”, brinca o jornalista Javier Barrios, 40 anos, coordenador nacional da rede de nove emissoras –, a rádio furou o bloqueio da mídia e se tornou uma ferramenta decisiva nas mobilizações.

“Notamos que as outras emissoras silenciaram sobre o que ocorria nas ruas”, relata Javier. “As pessoas foram para as ruas, se organizaram, havia enfrentamentos, mas ninguém noticiava.” Com apenas três repórteres nas ruas, contatos nas diversas regiões e informações das agências internacionais, a Fe y Alegria rompeu o bloqueio. O jornalista, juntamente com a coordenadora da rádio, Marisol Polanco, traçou então um critério mínimo de edição: só colocar no ar notícias confirmadas, ouvir várias versões e realizar uma transmissão objetiva. “As pessoas se comunicavam por celular e diziam umas para as outras sintonizarem em nossa emissora”, lembra ele.

Em pouco tempo, tanto o Palácio como o Forte tiveram multidões postadas em seus arredores. “Onde está Chávez?” era a senha em todas as falas. “Queremos vê-lo!”

Uma das pessoas que desceram dos *cerros* nesse dia foi Henry Nava, um simpático e risonho “educador popular”, como ele mesmo se define, de 47 anos. Dirigente da rede social No Hay Marcha Atrás, Nava adquire um tom emocionado ao falar das marchas de sábado, 13 de abril. “Muitos vieram a pé, de localidades situadas a 20 ou 30 quilômetros de Caracas! A pé! Sabe o que é isso? Andar mais de oito horas para exigir a volta de seu presidente!” As elites, segundo ele, não podiam suportar. “Somos a *chusma*, que causa repulsa nessa gente racista, defendendo Chávez, um tipo como nós. Os desempregados, os mendigos, o lumpesinato, todos os pobres deste país sabiam o que perderiam com o golpe”, manifesta Nava. Do alto do telhado dos quartéis em frente ao Palácio, dezenas de soldados acenam para a multidão, levantando armas e boinas, mostrando sua solidariedade ao povo.

O general Garcia Carneiro<sup>10</sup> regressou na sexta-feira ao Forte. “O povo estava lá, sedento e ansioso para ver Chávez, pedindo sua presença.” As pessoas vieram

---

<sup>10</sup> Entrevista a Marta Hamecker. In: *Hugo Chávez Frías, un hombre, un pueblo*. Havana, Mepla, 2002, p. 23-55.

em sua maioria do imenso bairro popular de El Valle, situado em frente à guarnição militar. Usando um megafone, de cima de um tanque, o militar dirige-se à multidão. “Disse-lhes que as Forças Armadas não apoiavam o golpe de Estado, não concordavam com o fato de Carmona ter violado a Constituição e queríamos sua renúncia.” Dos 19 comandantes de batalhão do Forte Tiúna, somente um havia ficado com os golpistas. As pessoas aplaudiram e, em seguida, colocaram um aparelho de som com músicas de Ali Primera, “para entreter as pessoas e acalmar um pouco os ânimos”. Primera (1942-1984) fora um competente compositor de canções de protesto, que marcara as gerações dos anos 1960, 1970 e 1980. Sua “Canción mansa para un bravo pueblo” fizera desse militante do Partido Comunista da Venezuela, morto em circunstâncias pouco claras, um ícone também da geração que vive o processo capitaneado por Chávez.

Ainda naquela manhã de sábado, a 42ª Brigada de pára-quedistas, em Maracay, a 108 quilômetros da capital, comandada pelo general Raul Isaías Baduel, apoiada pelas guarnições de Carabobo e Guarico, tornou-se o quartel-general da resistência nos meios castrenses. Em seguida, foi a vez da Base Aérea de Libertador, na Grande Caracas. Poucas horas depois, a rebeldia tornava-se pública, com a adesão de outros comandantes.

Durante todo o período, Baduel fora procurado por articuladores do golpe para negociar. Entre outros, conversou com Luis Miquilena e Enrique Salas Römer, ex-governador do estado de Carabobo e presidente do Projeto Venezuela, um partido de centro-direita. Para ambos, conta ter dado uma resposta padrão<sup>11</sup>: “Se o presidente renunciou, por que não fazemos uma cadeia de televisão, na qual ele possa dizer ‘Senhores, tomei a decisão de destituir o vice-presidente e assinar minha renúncia’?”

Os planos dos militares fiéis a Chávez confluíram para uma ação fundamental, a tomada de Miraflores, planejada desde as 9 horas da manhã.

Às 13h30min estava prevista a posse dos demais nomes do ministério de Carmona, decididos em infundáveis reuniões para a partilha de cargos ainda no Forte Tiúna. Nas ruas próximas, centenas de apoiadores de Chávez faziam circular a versão de que o presidente não teria renunciado. “Ninguém viu um documento assinado.”

Mal os convidados se ajeitavam no salão Ayacucho, aumentaram os boatos de que a sublevação em vários batalhões era um fato. “Há um contragolpe em marcha”, passou a ser a constatação geral, acentuada pela idéia de que o Palácio seria alvo de um bombardeio iminente. Foi a deixa para a Secretaria da Presidência na nova gestão dar a ordem de cancelar o ato e evacuar rapidamente o

---

<sup>11</sup> Entrevista com Raúl Baduel. In: *Objetivo: Miraflores, retratos de um país herido*. Caracas, Cadena Capriles, 2002, p. 50.

local. Medo e correria entre os túneis de segurança nos subterrâneos de Miraflores. Do lado de fora, uma multidão começava a se formar, exigindo a volta do mandatário deposto.

Carmona e seus seguidores não esperaram para ver o que se sucederia. Às 14h40min, juntamente com sua escolta, o chefe da Casa Militar, Molina Tamayo, e o ministro da Defesa, Ramirez Pérez, deixaram às pressas a sede do governo. Recorda-se o general Walfrido Silva, comandante da 3ª Região de Infantaria:

“Com a pressão de tanta gente nas ruas, os golpistas começaram a ficar nervosos, a desesperar-se. O regimento da Guarda de Honra, fiel a Chávez, retomou o Palácio. Carmona, o chefe da Casa Militar, uma série de personalidades, jornalistas, deputados e ex-deputados, saíram correndo”.

Vinte minutos depois, Miraflores estava dominado, sob comando do major Suárez Chourio. Ao mesmo tempo o general Baduel já tinha sob controle a guarnição de Maracay, o general Torres Finol, a base aérea de Libertador, e o general Rangel López, a 41ª Brigada Blindada, em Valência. O ministério de Chávez, quase todo na clandestinidade, começou a voltar ao centro da cena.

Fim da tarde, Forte Tiúna, comando geral do Exército, um enorme edifício horizontal, no alto de uma colina. Numa sala estão os generais Vásquez Velasco, Alfonso Martínez e o vice-almirante Ramírez, redigindo um novo comunicado oficial<sup>12</sup>. Entra o coronel Granadillo Perozo e diz: “O Forte está tomado”.

Espantados, os três param o que estavam fazendo. “Tomado por quem?”, pergunta Vásquez Velasco. “Lá fora está meu general García Carneiro, com a tropa. Se não se renderem, isso aqui vai virar um rio de sangue”.

Rapidamente os três correm para a sala contígua, onde estavam Pedro Carmona e outros militares. Sem poder resistir mais, Carmona revoga sua decisão de dissolver a Assembléia Nacional.

Pouco depois das 5 da tarde, efetivos do batalhão de Caracas detiveram Pedro Carmona. O golpe estava derrotado pela pressão popular, pela reação militar e pelo isolamento internacional dos rebeldes. Os únicos países a saudar explicitamente os golpistas haviam sido Estados Unidos, Espanha e Peru. Os demais países da América Latina expressaram seu descontentamento com a quebra da institucionalidade no Caribe.

---

<sup>12</sup> *Objetivo: Miraflores, retratos de um país herido*. Caracas, Cadena Capriles, 2002, p. 65.

Passava das dez da noite de sábado quando o reinstalado presidente do Parlamento, William Lara, após afirmar não reconhecer o governo interino, anunciou a posse do vice-presidente constitucional Diosdado Cabello, que voltava da clandestinidade. O ato teria validade até a volta de Chávez

Virtualmente detido em Forte Tiúna, o líder da Fedecámaras não teve outro remédio senão anunciar publicamente, pela televisão: “Com toda responsabilidade perante o país, apresento ao povo da Venezuela a renúncia ao cargo de presidente do governo transitório”.

E quanto a Chávez? Durante as 46 horas em que permaneceu nas mãos dos golpistas, o presidente ficara detido inicialmente no próprio Forte Tiúna. Temerosos de manifestações nas portas da guarnição, os militares rebelados levaram-no para a Base Militar Naval de Turiamo, no litoral, a 100 quilômetros a leste de Caracas, próxima à cidade de Maracay.

Parêntese. Existiu uma breve e aguda polêmica sobre as características do movimento que retirou Chávez de sua sala, em Miraflores. A oposição alegava tratar-se de um “movimento cívico-militar” e não de um golpe. O jornal brasileiro *O Estado de S. Paulo* chegou mesmo a afirmar, em editorial no sábado, 13 de abril:

“O que ocorreu na Venezuela não foi um simples golpe de Estado que tirou do poder o coronel Hugo Chávez. Foi – assim como ocorreu no Brasil em 1964 – uma reação cívica a um governo que, eleito em pleito livre, em consequência do cansaço popular com partidos que já não tinham representação e se excediam na corrupção, se esmerou, uma vez no poder, em eliminar progressivamente todo e qualquer vestígio daquilo que se poderia chamar de institucionalidade democrática”.

Na raiz do eufemismo, contudo, estava a dúvida sobre a renúncia ou não do chefe do Executivo. Se tivesse renunciado, Chávez deixaria atrás de si um vazio de poder, que teria de ser preenchido pela “sociedade civil”.

Mesmo esse raciocínio não é dos mais retilíneos. Nessa hipótese, pela Constituição, deveria assumir o vice, sobre quem não pairavam dúvidas de não ter abdicado de suas prerrogativas. O texto da Carta Magna é claro, em seu artigo 233:

“Se a falta absoluta (renúncia, abandono do cargo, revogação popular do mandato ou destituição decretada por sentença do Tribunal Supremo de Justiça) do Presidente ou Presidenta da República acontece du-

rante os primeiros quatro anos do período constitucional, se procederá a uma nova eleição universal, direta e secreta, dentro dos 30 dias consecutivos seguintes. Enquanto se elege e toma posse [...] se encarregará da Presidência [...] o Vice-presidente”.

Em todo o caso, a incomunicabilidade a que Chávez foi submetido ajudava a propagação de especulações para lá de interessadas.

Sobre essa questão, o próprio Chávez se manifestou em seu discurso pronunciado na madrugada de domingo, após voltar a Miraflores:

“Levaram-me uma noite a Turiamo e lá fui recebido por um grupo de soldados. [...] Eles nem sequer sabiam que eu iria para lá. Levaram-me e quando estávamos procurando uma cama e um colchão, um deles me disse:

– Comandante, esclareça-me uma coisa.

Ele entrou no quarto e fechou a porta. Do lado de fora havia alguns superiores. Ele não queria ser ouvido e me falou baixinho:

– Diga-me uma coisa: é verdade que você renunciou?

E eu lhe respondi:

– Não, filho, não renunciei e nem irei renunciar.

Então ele estacou firme, me saudou e retrucou:

– Então você é meu presidente. Mas isso o povo tem de saber, pois andam dizendo por toda parte que você renunciou e saiu do país.

E completou:

– Escreva-me algo e deixe no cesto de lixo, e depois virei recolher.

Peguei um papel e escrevi isto que me saiu da alma:

*Turiamo, 13 de abril de 2002*

*a las 14:45*

*Al pueblo venezolano... (y a quien pueda interesar).*

*Yo, Hugo Chávez Frías, venezolano, Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, declaro:*

*No he renunciado al poder legítimo que el pueblo venezolano me dió. ¡¡Para siempre!!*

*[firma]*

*Hugo Chávez F.<sup>13</sup>*

<sup>13</sup> Ao povo venezuelano... (e a quem mais possa interessar). Eu, Hugo Chávez Frías, venezuelano, Presidente da República Bolivariana da Venezuela, declaro: Não renunciei ao poder legítimo que o povo venezuelano me deu. Para sempre!! [assinatura] Hugo Chávez F.

O rapaz voltou, procurou o papel, saiu não sei como e isso começou a circular não sei como”.

Fecha parêntese.

Chávez ainda seria levado, quase à noite, para a base da ilha de La Orchila, a cerca de 180 quilômetros a noroeste de Caracas, no mar do Caribe. Nessa hora, pensou que iriam matá-lo. Ele nega, mas alguns assessores garantem que teria sido torturado no cativeiro. Raul Baduel chegou a aventar uma ousada operação de resgate, mas a dissolução do golpe tornou a ação desnecessária. Horas depois, voltaria ao continente num helicóptero rumo a Miraflores, onde pousou às 3h30min do domingo.

Na avenida Urdaneta, em frente ao palácio, mais de 500 mil pessoas, acotovelavam-se para assistir à chegada do *Comandante*. “Quando a comitiva de quatro helicópteros trazendo Chávez sobrevoou a avenida, vindo para o pouso, os gritos de ‘*Volvió, volvió*’ foram tão intensos que não se ouvia o barulho dos motores.” Sem dormir e quase sem comer, o simpático ativista Henry Nava define o que se passou com ele: “Envelheci 20 anos em três dias”. Os gritos se transformaram na animada salsa *Volvió, volvió, Chavez soy yo*, cantada nas manifestações públicas e vendida em CDs de um dólar pela maioria dos camelôs caraquenhos.

Ao descer para o salão Ayacucho, novamente decorado com o retrato de Bolívar, Chávez não poderia deixar de fazer um longo e dramático discurso, no qual enfatizou o ineditismo do que ocorrera na Venezuela.

“Ficou mais uma vez demonstrado que aqui há dois países: um real e outro virtual. O país virtual vocês viram aqui mesmo neste salão, há poucas horas. O país virtual montou uma conspiração, com o desespero da aventura, desrespeitando a todos. Mas o país real finalmente se impôs, pois tem nas mãos as bandeiras da razão, da verdade e a força infinita da fé.”

Chávez se derrama em quase uma hora de alocução. Anuncia que fará um programa de televisão no dia seguinte, dá entrevistas a jornalistas e exhibe notável bom humor.

Não pára. É *el zambo*.

## Que governo é esse?

É DIFÍCIL DIZER COM SEGURANÇA se o golpe de abril de 2002 foi a mais séria ameaça sofrida pelo governo Chávez. A partir do 2 de dezembro seguinte, os mesmos atores envolvidos nas movimentações do primeiro semestre uniram-se na realização de uma paralisação nacional de 63 dias, que incluiu a interrupção quase total da produção de petróleo, sabotagens, fuga de capitais, brutal queda da atividade econômica, retração das exportações, entre outras turbulências. Foi uma ação mais extensa, profunda e danosa à economia nacional, mas pobre em efeitos teatrais. Não houve um presidente deposto e preso e tampouco se viram lances de inventividade política como a do procurador-geral Isaías Rodríguez ao anunciar ao vivo, para todo o país, a existência de um golpe de Estado. E, sobretudo, não aconteceram maciças concentrações populares à altura das jornadas do outono anterior. Mas *el paro*, como os venezuelanos chamam o episódio, colocou o governo diante de um risco mais concreto, por conseguir abalar a estrutura produtiva, a credibilidade e a autoridade governamental numa escala muito maior. Evidentemente, esta é uma constatação feita *a posteriori*. No calor dos acontecimentos, cada desafio é decisivo.

A situação política do país continuou extremamente tensa após o golpe. Um mês depois, a oposição ainda conseguiu realizar uma grande manifestação com cerca de 100 mil pessoas no Parque Del Este, vestidas em sua maioria de preto, exigindo novamente a saída de Chávez. A acusação passou a ser a responsabilidade pelas 19 mortes ocorridas nas ruas, no início de abril. A palavra de ordem passou a ser “Não esquecer”. A oposição se apega ao artigo 68 da Constituição Bolivariana, aprovada pela Assembléia Nacional por iniciativa do governo, para pedir a saída do presidente: “Os cidadãos e cidadãs têm direito de se manifestar

[...]. É proibido o uso de armas de fogo e substâncias tóxicas no controle de manifestações pacíficas”.

A virulência midiática continuou intensa, apesar do chamado governamental à realização de mesas de diálogo e conciliação. Na tentativa de obter condições melhores nas negociações, a oposição elevou o tom de sua crítica ao extremo, ao mesmo tempo que a Assembléia Nacional instalava uma Comissão Política (modalidade local de Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar os acontecimentos registrados durante o golpe.

Trinta dias após a malograda manobra de Carmona e de seus aliados, já era possível constatar que a unidade entre os vários setores que compunham a oposição estava cindida. “Eles estão fragilizados após o golpe, e sua virulência reflete isso”, avaliou o sociólogo Edgardo Lander, 60, professor da ucv (Universidade Central da Venezuela), em maio de 2002. Sua casa, com as paredes abarrotadas de livros e de quadros de artistas latino-americanos, fica no bairro de La Castellana, próximo ao refinado Country Club, na parte leste da cidade. “Estamos numa região *escuálida*”, brinca ele, ao se referir às preferências de seus vizinhos. Ocorreu uma ruptura entre os diversos setores das classes dominantes e das camadas médias que se opõem ao governo, segundo Lander, veterano em matéria de golpes no continente. O sociólogo estava no Chile durante o governo da Unidade Popular e viveu *in loco* a tomada do poder pelos militares em 1973. “Estes setores aqui não tinham um projeto político comum; queriam genericamente uma aproximação com os Estados Unidos, um distanciamento de Cuba e uma política neoliberal.” A forma como se deu o golpe e a própria instalação do breve governo de Pedro Carmona, “abolindo a legalidade, dissolvendo a Assembléia Nacional, compondo o governo com figuras da Opus Dei abertamente racistas, assustou gente de seu próprio campo”. Uma segunda debilidade dos setores antichavistas, segundo ele, é a ausência de lideranças com apelo popular na coalizão.

A oposição apóia-se sobre o tripé Forças Armadas Nacionais (FAN), PDVSA e meios de comunicação. O único pé que está fora da esfera de atuação governamental é o terceiro. Assim, ao mesmo tempo que buscou o diálogo depois de abril, o governo tratou de mudar o alto-comando das FAN, a partir de 5 de julho, dia da Independência, data em que tradicionalmente o presidente da República realiza promoções e passa os generais mais antigos para a reserva.

Vários dos chefes revoltosos foram mandados para casa ao longo do ano. Foi o caso do general Manuel Rosendo, aposentado em 17 de outubro, que saiu atirando. “Imorais e arbitrários”, declarou, referindo-se ao primeiro mandatário e a todo o alto-comando militar. Igual destino foi reservado, em 28 de novem-

bro, ao general Luis Alberto Camacho Kairuz. O contra-almirante Carlos Molina Tamayo pediu asilo em El Salvador, no início de junho. Foi afastado de suas funções, como comandante-geral do Exército, o general Efraín Vasquez Velazco, no final de dezembro. Todos foram processados. Mas não esperaram o julgamento e preferiram o auto-exílio no exterior. As lideranças civis do golpe não conheceram melhor sorte. Menos de dois meses depois de suas peripécias, Pedro Carmona, que estava em prisão domiciliar, fugiu para a embaixada da Colômbia, país no qual acabou se exilando. Em março de 2003, Carlos Ortega solicitou asilo na Costa Rica. E muitos estão sendo processados, num jogo de forças instável e, ao mesmo tempo, dinâmico, para ver quem dará a palavra final sobre a história do golpe. Chávez manejou com habilidade para lentamente eliminar, em setores decisivos, os focos de resistência a sua liderança. Ao desanuviar a situação nas Forças Armadas, restava debelar ainda pesadas arestas na gigantesca estatal petroleira, a PDVSA.

Consciente do valor simbólico do 11 de abril, o chefe do Executivo o está transformando quase que num símbolo de sua legitimidade. “É um dia que condensa milhares de dias”, diz ele, referindo-se ao caráter processual dos embates com a oposição. Dias “passados e dias futuros” poderia ser o complemento da frase. O 11-A ou *el once*, como se diz na Venezuela, é uma jornada ainda em aberto. De sua interpretação valerá a sorte do governo Chávez. Vale a pena tentar decifrar por que este governo provoca tanto ódio em seus opositores.

O governo Chávez adotou, até seu quinto ano de mandato, uma conduta econômica extremamente cuidadosa, ao contrário do que sua incontinência verbal parece denotar. Os seculares privilégios das castas abastadas quase não foram tocados, os contratos internacionais firmados anteriormente são respeitados e o serviço da dívida pública segue sendo pago sem contestação. As reações sobressaltadas dos setores oposicionistas denotam muito mais uma espécie de fobia a uma maior democratização política do que a reação a transformações estruturais significativas já realizadas na esfera econômica.

Chávez assumiu a presidência da Venezuela em 2 de fevereiro de 1999, após vencer, com 56,2% dos votos válidos, as eleições realizadas no dia 6 de dezembro do ano anterior. Uma porcentagem surpreendente. Seu partido político, o Movimento v República (MVR), havia sido criado em 1997 e ele próprio ganhara notoriedade por haver comandado um malogrado golpe de Estado contra o presidente Carlos Andrés Pérez em 1992<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> LÓPEZ-MAYA, Margarita. “Hugo Chávez Frías, su movimiento y presidencia”. In: ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (orgs.). *La política venezolana en la época de Chávez*. Caracas, Nueva Sociedad, 2003, p. 97-120.

O mandato presidencial se iniciara sob o signo de uma grave crise econômica. A queda abrupta do preço do petróleo, em fins de 1997, agravou a situação e levou o país a uma recessão no ano seguinte. De um preço por barril da ordem de US\$ 21,91, em janeiro de 1997, o produto chegou, em dezembro de 1998, ao patamar de US\$ 8,74, valor real equivalente ao dos primeiros meses de 1973<sup>2</sup>. Em seu discurso de posse, um improviso de 1 hora e 45 minutos, Chávez assinala a existência “de uma taxa de desemprego real de 20%, o que desmente as cifras oficiais de 11%, uma taxa de subemprego de 50% e um índice de mortalidade infantil de 28 por cada mil nascidos vivos”<sup>3</sup>.

“E isto é o mais selvagem: saber que em um país como o nosso mais da metade das crianças em idade apropriada não vão à pré-escola”, falou com voz firme, no Senado, diante de mandatários estrangeiros, deputados, senadores e centenas de pessoas.

Sua chegada ao governo marcava também a falência de um sistema institucional e partidário cujas raízes haviam sido fincadas em 1958. Sabendo disso, com a mão esquerda levantada, Chávez proferiu as seguintes palavras naquele dia:

“Juro diante de Deus, juro diante da Pátria, juro diante de meu povo e diante desta Constituição moribunda realizar as transformações democráticas necessárias para que a República tenha uma nova Constituição adequada aos novos tempos”.

O ex-tenente-coronel é um craque da oratória e da retórica, no estilo estica-e-puxa, que procura extrair todas as possibilidades de um assunto, indo e voltando a temas espinhosos, entremeando sua fala com histórias, piadas e citações. Mas, naquele dia, estava mais preocupado em dar recados certos sobre o que pretendia da vida nos meses seguintes. Amparou-se num anseio de reforma institucional de mais de 15 anos de parte da própria classe dominante venezuelana, que percebia os limites da velha Carta de 1961, redigida sob o manto de uma aliança política que havia muito se esboroara<sup>4</sup>. Os objetivos, no entanto, eram opostos aos de agora: tentavam relegitimar a antiga institucionalidade vigente. A Constituinte também fazia parte dos planos de uma parcela da esquerda, a partir de 1989, e do grupo de militares que acompanhara Chávez, desde pelo menos 1992, ano em que tentara tomar o poder à força, por meio de um levante em 4 de fevereiro.

---

<sup>2</sup> OPEP, *Annual Statistic Bulletin*, 1999, p. 112 e 119.

<sup>3</sup> As informações sobre a posse foram tiradas do *El Universal* de 3 e 4 de fevereiro de 1999.

<sup>4</sup> Daniel Hellinger (*op. cit.*) assinala que durante o mandato de Jaime Lusinschi (1984-1989), “a Comissão Presidencial para a Reforma do Estado (Copre) havia feito várias propostas para a descentralização do Estado e democratização dos processos internos aos partidos”. A idéia havia sido a de mudar o sistema eleitoral vigente, em que os candidatos proporcionais não eram eleitos individualmente, mas sob o sistema de listas, o que aumentava sobremaneira o controle por parte das direções partidárias.

Mas o ponto central de sua fala inicial foi destacar e assinar, no mesmo dia, um decreto concretizando a promessa eleitoral de realizar um plebiscito sobre a convocação de uma assembléia constituinte, antes mesmo que o Legislativo se pronunciasse a respeito. No terreno econômico, a ênfase foi na condução prudente da área. Chávez mediu o tamanho de seus passos e resolveu ousar no palco que julgou mais apropriado, chamando o plebiscito sem passar pela Assembléia Nacional. Havia o risco de os partidos de oposição se organizarem para bloquear a convocação da Constituinte.

Além da convocatória, Chávez anunciou um projeto que visava integrar as Forças Armadas na dinâmica social e política do país, chamado “Plano Bolívar 2000”. As ações compreendiam alocar, de saída, cerca de 20 mil soldados para suprir deficiências nas áreas sociais sob responsabilidade do Estado, como saúde, educação, infra-estrutura e meio ambiente. Com isso, o governo pretendeu dar demonstrações práticas de sua propalada *aliança cívico-militar* para reconstruir o país.

“Aqui se desatou uma verdadeira revolução, senhores, e tenho certeza que lhe daremos leite pacífico e democrático, como se dá leite a um rio para que chegue ao mar de maneira ordenada e leve vida aos afluentes. E, na hipótese de não conseguirmos – e queira meu Deus que isso não aconteça –, que não possamos dar vazão a essa força desatada, ela transbordará, como os rios quando arrasam as plantações e ceifam as vidas dos homens, ao invés de lhes dar vida.”

Não há dúvidas, o sujeito é um ás do fraseado.

Se não um rio, Chávez desatou uma torrente de eleições e consultas populares dali por diante. Em 25 de abril de 2000 teve lugar o plebiscito, amplamente favorável à proposta governamental. Em 25 de julho foram eleitos os constituintes. Em 31 de julho realizou-se novo pleito para presidente da República, governadores, prefeitos e parlamentares. Mais uma vez a vitória governista foi arrasadora. Chávez derrotou seu mais próximo oponente, Francisco Arias Cárdenas, por 57% a 36% dos votos. O Pólo Patriótico, aliança de partidos que o sustentava, também conheceu uma vitória expressiva. A oposição se desorganizou. Os grandes partidos tradicionais se defrontaram com um baque sem precedentes. A Ação Democrática (AD) e o COPEI (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente) ficaram reduzidos a agremiações residuais no espectro político. No dia 15 de dezembro, a população foi chamada a referendar nas urnas a nova Constituição. E no mesmo mês aconteceram as eleições para vereadores e um plebiscito sobre o movimento sindical. Ufa!

Freqüentemente comparado ao processo político capitaneado pela Unidade Popular – governo de coalizão entre o Partido Socialista e o Partido Comunista – no Chile, entre 1970 e 1973, o governo Chávez guarda daquela experiência algumas semelhanças e várias diferenças. As semelhanças chamaram ainda mais atenção após o 11 de abril, que muitos tentaram ver como uma reedição do golpe que levou o general Augusto Pinochet ao poder.

É preciso ver com cuidado os pontos de contato e os aspectos dissonantes entre os dois momentos. O governo dirigido por Salvador Allende, ao contrário da administração Chávez, tinha como meta iniciar uma transição pacífica ao socialismo. Isso era explicitado desde o Programa de Governo até os atos concretos de Allende quando eleito. O processo chavista não tem como meta o socialismo, mas a luta pela *soberania nacional* e pela *integração latino-americana*. “Entretanto é radical na busca por transformações estruturais”<sup>5</sup>, garante Rafael Vargas, 66, médico e ex-ministro da Secretaria da Presidência, o equivalente à Casa Civil. O centro de sua estratégia econômica é o controle do petróleo por parte do Estado e a diversificação da atividade produtiva, com justiça social. Busca, a duras penas, realizar uma reforma agrária e urbana que contemple a maioria despossuída.

No caso chileno, tratava-se de uma tentativa inédita de se realizar uma revolução a partir da conquista de parte do aparelho de Estado, com todo o tipo de limitação aí implícita. Viviam-se uma conjuntura de contestação armada ao poderio imperial norte-americano, que tivera início com a Revolução Cubana (1959), passara pelas lutas anticoloniais na África e teve seu ponto de ebulição na Guerra do Vietnã.

Quando Allende foi morto no Palácio de La Moneda, em Santiago, em 11 de setembro de 1973, Hugo Chávez tinha apenas 19 anos e começava seu terceiro ano na Academia do Exército. Uma comparação entre os dois momentos pode ser feita examinando-se a maneira como cada um planejou seus movimentos táticos iniciais.

O ex-secretário-geral do Partido Socialista Chileno, Carlos Altamirano, assim descreveu as tarefas iniciais do governo Allende:

“A saída política estava condicionada pela situação econômica, que, para ser solucionada, exigia uma crescente autoridade política. Assim, o planejamento econômico se preocupou, a curto prazo, em provocar uma reação, cujo efeito seria ampliar a base de sustentação social do processo para, a partir daí, empreender uma transformação radical da superestrutura institucional”<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Entrevista com Rafael Vargas em 14 de julho de 2003.

<sup>6</sup> ALTAMIRANO, Carlos. *Chile, anatomia de uma derrota*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

Ou seja, a administração decidira começar o processo de mudanças atacando diretamente a ossatura econômica do modelo dominante. Allende confirmou isso em sua primeira mensagem ao Congresso, em 21 de março de 1971, intitulada “Via chilena ao socialismo”. Seu discurso, na ocasião, lido com voz grave, ressaltava que o

“Chile tem agora no governo uma nova força política, cuja função social é dar respaldo não à classe dominante tradicional, mas às grandes maiorias. A esta mudança na estrutura de poder deve corresponder necessariamente uma profunda transformação na ordem socioeconômica que o Parlamento está chamado a institucionalizar”.

O presidente chileno prosseguiu, mostrando os caminhos que desejava trilhar:

“Ao mesmo tempo, é necessário adequar as instituições à nova realidade. Por isso, em momento oportuno, submeteremos à vontade soberana do povo a necessidade de substituir a atual Constituição, de fundo liberal, por uma Constituição de orientação socialista”.

Para os chilenos, as modificações institucionais ficariam para um segundo momento. Antes, seria necessário dar início à nacionalização da economia. Ainda em dezembro de 1970, esta política teve início pela indústria têxtil. No mês seguinte, a atenção oficial voltou-se para os bancos e grandes empresas, além de ser dado início à reforma agrária, e, em julho de 1971, o Congresso aprovou a nacionalização do filé *mignon* da economia chilena, o minério de cobre.

Chávez faz uma opção exatamente inversa. Seus primeiros atos no terreno econômico primaram pela prudência e pela timidez. No entanto, tão logo foi eleito, buscou mudar radicalmente a face política e institucional do país, para somente mais tarde tomar alguma iniciativa na esfera econômica. “Discutíamos sobre como romper com o passado e como superar esse tipo de democracia que apenas respondia aos interesses dos setores oligárquicos”, lembrou ele em entrevista a Marta Harnecker<sup>7</sup>.

É preciso levar-se em conta, ainda, que além das diferenças já pontuadas o governo Chávez tem diante de si um cenário internacional radicalmente distinto daquele enfrentado pelos apoiadores da Unidade Popular<sup>8</sup>. Não existe mais o mundo bipolarizado da Guerra Fria e as condições de barganha com a potência dominan-

---

<sup>7</sup> Entrevista a Marta Harnecker, *op. cit.*, p. 28.

<sup>8</sup> Aliança liderada pelos partidos socialista e comunista, que formava o núcleo da coalizão de apoio ao governo de Salvador Allende (1971-1973).

te, os Estados Unidos, são muito mais difíceis. O capitalismo do início dos anos 1970 encontrava-se no final de um longo ciclo expansionista, que tivera início com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Chávez, por sua vez, tem de se haver com uma brutal contração da economia mundial, com uma aguda crise em seus vizinhos e com poucos pontos de apoio internacionais para uma guinada mais radical em sua *Revolução Bolivariana*, nome que dá à multiplicidade de mudanças que pretende realizar.

Por fim, outra distinção fundamental entre a conjuntura existente entre os tempos de Allende e os de Chávez reside na crescente influência dos meios de comunicação sobre as esferas econômica, social, política e cultural da sociedade. A importância do embate nessa seara passou a ser decisiva, pela capacidade que a mídia tem de ordenar a própria vida social. Partindo-se desta perspectiva, a opção de Chávez por concentrar-se na disputa política – incluindo aí o que se chama de sua “dimensão simbólica” – não parece ser uma escolha aleatória, mas uma estratégia bem articulada a partir da situação que encontrou ao chegar ao governo.

Tendo em mente muitas dessas questões, o líder venezuelano aproveitou-se da imensa popularidade do início de mandato para dar o pontapé inicial na convocação de sua menina dos olhos: a Assembléia Nacional Constituinte (ANC).

A aliança governista, denominada Pólo Patriótico, formado pelas agremiações Movimiento al Socialismo, Movimiento v República e Patria Para Todos, conquistou 119 das 131 cadeiras disponíveis nas eleições constituintes. No dia 3 de agosto, os eleitos reuniram-se no Senado pela primeira vez, sob a presidência de Luis Miquilena, o experiente negociador de Chávez e veterana liderança da esquerda venezuelana desde seus dias de dirigente sindical, na década de 1940. Ao seu lado, Isaías Rodríguez e Aristóbulo Istúriz, respectivamente primeiro e segundo vice-presidente.

Dois dias depois seria a vez de o próprio Chávez comparecer à primeira sessão da Constituinte para discursar aos seus membros. Apresentou um projeto de “Constituição Nacional Bolivariana” – elaborado pelo Conselho Presidencial Constituinte –, “uma visão global de quais devem ser, em meu critério, as idéias centrais de uma nova Carta Magna”. Solicitou empenho e rapidez no trabalho e pediu “olho vivo com o dogma neoliberal”. Com ironia, sugeriu a substituição do neoliberalismo pelo “invençionismo”.

A partir do dia seguinte, o plenário se dividiu em 21 comissões especiais, definindo que a totalidade dos membros voltaria a se reunir dois meses mais tarde<sup>9</sup>. A Constituinte tornava-se, assim, o centro de debates a partir do qual se delineariam as bases de um novo desenho institucional para a Venezuela. Tentou-se definir claramente suas

---

<sup>9</sup> Gott, Richard. *A la sombra del libertador*. Caracas, Imprenta Nacional, 2002.

atribuições, para que não houvesse conflitos entre a nova instância e o antigo Congresso bicameral – Senado e Câmara de Deputados – eleito em novembro de 1998.

No entanto, as expectativas de coexistência pacífica entre Constituinte e Parlamento duraram poucos dias. Três pontos de tensão estalaram quase ao mesmo tempo.

O primeiro aflorou por uma pretensa superposição de funções entre a ANC e o Congresso. As prerrogativas desse último foram reduzidas a poucas comissões e eliminaram-se poderes como o de analisar o orçamento nacional. O entendimento não só da Constituinte, mas de diversos juristas, era o de que somente um novo Congresso, eleito já sob as regras de um novo ordenamento institucional, poderia ter as prerrogativas plenas de um Poder Legislativo.

Mas a oposição, eleita em novembro e majoritária na Casa, mostrou-se contrária a este entendimento e buscou um confronto. Para isso, valeu-se de atritos dos constituintes com o Poder Judiciário.

A ANC decidira, por ampla maioria, não incorporar a Corte Suprema de Justiça (CSJ) em sua Comissão Jurídica, o que na prática correspondeu a sua destituição. Oito de 15 membros da Corte apoiaram a medida. Em termos duros, Isaías Rodríguez<sup>10</sup> assegurou que “a direção do país está nas mãos da Constituinte” e que as condições de convivência com os outros poderes “são por ela impostas”.

Em meio a essas acaloradas discussões, a presidenta da CSJ, Cecília Sosa Gómez, apresentou seu pedido de demissão na noite de 23 de agosto.

Foi o que bastou para que deputados e senadores de oposição convocassem, para o dia 27, uma sessão de emergência do Congresso para discutir a demissão. Chávez e a Constituinte consideraram o gesto uma provocação<sup>11</sup>. A Guarda Nacional tentou impedir a sessão e o caso se desdobrou em violentos choques nas ruas centrais de Caracas, entre partidários do governo e da oposição. A situação só se acalmou dez dias depois, quando o Parlamento concordou em não votar projetos que interferissem no trabalho da Assembléia.

Nessa altura, os ataques da imprensa contra Chávez extrapolaram, pela primeira vez, os limites até então seguidos e ganharam as páginas e telas dos meios de comunicação internacionais. Primeiro foi *The New York Times*, que, em editorial publicado em 21 de agosto, acusou o presidente de demonstrar “escasso respeito pelos mecanismos democráticos, e os venezuelanos deveriam estar preocupados com os métodos que utiliza para concentrar poderes em suas mãos”. Atacando diretamente a Constituinte, o diário afirma ser “difícil imaginar como as decisões jacobinas de Chávez e da ANC possam ajudar o país”<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> HERNÁNDEZ, Tynem. “ANC no evitará confrontación con poderes constituidos”. *El Universal*, Caracas, 20 ago. 1999.

<sup>11</sup> GOTT, *op. cit.*

<sup>12</sup> “EMERGENCE of a Venezuelan Potentate”. *New York Times*, Nova York, 21 ago. 1999.

A revista *Time* do início daquele mês já havia comparado Chávez ao ditador Pérez Jimenez, que governara o país com mão-de-ferro entre 1948 e 1958<sup>13</sup>. O jornal espanhol *El País*, por sua vez, noticiara que “a Venezuela avança como uma locomotiva desgovernada até a abolição de todos os controles do Estado de Direito”.

E, como tempero adicional, o escritor peruano Mario Vargas Llosa, em artigo publicado por dezenas de veículos em todo o mundo, assinalara que “A democracia venezuelana funcionava mal e [...] a melhor prova disso é que um tenente-coronel desleal, traidor de sua Constituição e de seu uniforme, esteja na presidência do país”. Llosa atribuiu o fato aos “extremos de desespero, frustração e de falta de cultura cívica da sociedade venezuelana”.

Nada irritou mais a Chávez do que o editorial do *New York Times*, a que acusou de “mentiroso”. Mas os ataques eram apenas uma pálida amostra do que estava por vir nos anos seguintes, por parte da imprensa local.

O período de elaboração da Constituinte marcou a primeira investida pesada dos setores que vislumbravam em Chávez alguma contrariedade com seus interesses. Foi possível sentir a existência de resistências articuladas dentro e fora do país, que se aproveitavam de toda e qualquer brecha para atacar o governo. Valiam-se especialmente da condição de militar do próprio presidente, traçando paralelos com as nada edificantes ações cometidas pelas forças armadas do continente ao longo do século xx. Em poucas palavras, Chávez não passaria de um “milico”, um “gorila” bronco e truculento. E com um agravante: não era “muito branco”, para os padrões cada vez mais preconceituosos de parcela das classes dominantes locais.

Sobre este período, fala a cientista política e professora da ucv, Margarita López-Maya:

“O processo constituinte e a redação da nova Constituição monopolizaram os esforços do primeiro ano do governo Chávez. Foi um ano difícil, cheio de tensões, no qual proliferaram mobilizações de rua de interesses diversos, que buscavam a inclusão de suas demandas e aspirações na Carta Magna [...] A nova Constituição, aprovada em dezembro de 1999, tem entre suas fortalezas o fato de ampliar e atualizar os direitos humanos, de ter incorporado os direitos indígenas e ambientais, de ter estabelecidos novas pautas para a reestruturação do Poder Judiciário e de ter aprofundado a democracia política mediante a incorporação de diversas formas de participação direta. Elevou a cinco os poderes públicos, criando os poderes Cidadão e Eleitoral [...], outorgou voto aos militares e afastou o Congresso de qualquer ingerência nas promoções da carreira militar”<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> “THE CHÁVEZ revolution, *Time*, 9 ago. 1999.

<sup>14</sup> LÓPEZ-MAYA, *op. cit.*

A nova Carta concentra ainda mais os poderes nas mãos do Executivo, num país – e, poder-se-ia dizer, num continente – em que o presidencialismo foi exercido mais do que plenamente ao longo do século xx. Margarita chama a atenção para os artigos 203 e 236 do texto legal. O primeiro define que

“São leis habilitantes aquelas sancionadas pela Assembléia Nacional por três quintas partes de seus integrantes, a fim de estabelecer as diretrizes, propósitos e marco das matérias que se delegam ao Presidente ou Presidenta da República, com classificação e valor de lei. As leis habilitantes devem fixar prazos de sua vigência”.

O segundo define as “atribuições e obrigações do Presidente ou Presidenta da República”. Entre elas, está a prerrogativa de “ditar, previamente autorizado por uma lei habilitante, decretos com força de lei”. Traduzindo para os costumes políticos brasileiros, os dois artigos dão ao primeiro mandatário os poderes de legislar por um mecanismo equivalente às medidas provisórias, sem ter de se submeter ao Parlamento.

Na prática, o presidente solicita ao Parlamento, de forma genérica, uma lei habilitante para regular determinado assunto. A autorização pode ser concedida ou não, sem que o Legislativo possa entrar no mérito de cada questão.

Ao mesmo tempo, o texto constitucional se refere, em vários tópicos, à ampliação da democracia direta e à inclusão do voto militar.

A Carta também consagra, por iniciativa de Chávez, um ponto que tem sido sua grande dor de cabeça. Trata-se do artigo 72, que define:

“Todos os cargos e magistraturas de eleição popular são revogáveis. Transcorrida a metade do período para o qual foi eleito o funcionário ou funcionária, um número não menor que 20 por cento dos eleitores e eleitoras inscritos [...] poderá solicitar a convocação de um referendo para revogar seu mandato”.

Hugo Chávez buscou de diversas maneiras influir nos caminhos da Constituinte. Brigou o quanto pôde para que o nome do país passasse de República da Venezuela para *República Bolivariana da Venezuela*. A designação havia sido descartada pelos constituintes enquanto Chávez realizava uma viagem de três semanas ao exterior, em outubro. Na volta, ele pressionou a instituição a voltar atrás.

O jornalista inglês Richard Gott lembra que “o esboço do projeto constitucional estava pronto em meados de outubro. Em algum momento contou com mais de mil artigos”<sup>15</sup>. Logo foram reduzidos a 350. Trabalhando dia e noite, o texto ficou pronto

<sup>15</sup> GOTT, *op. cit.*

em 12 de novembro. Em 15 de dezembro, um referendo popular aprovou a nova Constituição, elaborada em tempo recorde pela Assembléia, com 71% de aprovação.

A nova Carta recebeu virulentas críticas dos setores conservadores. As seções de opinião dos jornais, na época de sua aprovação, foram pródigas em matérias ácidas.

No dia 18 de dezembro, Victorino Márquez Ferrer, jurista e membro do partido Primeiro Justiça, de cunho direitista, escreveu no *El Universal*:

“No capítulo de Direitos Sociais da Constituição Bolivariana, a palavra ‘Estado’ aparece quarenta e seis vezes, a palavra ‘garantirá’, quatorze e a palavra ‘grátis’, cinco. Em termos quantitativos, o avanço é indiscutível: a moribunda só menciona o ‘Estado’ dez vezes, não se menciona o vocábulo ‘garantirá’ e a palavra ‘grátis’ está escrita uma só vez. Isso significa que nós venezuelanos teremos mais e melhores direitos sociais?

Começemos pela gratuidade. Grátis, como todos sabem, não há nada. Sempre alguém acaba pagando a conta. A fatura social da Constituição de 1961 foi custeada pelo petróleo. Era o tempo da democracia sem perdedores, quando a satisfação dos direitos de alguns era feita à custa dos direitos de outros. [...]

A fórmula que a Constituição Bolivariana propõe para garantir os direitos sociais é a mesma que fracassou redondamente durante 40 anos: injetar mais água nas tubulações podres da Seguridade Social e das escolas, universidades, centros de assistência ao menor e hospitais do Estado. Não há nada de novo sob o sol.

A Bolivariana é uma Constituição retrógrada no social, porque identifica o público com o estatal, ratifica o Estado como prestador de serviços sociais monopolista e ineficiente e discrimina as organizações públicas não-estatais que prestam esses serviços a um custo mais baixo e com melhor qualidade que o Estado”<sup>16</sup>.

Dez dias depois, no mesmo jornal, o articulista Orlando Ochoa externou seu ponto de vista:

“Aprovou-se uma nova Constituição, cujas implicações econômicas se medem em: obrigações fiscais enormes, por amplos direitos sociais insusceptíveis de serem atendidos no curto e no longo prazos, em um Banco Central que não é responsável por definir e conduzir uma política cambial ajustada

---

<sup>16</sup> MARQUES FERRER, Victorino. “La constitución de los poetas muertos”. *El Universal*, Caracas, 18 dez. 1999.

às circunstâncias e é obrigado agora a defender uma moeda sobrevalorizada. Rendendo contas desse ‘objetivo’ à nova Assembléia Nacional, são restringidos os espaços de atividade do setor privado, [...] com custos e limitações trabalhistas que desestimulam o investimento e a criação de empregos”<sup>17</sup>.

O sociólogo Edgardo Lander e outros intelectuais venezuelanos divulgaram um documento em 19 de abril de 2003, no qual resumem sua avaliação da Constituição de 1999:

“Pela primeira vez reconhecem-se os direitos dos indígenas, saldando uma velha dívida da sociedade venezuelana em incluir estes povos e outorgar-lhes a dignidade da plena cidadania. Reconhecem-se também os direitos ambientais e amplia-se o conjunto de direitos sociais. Assentam-se as bases para a transformação do Poder Judiciário e se reorganizam os poderes públicos para incorporar o Poder Cidadão, integrado pela Procuradoria e pela nova figura da Defensoria do Povo. Inauguram-se formas participativas de exercício da democracia, com a incorporação ao texto constitucional de diversas modalidades de referendo, que permitem consultar a população sobre assuntos de elevado interesse público, revogar o mandato de funcionários eleitos e aprovar e revogar algumas leis. Igualmente se reconhecem mecanismos vinculantes de participação direta, como as assembléias de cidadãos. Concedem-se direitos aos trabalhadores e comunidades de desenvolver articulações de caráter social e participativo, orientadas a melhorar a economia popular e alternativa”<sup>18</sup>.

Em tempo, Lander não participa do governo e guarda uma série de críticas à atuação do próprio Chávez.

A Constituição Bolivariana é uma espécie de xodó presidencial. É seu fetiche de todas as horas. Escrita numa prosa simples e direta, ela pouco lembra a linguagem jurídica impenetrável que movimenta esse tipo de documento. Seus capítulos podem ser lidos como uma narrativa com começo, meio e fim.

O presidente carrega constantemente um exemplar diminuto em seu bolso. É um microlivro de capa azul, do tamanho de um cartão de visitas. É vendido por inúmeros camelôs do centro de Caracas e das cidades maiores por pouco mais de um dólar, juntamente com livretos de diversas leis, decretos e programas oficiais.

<sup>17</sup> OCHOA P., Orlando. “Diciembre 1999 y sus consecuencias”. *El Universal*, Caracas, 28 dez. 1999.

<sup>18</sup> LANDER, Edgardo *et al.* *Venezuela: un diálogo por la inclusión social y la profundización de la democracia*. Caracas, 2002. ([http://alainet.org/active/show\\_text.php3?key=2046](http://alainet.org/active/show_text.php3?key=2046), acessado em 21 jan. 2004.)

Em seu programa dominical *Alô, Presidente*, Chávez quase sempre exalta os predicados de *nuestra Constitución* e incentiva que as pessoas se reúnam para lê-la e debatê-la. *Nuestra Constitución* foi a peça que Pedro Carmona tratou de jogar no lixo logo que se achou dono da mais cobiçada cadeira de Miraflores.

Em seu discurso de posse, Chávez ressaltou que “a Constituinte não é uma panacéia e nunca a definimos assim”. Lembrou que ela “tem um objetivo fundamental, que são as transformações da base do Estado e a criação de uma nova República e a relegitimação da democracia”. Após mais de uma década de crise corrosiva, os partidos e a vida institucional do país estavam em pandarecos. Por isso, o presidente reafirma: “O objetivo fundamental da Assembléia Constituinte é político, é macropolítico, mas não é econômico e social de imediato”.

Havia ainda coisas muito vagas no novo governo.

## *Chávez e a economia*

---

VOLTEMOS À POSSE DE CHÁVEZ. Ele continua seu discurso no semicírculo do Senado. Já alertamos, dura 1 hora e 45 minutos. É uma fala curta, para quem chegaria a fazer, nos anos seguintes, arengas de mais de quatro horas. Lá está ele, de terno azul escuro e faixa presidencial ao peito, nessa sessão solene. Um pouco antes, ao entrar, cumprimentou a todos com um aperto de mão. O único a não merecer sua atenção foi o ex-presidente Carlos Andrés Perez, que dois anos mais tarde estaria nos bastidores das articulações golpistas. A sala está transbordando de gente. Dá para ver Carlos Menem, da Argentina, Fidel Castro, de Cuba, Cesar Gaviria, da OEA, Andrés Pastrana, da Colômbia, Alberto Fujimori, do Peru, Julio Maria Sanguinetti, do Uruguai, e vários outros presidentes latino-americanos.

Chávez já discorreu sobre o significado de Bolívar, sobre sua própria vida no exército, sobre a imensa rebelião popular de fevereiro de 1989, que ficaria conhecida como *Caracazo*, sobre o levante militar que chefiou em 1992 e sobre a crise econômica na qual seu país está metido. Entrará agora num ponto crucial: seu projeto econômico.

As palavras alternam-se com números e cifras. Após manifestar seu desejo de diversificar o aparato produtivo, excessivamente subordinado ao petróleo, o extenente-coronel fala a língua que os convidados estrangeiros mais entendem.

“Nas viagens que fizemos às Américas do Sul e do Norte, à Europa e ao Caribe [antes da posse], chamamos os investidores do mundo inteiro. Nós somos gente séria, o governo é um governo sério, que respeitará os acordos que se assinem e os investimentos internacionais que aqui chegarem.”

E, neste ponto, Chávez procura sintetizar o que quer em matéria econômica:

“Nosso projeto não é estatista e nem tampouco vai ao extremo do neoliberalismo. Estamos buscando um ponto intermediário, de tanto Estado quanto seja necessário e tanto mercado quanto seja possível. A mão invisível do mercado e a mão visível do Estado.”

Em uma palavra, no terreno econômico, Chávez se definia como pragmático. O tempo mostraria que nem mesmo esse pragmatismo seria aceito pelas classes dominantes locais.

Na esfera econômica, a conduta governamental caracterizou-se inicialmente pela moderação, como já foi dito. A cientista política inglesa Julia Buxton escreveu uma interessante observação sobre a relação de Chávez com a gestão anterior:

“A linha de retidão fiscal se manifestou na pessoa de Maritza Izaguirre, ministra de Finanças [...] nos últimos anos de [Rafael] Caldera (1994-1999), a quem Chávez manteve no cargo [por alguns meses]. A continuidade do governo também se fez evidente na administração das políticas macroeconômicas: manteve-se a banda de flutuação da taxa de câmbio, rechaçou-se a possibilidade de implementarem-se controles de preços e de taxas de lucro e introduziu-se uma série de medidas para se aumentar a arrecadação fiscal”<sup>1</sup>.

Embora a política dominasse a cena, o panorama econômico não era dos melhores, como já visto no capítulo anterior. A recessão de 1998 se aprofundava, provocando uma queda de 7,2% do PIB, muito embora, a partir de março de 1999, os preços do petróleo iniciassem uma firme curva ascendente, saindo de US\$ 8,84 o barril, em fevereiro, para US\$ 23,61, em dezembro<sup>2</sup>. Em outras frentes, o cenário também inspirava cuidados: as reservas internacionais próprias, depositadas no Banco Central, haviam caído de US\$ 17,8 bilhões, em fins de 1997, para US\$ 14,8 bilhões um ano depois<sup>3</sup>. As incertezas suscitadas pela Constituinte, aliadas a uma campanha que a oposição desencadeara contra o governo, potencializada pelos meios de comunicação, provocaram uma aguda fuga de capitais do país.

---

<sup>1</sup> BUXTON, Julia. “Política económica y asenso de Hugo Chávez al poder”. In: ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel, *op. cit.*

<sup>2</sup> OPEP, *Annual Statistic Bulletin*, 1999, p. 112 e 119.

<sup>3</sup> Fonte: Banco Central da Venezuela.

O programa de governo, que levava Chávez a envergar a faixa tricolor, já denotava este senso cauteloso no terreno econômico. Nas considerações iniciais, o texto que embasou sua candidatura sublinhava a harmonização “dos objetivos de reativação econômica e de consolidação da estabilidade macroeconômica por meio da instrumentação de políticas dirigidas à obtenção de um crescimento sustentado, mantendo o ritmo descendente da inflação”. Mais adiante, a ênfase é colocada

“nas políticas dirigidas a promover a oferta e o investimento privado, fundamentalmente por meio da implantação de incentivos fiscais e do investimento público em infra-estrutura, assim como de reformas legais orientadas a estabelecer um ambiente macroeconômico e um marco institucional estável e favorável à atividade econômica produtiva”.

Que economista liberal não endossaria estes argumentos?

Após colocar como meta o combate à volatilidade resultante das flutuações do preço internacional do petróleo, o programa monta sua estratégia de médio prazo. Seria necessária uma política fiscal para gerar poupança nas fases de preços mais elevados, o que possibilitaria enfrentar as fases de quedas cíclicas, tentando reorientar o gasto público para obras de infra-estrutura. Parece “economês”, mas o governo conclamava a todos que trouxessem seu rico dinheirinho para a Venezuela, pois não haveria sustos.

A certa altura, os argumentos vão direto ao que se pretende:

“Os fundos de pensão constituirão o principal componente de poupança interna para o financiamento do investimento produtivo. Eles impulsionarão o mercado local de bônus da dívida pública, dando-lhe profundidade e permitindo colocações com prazos maiores que os atuais. Ao mesmo tempo, fomentarão o mercado de capitais, especialmente por meio de títulos hipotecários e bônus corporativos, atualmente quase inexistentes, com o conseqüente fomento do investimento privado”.

É controversa a tese de que os fundos de pensão gerem poupança. Na realidade, seus gestores buscam sempre realizar, a cada momento, investimentos que tenham maior rentabilidade em prazos mais curtos, o que muitas vezes os joga diretamente para o mercado de capitais, alimentando a especulação e a financeirização da economia. De todo modo, o governo adota uma linha econômica extremamente realista, deixando toda sua carga de radicalização restrita ao ambiente político, até o ponto em que tal articulação é possível. Isso fica ainda mais patente quando se olha para outro tópico do mesmo programa: “Reforçar o Banco Central da Venezuela em sua autonomia funcional, financeira e administrativa”. A autonomia do Banco

Central foi sacramentada pelos artigos 318 e 319 da nova Constituição, meses depois. Música para os ouvidos do “mercado”.

A definição dos fundos de pensão, mais do que qualquer outra, expressa o jogo de forças contraditórias existentes no interior do governo. A cientista política Margarita López-Maya<sup>4</sup> acredita que ocorreram mudanças entre as postulações do programa de governo e a definição da Lei Orgânica de Seguridade Social, promulgada no penúltimo dia de 2002, em meio à profunda agitação política que varria o país por conta do locaute empresarial deflagrado no início de dezembro.

Os defensores de um sistema privado de aposentadoria e pensões seriam os setores empresariais aliados de Luis Miquilena, o competente ex-presidente da Assembléia Nacional Constituinte que rompera, no dia do golpe de 2002, uma aliança de quase uma década com Chávez. Miquilena ostenta um passado que transita da esquerda – foi preso e torturado durante a ditadura Pérez Jimenez – até o pragmatismo que o levou à oposição a Chávez. Em Caracas comenta-se que o grande coletor de fundos para a campanha presidencial do ex-tenente-coronel teria sido justamente o experiente político. Miquilena pouco fala, Miquilena não dá entrevistas. Miquilena articula.

O debate da Lei de Seguridade Social foi acirrado e havia várias propostas na mesa, que se classificavam em três grandes blocos sobre o sistema de aposentadorias e pensões: uns o queriam totalmente privado, outros advogavam um sistema misto e outros ainda o defendiam inteiramente estatal. “O problema resolveu-se em favor dos que apoiavam um sistema inteiramente estatal”, afirma Margarita.

A Lei de Seguridade Social, aprovada pela Assembléia Nacional, define, ao longo de seus 149 artigos, o setor como “um direito garantido pelo Estado”, de caráter “universal, integral, eficiente, de financiamento solidário, unitário e participativo”. Seu financiamento será regido e administrado por “órgãos e entes do Estado”. A pensão por velhice será “de financiamento solidário e cotizações obrigatórias [...] composto por uma pensão de benefícios definidos”. Ou seja, contrário ao que tem sido estabelecido nas “reformas” da seguridade balizadas pela onda neoliberal, que estabelece regras a partir do regime de cotização individual e de contribuição definida. Isto é, a pessoa sabe quanto paga, mas não quanto receberá. Essa última parte acaba ficando ao sabor dos resultados financeiros obtidos pela fonte pagadora em cada momento.

Mais adiante, o texto legal aponta as fontes de financiamento do sistema. São eles, entre outros,

---

<sup>4</sup>Entrevista por e-mail, 4 de setembro de 2003.

“aportes fiscais assinalados no orçamento do Ministério, doações, legados, aportes, subvenções e demais contribuições que receba de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras e por demais bens ou ingressos que obtenha a qualquer título”.

A legislação, embora esteja longe de expressar o que ocorre atualmente com serviços ainda precários em diversas áreas, aponta para a construção de um sistema social eficiente. No entanto, ela entra em contradição com a Lei Orçamentária de 2003, aprovada em 6 de dezembro de 2002, portanto, 24 dias antes da peça sobre a Seguridade Social. A Lei Orçamentária é um catatau de 1.893 páginas e, para examiná-la com rigor, exige-se do leitor fôlego de fundista. Ela apresenta um aumento de 73% no orçamento da área em relação ao ano anterior. Mas logo na primeira curva há uma afirmação surpreendente. Depois de listar uma série de destinações e fontes orçamentárias, o texto embica: “Quanto à atenção de pensionistas e aposentados, se incluiu uma previsão de recursos destinados ao Fundo de Pensões do Ivss (Instituto Venezuelano de Seguridade Social)”. E, bem adiante, está escrito que “A criação de fundos de pensão constituirá um dos mais importantes mecanismos de fluxo maciço de poupança interna para o financiamento da atividade produtiva”.

O pragmatismo em matéria econômica não pára por aí. Chávez assume um país na lona, imerso numa crise estrutural há duas décadas, desde que o período áureo da economia petroleira virou fumaça. Precisa de dinheiro, e rápido. Sabe que não tem muita margem de manobra num cenário internacional adverso, em que os capitais estão buscando pouso em praças de rendimento alto, seguro e imediato. Maneja e tensiona ao extremo os limites entre política econômica conservadora, discurso político radical e tentativas de ampliar os direitos sociais da população. A oposição não lhe dá trégua. Um de seus auxiliares confessa que a administração pública fica extremamente prejudicada por este múltiplo jogo de pressões, que faz o país andar aos solavancos.

O jornalista inglês Richard Gott<sup>5</sup> assinala que “no transcurso do ano de 1999 se deu pouca importância às decisões e às ações de governo em matéria de economia, apesar de o debate da matéria na Assembléia Constituinte ter suscitado várias manchetes de imprensa”. Ele recorda um episódio emblemático dessa fase:

“O embaixador dos Estados Unidos em Caracas, John Maisto, passou a maior parte de seu tempo tentando convencer Chávez a subscrever o

---

<sup>5</sup> GOTT, *op. cit.*, p. 212 e 214.

tratado de promoção e proteção do investimento estrangeiro, que todos os demais países latino-americanos se viram obrigados a assinar. Maisto tentou que o acordo fosse assinado antes da primeira sessão da Assembléia Constituinte, prevendo que esta assembléia nacionalista se oporia aos seus termos. Descobriu estar batendo na porta aberta. O governo tranqüilamente aceitou o tratado em outubro. Chávez assegura que isto aconteceu enquanto ele estava em viagem ao exterior”.

O decreto nº 356, “com nível e força de lei”, é datado de 3 de outubro, uma semana antes da viagem. Em suas disposições gerais, está escrito:

“Este decreto-lei tem por objetivo prover os investimentos e os investidores, tanto nacionais como estrangeiros, de um marco jurídico previsível, no qual estes e aqueles possam desenvolver-se num ambiente de segurança, mediante a regulação da atuação do Estado face a tais investimentos e investidores, com vistas a alcançar o incremento, a diversificação e a complementação harmônica dos investimentos em favor dos objetivos do desenvolvimento nacional”.

O objetivo do novo governo na esfera econômica começava a se definir. Iria promover várias alterações na ordem institucional do país, mas necessitava mostrar ao mundo que isso respingaria muito pouco no campo dos negócios. Chávez sabia que necessitava urgentemente de dólares para cumprir seus objetivos de diversificar o aparato produtivo, alavancar algum tipo de crescimento econômico, sair da recessão, gerar empregos e fazer seu governo decolar. Uma prova de que o governo fazia o máximo para atrair investimentos é relatada por Edgardo Lander: “A política de concessão de telefonia móvel foi extremamente elogiada pela imprensa financeira internacional e o combate à inflação se faz de acordo com as normas clássicas”<sup>6</sup>.

A crise que envolve a Venezuela é anterior ao período Chávez. Em agosto de 2000, a revista inglesa *The Economist* assim resumiu os dramas daquela parte do Caribe:

“Há uma geração, a Venezuela era um dos países mais ricos da América Latina e, aparentemente, uma das suas mais sólidas democracias, com o poder mal ou bem se alternando entre dois partidos. A aparência não se sustentou: a prosperidade era baseada no alto preço do petróleo, que por sua vez financiava um sistema político de pilhagem, compadrismo e

---

<sup>6</sup>Entrevista em 20 de maio de 2002.

corrupção. Quando o preço do petróleo desabou na metade dos anos 1980, a Venezuela descambou para a pobreza e para a agitação política”<sup>7</sup>.

O investimento direto estrangeiro no país é muito baixo. A média mensal, a partir do início de 2000, tem sido de US\$ 30 milhões. O ano de 2002 fechou com um total de US\$ 296 milhões investidos. Se compararmos com o Brasil, onde uma entrada anual abaixo de US\$ 10 bilhões mostra-se preocupante, constataremos que mesmo para um país menor a performance é sofrível. Estes dados mostram que, apesar de seus acenos aos investidores, Chávez não é um parceiro confiável para o capital internacional.

Números são um pouco tediosos, mas vale a pena checá-los. Vamos ver o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB)<sup>8</sup>. No primeiro ano do governo Chávez, sua queda foi de 6,1%. Em 2000, cresceu 3,2%, um percentual razoável em comparação com o restante da América Latina. No ano seguinte, o crescimento foi menor, chegando a 2,8%. Mas em 2002 – com um golpe, um locaute e o aumento da fuga de capitais – o desempenho foi desastroso: a queda chegou a 8,9%.

Mas se voltarmos nosso foco para o comportamento de outra variável, a dívida pública, veremos que ela não é significativa em relação ao PIB. O débito externo caiu de US\$ 25,5 bilhões, em 1996, para US\$ 22,5 bilhões, no final de 2002. O PIB é de US\$ 94,3 bilhões<sup>9</sup>. No entanto, a dívida interna saltara espetacularmente de US\$ 1,4 bilhão para US\$ 10 bilhões no mesmo período. Mesmo assim, a relação dívida pública/PIB situa-se no confortável patamar de 29%. O Brasil, no mesmo período, apresenta uma dívida que passa dos 56% de seu PIB.

“Nós não temos problemas com a dívida externa; temos problemas com a dívida interna de curto prazo.”<sup>10</sup> As palavras são de Jorge Giordani, ministro de Planejamento e Desenvolvimento, na ampla sala de seu gabinete, no 26º andar de uma das torres do Parque Central, complexo arquitetônico erigido nos anos 1970, em plena euforia petroleira. É ele o principal formulador do programa de governo de Chávez. Engenheiro eletricista, especializado em telecomunicações e com doutorado em planejamento econômico, Giordani, 63 anos, foi também o orientador da pesquisa de mestrado de Hugo Chávez na Universidade Simon Bolívar. Alto, magro, com acentuada calvície e uma bem aparada barba branca, o ministro gosta de falar didaticamente enquanto traça gráficos num quadro branco à sua frente. Fica em pé para, calmamente, explicar o modelo alternativo

<sup>7</sup> “ENIGMA of the people”. *The Economist*, 24 ago. 2000.

<sup>8</sup> Todos os dados citados neste trecho têm como fonte o Ministério de Planejamento e Desenvolvimento da Venezuela ([www.mpd.gov.ve](http://www.mpd.gov.ve)).

<sup>9</sup> FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, *World Economic Outlook*, abr. 2003.

<sup>10</sup> Entrevista com Jorge Giordani em 17 de julho de 2003.

de desenvolvimento que o governo tenta viabilizar, voltado para “combater a pobreza e a desnacionalização”.

Giordani explica que “o serviço da dívida alcança US\$ 4 bilhões ao ano”, o que é “plenamente coberto pela receita petroleira”. O próprio Chávez também não coloca o problema do endividamento no topo de sua lista de preocupações. A Venezuela paga pontualmente suas obrigações internacionais. “Não creio que o assunto da dívida seja o elemento central para qualificar uma proposta de revolucionária ou não”, já disse o presidente uma vez<sup>11</sup>. E segue no argumento: “Se o governo tivesse se negado a pagar a dívida externa, seguramente o investimento internacional teria cessado”. Chávez fala hipoteticamente que gostaria de participar de uma nova articulação internacional. “Uma OPAE, Organização dos Países Altamente Endividados, na qual deveriam estar Argentina, México, Brasil, Venezuela etc.” para mudar o “esquema de pagamento atual”. Rejeita uma saída individual de seu país, como suspensão de pagamento ou outra qualquer, pois não teria, sozinho, força política para enfrentar o problema.

Sobre outro ponto nevrálgico das políticas neoliberais dos anos 1990, o governo também adota uma atitude de máximo cuidado. “Não privatizamos e nem falamos nisso, mas as empresas já privatizadas vão continuar assim.” Giordani refere-se especificamente à Cantv (telecomunicações), à Sidor (Siderurgia Del Orinoco) e à VIASA (Vias Internacionales Aéreas S. A., que desapareceu, após ser adquirida pela companhia espanhola Ibéria). As empresas de alumínio “estavam a um passo de ser vendidas antes da eleição de Chávez e o alvo prioritário era a PDVSA”, assegura Giordani.

Segundo ele, as tarifas das prestadoras de serviço de telefonia são reguladas firmemente pela Conatel (Comissão Nacional de Telecomunicações) e os contratos de privatização não envolveram a fixação prévia de preços ao consumidor. “Quiseram fazer isso aqui, mas nós impedimos.”

Para o ministro, a economia venezuelana sofre de dois problemas estruturais. O primeiro é o estancamento do investimento privado, que vem caindo desde 1980, enquanto o investimento público tem se mantido constante em cerca de 10% do PIB ao ano. O segundo problema refere-se à volatilidade dos preços do petróleo, numa economia extremamente dependente do produto. “Isso gera ciclos econômicos de curto prazo, sem que se alcance um período longo de estabilidade.”

É voz corrente no país, corroborada por Giordani, que na Venezuela ninguém paga fisco. “Estamos criando impostos sobre a renda e as taxas aduaneiras ainda são muito baixas”, diz ele. E apresenta números. A receita fiscal total alcança perto de 10% do PIB. Para efeito de comparação, no Brasil, a carga tributária soma

---

<sup>11</sup> Entrevista a Marta Hamecker, *op. cit.*, p. 135.

38% do PIB. O ingresso petrolífero gera ao Estado cerca de 12% do mesmo total. Quando o mercado internacional entra em baixa, a Venezuela enfrenta períodos de penúria prolongada. Somando-se tudo, o Estado arrecada anualmente pouco mais de 20% do total das riquezas produzidas ao longo de um ano, o que torna o setor público estruturalmente deficitário.

Mas Jorge Giordani também apresenta aspectos positivos na economia venezuelana. “Não temos nenhum acordo com o FMI, nossas reservas cambiais têm crescido – chegamos a US\$ 18,5 bilhões de reservas próprias – e nossas taxas de juros são negativas”, argumenta ele. (As reservas líquidas brasileiras, no mesmo período<sup>12</sup>, excluindo-se o empréstimo do FMI, eram iguais às venezuelanas.) Quem emprestar dinheiro ao governo recebe, depois de um ano, 18,5% a mais do que emprestou. Como a inflação anual é de 34%<sup>13</sup>, a taxa de juros real anda na casa dos 15,5% negativos. Reside aí um dos problemas de financiamento das contas públicas para a captação de recursos.

A economia de exportação petrolífera é permanentemente sujeita às altas e baixas cíclicas das cotações internacionais do produto. O historiador norte-americano John V. Lombardi<sup>14</sup> assinala que uma economia dependente como a venezuelana fica com sua ação governamental extremamente limitada quando tenta mudar os rumos de seu modelo.

“Em uma dinâmica quase desesperada, o governo apóia o ciclo de exportação [dependente do petróleo], a fim de gerar entradas suficientes para fazer funcionar sua burocracia e, com o excedente, tenta melhorar a sociedade e diversificar sua pauta de exportações. A economia de extração [petrolífera] o ata quase que por completo aos preços do mercado de exportação, e estes flutuam em ciclos de curto prazo. Conseqüentemente, o governo tem pouco tempo para atuar antes que os preços caiam e tenha início um novo ciclo. Muitas vezes, solicita empréstimos para prolongar ou acelerar o desenvolvimento e, ao fazê-lo, se torna ainda mais dependente da economia de extração para gerar fundos que lhe permitam pagar a dívida do país.”

A Venezuela atravessou também períodos de pesadas fugas de capital para o exterior. Chávez garante que “desde 1999 até 2002 saíram US\$ 32 bilhões”<sup>15</sup>, o equiva-

---

<sup>12</sup> Julho de 2003.

<sup>13</sup> Números de julho de 2003.

<sup>14</sup> LOMBARDI, John V. “Prólogo”. In: ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel, *op. cit.*, p. 12 e 13.

<sup>15</sup> Entrevista coletiva no Palácio de Miraflores em 11 de abril de 2003.

lente ao total da dívida pública. Giordani compara estes e outros problemas às “*pragas do Egito* que estamos enfrentando”, em alusão a conhecida passagem bíblica.

A primeira grande catástrofe que o governo enfrentou aconteceu um dia depois do referendo popular que aprovou a Constituinte, em 15 de dezembro de 1999. Este é o mês das chuvas no Caribe e de tempestades na Venezuela. Mas naquela quarta-feira os céus escureceram muito mais que o normal nas cercanias do aeroporto internacional de Maiquetía, região oeste, a 30 quilômetros da capital. Pesadas nuvens cobriram cidades da costa, como Macuto e Catia La Mar. E, então, as nuvens descarregaram um volume de água poucas vezes visto por ali ao longo do século que se findava. Caracas também viu as águas escorrerem aos borbotões dos morros que a rodeiam. O *cerro Ávila*, ponto para onde invariavelmente se dirigem hordas de turistas, com sua formidável vista de toda a cidade, se transformou numa imensa cascata. Os jornais da época garantem que a inundação teria sido maior até mesmo do que uma histórica catástrofe pluvial ocorrida exatamente 50 anos antes. Os c culos falam em 150 mil afetados, 20 mil feridos e cerca de 250 mortos<sup>16</sup>. Os estragos se concentraram especialmente no estado Vargas, próximo a Caracas, que teve bairros inteiros desaparecidos sob a lama, ao mesmo tempo que ocorriam tempestades também nos estados de Zulia, Falcón, Yaracuy, Táchira e Miranda.

Um bispo, mais abusado, chegou a insinuar que se trataria de um castigo de Deus ao governo, sendo prontamente repreendido pelo então ministro das Rela es Exteriores, José Vicente Rangel<sup>17</sup>. O governo colocou o exército e todo aparato possível para reduzir as propor es da tragédia. Era uma questão humanitária que também carregava seu viés político: a oposi o começava a criticar o fato de Chávez haver “dividido” a sociedade venezuelana entre ricos e pobres, o que atrapalharia a união necessária numa hora dessas.

“Esta catástrofe nos custou centenas de vidas humanas. Uma coisa horrível! Os prejuízos alcançaram US\$ 3,5 bilhões”, lamenta Jorge Giordani.

E, no quadro branco, ele lista os montantes das outras *pragas*. “A segunda delas foi o golpe de 11 de abril, no qual perdemos entre US\$ 1 bilhão e US\$ 2 bilhões. E na sabotagem do *paro* de dois meses, iniciado em dezembro de 2002, o prejuízo situa-se entre US\$ 7 bilhões e US\$ 10 bilhões”. O ministro arrola tr s prejuízos brutais.   lembrado que as *pragas do Egito* eram sete. Faltariam ainda quatro para o governo Chávez? O velho engenheiro ri e balança a cabeça: “Não, tomara que não”.

Francisco Natera, ex-presidente da Fedec maras e ministro para as Zonas Especiais de Desenvolvimento Sustentável, é um dos empresários que se aproximou do chavismo nos últimos anos. Natera faz coro com seu colega de gabinete:

<sup>16</sup> “GOBIERNO estima 150 mil damnificados”. *El Universal*, Caracas, 18 dez. 1999.

<sup>17</sup> GOTT, *op. cit.*

“Em 2000, fechamos nossas reservas internacionais ao redor de US\$ 21 bilhões, que eram as maiores reservas, em relação ao tamanho da população, de toda a América Latina. A inflação estava ao redor de 11% e fazíamos projeções para baixá-la a um dígito em 2002. Estávamos começando um período de crescimento com um índice de aproximadamente 3,2% do PIB e o desemprego havia começado a cair. Porém, após o atentado de 11 de setembro às torres gêmeas, em 2001, o preço do petróleo caiu a US\$ 14 o barril e as dificuldades tiveram início. O *paro* geral de 10 de dezembro de 2001, o golpe de 11 de abril e o *paro* de dezembro de 2002 afetaram a confiança dos investidores em nosso país. Tudo convergiu para assestar um dano criminoso na economia”<sup>18</sup>.

Apesar de toda a ortodoxia no campo macroeconômico, o governo tem aumentado significativamente os gastos nas áreas sociais. O investimento em educação, que representava 3,2% do PIB quando Chávez foi eleito, em 1998, alcançou 4,6% em 2003, numa progressão constante. Os dispêndios com a área de saúde, no mesmo período, saltaram de 1,3% para 1,58% do PIB. E na Seguridade Social o aumento foi ainda maior: entre 1998 e 2001, os números mostram que passaram de 1,3% para 3,4% do PIB <sup>19</sup>.

Um outro aceno que o líder venezuelano fizera em seu discurso de posse deu-se em relação aos países do continente sul-americano. “As negociações entre a Comunidade Andina e o Mercosul devem continuar”, disse ele naquela tarde de fevereiro de 1999, no plenário do Senado. “Há que se pisar no acelerador”, enfatiza, ao advogar “também a possibilidade de se fazer algum acordo de livre comércio com o Mercosul”. E sentencia: “Eu serei um pregoeiro e um incentivador, até onde possa, dos processos de integração. Mas queremos uma unidade que vá muito mais além do intercâmbio comercial, queremos algo mais completo e profundo”.

Chávez tocava aí num de seus temas prediletos, o da integração latino-americana, o qual perseguiria tenazmente ao longo de sua administração.

---

<sup>18</sup> Palestra em Caracas em 10 de abril de 2003.

<sup>19</sup> Fonte: Ministério do Planejamento e Desenvolvimento da Venezuela ([www.mpd.gov.ve](http://www.mpd.gov.ve)).

## *Quem se habilita*

---

EM NOVEMBRO DE 2001, mais precisamente no dia 13, uma terça-feira, entre 10 e meia e 11 da noite, Hugo Chávez tornou público, em cadeia nacional, o mais ousado lance de seu governo em matéria de economia, até então. Olhando fixamente para a câmera, o presidente informava terem sido concluídos todos os dispositivos da “segunda Lei Habilitante da *Revolução*, justamente no prazo concedido pela Assembléia Nacional”. O enquadramento se afastou um pouco e a tela da tv mostrou que ali também estava reunido o conselho de ministros. “Todos opinaram, ouvimos todos os setores, foram milhares de pessoas a participar desse processo.”<sup>1</sup>

O chefe do Executivo reconheceu não poder agradecer a todos, pois “acima de tudo está o interesse da nação”, e garantiu estarem as leis orientadas para o desenvolvimento econômico e social e para a atração de investimentos nacionais e internacionais. “Aprovamos 49 leis em um ano, uma por semana”, sublinhou. Na verdade, os dispositivos foram aprovados em bloco. O presidente queria dizer que o fato equivalia a aprovar uma norma por semana. E passou a listar as mais importantes entre as regras promulgadas: Lei de Terras, Lei de Pesca, Lei de Hidrocarburos, Lei das Cooperativas, Lei Geral dos Portos, Lei do Sistema Microfinanceiro, Lei do Setor Bancário, Lei de Aviação Civil, Lei do Sistema Ferroviário, Lei da Segurança Cidadã, Lei de Zonas Costeiras, Lei de Gás e Eletricidade, Lei da Marinha, Lei de Caixas de Poupança, Lei do Turismo, Lei do Fomento e Desenvolvimento da Pequena e Média Indústria, Lei do Estatuto da Função Pública e Lei de Licitações, entre outras.

---

<sup>1</sup> “Hugo Chávez anunció segunda Ley Habilitante”. *El Universal*, Caracas, 14 nov. 2001.

O ato representou um verdadeiro cataclismo nos rumos da administração pública. O governo intervinha, de uma penada, em inúmeros dos pontos mais sensíveis da vida nacional, buscando concretizar vários itens da Constituição, aprovada dois anos antes.

Entre todas as novas normas, três, em especial, provocaram a ira das elites econômicas venezuelanas: Lei de Terras, Lei de Pesca e Lei de Hidrocarburos.

A primeira delas, a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, é razoavelmente extensa. Desenvolve-se ao longo de 281 artigos e desce a minúcias sobre a função social da propriedade, a ocupação, a produtividade e a ociosidade da terra, a taxa dos lotes e os direitos dos proprietários, além de criar o Instituto Nacional de Terras (INT), com estrutura em todo o país, terminando por traçar as bases para uma reforma agrária.

Em sua exposição de motivos, a norma legal afirma que “A Constituição [...] pretende implantar os meios necessários para a eliminação integral do regime latifundiário, como sistema contrário à justiça, ao interesse geral e à paz social no campo”.

Um dos pontos mais polêmicos da lei é definido pelo capítulo que trata da criação “do registro agrário”. Este “terá por objetivo o controle e inventário de todas as terras com vocação agrária”, compreendendo informações jurídicas, físicas e de avaliação das propriedades. A partir daí, os donos devem se “inscrever nos escritórios de registros de terras do INT, o qual expedirá o certificado [de propriedade]”. A lei é especialmente rigorosa com as terras ociosas, cujos proprietários devem provar sua utilização ou processos de melhorias ali estabelecidas. A expropriação somente será realizada caso o dono não apresente “título suficiente de propriedade” ou prova de produtividade do terreno.

Traduzindo: os que se reivindicam proprietários de determinada área acima de 10 mil hectares devem apenas apresentar ao poder público a documentação comprovando a posse. Se tudo estiver regularizado, não há problemas. Mas, caso a propriedade não esteja documentada, abre-se um processo de desapropriação.

Foi o que bastou para céus e terras desabarem contra o governo. Uma campanha televisiva, que começava com rufar de tambores e uma tela toda negra, exibia pés descalços passando por cercas e culminava com um alerta: “As invasões atentam contra a propriedade privada”. Uma das alegações é que o dispositivo legal incentivava o “caos no campo”. O diretor da Câmara de Comércio de Caracas, Vladimir Chelminski, argumentou que a norma “nega os verdadeiros direitos de propriedade”. E investe contra o que julga impossível: “a transmissão de seus títulos desde 1848”, algo que a lei não menciona em momento algum. Mas sua contrariedade desdobra-se para comentar que “esta impossibilidade se deve a que, em boa parte do país, os registros de proprieda-

de rural, quando existiam, estavam mal definidos, e muitos deles foram destruídos em nossa convulsionada história”<sup>2</sup>.

O articulista Alfredo García Deffendini, do jornal *TalCual*, de propriedade de Teodoro Petkoff, assim se pronuncia, em 18 de dezembro: “A Lei de Terras parece ter sido redigida por assessores cubanos, onde o Estado é proprietário de tudo e seus habitantes usufruem suas dádivas”, o que faria “o campesinato regressar ao *status* que possuía na Idade Média”. Por fim, acusa a norma de ser “perigosa, por seu conteúdo fascista-marxista”.

A ministra de Produção e Comércio, Luísa Romero, em entrevista à tv, rebateu as críticas: “Se quisermos desenvolver o setor agrícola, há que se fazer a terra produzir. Não pode haver terra ociosa”. Luísa enfatizou ainda que “a terra deve ser de quem a cultive”.

Mas a campanha midiática contra a lei foi maior do que os argumentos a seu favor, servindo de mote para o primeiro *paro* geral de 10 de dezembro de 2001, capitaneado pela Fedecámaras e pela Central de Trabalhadores da Venezuela. Maximilien Arvelaiz destaca o “absurdo da situação”: “Aqui, 80% da população vivem nas cidades e não serão afetados em nada pela Lei de Terras. No entanto, a campanha da oposição tentava convencer as pessoas de que seus direitos seriam desrespeitados”.

A Lei de Pesca e Aqüicultura enfrentou sorte semelhante. Seus 103 artigos definem as modalidades de pesca permitidas no país. Logo na exposição de motivos, é lembrado o fato de que a “Venezuela é o país pesqueiro mais importante da área do Caribe”. O texto foca sua atenção na “pesca artesanal” e na “pesca industrial”. Um de seus objetivos é proteger a primeira modalidade por “empregar tecnologia de baixo impacto” e por manter cerca de “40 mil empregos diretos e 400 mil indiretos”. Sobre a variante industrial, a regulação legal afirma que “a intensa exploração [...] provocou o colapso do camarão branco e do cação no golfo da Venezuela”, além de abalar fortemente o ecossistema da região.

A indústria da pesca atacou prioritariamente o artigo 21 e o artigo 72. O primeiro deles delimita que

“Dado o interesse alimentar estratégico do país, se reserva com exclusividade aos pescadores artesanais tradicionais a exploração de [...]: sardinha, ostra pérola, moluscos, camarões, caranguejos, recursos pesqueiros da linha da costa, dentro de uma franja de 6 milhas de largura e de rios e outros ambientes aquáticos continentais”.

---

<sup>2</sup> CHELMINSKI, Vladimir. “La Ley de Tierras agravará problemas sociales”. *El Nacional*, Caracas, 2 dez. 2001.

Ampliava, com isso, de 3 para 6 milhas a faixa marítima para pesca artesanal, em detrimento da industrial. O segundo tópico normatiza as dimensões das embarcações aptas para a atividade pesqueira e as submete a aprovação do novo Instituto Nacional de Pesca e Aqüicultura.

Pronto! Foi o que bastou para que a Fenapesca – Federação Nacional de Associações Pesqueiras – entrasse na Justiça, interpondo um recurso de “nulidade por ilegalidade e inconstitucionalidade” da nova lei. A entidade empresarial alega que o texto oficial realiza uma distinção entre pesca artesanal e industrial “que chega a ser odiosa, fazendo com que o pescador artesanal [...] permaneça em seu estado de miséria e pobreza, pois o Estado não lhe outorga nenhum incentivo para crescer e desenvolver-se”. Por fim, a Fenapesca insurge-se contra o limite de 6 milhas a partir do qual poderá desenvolver suas atividades. “É bem sabido que a pesca industrial baseia suas operações entre 3 e 6 milhas [da costa]”.

O fortalecimento do controle estatal da atividade petroleira, por meio do Ministério das Minas e Energia, é o aspecto central da Lei de Hidrocarburos. Suas disposições gerais afirmam que:

“Os ingressos que, em razão dos hidrocarburos, receber a nação propiciarão o financiamento da saúde, da educação, de fundos de estabilização macroeconômica e do investimento produtivo, de maneira que se obtenha uma apropriada vinculação do petróleo com a economia nacional, toda ela em função do bem-estar do povo”.

É uma lei bem mais enxuta – 68 artigos – que as duas anteriores, e, por meio dela, se procura reduzir decisivamente a autonomia da PDVSA em relação ao poder público, acentuada na década de 1990, quando se chegou a cogitar sua privatização. Ao longo de seu texto, detalha-se o aumento dos repasses a título de *royalties* e impostos que o Estado, como seu único proprietário, deve receber.

A contrariedade aqui também não foi desprezível. Humberto Calderón Berti, ex-presidente da OPEP (1979-1980) e da PDVSA e quadro político do COPEI, afirmou que a lei afeta toda a população, “pois dificulta o desenvolvimento petroleiro, já que deterá os investimentos”, o que gerará “mais desemprego e recessão”<sup>3</sup>.

As 49 Leis Habilitantes representam uma guinada no rumo até então comedido de Chávez em matéria de economia. Constituem-se numa espécie de novo programa de governo e selam o fim da convivência civilizada das classes dominantes

---

<sup>3</sup> *Finanzas.com*, 30 nov. 2001.

com os novos ocupantes de Miraflores. O conjunto de medidas foi também a lenha que a oposição usou para atizar a fogueira do primeiro *paro* empresarial. Os setores afiliados à Fedecámaras opuseram-se vigorosamente a cada um dos dispositivos legais. Seis dias depois, a entidade, já presidida por Pedro Carmona, insistiu diante da Assembléia Nacional que fosse declarada a inconstitucionalidade de todos eles como ponto de honra para estabelecer um diálogo com o governo. O que se viu foi um diálogo de surdos, por conta da então razoável maioria de que o oficialismo dispunha na Casa. O empresariado saiu de cara fechada da reunião com os deputados e Carmona declarou ter participado de uma longa e estafante reunião com excessivos discursos políticos, e ameaçou: “As pessoas que buscam desestabilizar as Forças Armadas serão penalizadas”<sup>4</sup>.

Mas o conjunto da obra é que mobilizou o empresariado. As diversas entidades afiliadas à Fedecámaras se manifestaram concomitantemente contra a coleção de leis, aderindo à chamada para um protesto nacional no dia 10 de dezembro de 2001, quando toda a Venezuela deveria parar suas atividades<sup>5</sup>. Eles tinham agüentado os discursos, as provocações, as sete eleições, a Constituinte e um presidente – diziam abertamente – “desequilibrado”, mas aquela fieira de normas e disposições era demais.

Convocaram a “sociedade civil”, um conceito impreciso por natureza, mas que na Venezuela assume um caráter muito determinado. “São os setores médios e altos”, espeta o sociólogo Edgardo Lander<sup>6</sup>, “que apresentam uma conotação de civil como *civilizados*. Os outros seriam os bárbaros”. O conceito surgiu a partir de uma modalidade de organização comunitária muito em voga nos bairros elegantes da parte leste de Caracas, nos anos 1990, as associações de vizinhos, que se formaram para debater questões de segurança, limpeza de ruas e campanhas específicas, numa época em que o movimento popular era bastante acanhado. “No início parecia algo democratizante, mas hoje se vê que defendiam um conceito de cidadania excludente e restrito, de matriz liberal”, reflete o sociólogo. Coisa de *gente de bem*. O fenômeno, a certa altura, cruzou-se com o pensamento neoliberal, adotando o discurso antipolítico, antiestado e antipartido. E acabou gerando o núcleo central da oposição a Chávez.

Esta é a *sociedade civil*, da qual os pobres e os mestiços não pegam nem as beiradas, convocada para aderir ao protesto contra “este governo que quer abolir a propriedade privada”, que recebe Fidel Castro com mesuras e rapapés e que procura “dividir nosso país em ricos e pobres”, abstraindo o fato de que “somos todos venezuelanos”<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> *El Dia* (Espanha), 16 dez. 2001.

<sup>5</sup> “Apoyo casi total a Fedecámaras”. *El Universal*, Caracas, 21 nov. 2001.

<sup>6</sup> Entrevista em 19 de julho de 2003.

<sup>7</sup> Expressões colhidas em diversos depoimentos ao longo de uma grande marcha oposicionista, em 11 de maio de 2002.

O representante do setor industrial<sup>8</sup>, Juan Calvo, membro da *sociedade civil*, protesta contra o fato de o governo não ter “nos escutado para aprovar uma Lei da Pequena e Média Indústria, que nada tem a ver com as idéias discutidas durante mais de mil reuniões com seus membros”. Vicente Lozano Rivas, representante do setor bancário, explica que o Executivo não atendeu a nenhuma das observações feitas a respeito da Lei de Bancos. Fedor Saldivia, falando em nome dos meios de comunicação, assinala que a solidariedade com os demais setores motiva o apoio à proposta de paralisação. Empresários de turismo, energia, proprietários rurais engrossam o coro antigovernista. José Luis Betancourt, criador de gado, convoca as Forças Armadas para fazer valer o Estado de direito. E todos exigem que o presidente de sua entidade, Pedro Carmona Estanga, radicalize suas posições contra a Lei de Terras. Querem do governo um “diálogo nacional”. Convoçam todos a parar suas atividades por um dia. Expressam, segundo a Coordenação Andina de Juristas, que na “Venezuela existe um clima de desobediência civil, cuja explicação está nas condições psicológicas do primeiro-mandatário, o que faz os venezuelanos duvidarem da recuperação da normalidade, do equilíbrio e da governabilidade”.

Ex-governadores convocam o desacato às leis. Oposicionistas na imprensa asseguram que a Venezuela caminha para um autoritarismo neocomunista, com Chávez “agredindo a propriedade privada, os jornalistas, a liberdade de expressão e as províncias”. Todos ao *paro!* Todos ao *paro!* Todos ao *paro!* Está no rádio, no jornal e na televisão. Todos ao *paro!*

O pesquisador Luis Lander, irmão de Edgardo, pensa que Chávez cometeu um erro político no encaminhamento do pacote de 49 leis, por meio de um decreto do Executivo. “Vendo as coisas agora, passado o tempo, poderia ser tentada uma outra via para sua aprovação”, diz ele. “O chavismo possuía uma forte maioria na Assembléia Nacional e as leis teriam grande chance de ser aprovadas após um amplo debate, o que poderia lhes dar maior sustentação política.”<sup>9</sup>

Dez de dezembro de 2001, fim de tarde em Caracas. A oposição canta vitória. Alega que 90% das atividades econômicas aderiram ao protesto. O governo retruca que a manifestação teve alguma expressão em certas regiões de Caracas, mas não repercutiu no interior. Pedro Carmona exhibe o sorriso relaxado de um vencedor. A imprensa toda corre para ouvi-lo. “Nasce uma nova Venezuela”, é sua sentença. A resposta da *sociedade civil* foi “contundente e cristalina”<sup>10</sup>. Carmona é

---

<sup>8</sup> As informações deste parágrafo foram tiradas do *El Universal*, 3 dez. 2001.

<sup>9</sup> Entrevista com Luis Lander em 17 de julho de 2003.

<sup>10</sup> “PARO total”. *El Universal*, Caracas, 11 dez. 2001.

o homem. Carmona sintetiza todas as tendências opositoras. “Já não somos *escuálidos*”, vaticina o líder empresarial, agora promovido a dirigente político. Carmona ergue os braços. Acena. Carmona definitivamente é o homem.

No edifício da Fedecámaras, no município de Chacao, o mais abastado da região metropolitana de Caracas, vários outros líderes empresariais dão entrevistas e declarações. A sede da entidade, um discreto prédio de sete andares, situado numa rua estreita, estava literalmente cercado por policiais e carros blindados das prefeituras de Mayor e de Chacao, apoiadoras do evento.

Carmona não se continha. “É uma demonstração de miopia do governo virar as costas para a realidade nacional e para o sentimento das grandes maiorias. A responsabilidade de um estadista é reunificar o país, não estimular a luta de classes.”

Estava quase tudo pronto para o 11 de abril do ano seguinte.

## *Yes, nós temos petróleo*

---

*Ahora que el petróleo es nuestro  
no quiero ver pordioseros  
enfermos sin hospitales  
y muchachos sin liceo.<sup>1</sup>*

Ali Primera

O CALOR DA TARDE É SUFOCANTE. Quarta-feira, 4 de dezembro de 2002. Nenhuma novidade, as altas temperaturas são uma constante na região. Com um monótono ronco de motor, o gigantesco navio-tanque Pflin Leon reduz gradativamente a velocidade e pára. As âncoras deslizam abaixo de seu casco vermelho, em meio a águas poluídas, e tocam o leito do canal de navegação do lago Maracaibo, pouco mais de dez metros de profundidade. Adiante está o golfo da Venezuela, entrada para o mar do Caribe.

Em instantes a tripulação anuncia sua adesão ao segundo *paro cívico nacional*, outro locaute empresarial, convocado pela oposição há dois dias. O objetivo, mais uma vez, é tentar forçar a renúncia de Hugo Chávez à presidência da República. Ele já enfrentou uma paralisação menor, um ano antes, como visto no capítulo anterior. Venceu o golpe de abril e se vê diante de uma nova contenda. Da cabine de comando vem a decisão: a barcaça, pertencente à Petróleos de Venezuela S. A. (PDVSA), carregada com 280 mil barris do óleo negro, ficará ali por “tempo indeterminado”.

Com seus 12 mil quilômetros quadrados, o lago Maracaibo representa o coração petrolífero do país. Dos 3 milhões de barris diários produzidos pela Venezuela, a região entra com 1,8 milhão. Situa-se no estado de Zulia, a 800 quilômetros de Caracas. Para quem olha no mapa, assemelha-se a uma gigantesca gota caindo sobre o norte do continente. Espalhadas por suas águas e margens sucedem-se

---

<sup>1</sup> *Agora que o petróleo é nosso/não quero ver mendigos/doentes sem hospitais/e rapazes sem escola.*

milhares de torres, que o transformaram ao mesmo tempo numa formidável fonte de riquezas e num desastre ecológico completo.

A convocação empresarial já conseguiu paralisar parte do comércio de Caracas, especialmente nas regiões de classe média alta. Lojas de *shopping centers*, restaurantes e mesmo parte das indústrias privadas fecharam suas portas. O movimento estendeu-se por algumas cidades médias, mas exibia um alcance ainda discreto. Quando atinge o Pilín Leon, porém, a coisa muda de figura. Começava ali a adesão da indústria petroleira à maior paralisação da atividade econômica que aquela região do Caribe já conheceu em toda a sua história.

“É um ato de pirataria!”, classificou Hugo Chávez, no início da noite.

Ele sabia, a partir daquele momento, que a batalha tomava uma proporção capaz de abalar a economia nacional e seu próprio poder político.

Horas depois, anunciavam sua adesão ao *paro* os navios-tanque Moruy e Morichal, bem como grande parte da frota da PDV Marina por todo o país. Aos poucos, os principais portos e unidades da empresa encerraram suas atividades. O centro político da paralisação havia se deslocado para as partes vitais da economia venezuelana. Quando a movimentação oposicionista atinge a produção de petróleo, a Venezuela estanca.

“Poucas coisas ocorrem na Venezuela que não tenham, direta ou indiretamente, a ver com petróleo.” A frase, dita com a tranqüilidade de quem constata o óbvio, é de Margarita López-Maya. Ela sintetiza o que tem sido a história de seu país ao longo do último século. Petróleo também é o pano de fundo sobre o qual se movem o governo Chávez e seus oponentes.

Assim, não é de surpreender que as peripécias da tripulação do Pilín Leon, que se estenderam por quase toda a PDVSA, tenham atingido a jugular da economia nacional.

Não fosse pelo ouro negro, a Venezuela seguiria sendo o que era no início do século xx: “Um país pobre e de escassa relevância na América Latina”, diz ela, na sala de seu apartamento, repleto de estatuetas e peças de artesanato latino-americano.

No fundo, a disputa política por estas terras sempre se deu em torno da questão crucial: quem manda no petróleo? O combustível moldou períodos ditatoriais e democráticos e serviu de amortecedor da luta de classes nos períodos de bonança, quando o preço do produto disparou no mercado internacional, entre as décadas de 1970 e 1980. Motor e carburante de uma região primário-exportadora até os anos 1920, ele transformou a face desta parte do continente em pouco mais de meio século, deixando para trás uma economia atrasada, baseada em cacau, café e criação de gado. Dois anos antes do final da década de 1920, a Venezuela tornou-se o segundo maior produtor mundial de petróleo, atrás apenas dos Estados Unidos.

Um intenso processo de urbanização e modernização culminou com uma prosperidade fulgurante a partir da década de 1970. Suas classes médias e altas passaram a

ostentar um padrão de vida inigualável para qualquer outro país latino-americano: viagens internacionais, apartamentos em Miami, consumo desenfreado de bens importados e a sensação de que haviam finalmente transposto os umbrais do decantado “primeiro mundo” davam o tom da vida cotidiana. Caracas sofreu transformações radicais. Vias expressas e elevadas rasgaram quarteirões e bairros. Largas avenidas se abriram onde antes só existiam acanhadas vielas e um moderno metrô começou a circular pelas entranhas da capital. Uma arquitetura monumentalista, feita de concreto e vidro, espalhou-se pelas zonas central e leste. O complexo do Parque Central foi erguido por essa época: um imenso conjunto de edifícios residenciais e comerciais, que contempla duas torres de 27 andares, o gigantesco teatro Teresa Carreño – cuja sala principal dispõe de 2.400 lugares –, supermercados, livrarias, restaurantes, milhares de salas, apartamentos, lojas, ministérios, órgãos públicos etc. Nada detinha a fúria edificadora da *Venezuela petrolera*. E, coroando tudo, a sensação de que ninguém precisava pagar impostos, pois o dinheiro brotava do solo, como mágica. A bomba impulsionadora desse mundo era a poderosa PDVSA, criada a partir na nacionalização, em 1976, e que se converteu na maior empresa da América Latina.

Margarita López-Maya e seu marido, o engenheiro e pesquisador Luis Lander, sublinham um traço fundamental da economia venezuelana no século xx: “A modernização financiada pelos petrodólares sempre teve pés de barro”. A extrema dependência da exportação petroleira, ao mesmo tempo que dinamizava o mercado, inibia o surgimento de atividades alternativas<sup>2</sup>. Na verdade, o produto movimentava não apenas a economia, mas toda a dinâmica política e social venezuelana. Ele moldou o Estado, a sociedade, as relações entre as classes sociais, a vida institucional, os partidos políticos, o modo de vida e as expectativas dos venezuelanos ao longo de todo o século xx. A sensação de uma riqueza ininterrupta, que aparentemente anestesiava os conflitos sociais, trouxe ao país a idéia de que aquela região caribenha constituía-se numa exceção em relação a uma América Latina em crise permanente. Essa percepção foi a marca principal das décadas seguintes à derrocada da ditadura exercida em sua plenitude pelo general Marcos Perez Jimenez, entre 1948 e 1958.

Para entender o governo Chávez e o que de fato está em disputa nele, é preciso compreender a estreita inter-relação entre petróleo, poder, dinheiro e sociedade. É preciso retroceder um pouco no tempo. Mais tarde voltaremos ao Pilín Leon e ao *paro*.

A Venezuela adentra o século xx como um país agrícola, despovoado e empobrecido, de reduzida importância no cenário internacional<sup>3</sup>. A geografia era, em

---

<sup>2</sup> LOMBARDI, John. *El permanente dilema de Venezuela: antecedentes de las transformaciones chavistas*. In: ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel, *op. cit.*, p. 15.

<sup>3</sup> YERGUIN, Daniel. *O petróleo, uma história de ganância, dinheiro e poder*. São Paulo, Scritta Editorial, 1993, p. 230.

grande parte, desconhecida e as estradas, escassas. A crise batia às portas, com uma dívida pública equivalente a quatro vezes o orçamento nacional. Fazendeiros e exportadores concentravam o grosso da riqueza, o que condenava a maioria da população – 85% vivendo em zonas rurais – à miséria crônica.

Independente da Espanha desde 5 de julho de 1811, a Venezuela viveu um longo período de instabilidade, ao longo do século XIX. A partir da morte de Simón Bolívar, o *Libertador*, em 1830, o país viu acentuarem-se as disputas pelo poder. O regime que o separou da Grande Colômbia (formada por Venezuela, Colômbia e Equador, grande sonho unificador de Bolívar), estabelecido neste mesmo ano, buscava acomodar interesses de caudilhos regionais. Somente com a Guerra Federal (1859-1863) houve o sepultamento definitivo da ordem herdada da colônia. Esta verdadeira guerra civil, predominantemente camponesa e antioligárquica, representou um marco histórico na luta pela democratização da sociedade venezuelana. Mas foi a partir do governo ditatorial do general Cipriano Castro (1889-1908) e, mais especificamente, no de seu sucessor, o também general Juan Vicente Gómez (1908-1935), que o caudilhismo regional foi liquidado e o poder foi centralizado a ferro e fogo.

Gómez assumiu a cadeira presidencial por meio de um golpe palaciano. Apesar de garantir, em seu manifesto de posse de 20 de dezembro de 1908, que viria “a desempenhar o poder Executivo nacional em virtude do título legal de que me invisto, sem ser impelido por nenhuma ambição pessoal”<sup>4</sup>, este general transformou a Venezuela em um feudo privado. Seu primeiro ato foi pedir a “proteção” militar norte-americana para estabilizar o governo. A contrapartida foi abrir o país ao capital estrangeiro.

Embora próximas no tempo, as ditaduras de Cipriano Castro e José Vicente Gómez não podiam ser mais distintas em relação ao país que comandavam. A Venezuela gomezista deixou para trás as velhas bases agrícolas e adentrou o mundo do petróleo. Em pouco mais de duas décadas, passou de uma imensa fazenda primitiva para um país de importância estratégica no mundo capitalista. Estabelecendo a ordem nas finanças e regularizando o pagamento da dívida pública, Gómez solidificou o vínculo da região com a economia internacional.

A prospecção petroleira começara bem antes, de forma quase artesanal, na província de Táchira, em 1878. Somente quatro décadas depois teve início a intensa disputa pelas riquezas do subsolo por parte de empresas britânico-holandesas, em especial pelo consórcio Royal Dutch Shell, que começou a fazer prospecções na região do lago Maracaibo. Em sua esteira vieram outras, entre elas a Standard Oil of New Jersey.

---

<sup>4</sup> MIRANDA BASTIDAS, Haydée *et alii*. *Documentos fundamentales de la historia de Venezuela (1770-1993)*. Caracas, Editorial CEC, Los libros de El Nacional, 1999.

Apesar de enfrentar mosquitos, doenças tropicais e ataques indígenas, as empresas estrangeiras arrancaram do general Gómez uma legislação assegurando estabilidade política, administrativa e fiscal, além de condições definidas de concessões, *royalties* e cobrança de impostos. Em contrapartida, o Estado seria o inequívoco proprietário das jazidas, além de receber 15% do total produzido. A primeira Lei de Hidrocarbúntos data de 1920. O interesse do Estado nas sucessivas disposições legais sobre sua riqueza subterrânea – foram sete até 1938 – estava em buscar uma política orientada para a conquista de dois objetivos centrais: os maiores benefícios possíveis, mediante impostos altos, e crescentes intervenção e controle do Estado na administração do negócio<sup>5</sup>.

No final daquele 1920, um poço perfurado pela Shell, no campo de La Rosa, bacia do Maracaibo, começou a jorrar um volume de 100 mil barris diários. No ano seguinte, a produção se expande, com a descoberta do gigantesco campo de Mene Grande. Foi a deixa para que uma verdadeira corrida do óleo se estabelecesse na Venezuela. Gómez e seus aliados e familiares viram aí uma oportunidade para fazer dinheiro, muito dinheiro, por meio da criação de uma empresa de fachada para os negócios de sua *entourage*. O general era o maior proprietário individual de terras, na época.

Em oito anos o negócio explodiu: de modestos 1,4 milhão de barris por ano, a Venezuela produzia, no final da década de 1920, 137 milhões de barris. Já era o segundo produtor mundial, atrás, apenas, dos Estados Unidos. Não havia volta: aquela riqueza negra transformou a pátria de Bolívar numa economia rentista e importadora de bens industrializados, que fez a delícia das classes dominantes locais, inebriadas com o dinheiro fácil. A duríssima repressão da ditadura gomezista, por sua vez, era tudo o que as empresas estrangeiras queriam. Protestos de estudantes e trabalhadores – a classe operária estava em processo de formação – eram sufocados com selvageria e até mesmo a Universidade Central, em Caracas, foi fechada várias vezes.

Em 1926, segundo o censo, a Venezuela possuía 3 milhões de habitantes. Embora tenha havido uma migração de trabalhadores das regiões rurais para os campos petrolíferos, o regime do latifúndio, que dominava 80% das terras privadas, não se enfraqueceu, mas conviveu e complementou a nova fonte de riquezas. A sólida aliança entre as classes dominantes internas – burguesia comercial, bancária e latifundiária – e os monopólios estrangeiros dedicados ao negócio do petróleo, materializada na política de concessões, perdurou até a morte natural do ditador, em dezembro de 1935.

---

<sup>5</sup> LANDER, Luis E. "Gobierno Chávez: nuevos rumbos en la política petrolera venezolana?". In: *Poder y Petróleo en Venezuela*. Caracas, Faces-UCV e PDVSA, 2003.

O desaparecimento de Gómez legara uma indústria petrolífera em torno da qual toda a nação orbitava. Na esteira do desenvolvimento econômico, novas classes sociais estavam em formação: o proletariado petroleiro e urbano, uma incipiente burguesia industrial e pequenos e médios proprietários rurais<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> MAZA ZAVALA, D. F., “História de meio século na Venezuela, 1926-1975”. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina, história de meio século*, vol. 2. Brasília, Editora UnB, 1977.

## *Surgem os partidos*

---

A VIDA POLÍTICA MODERNA DA VENEZUELA começa após o fim do regime ditatorial do general Juan Vicente Gómez, em 1935. Em 17 de dezembro daquele ano, assume o poder outro militar de igual patente, Eleazar López Contreras (1883-1973), ministro da Guerra e da Marinha. Homem de confiança do caudilho anterior, Contreras chega ao palácio de Miraflores em meio à ruína da economia agrícola e a uma situação de miséria extremada para as amplas maiorias. A crise de 1929 fazia seus estragos no Caribe: desemprego em alta, baixíssimos salários e endemias corroíam a saúde da população.

“Embora fiel a Gómez, como chefe militar e de governo, López Contreras não era um gomezista em seu modo de pensar o país. Tampouco era, como os fatos demonstraram, um reformador profundo e nem avançado no político, no econômico e no social. Era um homem de transição, de compromisso, entre uma situação de força praticamente absoluta e uma saída progressiva à democracia liberal burguesa moderna”<sup>1</sup>.

Esta definição, do economista e historiador Domingo Felipe Maza Zavala, exprime bem o que foi o contraditório governo López Contreras.

Várias organizações e lideranças políticas haviam surgido clandestinamente ou no exílio, mas só vieram a ter existência legal a partir do desaparecimento da ditadura. Apesar de tentar legalizar várias características do regime recém-findo, Contreras tinha diante de si um país mais complexo, urbanizado e com uma classe

---

<sup>1</sup> MAZA ZAVALA, *op. cit.*

trabalhadora pequena, mas em acelerado processo de formação. Um fenômeno novo se apresentava diante do poder de Estado: o movimento de massas.

Mesmo assim, a intenção de parte das classes dominantes era prolongar a ditadura gomezista sem seu patrono. Tentando controlar qualquer foco de descontentamento popular, logo de saída o novo governo, em janeiro de 1936, editou um decreto que suspendia as garantias constitucionais. A reação popular foi instantânea e, no dia 14 de fevereiro, uma manifestação de protesto no centro de Caracas foi dissolvida violentamente, gerando algumas mortes. O fato alimentou a revolta nas ruas, que, no mesmo dia, se transformou numa formidável mobilização de 40 mil pessoas que reuniu trabalhadores, estudantes e professores em frente ao Palácio de Miraflores. A exigência básica era a real democratização do país. Na direção do ato estava o presidente da Federação de Estudantes da Venezuela, o estudante de direito Jóvito Villalba. Aos 28 anos, já era um ativista experiente: fora preso durante uma manifestação de protesto na Universidade Central seis anos antes. Rumara para um curto exílio em 1935 e voltara para tentar terminar seus estudos.

As movimentações, ainda nos tempos de Gómez, deram vivência a uma série de outras lideranças opositoristas gestada em fins da década anterior. Entre elas, havia os integrantes da *geração de 1928*, em alusão ao ano de uma rebelião estudantil na UCV, terrivelmente massacrada pela polícia de Gómez.

A entidade liderada por Jóvito Villalba sofreria uma cisão, meses depois daquela manifestação em frente ao Miraflores, liderada pelo militante da Juventude de Ação Católica Rafael Caldera, então com 20 anos. A nova associação denominava-se União Nacional Estudantil (UNE) e seria o embrião do partido social-cristão COPEI (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente), fundado em 1947.

Ao longo do ano de 1936, como consequência da ebulição política que começava a se manifestar no país, surgiram inúmeras organizações políticas. Uma delas denominava-se Organização Venezuelana (Orve) e era chefiada por um contemporâneo de Villalba nas rebeliões da UCV, em 1928, que também havia pouco retornara do exílio: Rómulo Betancourt (1908-1981), um dos futuros fundadores da Ação Democrática (AD), na década seguinte. Os três – Villalba, Caldera e Betancourt – seriam figuras-chave no desenho político da Venezuela na segunda metade do século, formariam as agremiações que vertebrariam a vida institucional durante quatro décadas, e dois deles – Caldera e Betancourt – chegariam à Presidência da República.

Um pouco antes e clandestinamente, em 1º de maio de 1931, fora fundado o Partido Comunista da Venezuela (PCV). Seu manifesto perguntava logo de saída: “O que quer o povo trabalhador?”. E em seguida respondia: “Quer libertar-se da

exploração e da tirania de Gómez, mas tampouco quer ver chegar ao poder outros caudilhos”.

O programa dos comunistas incluía a distribuição da terra aos que nela trabalham, nacionalização de empresas sob um governo operário-camponês, desconhecimento das dívidas, fim de concessões e privilégios “aos imperialistas”, jornada de trabalho de sete horas, educação gratuita, entrega de terra aos indígenas, entre outras consignas. Embora apresentasse um manifesto que não se definia claramente entre uma revolução antiimperialista e uma transformação socialista e sofresse uma pesada repressão por parte da ditadura, a simples existência de um partido comunista já era reflexo de profundas alterações na composição de classes da sociedade venezuelana.

O ano de 1936 terminou com uma greve de 37 dias dos trabalhadores em petróleo, iniciada em 14 de dezembro. As várias reivindicações dos manifestantes – reajuste salarial, assistência médica, moradia digna etc. – catalisaram o apoio de diversos setores da sociedade. A greve representou também a entrada da classe operária na cena política. E gerou, na outra ponta, uma onda repressiva feroz sobre dirigentes políticos e sindicais, o banimento de partidos de esquerda, de entidades populares – como a FCV, a UNE e a Confederação Venezuelana do Trabalho – e a expulsão do país de 48 militantes, entre eles Rómulo Betancourt. Figuras minimamente democráticas do governo foram afastadas, indicando sua decidida guinada à direita. O ano seguinte foi de confronto aberto do empresariado com a classe operária, sob as bênçãos de uma dura legislação repressiva. No entanto, do ponto de vista dos trabalhadores, alguns avanços foram conquistados, como uma lei trabalhista que embutia pontos importantes: jornada de oito horas, férias remuneradas, descanso semanal, direito de greve, direito de organização sindical, entre outros. Além disso, o governo de López Contreras aboliu a tortura como método repressivo da oposição, característica marcante do regime de Juan Vicente Gómez.

O PCV nunca tivera existência legal. Para a clandestinidade iria também o PDN (Partido Democrático Nacional), formado a partir de organizações como a Orve, de Rómulo Betancourt. O mundo progressista venezuelano se dividira em duas vertentes históricas, uma revolucionária e uma reformista. Tentativas de legalização foram negadas, até o final da administração de López Contreras, em abril de 1941. A eleição indireta, realizada pelo Congresso, não daria margem a muitas surpresas; o governismo era, disparadamente, a força dominante. Dois candidatos se apresentaram: o ministro da Guerra e da Marinha, Isaías Medina Angarita (1897-1953), pelo oficialismo, e o consagrado romancista e diretor do Liceu de Caracas, Rómulo Gallegos (1884-1969).

A votação final revelou o peso da máquina do Executivo sobre o Parlamento. Medina Angarita, personagem opaco e escolhido para ser o continuador do regime, vencera por 120 votos a 13. Gallegos era uma espécie de unanimidade nacional, reserva moral do país. Educador respeitado, era o principal escritor em atividade na Venezuela. Sua candidatura representou o ponto de confluência dos setores democráticos e de esquerda.

O governo Medina Angarita, no entanto, surpreendeu por sua opção em liberalizar e democratizar a vida pública venezuelana. Reformando a Constituição, permitiu a legalização de todos os partidos banidos nos anos anteriores. Com isso, registraram-se o PCV e aquela que viria a ser o modelo das agremiações políticas venezuelanas por quase seis décadas, a Ação Democrática, ou simplesmente AD. Formada pelos setores que haviam engrossado o PDN e que atuavam clandestinamente, o novo partido era presidido por Rómulo Gallegos e tinha como principal liderança seu *tocayo* (xará), Rómulo Betancourt.

“Por que estou aqui, metido a dirigente político, eu, que nada mais sou que um escritor de romances?”, pergunta-se Gallegos em seu discurso no ato de fundação da AD, em 13 de setembro de 1941, no Novo Circo de Caracas. O romanista procurava apontar, genericamente, os ideais que norteavam a nova agremiação e concluía:

“A Ação Democrática vem trabalhar sem estridências, sem bandeiras tumultuárias, sem rancores de classe e nem fome de represálias, para que, em um amanhã não remoto, nossas instituições, coladas às exigências de um tempo em marcha, amparem formas de convivência decorosas e apetecíveis. [...] Repudiamos a marcha a saltos convulsivos dos procedimentos revolucionários e reclamamos para nós o qualificativo de homens de ordem, sempre – claro está – que com esta palavra não se queira dizer outra coisa, inconfessável”<sup>2</sup>.

A AD, como se vê, tentava desde o início demarcar fronteiras com o conservadorismo, num tempo em que o nazi-fascismo dominava a Europa, ao mesmo tempo que repudiava qualquer interação com os comunistas.

O mandato de Medina Angarita estava longe de representar um governo favorável aos Estados Unidos e a seus aliados internos, os latifundiários e a burguesia financeira. Algumas medidas adotadas, entre elas a Lei do Petróleo, em 1943, e a

---

<sup>2</sup> Discurso de Rómulo Gallegos no ato de fundação da Ação Democrática, 1941. In: *Documentos fundamentales de la historia de Venezuela (1770-1993)*. Caracas, Editorial CEC, Los libros de El Nacional, 1999, p. 147-152.

Lei Agrária, em 1945, limitavam tanto o raio de ação dos monopólios petroleiros quanto o dos grandes proprietários de terras. Sua base social estava ancorada em setores minoritários da burguesia e em parcelas consideráveis da pequena burguesia e da classe operária. Já existia em Medina Angarita a preocupação de diversificar a atividade produtiva nacional, liberando-a da quase total dependência do petróleo. Não poucas vezes, o Partido Democrático Venezuelano (PDV), de apoio ao governo, selou acordos municipais com o PCV, gerando grande desconforto para os setores mais conservadores.

O petróleo era, cada vez mais, a principal fonte de ingresso fiscal do Estado. No entanto, uma multiplicidade de leis criava um confuso marco regulatório, que necessitava ser mudado. Além disso, como consequência da Grande Depressão do período posterior a 1929, os preços internacionais estavam em patamares muito baixos: de US\$ 1,55, em fins da década de 1920, o preço do barril despencara para US\$ 0,88, em 1936.

Um fator externo viria a favorecer a produção local: a nacionalização do petróleo mexicano, em 1938, desviaria boa parte dos investimentos estrangeiros naquele país para a Venezuela.

O grande parâmetro legal da questão petroleira anterior à nacionalização, que ocorreu somente em 1976, foi a Lei de Hidrocarburos, de 1943. Aproveitando-se da conjuntura internacional da Segunda Guerra Mundial, a administração pública deu curso a um tenso processo de negociações com as empresas estrangeiras. Obteve novos contratos de concessão, com maiores imposições do Estado às companhias, estabelecendo seu prazo de vigência em 40 anos. Uniformizou-se o regime de concessões e os *royalties* estatais passariam de 15% para 16,6%, o que equivalia dizer que de cada seis barris produzidos, um pertenceria ao Estado. Ao mesmo tempo, conseguiu-se das empresas que uma parcela maior do produto fosse refinado em território venezuelano. Era notório o caráter nacionalista da legislação. A lei de 1943 sofreu, ao longo de mais de 30 anos, apenas duas alterações.

A esta altura, a importância do produto venezuelano no contexto internacional era incontestável: mais de 60% do abastecimento abundante e ininterrupto de petróleo destinado às forças aliadas em combate na Segunda Guerra Mundial eram provenientes dos campos da região do lago Maracaibo<sup>3</sup>. Nos anos que se seguiram ao conflito, a estreita vinculação com os Estados Unidos levou o país a ser o maior beneficiário latino-americano do Plano Marshall, de reconstrução da Europa. O óleo venezuelano mais uma vez desempenhou papel central na crescente demanda por energia das economias que começavam a se recuperar das ruínas do conflito. Para um país sem outro tipo de indústrias, o desempenho econômico era espanto-

---

<sup>3</sup> HARDY, José Toro, *Venezuela, 55 años de política económica, 1936-1991*. Caracas, Editorial Panapo, 1992, p. 5.

so. A partir da década de 1940, tem início um acelerado processo de urbanização e uma real tentativa de diversificar o leque produtivo nacional. É criado o Banco Central da Venezuela (BCV) e a administração pública passa por um processo de dinamização. Duas décadas depois, a população urbana ultrapassa o número de habitantes rurais, num processo de migração intenso, que cria problemas sociais semelhantes aos de vários países da América Latina.

O historiador Domingo Felipe Maza Zavala assinala que, apesar dos avanços, Medina Angarita não se desvencilhara totalmente das características antidemocráticas do regime anterior:

“Destacados servidores de Gómez continuavam figurando em cargos públicos importantes e desfrutando de prebendas e meios de fortuna. Os cargos de maior hierarquia dentro das Forças Armadas estavam vedados, no geral, às novas promoções de oficiais, e a situação socioeconômica de oficiais, suboficiais e soldados era motivo de descontentamento no seio da instituição”<sup>4</sup>.

Além disso, o governo semeara contrariedades em diversas áreas. As companhias de petróleo estrangeiras ficaram nitidamente inquietas com a Lei do Petróleo, pelo fortalecimento da ação estatal nas negociações sobre o produto. Ao mesmo tempo, a AD acusava o texto legal de ser excessivamente condescendente com as mesmas empresas. Os latifundiários opunham-se ferozmente à lei de terras. No âmbito do movimento sindical e popular, o governo exibiu uma atitude de franca truculência, em 1944, ao dissolver uma reunião da Convenção Nacional de Trabalhadores e banir a maioria dos sindicatos de uma existência legal. No entanto, a ditadura já não era a mesma e a reação foi rápida.

A sucessão presidencial estava prevista para o ano seguinte. A AD afirmou discordar frontalmente da escolha indireta, como vinha acontecendo até ali, e propôs um roteiro para viabilizar uma eleição direta. O caminho seria a escolha de um mandatário provisório enquanto se organizava o pleito. Diante da negativa governamental, a AD realiza, em 17 de outubro de 1945, uma manifestação de 20 mil pessoas em Caracas. O PCV, na mesma semana, também vai às ruas, levando 8 mil pessoas e externando seu apoio a Medina Angarita.

Começa a ser ventilada a possibilidade de um novo mandato para o presidente.

Há um clima de insatisfação generalizada nos setores castrenses. No dia seguinte ao comício da AD, um levante militar acontece em Caracas e Maracay e, em três

---

<sup>4</sup> MAZA ZAVALA, *op. cit.*, p. 291.

dias, consuma-se um golpe, que detém Medina Angarita e todo o seu gabinete. Uma junta *revolucionária*, composta por cinco civis – destes, quatro dirigentes *adecos*, ou seja, da AD – e dois militares, presidida por Rómulo Betancourt, assume o governo. As pretensões são grandes. Em sua fala diante da junta revolucionária, em 30 de outubro, Betancourt afirma: “Realizou-se há apenas 12 dias uma revolução política e social, chamada a corrigir o mau rumo pelo qual vínhamos sendo conduzidos desde os primeiros dias de nossa era republicana”<sup>5</sup>. Na mesma alocução, o dirigente garantia:

“Respeitaremos as concessões e contratos outorgados a investidores estrangeiros. A Venezuela necessita do aporte de capitais importados para desenvolver seus veios inéditos de riqueza e para continuar a exploração dos que estão em pleno desenvolvimento”.

Apesar de o movimento ter sido chamado de “revolução de outubro” e de buscar, no plano político, eliminar o que restava do regime gomezista, a verdade é que as bases econômicas da sociedade não foram alteradas. A concentração extrema verificada na propriedade fundiária permaneceu intocada e aumentou a dependência externa do país.

No plano político, uma Assembléia Constituinte, em fins de 1946, possibilitou o voto direto e secreto, sem distinção de sexo. Em dezembro de 1947, tiveram lugar as eleições diretas para a presidência da República, da qual saiu vitorioso Rómulo Gallegos, pela AD, com 74% dos votos válidos.

O escritor assumiu em 15 de fevereiro de 1948. Seus concorrentes foram Rafael Caldera, pelo COPEI, e Gustavo Machado, pelo PCV. Aparece ainda a União Republicana Democrática (URD), dirigida por Jóvito Villalba, encarnizado opositor do novo governo, além de vários outros candidatos. Na URD ingressariam diversos dirigentes da administração deposta. Apesar da lufada de ar fresco que a vida política recebia, nem por isso as restrições à atuação sindical foram totalmente eliminadas. Os ex-governantes – incluindo-se aí López Contreras e Medina Angarita – foram presos e exilados.

As companhias estrangeiras e o governo norte-americano, num contexto de guerra fria, não tinham do que reclamar. A Lei Agrária aprovada em 1945 foi revogada. No entanto, uma melhoria na situação socioeconômica dos trabalhadores se fez sentir, fruto mesmo da recuperação do ingresso petrolífero, o que servia bem às características social-democráticas que a AD esforçava-se por apresentar. Medidas como os decretos para redução dos preços dos aluguéis, controle da oferta de alimentos por parte do governo e um programa significativo de construção de

<sup>5</sup> Alocução de Rómulo Betancourt, presidente da Junta Revolucionária de Governo, 1945. In: *Documentos fundamentales de la historia de Venezuela (1770-1993)*. Caracas, Editorial CEC, Los libros de El Nacional, 1999, p. 153-162.

moradias começaram a delinear o que seria um regime petrolero. A expansão capitalista iniciada no pós-guerra manifestou-se na forma de um incremento da chegada de capitais norte-americanos e num aumento das importações, o que dava às camadas médias a sensação de acompanharem mais de perto os hábitos de consumo dos Estados Unidos. Uma modificação na lei petrolero resultou num pequeno favorecimento às companhias.

O país saíra da conjuntura da Segunda Guerra Mundial com reservas acumuladas pela elevação de suas exportações de petróleo no período. Isso possibilitou o financiamento da melhoria dos padrões de vida e trabalho de uma parcela da classe operária nos primeiros anos após a guerra. “Os salários reais subiram 31%, em 1946, e mais 5%, em 1947”, assinala o historiador Steve Ellner<sup>6</sup>.

No entanto, as disputas pelo poder não cessavam. A AD era freqüentemente acusada de sectarismo e de manipulação de resultados das urnas, buscando dividir as Forças Armadas. Estas mostravam-se agitadas por se verem no papel de sócias minoritárias de um empreendimento que sustentaram desde o primeiro momento. Pesava sobre o partido a acusação de organizar milícias armadas. Falava-se em sede de poder dos membros da AD, o que incomodaria os novos aliados.

Com a deterioração da situação, os militares exigiram a saída imediata de Rómulo Betancourt do país, o desarmamento das possíveis milícias *adecas* e a substituição de vários membros do gabinete de ministros por personalidades não vinculadas a partidos.

Embora o governo tivesse se dividido entre ceder ou não às pressões, o próprio Gallegos optou por não transigir. Diante de rumores da convocação de uma greve geral em apoio ao governo, a situação saiu do controle governamental.

Em 24 de novembro, nove meses depois de tomar posse, Gallegos foi deposto por um golpe, encabeçado por três dos militares aliados da AD no movimento de outubro de 1945: Carlos Delgado Chalbaud – seu ministro da Defesa –, Marcos Pérez Jiménez e Luis Llovera Páez. Acabava assim o curto período conhecido como o *triênio adeco*, para dar lugar a uma das mais repressivas ditaduras da história venezuelana.

Entre as dúvidas que um governo populista, conservador, porém sensível a algumas reivindicações populares, poderia suscitar, as classes dominantes e os monopólios do petróleo optaram pela via segura de um regime de força que não trouxesse surpresas. A imprevisibilidade não dos dirigentes, mas da base social da AD – que incluía parcelas importantes dos movimentos sindicais de trabalhadores urbanos e rurais e do movimento estudantil – deixou as elites assustadas.

---

<sup>6</sup> ELLNER, Steve. “Venezuela”. In: BETHELL, Leslie e ROXBOROUGH, Ian (orgs.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1991, p. 231-264.

Após o golpe, o presidente da junta, Carlos Chalbaud, comprometeu-se com o embaixador norte-americano a recuar em vários aspectos da legislação petrolífera. A junta, logo que pôde, também desfez uma tímida reforma agrária iniciada por Gallegos.

A AD foi imediatamente colocada na ilegalidade, enquanto o PCV, a URD e o COPEI mantiveram vida institucional nos primeiros tempos. A agremiação de Rómulo Betancourt levou a cabo uma oposição tenaz e combativa, apesar de seu principal dirigente, juntamente com o ex-presidente Rómulo Gallegos, ter rumado para o exílio.

O *triênio adeco* tem sua importância por deixar antever diversas características que marcariam a vida política venezuelana nas décadas seguintes, e, particularmente, por desenhar o peso decisivo que teria a Ação Democrática em vários setores da vida nacional.

Embora tivesse representado o desaguadouro de vários grupos e lideranças de esquerda – algumas com passagens no movimento comunista – que se formaram na esteira da geração de 1928, a AD fez, ao longo do tempo, um seguro e irreversível caminho rumo à direita. A marca inelutável de sua entrada na vida institucional se deu por meio de um golpe de Estado, deflagrado, paradoxalmente, em nome da democracia. É certo que sob seu mandato o voto direto e secreto se estendeu a todos os níveis e que se tentou alterar a ordem institucional por meio da Constituinte, mas as reformas estruturais foram extremamente tímidas. Segundo o historiador Steve Ellner, “Os líderes da AD, especialmente Betancourt e Gallegos, deram repetidas garantias aos interesses empresariais e ao Departamento de Estado norte-americano de seu total repúdio ao comunismo e respeito à propriedade privada”<sup>7</sup>.

Hábil articulador, Rómulo Betancourt era, antes de tudo, um pragmático extremado. Steve Ellner conta que, durante o processo de legalização da AD, seus dirigentes resolveram aposentar seu programa político nacionalista e revolucionário, evitando qualquer menção ao socialismo.

“Muitos membros da AD presumiram que o programa modificado da agremiação, longe de refletir os objetivos fundamentais do partido, era um engodo, destinado a abrandar os receios dos conservadores. Esses esquerdistas haviam herdado de Betancourt a idéia de que, enquanto os líderes da AD permanecessem firmes em seus compromissos com a mudança de longo alcance, seria desnecessário e mesmo desaconselhável anunciar os verdadeiros objetivos do partido.”<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup> Ibidem.

Mas a principal característica da AD era ser um partido disciplinado, com forte presença nos movimentos sociais, em especial nos meios sindicais e estudantis, tentando imitar a organização política clássica dos partidos social-democratas europeus do pós-guerra.

Com a possibilidade de conceder sensíveis vantagens aos trabalhadores, por estar num governo com saldos comerciais e fiscais importantes, a AD solidificou sua referência neste setor, enfrentando palmo a palmo a influência desempenhada pelo PCV. Todo o esforço *adeco*, no movimento sindical, foi o de realizar alianças com quem quer que fosse, com o estrito objetivo de isolar o Partido Comunista e, ao mesmo tempo, marcar sua diferença à direita, com o COPEI. A sindicalização aumentou e a Federação dos Trabalhadores no Petróleo (Fedepetrol) obteve força e legitimidade em suas negociações com as companhias estrangeiras. E já no congresso de fundação da Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV), em 1947, a AD teve a maioria absoluta dos delegados.

O regime militar oriundo do novo golpe conheceu duas fases, segundo Maza Zavala<sup>9</sup>. A primeira chega até as eleições de 1952, a segunda se estende até sua queda, em 1958. Na primeira etapa, tolerou-se alguma atividade política e sindical. Na cabeça do governo, duas correntes disputavam seus rumos: uma que advogava a continuidade das regras institucionais, e outra se batendo por um endurecimento para com a oposição.

No início de 1950, discute-se a possibilidade de apontar uma saída eleitoral, dissolvendo-se a junta militar. O candidato apontado como consensual entre alguns partidos e as próprias Forças Armadas seria Carlos Delgado Chalbaud, então com 41 anos. Criado em Paris, filho de um general adversário de Juan Vicente Gómez e casado com uma simpatizante comunista, o nome de Chalbaud começou a ganhar força política na sociedade venezuelana. Em 13 de novembro acontece um fato inusitado: o presidente da junta é seqüestrado e assassinado. O responsável é preso e morto misteriosamente a caminho da prisão. O desaparecimento de Carlos Delgado Chalbaud nunca foi devidamente esclarecido, mas as evidências apontam para um possível mandante: Marcos Pérez Jimenez.

As eleições para uma nova Assembléia Constituinte, realizadas em 30 novembro de 1952, dão estrondosa vitória à URD, de Jóvito Villalba, pela qual se candidataram todas as figuras de oposição, com notável exceção do COPEI, de Rafael Caldera, já apontado à época como notável jurista. Dois dias após o pleito, o governo decide não reconhecer o resultado das urnas e Pérez Jimenez é sagrado presidente. Tem início a ditadura de fato, com a volta da tortura, das prisões arbitrárias, das perseguições ferozes e da adoção da violência como arma política. As garantias consti-

---

<sup>9</sup> MAZA ZAVALA, *op. cit.*, p. 303-304.

tucionais, os direitos e as liberdades democráticas são suspensos. Dirigentes políticos, sindicais e populares são encarcerados. A luta política desloca-se para a clandestinidade, com todas as dificuldades daí advindas. Inicia-se também uma etapa de “enriquecimento descarado dos governantes, funcionários e validos do regime e a exploração sem freios da classe operária, marginalizando-se as aspirações populares”, afirma Maza Zavala<sup>10</sup>.

A crescente expansão da atividade petroleira gerou os excedentes necessários para a execução daquilo que mais caracteriza as ditaduras: vistosas e faraônicas obras públicas de utilidade duvidosa. Começa nos anos 1950 a modernização física de Caracas, que se completaria duas décadas depois, no apogeu da *Venezuela petrolera*. Expande-se o negócio da construção civil, o que gerou fortunas individuais da noite para o dia e fez a delícia de empreiteiros e especuladores imobiliários. O capital financeiro expandiu sua atividade e o regime de Pérez Jimenez passou a exibir internacionalmente sua face pretensamente moderna, contando com o beneplácito norte-americano, patrocinador de diversas *ditaduras amigas* no continente, como as de Anastácio Somoza, na Nicarágua, Rafael Trujillo, na República Dominicana, Fulgencio Batista, em Cuba, e Manuel Odría, no Peru.

Ao mesmo tempo, o governo resolveu investir em aspectos importantes da infraestrutura, nas áreas de siderurgia, na região do rio Orinoco, hidreletricidade, no rio Caroni, e na indústria petroquímica, em Moróm. Ao que tudo indica, interessava à administração pública lançar as bases de um capitalismo de Estado que aumentasse o poder político da ditadura, uma vez que o empresariado local não tinha nem escala e nem potencial para bancar um projeto de desenvolvimento com características nacionais. Atuando numa situação internacional propícia à expansão dos negócios, o governo atraiu investimentos e logrou, ao longo da década, um crescimento anual médio do PIB da ordem de 7%<sup>11</sup>.

No entanto, a economia não foi capaz de sustentar a continuidade de acelerados investimentos. A administração pública começou a enfrentar uma pesada crise fiscal, afetando, em cascata, vários setores da iniciativa privada, ligados intimamente aos negócios do Estado.

Apesar da outorga de novas concessões para a exploração de petróleo, que aliviaram um pouco os cofres públicos, o rombo nas contas mostrava-se insustentável. Sinais de descontentamento popular apareceram nos últimos anos e o PCV e a URD, clandestinos, tentaram articular uma ação conjunta de parcelas da oposição, mediante a conformação de uma articulação denominada Junta Patrió-

---

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> Ibidem.

tica, nos anos de 1956 e 1957. A essa frente incorporaram-se depois a AD e o COPEI, num crescente movimento antiditatorial. Até mesmo um setor expressivo da burguesia se colocou contra o governo, por conta da situação da economia, isolando de forma crescente a gestão de Pérez Jimenez.

Em dezembro de 1957, reúnem-se em Nova York Rómulo Betancourt, pela AD, Rafael Caldera, pelo COPEI e Jóvito Villalba, pela URD, além do empresário Eugenio Mendoza. A exclusão da principal força de esquerda, o PCV, não foi acidental: desejava-se uma transição sem sustos para um regime civil, com eleições diretas, que isolasse os setores mais radicalizados do movimento popular. O resultado ficaria conhecido como o Pacto de Nova York e seria o embrião de outro acordo que desenharia a vida política venezuelana dali por diante. Maza Zavala afirma que “presumivelmente este pacto gozou do visto favorável do Departamento de Estado norte-americano”<sup>12</sup>.

No plano político institucional, o descontentamento se materializava num clamor generalizado por eleições presidenciais, negado sistematicamente pela ditadura. Em fins de 1957, o isolamento de Pérez Jimenez era mais do que evidente. No início do ano seguinte, isso começou a se traduzir em manifestações públicas. A Junta Patriótica convocou uma greve geral para o dia 21 de janeiro. Houve sérios enfrentamentos com as forças repressivas do governo nas ruas da capital. Dois dias depois, com a perda de apoio da guarnição da Marinha, Pérez Jiménez percebe a insustentabilidade de sua situação e foge do país durante a noite, rumo à República Dominicana.

---

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 328.

## Um pacto para moldar o país

“A QUEDA DE PÉREZ JIMENEZ, em 23 de janeiro de 1958, se deu com povo na rua em Caracas, numa grande ofensiva popular e com uma greve insurrecional!” As palavras são de Douglas Bravo, lendário líder guerrilheiro das décadas 1960 e 1970, e então secretário sindical do Comitê Central do Partido Comunista da Venezuela<sup>1</sup>.

Segundo ele, o PCV teve um papel decisivo na derrota da ditadura, conformando não só uma política de unidade com outras forças políticas, mas estabelecendo laços sólidos no interior das próprias Forças Armadas. “Em 1957, fizemos uma aliança cívico-militar contra o governo, vital para seu enfraquecimento no próprio meio castrense.”

O fim do regime foi comemorado com uma autêntica festa popular em toda a Venezuela e os funcionários com ele identificados foram perseguidos por multidões iradas.

Com a queda do ditador, assume o poder, por um curto período, uma junta encabeçada pelo contra-almirante Wolfgang Larrazábal, um militar dissidente da administração derrotada. Ainda durante o governo provisório, em 31 de outubro, três dos principais partidos venezuelanos – a Ação Democrática, o COPEI e a União Republicana Democrática –, após vários entendimentos, procuram dar seqüência ao acordo que se iniciara em Nova York.

Acorrem à *quinta* (chácara) denominada Punto Fijo (Ponto Fixo, em português), mantida por Rafael Caldera em Caracas, Rómulo Betancourt, Raúl Leoni e Gonzalo Barrios, representando a AD, o próprio Caldera, além de Pedro del Corral

---

<sup>1</sup>Entrevista com Douglas Bravo em 19 de julho de 2003.

e Lorenzo Fernández, pelo COPEI, e Jóvito Villalba, Ignacio Luis Arcaya e Manuel López Rivas, pela URD. Novamente, o Partido Comunista, força fundamental na derrocada de Pérez Jiménez, havia sido mantido fora da articulação.

Os nove líderes, entre outras coisas, acertam entre si “uma política nacional de largo alcance”, conforme o documento emanado da reunião. O texto discorre sobre a “definição de normas que facilitem a formação do governo e dos corpos deliberantes, de modo a que ambos agrupem equitativamente todos os setores da sociedade venezuelana interessados na estabilidade da República”. Ao fim, combinam entre si a elaboração de um “programa mínimo comum [...], cuja execução seja o ponto de partida de uma administração nacional, patriótica e de afiançamento da democracia como sistema”. Traduzindo, os três partidos dividiriam o poder, sem fazer muita marola.

O Pacto de Punto Fijo, de saída, tinha a pretensão de reduzir as diferenças ideológicas e programáticas entre seus signatários e lançar as bases para uma convergência de interesses, tendo como ponto de apoio o domínio do aparelho de Estado. Na prática, ele se converteria, mais tarde, num acerto entre AD e COPEI e um terceiro partido, de acordo com a conveniência eleitoral de momento. O Pacto, na verdade, representou uma maneira de acomodar na partilha do poder as diversas frações da classe dominante, incluindo aí o capital financeiro, as empresas de petróleo, a cúpula do movimento sindical, a igreja e as Forças Armadas. Além disso, esforçava-se por definir uma democracia liberal pró-Estados Unidos<sup>2</sup>.

Este grande acordo representou a tradução político-institucional de uma economia baseada na exportação de petróleo. Além de abrigar os interesses das elites, visava amortecer os conflitos sociais por meio de uma lenta, porém constante, melhoria do padrão de vida da maioria da população. Clientelismo, fisiologismo e corrupção eram também as características de um tipo de dominação que, no reverso da medalha, reprimia duramente qualquer contestação mais consistente. “Uma democracia com aparentemente poucos perdedores”, ressalta Maximilian Arvelaiz, “mas totalmente dependente dos fluxos de petrodólares”.

Os sócios maiores neste jogo eram a AD e o COPEI. A primeira foi, porém, muito mais eficiente em estender sua influência a inúmeros setores da vida social, especialmente no movimento sindical, sem falar de incontáveis prefeituras e governos estaduais. O anestesiamiento social que a renda petroleira possibilitou passou a fazer parte da própria vida política e cultural do país.

Nas eleições de 28 de dezembro de 1958, Rómulo Betancourt é eleito presidente pela via direta.

---

<sup>2</sup> ARVELAIZ, Maximilien. *Utopia Rearmed, Chávez and the Venezuelan Left*, MS in Latin American Policies, Londres, 2000, p. 21.

Seu governo (1959-1964) representou a primeira concretização do Pacto de Punto Fijo. Nele tomaram assento os três partidos, AD, COPEI e URD. O primeiro governo civil pós-ditadura enfrentou forte recessão, que resultou em redução de salários, desemprego e queda de qualidade de vida para a população. Mas foi a gestão que materializou os fundamentos do que fora acertado na chácara de Caldera. No lado econômico, caracterizou-se pela tentativa de estabelecer uma política de substituição de importações, com decidido apoio estatal ao capital privado.

Pelo lado institucional, o Pacto se consolidou com a Constituição de 1961. E na ação política buscava estabelecer a hegemonia da AD no movimento popular – em especial na Central de Trabalhadores da Venezuela – por meio do isolamento da influência da esquerda. Com o grande prestígio que a Revolução Cubana – vitoriosa em janeiro de 1959 – desfrutava no continente, Betancourt buscou, desde logo, erigir um contraponto à esquerda também no plano externo.

Quase concomitantemente ao balizamento interno estabelecido para a vida democrática, aconteceu uma articulação internacional na qual a Venezuela exerceu um papel relevante: a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1960, em Bagdá (Irã). A ação representou o segundo grande marco na história do petróleo local, após a lei de 1943. Além da Venezuela, a formação da entidade contou com a participação decisiva de representantes da Arábia Saudita, do Iraque, do Irã e do Kuwait. Um de seus objetivos foi acordar uma política destinada à manutenção de preços estáveis, “entre outros meios, pela regulação da produção”, sublinhava a resolução inicial da nova organização.

Logo em seguida, era criada a Corporação Venezuelana do Petróleo (CPV), a primeira estatal a participar diretamente de todas as etapas da indústria do setor, da exploração à comercialização. “Na realidade, ela servia de ponte para os contratos de serviços” com as companhias estrangeiras, lembra Maza Zavala. Nos anos seguintes, criaram-se novas leis estendendo o controle estatal à produção de gás e derivados de hidrocarburentes.

O Pacto de Punto Fijo se desdobraria num novo acordo, em 1968, segundo o qual a AD e o COPEI repartiriam as direções da Câmara dos Deputados e do Senado, bem como as presidências das diversas comissões legislativas, de acordo com os resultados obtidos nas urnas. O acerto se estenderia a outros postos decisivos da direção do Estado, como a seleção de membros para a Corte Suprema de Justiça e a indicação do procurador-geral da República.

“Os partidos venezuelanos se destacam sobremaneira por terem ampla penetração em todas as regiões e paragens do país”, afirmam os pesquisadores Fidel

Canelón e Franklin Gonzáles<sup>3</sup>. AD e COPEI eram de fato dois partidos de massa. Essas características, aliadas a suas estruturas internas verticalizadas e centralizadas, possibilitaram um estrito comando dos setores organizados do movimento popular – por intermédio dos sindicatos de trabalhadores – e do aparelho de Estado. O sistema de listas eleitorais conformou também uma autonomia mínima aos parlamentares, cujas bancadas atuavam em consonância com as direções partidárias. Por este mecanismo, o eleitor vota numa chapa fechada do partido e não em candidatos individuais. Por um lado, a medida fortalece os partidos e reduz o personalismo eleitoral. Por outro, ela redundava no rigoroso domínio das direções partidárias sobre toda a sua estrutura.

Os dois maiores parceiros da democracia venezuelana foram, ao longo dos anos, dissolvendo as diferenças programáticas entre si. Mas, ao contrário do que possa parecer, o problema da representação política não estava no fato de os partidos serem fortes. Ao contrário. O problema é que, sendo o braço institucional de uma dominação de classe, para utilizar um velho jargão, foi realizado um esforço constante e eficaz para se eliminar a esquerda, as forças populares e o dissenso da sociedade venezuelana. E esta eliminação se dava de duas maneiras. Uma, por meio da repressão violenta, como se fez, mais adiante, no caso da guerrilha, nos anos 1960 e 1970. Outra era, por exemplo, permitir a participação de grupos de esquerda radical na CTV, controlada com pulso firme pela AD, como forma de legitimar a dinâmica adotada pelo setor majoritário da central, sem que suas decisões sofressem qualquer arranhão no que havia de essencial. Enfim, foi criada na Venezuela a mais eficiente democracia de fachada do continente sul-americano.

O auge da bonança petroleira durou dez anos. Começou em 1973, quando os países da OPEP pressionaram os preços, que praticamente quadruplicaram ao longo desse ano e novamente triplicaram até o final da década, após a Revolução Iraniana em 1979. Para os países produtores, a situação funcionava “como um bilhete premiado de loteria garantido toda semana”, nas palavras do historiador inglês Eric Hobsbawm<sup>4</sup>. No caso venezuelano, em especial, havia a sensação de que ninguém precisava pagar impostos para fazer o país funcionar. O fluxo de petrodólares foi até mesmo maior do que a capacidade da economia de absorver capital. A corrupção era endêmica, como lembra o sociólogo norte-americano Daniel Hellinger, e “abarcava cobradores de pedágios nas estradas, policiais, pro-

---

<sup>3</sup> CANELÓN, Fidel e GONZALES, Franklin. “El modelo político puntofijista, desarrollo, agotamiento y perspectiva”. *Revista venezolana de análisis de coyuntura*, vol. v, n.º 1, Caracas, 1998, p. 11-42.

<sup>4</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 459.

vedores de serviços sociais, presidentes e suas amantes. De certa maneira, a corrupção era democrática”.

Este período coincidiu com o primeiro mandato presidencial de Carlos Andrés Pérez (1974-1979), lembrado pela população como “os bons tempos”. Houve um redimensionamento do papel do Estado, que expande seu papel de agente produtivo e permite que o país aumente sua presença política no cenário internacional, por meio da participação decidida no movimento dos países não-alinhados e no chamado terceiro-mundismo.

“Nas primeiras duas décadas partir de 1958, as condições gerais de vida da população realmente melhoraram, a mortalidade infantil era declinante, as taxas de emprego seguiam em alta, enfim, havia a expectativa real de que o país caminhava rumo ao desenvolvimento econômico e que a ascensão social era uma possibilidade concreta.”

As palavras são ditas em tom baixo, mas enfático, pelo sociólogo Edgardo Lander, em torno da mesa de concreto da sala de sua residência.

“Cada classe social tinha visões distintas desse processo: os setores médios começaram a crer que este era um país rico, com moeda sobrevalorizada, o que permitiu a muitos comprarem seus apartamentos em Miami”,

diz ele. Sim, aqui também se falava em chegar ao *primeiro mundo*.

Para os setores populares, lembra ele, havia a expectativa de ascensão social, emprego, educação, aumento da oferta de serviços públicos e a sensação de que se estava construindo coletivamente o “futuro dos filhos”. O setor empresarial desfrutava de um sem-número de benefícios e acesso a crédito farto, além de uma decidida política de substituição de importações. A inflação anual durante esse período nunca ultrapassou a barreira dos 3%.

“O modelo econômico baseado na entrada de dividendos petroleiros apresenta a particularidade de não ser redistributivista”, destaca o sociólogo. Ou seja, o Estado não se financia a partir do ingresso fiscal que cobra de determinados grupos sociais internos para realizar benefícios destinados a outros setores da sociedade. É um sistema que se viabiliza fundamentalmente graças a um fator externo.

O terceiro grande marco, após a Lei de 1943 e a fundação da OPEP, se deu com a nacionalização. Definida em 1º de janeiro de 1976, ela foi resultado de um complexo jogo político destinado a aumentar a participação estatal na receita fiscal da indústria, colocando um ponto final na política de concessões. Com a nacio-

nalização, criou-se a Petróleos de Venezuela S. A. (PDVSA). As 15 concessionárias privadas existentes no país – entre elas a Exxon, a Shell e a Mobil – logo integraram seu organograma, atuando como filiais no negócio. Argumentando-se que a nacionalização não poderia acarretar grandes abalos, o governo decidiu manter praticamente a mesma estrutura administrativa até então existente. Formalmente, a empresa estaria subordinada ao Ministério das Minas e Energia (MME). No entanto, dado o porte e o crescimento da estatal, a partir de 1983, a situação se inverteu e a corporação rapidamente adquiriu autonomia não só diante do Ministério, como também em relação ao poder público.

Logo a PDVSA tratou de limitar seus deveres fiscais, mediante a criação de uma agenda cada vez mais divorciada do Estado. Rapidamente as grandes companhias transnacionais estabeleceram as estratégias de mercado da gigantesca petroleira venezuelana. Formalmente pública, a empresa distanciava-se cada vez mais de seus objetivos iniciais. Os próprios funcionários, mesmo os de graduação inferior, seguiam uma política salarial própria, criando um padrão de vida muito superior ao da maioria da população. Nessa época, a PDVSA ficaria conhecida como “um Estado dentro do Estado”.

A tranqüilidade econômica daqueles anos solidificou o apoio popular ao regime *puntofijista*. Aproveitando-se disso, a administração dá forma a uma comissão tripartite entre governo, empresários e trabalhadores. Com isso, estes dois últimos setores passam a ter o papel de parceiros em várias decisões de Estado, como modificações na legislação trabalhista e na seguridade social. Fedecámaras e CTV assumem o monopólio da representação social, deixando de lado outros importantes interlocutores fora do governo.

No entanto, os pés de barro do modelo, citados por Margarita López-Maya, residiam no fato de o governo não conseguir controlar os preços internacionais do petróleo. A partir de 1980, com a queda da demanda, fruto da desaceleração econômica mundial, a OPEP aprofundou sua política de aumentos de preços, com o estabelecimento de cotas mais rígidas de produção para cada associado, de modo a evitar a concorrência predatória. Buscando fazer frente a dificuldades de caixa, resultante das oscilações do mercado, a partir de 1982 a PDVSA começou a tentar escapar, por meio de inúmeros subterfúgios, da política da OPEP.

Então, um dia, a carruagem virou abóbora. O 28 de fevereiro de 1983, a *sexta-feira negra* – um termo, hoje em dia, politicamente incorretíssimo –, ficou marcado como o fim de um sonho. A situação internacional era das piores. O México e o Brasil tinham literalmente quebrado, entrando na longa crise da dívida externa que atingiu vários países periféricos. O presidente da República, o *copeiano* Luis Herrera Campíns (1979-1984), fora obrigado a desvalorizar abruptamente a moe-

da nacional, o bolívar, como culminância de um processo que incluía, nos últimos anos, a queda substancial dos preços do petróleo, a disparada da dívida pública, que fora multiplicada por dez entre 1974 e 1978, e o aumento dos juros para empréstimos internacionais. Rapidamente, a cotação do dólar saltou de 4,70 bolívares para 7 bolívares. Estima-se que US\$ 8 bilhões tenham saído da Venezuela ao longo de 1983. O desemprego avançou aos saltos, dando início a uma crise material e de valores que acabou se mostrando irreversível. Era o epílogo dos *bons tempos*.

Com a economia entrando em franco descenso, tentou-se, durante o governo de Jaime Lusinschi (1984-1989), recompor e redefinir as bases do Pacto de Punto Fijo. Em 1985 foi criada a Copre (Comissão para a Reforma do Estado), que propôs a adoção de eleições diretas para prefeitos e governadores. Além disso, mudou-se a legislação para as disputas proporcionais, abolindo-se as listas partidárias em favor de postulações personalizadas de candidatos aos parlamentos. Este passo auxiliou na consolidação de novos partidos de esquerda, especialmente o MAS (Movimento ao Socialismo, um *racha* do PCV, no início dos anos 1970) e La Causa Roja (LCR). O fim das listas, embora tenha enfraquecido as cúpulas partidárias – e, por extensão, as próprias agremiações –, exaltou o personalismo<sup>5</sup> na atividade política.

A reforma de pouco adiantou. Com o fim da *Venezuela petrolera*, entrava em parafuso também o pacto político que a sustentou. No entanto, o desenlace dessa crise ainda levaria uma década e meia para se manifestar plenamente.

---

<sup>5</sup> ARVELAIZ, *op. cit.*, p. 24.

## *Dias de fúria*

---

“A VENEZUELA ERA UM PARAÍSO até alguns anos atrás”, diz Felipe Pérez Gonzáles, um motorista de táxi de 42 anos, filho de espanhóis, ao cortar em alta velocidade a avenida Bolívar, um dos marcos da opulência petroleira de outros tempos. Ao fundo, na paisagem, enquanto o carro desliza em direção à região oeste de Caracas, sucedem-se os *cerros* e sua miríade de barracos e casebres de blocos pendurados nas encostas. “Isso aí, essa miséria, não existia antigamente nessa escala”, lamenta ele.

González tem a mãe na Espanha. “Ela voltou para a Galícia, para cuidar de uma pequena propriedade que temos lá, enquanto eu e meu pai ficamos aqui, tentando sustentá-la e juntando dinheiro para irmos também.” González é um tipo de bigodes e óculos, alto e ranzinza. Tem um certo ar intelectual. Culpa Chávez por seu infortúnio pessoal. “Quem precisa enviar dólares para o exterior sabe da desgraça que este homem nos trouxe.”

Há um certo exagero nas palavras do motorista, que acaba de parar num engarrafamento e agora dirige seu mau humor para os carros da frente. Houve dias melhores, é verdade, mas eles se acabaram muito antes da chegada do tenente-coronel ao Miraflores. Para ser mais exato, eles terminaram com um estrondo e de forma espetacular. Lamentavelmente espetacular. Voltemos a fita.

Em 4 de dezembro de 1988, Carlos Andrés Pérez foi eleito presidente da República pela segunda vez, com a consagradora marca de 56,4% dos votos válidos. Mais do que ninguém, o líder *adeco* personalizava a prosperidade petroleira da década anterior e sua situação de crescimento econômico, altos níveis de emprego e melhoria constante no padrão de vida da população. Ainda estava

na memória de todos o lema de seu primeiro mandato: *Democracia com energia*. Sua campanha e sua vitória se deram sob o signo da promessa de dias melhores. Pérez defendera, diante do eleitorado, uma posição dupla: a vontade de mudança e a vontade de continuidade. Apoiava aspectos que, aos olhos do povo, seriam positivos na gestão anterior, ao mesmo tempo que se apegava a inúmeras críticas feitas a ela<sup>1</sup>. De todo modo, no imaginário popular, aquela seria a chance de o país vencer as dificuldades econômicas e voltar a viver um período dourado.

A cerimônia de posse, em 2 de fevereiro do ano seguinte, com a presença de 20 mandatários estrangeiros, numa evidente demonstração de prestígio internacional, fortalecia aquela impressão. O evento não foi realizado, como tradicionalmente ocorria, no Senado, mas nas instalações do Complexo Cultural Teresa Carreño, muito mais amplas e marca inequívoca dos *bons tempos*.

No entanto, a situação, do ponto de vista das contas públicas, era para lá de preocupante. Como consequência da queda acentuada dos preços internacionais do petróleo, ocorrida nos anos anteriores, as reservas do Banco Central, que em 1985 alcançavam US\$ 13,75 bilhões, despencaram para US\$ 6,67 bilhões no final da gestão de Jaime Lusinschi<sup>2</sup>. A inflação alcançava 40,3% ao ano, o desemprego chegava a dois dígitos e o salário real havia despencado. Uma aguda fuga de capitais completava o quadro.

“Em 16 de fevereiro, o presidente se dirigiu ao país para anunciar seu programa de ação. Iniciou seu discurso com uma severa crítica ao modo de funcionamento da sociedade nos últimos anos, apresentou uma audaz e certa visão das debilidades de sua economia e anunciou – sob todas as luzes, para surpresa de todos – que o governo havia firmado um memorando com o Fundo Monetário Internacional.”<sup>3</sup>

Pérez ressaltou que aquela seria uma necessidade inadiável e a única possibilidade de tornar a economia mais produtiva e competitiva. E, claro, alertou que sua implantação implicaria graves sacrifícios a todos os venezuelanos por um curto período.

O objetivo de tudo era a liberação de um empréstimo de US\$ 4,5 bilhões. A contrapartida, concretizada no dia 25, um sábado, era salgada: o pacote incluía desvalorização da moeda nacional, redução do gasto público e do crédito, liberação de preços, congelamento de salários e aumento dos preços de gêneros de

<sup>1</sup> SONNTAG, Heinz e MAINGÓN, Thaís. *Venezuela: 4F-1992*. Caracas, Editorial Nueva Sociedad, 1992, p. 63.

<sup>2</sup> Fonte: Banco Central da Venezuela.

<sup>3</sup> SONNTAG e MAINGÓN, *op. cit.*, p. 64.

primeira necessidade. A gasolina sofreria um reajuste imediato de 100%. Isso resultaria, segundo anunciado, numa majoração de 30% nos bilhetes de transporte coletivo. Na prática, estes reajustes chegaram também a 100%.

Nada disso havia sido ventilado durante a campanha.

Antes das 6 da manhã da segunda-feira, dia 27, começaram os primeiros protestos, aparentemente verbais em seu início, nos terminais de transportes coletivos das cidades-dormitório ao redor de Caracas, como La Guaira, Catia La Mar e Guarenas. Logo, os distúrbios chegaram ao terminal Nuevo Circo, na capital. Os usuários, em especial os estudantes, se revoltaram.

Margarita López-Maya realizou um acurado exame daqueles tumultuados dias dez anos depois, quando a distância histórica já permitia encarar com mais racionalidade suas causas e conseqüências<sup>4</sup>. A narrativa que se segue é baseada nos dados que coletou.

As pessoas que estavam no terminal Nuevo Circo logo se deslocaram para a avenida Bolívar. Em frente ao busto do Libertador, começaram a construir barricadas, no meio da via, cortando a comunicação entre diversos pontos da capital. De início eram 200, mas logo formavam uma multidão.

Ao meio-dia, um outro contingente conclamava estudantes, professores e funcionários da Universidade Central, zona leste da capital, a protestarem não apenas contra “os aumentos de preços das passagens, mas a se oporem também às outras medidas econômicas aplicadas pelo governo de Pérez”. No início da tarde, estes manifestantes convergiram para a autopista Francisco Fajardo, colocando “galhos de árvores, garrafas ou quaisquer outros objetos, para impedir a passagem dos carros”. Caminhões com cargas alimentícias começaram a ser saqueados e o comércio em volta fechou suas portas. A Polícia Metropolitana acompanhava tudo a distância, quando o primeiro ônibus foi incendiado. Aí tiveram início os disparos, até que um estudante foi atingido por uma bala perdida. Com saques se disseminando por outras regiões, no início da noite, o cenário era de caos.

Nas cidades vizinhas a Caracas, a seqüência de atos mostrou imensa semelhança com o que acontecia na capital: protestos inicialmente estudantis, bloqueio de vias, saques, barricadas e depredações. Na madrugada, como as mobilizações não cessavam, o exército saiu às ruas. De nada adiantou. A pilhagem em vários pontos não se interrompia. “O povo tem fome!” e “Chega de enganação!” eram as consignas brandidas pela massa em fúria. Mais incêndios, interrupção de todas as entradas da cidade, quebra-quebras em ônibus, caminhões, comércio e automóveis. Em seu relato, Margarita López-Maya chama atenção para o fato de que “o

<sup>4</sup> LÓPEZ-MAYA, Margarita. “Venezuela, la rebelión popular del 27 de febrero de 1989, resistencia a la modernidad?”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, n.<sup>o</sup> 5. Caracas, abr.-set. 1999, p. 177-199.

repórter José Cohen viu, nessa noite, pessoas saindo de carros luxuosos para saquear”, mostrando que não eram apenas os setores populares a aderir à rebelião. Estabelecimentos situados em regiões de classe média também entraram na roda, sendo depredados indiscriminadamente. As forças policiais, no bairro de Antfínamo, chegaram a um acordo com os manifestantes, para que apenas mulheres e crianças entrassem nos estabelecimentos para saquear “com cultura e ordem”. A essa altura, as principais cidades do país estavam convulsionadas. “O país estava rebelado em parte significativa de sua geografia urbana”, constatou Margarita.

Carlos Andrés Pérez passara o dia 27 em Barquisimeto, capital do estado de Lara, voltando a Caracas por volta das 10 da noite. No segundo dia de distúrbios, recebeu em Miraflores inúmeros empresários e lideranças políticas, antes de convocar, no meio da tarde, uma cadeia nacional de rádio e televisão. Ao vivo, para todo o país, anunciou o toque de recolher e a suspensão das garantias constitucionais. Foi a senha para que a repressão fosse desatada sem freios, especialmente sobre os habitantes das regiões populares.

Do Palácio escutavam-se tiros disparados nos bairros próximos. O dia 28 fora de extrema tensão. Às 8 da noite ainda havia gente em seu gabinete. Antes de se retirar, Pérez convidou Cláudio Fermín, prefeito de Caracas, e Héctor Alonso López, dirigente da AD, para jantar. Ouvia-se o ronco dos helicópteros do exército sobrevoando a capital. Ao terminar a refeição, López dirige-se a Pérez e lhe diz preocupado: “Esta foi uma reação dos pobres contra os ricos”<sup>5</sup>.

No bairro de Petare, as forças repressivas chegaram a disparar contra uma multidão, no dia 1º de março, matando mais de 20 pessoas. Apareceram franco-atiradores no alto de alguns edifícios na imensa zona periférica de 23 de Janeiro, assim batizada em homenagem à queda de Pérez Jiménez. Soldados muito jovens e inexperientes, enviados para o local, armados com fuzis *FAL*, de vasto poder destrutivo, chegaram disparando contra os edifícios. Incontáveis moradores foram mortos. Nesta mesma noite, o clima foi de puro terror em outras regiões pobres. Cadáveres eram produzidos em quantidades industriais.

Mas a rebelião continuou a se ampliar nos dois dias seguintes.

“Comprei o que pude de mantimentos e me tranquei em meu apartamento, no quarto andar.”<sup>6</sup> Quem conta isso, quase uma década e meia depois, ainda aterrorizada, é Maria Teran, uma senhora de 56 anos que hoje aluga um dos quartos de sua moradia, em Palo Verde, bairro pobre na periferia leste de Caracas.

Maria permaneceu fechada em casa por cinco dias, o tempo de duração dos protestos. Juntamente com seu marido e sua filha, pôde ver quando o Exército

<sup>5</sup> Segundo relato do ex-secretário particular de Pérez, Ignacio Betancourt (“El Caracazo”, *El Nacional*, 21 fev. 1999).

<sup>6</sup> Depoimento em 10 de julho de 2003.

reprimiu violentamente os manifestantes. “Mataram um rapaz a coronhadas na quina da calçada, embaixo de minha janela”, conta ela.

A rebelião ficaria conhecida como *Caracazo*, nome que não faz juz às suas dimensões nacionais, e abriria caminho para a surpreendente sucessão de eventos que sacudiriam a Venezuela ao longo da década seguinte.

O então major Hugo Chávez não participou da repressão desencadeada nestes dias. Servia em Miraflores e estava doente. O médico de plantão<sup>7</sup> no Palácio recomendou que fosse para casa, a fim de não contaminar os colegas. O escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez relatou o que Chávez lhe disse a respeito da participação do Exército no *Caracazo*<sup>8</sup>. “Mandaram os soldados para a rua, assustados, com um fuzil e 500 cartuchos. Eles atiravam sobre tudo que se movia. Varriam as ruas a bala, as favelas, os bairros populares. Foi um desastre! Milhares de mortos!”, afirma Chávez.

Houve exceções entre os comandantes de tropas. A mais notável foi protagonizada pelo major Francisco Árias Cárdenas, 39 anos, aliado que depois romperia com Chávez. Ambos haviam construído um movimento político clandestino no interior do Exército. Cárdenas fora convocado a participar da repressão às manifestações. “Meu grupo de artilharia motorizada – com alguns tanques – teria a responsabilidade de ‘restabelecer a ordem’ a qualquer custo, nas zonas marginais de Catia”, o maior bairro popular da região oeste de Caracas.

Ao chegar no local, o major observou um outro oficial que “de forma desumana e irresponsável disparava contra os quarteirões”. Reuniu então seus homens e, em voz alta e clara, mandou: “Levantem as mãos os que pertencem ao Country Club!” Silêncio. Os jovens soldados olhavam assombrados e imóveis. O Country Club é um dos refúgios mais fechados da elite caraquenha. Cárdenas então repetiu a ordem: “Levantem as mãos os que são de Alto Prado, Lagunita, Country Club e Altamira!”

O major havia mencionado os bairros mais elegantes da capital. Ninguém se mexeu. Então completou:

“Isso quer dizer que aqui todos viemos das favelas e dos bairros pobres e humildes como este. As pessoas que vivem aqui são iguais a nós, são nossos irmãos do povo. Portanto, ninguém irá fazer fogo sem autorização; aqui só se dispara quando formos atacados com armamento de grosso calibre”<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> GOTT, *op. cit.*, p. 68.

<sup>8</sup> GARCIA MÁRQUEZ, Gabriel. “El enigma de los dos Chávez”. *El País*, 31 jan. 1999.

<sup>9</sup> Depoimento de Árias Cárdenas a Ángela Zago (ZAGO, Ángela. *La rebelión de Los Angeles*. Caracas, Warp Ediciones, 3ª ed., 1998, p. 89).

Quatro anos depois, familiares e grupos de direitos humanos conseguiram apurar um total de 396 vítimas fatais nos cinco dias que durou a revolta. Os feridos contavam-se aos milhares e os prejuízos materiais são quase impossíveis de ser estimados. “Os centros médicos contabilizaram um total entre 1.000 e 1.500 mil mortos.”<sup>10</sup>

Palavras de Teodoro Petkoff, dirigente do MAS, no Congresso Nacional, quando se realizaram debates sobre os acontecimentos de fevereiro de 1989:

“Em todos os manuais de operações contra insurgência e contra motins, estão estabelecidos procedimentos dirigidos precisamente a poupar vítimas inocentes. Sem entrar numa polêmica macabra sobre o número de mortos, devo dizer que nosso próprio trabalho de investigação, realizado sobretudo no necrotério de Bello Monte, com os familiares dos mortos que ali estiveram, nos permite comprovar e afirmar, sem dúvidas, que a maior parte das pessoas que faleceram nestes acontecimentos morreram em sua própria casa, em seu próprio apartamento ou em seu próprio barraco, sem ter nada a ver com o que estava se passando”<sup>11</sup>.

A Venezuela encerrou aquele ano com uma queda de 8,1% no PIB e uma taxa de inflação de 81%. Nos anos de expansão, esta cifra não ultrapassava um dígito<sup>12</sup>. A parcela da população que vivia abaixo da linha de pobreza aumentou de 15%, no final de 1988, para 45%, dois anos depois. Até o final de seu mandato, Pérez eliminaria as regulamentações bancárias, acabaria com a maior parte dos controles de preços, privatizaria a companhia nacional de telefones (Cantv), o sistema de portos, uma importante empresa aérea (VIASA) e abriria a indústria petroleira e outros setores estratégicos ao capital privado<sup>13</sup>.

Quebrou-se, em fevereiro de 1989, a imagem que os venezuelanos tinham de si mesmos e que era compartilhada por vários observadores internacionais. Segundo ela, o país seria um modelo de democracia e tolerância no continente, com suas eleições regulares, suas instituições, seus direitos civis, seus partidos com sólidas bases sociais etc. Rompeu-se um padrão de convivência construído ao longo de todo o século. Os canais de mediação de demandas entre a população e o Estado – partidos políticos e sindicatos –, que durante décadas resolveram conflitos variados, mostraram-se inúteis quando a crise tornou-se irreversível.

<sup>10</sup> HELLINGER, *op. cit.*, p. 48.

<sup>11</sup> Citado por CADENAS, José M. *El 27 de febrero contado por niños y adolescentes*. Caracas, Fondo Editorial Trópicos, 1995, p. 39-40.

<sup>12</sup> Dados retirados de Fundación Cidob, [www.cidob.org/bios/castellano/lideres/p-027.htm](http://www.cidob.org/bios/castellano/lideres/p-027.htm)

<sup>13</sup> ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (orgs.). *La política venezolana en la época de Chávez*. Caracas, Nueva Sociedad, 2003, p. 23.

A expansão petroleira dos anos 1970 gerara para as classes dominantes, para as camadas médias e mesmo para os setores populares, de maneira diferenciada, a ilusão de que o país se descolara finalmente do destino de infortúnios do continente latino-americano. Como se recorda Steve Ellner, “A prosperidade deste decênio se converteria num ponto de referência constante para os venezuelanos e formaria parte de sua memória coletiva, fazendo-lhes difícil ajustar-se aos tempos difíceis que viriam adiante”.

Com o *Caracazo*, a Venezuela fizera um pouso forçado na realidade latino-americana.

O sociólogo Edgardo Lander refletiu sobre isso num texto escrito em 2003. Eis o que ele diz:

“Tendo escapado da dura experiência da dominação militar nas décadas de 1970 e 1980, a Venezuela não sofreu a desmobilização política e o abandono de práticas social-democratas como ocorreu no mesmo período na maioria dos países latino-americanos. Como conseqüência, o país estava, de diversas maneiras, despreparado para as orientações neoliberais promovidas pelos Estados Unidos no bojo do Consenso de Washington. Regimes autoritários, ao longo do continente, lograram reestruturar as principais dimensões da vida social e adaptá-las às novas demandas da economia global. Políticas de desregulamentação, liberalização, privatização, redução da atividade social do Estado e limitação de direitos sociais – que só puderam ser parcialmente implementadas nos países centrais – foram impostas com poucos constrangimentos na América Latina, depois de toda a resistência ter sido esmagada pela repressão”<sup>14</sup>.

“A partir do início dos anos 1980, a forma como as diversas camadas da sociedade percebem o que se passava com o país se mostra bastante diferenciada”, assinala Lander. “Para os setores médios e altos, cosmopolitas, que viviam aquela sensação de estar prestes a ingressar no chamado primeiro mundo, a quebra foi brutal.” Os anos de prosperidade petroleira, nos quais a riqueza aparecia praticamente sem a necessidade de se pagar impostos, haviam acabado. “A situação anterior criara uma sociedade que se dizia tolerante, inclusiva, informal e sem racismo”, reflete<sup>15</sup>.

Quando se rompe este modelo, desaba não apenas o edifício político, consagrado pelos partidos tradicionais, mas se quebra um padrão cultural de comporta-

<sup>14</sup> LANDER, Edgardo. *Venezuelan Social Conflict in a Global Context*. Caracas, 2003, inédito.

<sup>15</sup> Depoimento de Edgardo Lander em 19 de julho de 2003.

mento e convivência social. “Potencializado pelo individualismo neoliberal, o racismo veio à tona e passou-se a culpar o Estado por todas as desgraças possíveis. À vista desses setores, o Estado é corrupto, clientelista e precisa ter seu raio de ação reduzido”, enfatiza o sociólogo. “Esta sociedade agora vê que não era tolerante, nem inclusiva, nem informal e que é profundamente racista.” Com essa análise, a frase dita por Héctor Alonso López naquele jantar com Carlos Andrés Pérez passa a fazer muito sentido.

Em seu livro *Breve historia contemporánea de Venezuela*, o historiador Guillermo Morón<sup>16</sup> afirma: “Abriu-se a história contemporânea da Venezuela em 18 de dezembro de 1935, quando o general Eleazar López Contreras assumiu o poder”. E completa: “O povo colocou-lhe uma data de encerramento: 27 de fevereiro de 1989”.

O ex-comandante guerrilheiro Douglas Bravo vai mais longe: “Foi a rebelião social mais profunda já acontecida na Venezuela; não foi convocada por nenhum partido, sindicato ou igreja. Foi a primeira manifestação verdadeiramente popular contra o neoliberalismo ocorrida em todo o mundo”<sup>17</sup>.

O taxista Felipe Pérez Gonzáles terminou a sua corrida. Sente que em algum ponto da vida perdeu as expectativas de futuro. Talvez em alguma dessas vias expressas de Caracas. Mas não quer muita conversa. “*Mierda de vida!*”, resmunga. Procura um responsável para sua frustração. Nos últimos anos encontrou um: Hugo Chávez.

---

<sup>16</sup> MORÓN, Guillermo. *Breve historia contemporánea de Venezuela*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 253.

<sup>17</sup> Entrevista com Douglas Bravo em 19 de julho de 2003.

O GOVERNO QUE SOBREVIVEU AO *CARACAZO* perdeu grande parte de sua legitimidade. A violenta semana fora, a um só tempo, produto de uma crise prolongada e marca de movimentações profundas na estrutura social venezuelana. Pérez, em poucos dias, deixara de ser a grande solução e se tornara o emblema de uma derrocada estrepitosa. O sistema político bipartidário estava ferido de morte, numa sociedade cuja intolerância e violência cotidiana vão se tornando mais e mais evidentes. Ficava claro que as eleições haviam se tornado um jogo marcado pelas meras trocas de posição entre a AD e o COPEI.

Embora procure manter o prestígio internacional, conquistado no primeiro mandato, realizando inúmeras viagens ao exterior – sete delas apenas para se encontrar com George Bush pai, nos Estados Unidos –, a força interna de Pérez é declinante e sua administração tremendamente tumultuada.

Carlos Andrés Pérez beneficiou-se do aumento do preço do petróleo, entre agosto de 1990 e março de 1991, tempo em que durou o ataque norte-americano ao Iraque, por conta da crise da invasão do Kuwait. Nos dias 7 e 8 de dezembro de 1990, em plena tensão no golfo Pérsico, George Bush pai vai a Caracas. Um dos principais propósitos da visita foi acertar o aumento do fornecimento de petróleo aos Estados Unidos, num momento em que aqueles dois países árabes estavam fora dos mercados. A Venezuela aproveitou-se disso para romper as cotas da OPEP e exportar mais petróleo.

Não foi nada comparável às altas nos preços internacionais do produto verificadas entre 1973 e 1974, que representaram a grande marca de seu primeiro governo. Serviram, no entanto, para melhorar alguns indicadores macroeconômicos,

alavancando um aumento do Produto Interno Bruto, após a queda de 1989. O crescimento chegou a 6,5%, após os abissais 8,1% negativos do ano anterior, segundo dados do Banco Central da Venezuela. Tratava-se mais de uma recuperação parcial de perdas do que de mudança significativa de cenário.

Quando a OPEP pressiona a PDVSA a baixar novamente a produção, em 1990, para não deixar os preços desabarem após a primeira guerra do Golfo, a saída é avançar nas privatizações, como forma de fazer caixa e segurar a balança de pagamentos. Foram vendidos nessa época a empresa de telefonia Cantv, a empresa aérea VIASA e três bancos públicos. O aumento do PIB foi ainda maior em 1991, alcançando 9,7%.

O fato marca também uma política que vinha tomando corpo no interior do governo: a *abertura petroleira*. A argumentação de se “abrir a economia venezuelana” e atrair mais investimentos privados teve início após a crise de 1983, ainda no governo Lusinschi. Bem ao gosto da terminologia da época, a *abertura* foi a maneira encontrada de a Venezuela inserir-se na globalização neoliberal, com o que tinha mais à mão. O objetivo era descolar cada vez mais a PDVSA do controle do Estado e reduzir a arrecadação fiscal, buscando evitar que a crise de financiamento do poder público contaminasse a empresa.

No segundo governo Pérez, a abertura deu um passo adiante, com o qual se buscava selar uma aliança estreita entre a estatal e as companhias estrangeiras. O conceito também avançara. Agora falava-se na *internacionalização da PDVSA*. Não fazia parte da estratégia a sua venda formal, mas garantir, sob o manto do Estado, seu funcionamento totalmente autônomo, como se fosse uma empresa privada, com suas políticas internas e seus objetivos estratégicos claramente desvinculados do Ministério das Minas e Energia. Era uma nítida reação à nacionalização de 15 anos antes.

Ao mesmo tempo, o poder público conseguiu reescalonar vários pagamentos da dívida externa com o Plano Brady, promovido pelo governo norte-americano, com o propósito de refinanciar os débitos dos países altamente endividados. O projeto, formulado em 1989 por Nicholas Brady, então secretário do Tesouro dos Estados Unidos, previa a redução do valor da dívida externa mediante a renegociação do principal e de alterações nos prazos de pagamentos dos juros. Vários países latino-americanos conseguiram descontos residuais em seus débitos internacionais. A medida tinha por trás a intenção de possibilitar às economias que haviam suspenso pagamentos, durante a crise dos anos 1980, a volta ao mercado internacional, para contrair novos empréstimos. O artifício deu mais um fôlego às contas externas.

Se obteve uma recuperação no terreno macroeconômico e em sua presença internacional, Pérez viu a situação social interna em franca deterioração. Denúncias

de corrupção e favorecimentos tomavam conta de sua gestão, enquanto aumentavam os descontentamentos populares. Em novembro de 1991, protestos contra a alta do custo de vida resultaram em cerca de 20 mortes de manifestantes em enfrentamentos com a polícia.

Os programas sociais e assistenciais, anteriormente financiados pelo ingresso petrolífero, reduziram-se drasticamente. Os serviços públicos degradaram-se a olhos vistos, concomitantemente a cortes significativos no número de funcionários do Estado. A pobreza explodiu, enquanto a renda se concentrava. Mas nada demovia o governo de sua orientação de aplicar um duro ajuste estrutural.

Nesta situação de aberta degradingolada política, econômica e moral do governo, acontece o terceiro grande cataclismo que viria a abalar o sistema político venezuelano. Na noite de 3 para 4 de fevereiro de 1992, oficiais do Exército, comandados por um tenente-coronel pára-quedista de 37 anos, tomam a base aérea Francisco de Miranda, em Caracas, conhecida como La Carlota, cercam a residência presidencial, chamada de La Casona, e promovem sublevações nas bases de Maracaibo, Maracay e Valência.

O tenente-coronel chamava-se Hugo Rafael Chávez Frías. Mas, antes de se narrar aquela tentativa de assalto ao poder, será preciso fazer dois grandes parênteses. O primeiro deles dará contas de como andava a esquerda venezuelana. E o segundo relatará as transformações e inquietações pelas quais passavam as Forças Armadas.

## Às armas, camaradas!

APÓS QUASE NOVE ANOS DE CLANDESTINIDADE, o Partido Comunista da Venezuela emerge da ditadura de Pérez Jiménez, em 23 de janeiro de 1958, dotado de imensa autoridade política. Com sua formulação de construir uma frente unitária contra o regime, os comunistas vertebraram a Junta Patriótica que se formara nos anos anteriores. Mas, como já visto, o Partido foi colocado à margem do Pacto de Punto Fijo, que definiria as regras do jogo institucional pelas décadas seguintes.

Para o ex-dirigente comunista Douglas Bravo, o Pacto “foi uma articulação montada para derrotar a tremenda ofensiva popular surgida na esteira do movimento pela derrubada da ditadura”<sup>1</sup>. Cerca de 300 pessoas morreram em embates de rua, nas mobilizações que resultaram no fim do regime.

Bravo é um sobrevivente. Seu nome tornou-se quase místico entre as esquerdas latino-americanas por seu papel à frente de grupos armados nos anos 1960 e 1970. Hoje vive modestamente num pequeno apartamento que faz também as vezes de escritório, num dos imensos edifícios do Parque Central, em Caracas. Lidera uma organização política chamada Terceiro Caminho e busca construir uma oposição de esquerda ao governo Chávez. Com 70 anos de idade e cerca de 1,60 metro de altura, conserva uma condição física exemplar. Alimenta-se de vegetais e mel e mantém uma intensa agenda de reuniões por todo o país. Chegou a ser chamado, por alguns mais entusiastas, de o “Fidel venezuelano”. Comparações à parte, Bravo atualmente não se reivindica como comunista, apesar de, ressalta, ser “mais anticapitalista do que nunca”. É enfático e incisivo em cada palavra que solta. Vamos novamente ao final dos anos 1950.

---

<sup>1</sup>Entrevista com Douglas Bravo em 19 de julho de 2003.

Havia tempos o partido vinha se preparando para uma ofensiva maior. Em meados de 1957, Bravo, então secretário militar do Comitê Central, juntamente com os dirigentes Teodoro Petkoff e Eloy Torres, reuniu-se na casa do então coronel e logo general e comandante da guarnição de Táchira, Rafael Arráez Morles. Ali foram traçadas as bases da Frente Militar de Carreira do PCV. O objetivo central era definir uma linha de recrutamentos nos quartéis para o projeto revolucionário. Bravo comenta a movimentação:

“Estávamos criando uma aliança cívico-militar, algo que já existira em outras situações, tanto na Venezuela como em diversos países da América Latina. O caso brasileiro de Luís Carlos Prestes, que sai da caserna para liderar lutas populares, nos anos 1920, é ilustrativo dessa tradição”<sup>2</sup>.

A orientação do Partido se fundamentava na caracterização das Forças Armadas como integradas por gente proveniente das classes médias e baixas. “Ademais, estes militares, de acordo com os comunistas, estariam muito pouco ideologizados para a defesa do sistema, ao contrário do que ocorria com as Forças Armadas de Argentina, Colômbia e Chile, entre outras.”<sup>3</sup> Quem escreve isso é o jornalista Alberto Garrido, que realizou um intenso trabalho de pesquisa sobre o período. E, segundo Douglas Bravo, em 1961, cerca de 170 oficiais tornaram-se militantes do Partido<sup>4</sup>.

“Como começa a década de 1960 na Venezuela?” A pergunta é feita por Alfredo Maneiro (1937-1982), outro importante líder da guerrilha, em entrevista concedida um ano antes de sua morte<sup>5</sup>. A resposta é direta: “Começa com uma enorme frustração popular, pelos resultados da queda da ditadura. Frustração muito intensa, em contraste com o triunfo da Revolução Cubana (1959). Para falar de uma maneira mais eufemística, parecia que o 23 de janeiro poderia ter resultado em algo melhor do que foi”. Maneiro avaliava ser “evidente ter existido uma situação revolucionária naquela época”, que se aprofundou durante o governo de Betancourt. A atuação governamental, dali por diante, teria como propósito abafar este ímpeto mudancista. O rumo à direita se solidificaria em novembro de 1961, com o rompimento de relações diplomáticas com Cuba.

Rómulo Betancourt fez uma administração voltada fundamentalmente para tentar formar o que seria uma burguesia nacional, com uma política de substituição

<sup>2</sup> Entrevista com Douglas Bravo em 19 de julho de 2003.

<sup>3</sup> GARRIDO, Alberto. “De la revolución al gobierno Chávez”. *El Universal*, Caracas, 6 jul. 2002.

<sup>4</sup> GARRIDO, Alberto. *Guerrilla y conspiración militar en Venezuela*. Caracas, Fondo Editorial Nacional, 1999, p. 18.

<sup>5</sup> MANEIRO, Alfredo. *Notas políticas*. Caracas, Ediciones del Agua Mansa, 1986, p. 189.

de importações e de vultosas concessões ao capital estrangeiro do petróleo<sup>6</sup>. Esta orientação combinava subsídios a um incipiente setor industrial e facilidades para as grandes companhias petrolíferas.

No entanto, uma recessão, entre 1960 e 1963, aliada aos pagamentos integrais de dívidas herdadas da ditadura, provocou um vasto descontentamento popular. O líder *adeco* reprimiu duramente o movimento social e desenvolveu uma política para isolar a esquerda em todas as frentes. As insatisfações alcançaram até mesmo seu partido, a Ação Democrática. Em abril de 1961, vários militantes deixam a legenda e criam o Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR), fortemente inspirado pelos ventos que vinham de Cuba.

Em março do mesmo ano, o Terceiro Congresso do Partido Comunista define-se “de maneira muito genérica”<sup>7</sup> pela luta armada. De acordo com Francisco Prada, outro dirigente comunista que partiria para a guerrilha, vários membros do Comitê Central, como Douglas Bravo, Teodoro Petkoff e Gustavo Machado (fundador do partido), passam a defender a via das armas para realizar as transformações sociais que pretendiam. O PCV torna-se, assim, um dos poucos seguidores do socialismo soviético a aderir ao caminho vitorioso aberto com a epopéia de Fidel Castro e Che Guevara na Sierra Maestra. A agremiação, por meio de seu braço militar, as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), fundado logo após o Congresso, desloca parte de sua militância para as montanhas, enquanto continuava o trabalho de massas nas cidades. “Nosso esforço para selar uma aliança cívico-militar continuava”, lembra Bravo<sup>8</sup>.

John Lee Anderson, biógrafo de Che Guevara, assim se refere a este momento da esquerda venezuelana:

“Em novembro de 1961, militantes do MIR e comunistas deram início a uma insurreição violenta em Caracas contra o governo Betancourt. O almirante Wolfgang Larrazábal, ex-presidente da Venezuela, eleito pela URD, de centro-esquerda, e que fizera parte da coligação que estava no poder, abandonou Betancourt juntando-se a uma coalizão com o MIR e os comunistas, formando um Conselho de Libertação Nacional, para derrubar o governo. Houve manifestações estudantis e choques com a polícia, mas a revolta acabou sendo debelada. Mesmo assim, Betancourt reagiu com um aumento da repressão e, no final do ano, as garantias constitucionais foram suspensas por tempo indeterminado, as universidades foram fechadas, os jornais de esquerda proibidos de circular e os campos de petróleo ocupados por tropas do

---

<sup>6</sup> MAZA ZAVALA, *op. cit.*

<sup>7</sup> Expressão de Francisco Prada. In: GARRIDO, Alberto, *op. cit.*, p. 80

<sup>8</sup> Entrevista com Douglas Bravo em 19 de julho de 2003

Exército. O cenário venezuelano estava se tornando propício para uma campanha de guerrilha e, com apoio cubano, ela começaria em pouco tempo”<sup>9</sup>.

A campanha guerrilheira começaria efetivamente em 1962. Para Alfredo Maneiro<sup>10</sup>, “a luta armada tem início com uma provocação de Betancourt”. Essa situação se constituiria no fato de o presidente atacar duramente “as formas democráticas de luta e mobilização” que se seguiram ao 23 de janeiro, visando dirigir de maneira autoritária o desenvolvimento da sociedade. “E a esquerda procedeu, diante da provocação, de acordo com os planos do presidente”, define o ex-líder guerrilheiro. No auge do movimento, segundo Douglas Bravo, havia 2 mil guerrilheiros urbanos e 700 nas montanhas. A esse esforço logo se somaria o MIR.

A geografia dos combates é então definida. Bravo desloca-se para as montanhas do estado de Falcón, Tirso Pinto comanda as colunas em Lara, Juan Vicente Cabezas move-se em El Charal, Francisco Prada nos *Llanos*, vasta região de bosques e savanas que compreende sete estados do noroeste do país, e Alfredo Maneiro, no estado de Oriente. Em 9 de maio, a reação governamental é fulminante. Tanto o PCV quanto o MIR são colocados na ilegalidade e o jornal do Partido, a *Tribuna Popular*, é impedido de circular.

No meio militar, as tensões crescem. Rebeliões em destacamentos nas cidades de Barcelona (junho de 1961) e Carúpano (maio de 1962) contam com o apoio e a participação do PCV e são reprimidas com extrema violência. A mais séria delas aconteceria em Puerto Cabello e ficaria conhecida como o *Porteñazo*. A partir de 2 de junho de 1962, um levante na base militar provoca uma reação brutal: o Exército e a Força Aérea são enviados para cercar e bombardear a cidade. Enfrentamentos que duram 24 horas resultam num saldo de 400 mortos e 700 feridos. A descoberta de que o PCV participara da rebelião militar provoca uma caça às bruxas dentro das Forças Armadas, para extirpar qualquer influência da esquerda na instituição.

Em um documento intitulado “Informe do Comitê Regional da montanha”, datado de 18 de outubro de 1964, Bravo e Elias Maniut procuram explicar sua estratégia:

“A experiência internacional nos indica que, nos países irmãos, foram percorridas duas vias de desenvolvimento armado: a insurreição clássica de curto prazo e a guerra de libertação clássica, de longo prazo. [...] No nosso caso, as coisas são diferentes: nem a insurreição clássica das cidades e nem a guerra prolongada clássica. [...] Por isso, podemos falar

<sup>9</sup> ANDERSON, John Lee. *Che Guevara, uma biografia*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1997, p. 573.

<sup>10</sup> MANEIRO, *op. cit.*, p. 191.

com propriedade de um caminho venezuelano, que chamaríamos de insurreição combinada. [...] Ela é um processo permanente que aproveitava todas as riquezas das múltiplas formas de luta política e as subordina estrategicamente ao desenvolvimento da luta armada, em particular à guerrilha rural como forma fundamental de luta para tomar o poder”<sup>11</sup>.

Algum tempo depois, os rebeldes, a duras penas, descobririam que a guerrilha nunca conseguiu ter uma base de massas real no campo. Um dos motivos disso deve-se ao fato de, já nesta época, a Venezuela ser um país predominantemente urbano.

Nas cidades, a guerrilha realiza ações espetaculares, como o seqüestro do craque do futebol argentino Alfredo Di Stéfano, em 26 de agosto de 1963, que visitava a Venezuela. “Com o tempo cheguei a perdoá-los, eram gente com um ideal”, lembraria Di Stéfano, 37 anos mais tarde, em entrevista ao jornal espanhol *El Mundo*. Outra ação foi o assalto ao trem de El Encanto, em Los Teques, cidade próxima a Caracas e capital do estado de Miranda. A repressão é pesada e os cárceres se enchem de militantes e ativistas de esquerda. “Até o final de 1963, a sociedade venezuelana esteve submetida a uma extrema tensão”, lembrou Alfredo Maneiro<sup>12</sup>. “Era geral a sensação de que nesses anos estava se decidindo o destino do país para um período de duração imprevisível.”

Para Freddy Carquez, um dos mais destacados dirigentes da luta armada, a partir de 1964 o “critério do Estado venezuelano será o de que guerrilheiro preso é guerrilheiro morto ou delator”. A data coincide com uma melhoria geral da situação econômica do país, sentida pela população, o que contribui para isolar as campanhas da esquerda. “A ampla legitimidade alcançada pelo modelo político [do *puntofijismo*]”, reflete ele, “vai permitir uma prática contra-revolucionária mais agressiva, dirigida à destruição das vanguardas”<sup>13</sup>. E o pior, assinala, “aprofunda-se entre os revolucionários o comportamento sectário, excludente, desqualificador e prepotente”, como consequência do fracasso da estratégia adotada.

A partir daí, a repressão começa a dizimar fisicamente os grupos guerrilheiros, com a prisão, a tortura e os “desaparecimentos”. O Partido Comunista procura recuar da estratégia guerrilheira, em 1965, desligando de sua estrutura os militantes que enveredaram pela luta armada.

Douglas Bravo dá sua versão para os acontecimentos que culminaram com o rompimento:

<sup>11</sup> BRAVO, Douglas. “A guerrilha na Venezuela”. In: Löwy, Michel (org.). *O marxismo na América Latina*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 289.

<sup>12</sup> MANEIRO, *op. cit.*, p. 65.

<sup>13</sup> CARQUEZ, Freddy. *Crítica a la experiencia histórica del 23 de enero*. Caracas, UCV, 1989, p. 98.

“Nossa expulsão se dá porque reivindicávamos os elementos teóricos de Simon Bolívar, de Simon Rodrigues, de Ezequiel Zamora e de outros pensadores venezuelanos, cujos postulados se chocavam com os da ortodoxia do pensamento soviético. Nós publicamos um documento chamado *Marxismo-leninismo-bolivariano*, no qual, pela primeira vez, se colocou o problema da nacionalização do pensamento revolucionário”<sup>14</sup>.

Mesmo após a expulsão, o grupo de Bravo segue com seus contatos no interior das Forças Armadas. “Nunca deixou de existir uma força revolucionária ali”, diz o ex-comandante guerrilheiro<sup>15</sup>. Tempos depois, os dirigentes capitaneados por ele formam o Partido da Revolução Venezuelana (PRV), que permaneceria por vários anos na serra. A partir de 1979, Bravo e seus companheiros emergiriam de quase duas décadas de clandestinidade para a atividade política legal<sup>16</sup>. Sua organização, nos anos 1990, passaria a se chamar Terceiro Caminho.

Outros agrupamentos surgiram no período, como o Partido Revolucionário Nacionalista (PRN), de orientação social-democrata, o Movimento Eleitoral do Povo (MEP), um novo racha da AD, defensor do que seria um socialismo heterodoxo, e, mais adiante, a Vanguarda Comunista (VC).

O Oitavo Pleno do Comitê Central do PCV, realizado em abril de 1967, decide abandonar definitivamente a via armada e participar das eleições marcadas para o final do ano seguinte.

Quando o *copeiano* Rafael Caldera é eleito presidente da República (1969-1974), resolve legalizar novamente o Partido Comunista, como forma de isolar ainda mais a oposição armada. Cria, além disso, o Comitê de Pacificação, presidido pelo cardeal José Humberto Quintero, integrado por várias personalidades, entre as quais alguns representantes da esquerda. Ao mesmo tempo que acenava com uma espécie de anistia aos que renunciassem ao caminho da confrontação explícita, Caldera reprimiu o movimento estudantil. Muitos jovens integravam listas de “desaparecidos”, sem que sua morte formal nas mãos da repressão fosse reconhecida.

Mesmo depois da legalização, as divergências no interior do PCV se acentuam. No cerne do embate estava a ocupação da Checoslováquia pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1968. Refletindo uma divergência que já afastara diversos partidos comunistas europeus da linha traçada por Moscou – entre eles os de Itália, Espanha e Inglaterra –, vários dirigentes venezuelanos, liderados por Teodoro Petkoff, ensaiam nova divisão.

<sup>14</sup> GARRIDO, Alberto. *Guerrilla y conspiración militar en Venezuela*. Caracas, Fondo Editorial Nacional, 1999, p.17

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>16</sup> LÖWY, Michel (org.). *O marxismo na América Latina*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 289.

Petkoff, um dos principais teóricos do Partido, publica em 1969 o livro *Checoslováquia, o socialismo como problema*<sup>17</sup>, contrapondo-se abertamente ao modelo soviético. Em julho do ano seguinte, dá continuidade a uma dissidência já pública, ao lançar *Socialismo para a Venezuela*<sup>18</sup>, no qual busca realizar uma vigorosa autocrítica das políticas até então adotadas pelos comunistas. Nele, o dirigente busca distanciar-se da concepção revolucionária do Partido – compartilhada pela maioria dos pcs do continente – investindo contra um dos “mitos sacrossantos das nossas concepções teóricas: a existência da burguesia nacional”. Deixemos o próprio Petkoff expor sua visão:

“Há várias décadas, os partidos comunistas da América Latina lidam com a noção de que a luta pela libertação nacional pode contar com a participação de uma parte das burguesias latino-americanas, batizada com o nome equivocado de burguesia nacional. De acordo com os postulados da esquerda tradicional, presume-se que certa parte da burguesia venezuelana [...] nascida em ligação direta com o imperialismo [...] possui uma potencialidade antiimperialista que a tornaria capaz de colaborar em uma grande frente de classes pela libertação nacional. [...] Por esse motivo, o programa do Partido fez importantes concessões a esta burguesia ‘nacional’, inclusive uma fundamental: propor os objetivos da transformação revolucionária do país em nível democrático-burguês e oferecer uma perspectiva de *desenvolvimento* do capitalismo ‘nacional’, após o fim do domínio imperialista e o alargamento do mercado interno mediante a reforma agrária. [...] Embora verbalmente sempre tenhamos reivindicado a ‘hegemonia do proletariado’ nessa suposta aliança, na prática [...] os fatos políticos sempre colocam o Partido a reboque da burguesia, sobretudo da *não-nacional*, que, como é natural, domina a *nacional*”<sup>19</sup>.

Como resultado, em janeiro de 1971, diversos dissidentes fundam o Movimiento al Socialismo (MAS). Entre suas definições iniciais estava a “visão crítica do marxismo, que seria integrada com outras correntes progressistas de pensamento”<sup>20</sup>.

O MAS tornou-se uma importante força política, lançando candidaturas presidenciais em 1973 (José Vicente Rangel) e em 1983 (Teodoro Petkoff). Em 1987, ocorre a fusão com o MIR, que havia muito abandonara a luta armada. Seis anos depois, apoiaram a segunda candidatura de Rafael Caldera (1993-1998), em cuja

<sup>17</sup> PETKOFF, Teodoro. *Checoslovaquia, el socialismo como problema*. Caracas, Monte Ávila Editores, 1990.

<sup>18</sup> PETKOFF, Teodoro. *Socialismo para Venezuela*. Caracas, Fuentes, 1972.

<sup>19</sup> LÖWY, *op. cit.*, p. 383-384.

<sup>20</sup> Informações retiradas do site do MAS.

presidência Petkoff assumiria o ministério do Planejamento e daria curso à *Agenda Venezuela*, vigoroso plano de ajuste estrutural, definido em acordo com o FMI. Apesar de continuar se reivindicando um homem de esquerda, Petkoff classifica-se como um social-democrata, rompendo com seu passado marxista<sup>21</sup>. Quando o MAS decide apoiar Chávez, em 1998, o dirigente desliga-se do partido.

Um terceiro ramo que sai do PCV, nos anos 1970 é La Causa Radical (La Causa R, ou LCR), fundada pelo ex-líder guerrilheiro Alfredo Maneiro. Tendo acompanhado os militantes que fundaram o MAS, Maneiro logo se desentende com a cúpula da nova agremiação. Enquanto o MAS aproximava-se das concepções do que ficaria depois conhecido como o eurocomunismo e, em seguida, da social-democracia, Maneiro identificava-se mais com as posições do PC chinês, refletindo internamente um grande embate existente no então movimento comunista internacional. Contudo, a principal característica do agrupamento de Maneiro era procurar desenvolver um intenso trabalho de massas. LCR investiu prioritariamente no movimento estudantil (mais exatamente na UCV), no movimento de bairros – com destaque para o subúrbio caraquenho de Catia, habitado por mais de meio milhão de pessoas – e no movimento operário, em especial entre os trabalhadores metalúrgicos da cidade de Guayana. Nesta última estava localizada a estatal Sidor (Siderúrgica Del Orinoco).

La Causa R constituiria-se na grande novidade política venezuelana durante as duas décadas seguintes. Muitos a viam como uma correspondente ao que o Partido dos Trabalhadores representava no Brasil, por ser uma organização de massas que se distanciava da ortodoxia dos PCs. Em dezembro de 1989, LCR elegeu o governador do estado de Bolívar, Andrés Velásques, dirigente sindical dos trabalhadores da Sidor.

Vale ressaltar que, até esta data, não existiam eleições para governadores. Uma reforma constitucional fez com que os dirigentes regionais deixassem de ser indicados pelo Executivo nacional e passassem a ser escolhidos pelo voto direto. O fato evidencia mais as fissuras no sistema partidário *puntofijista*: de 20 estados em disputa, AD vence em 11, COPEI em 6, LCR em um, MAS também em um, além de existir um governador independente. Em 1997, LCR sofreria uma divisão, gerando o Partido Pátria para Todos (PPT), integrando a coligação que elegeu Chávez.

Um dos membros do PRV, de Douglas Bravo, na cidade de Mérida, chamava-se Adán Chávez, professor universitário e irmão mais velho de um jovem militar de nome Hugo. No início dos anos 1980, Adán decide promover um encontro entre o dirigente do partido e seu irmão, já então uma liderança ascendente no interior do Exército. Mas essa história fica para daqui a pouco...

---

<sup>21</sup> Löwy, *op. cit.*, p. 383.

## Conspirando e aprendendo

A DISTÂNCIA É RAZOÁVEL, cerca de dez quilômetros. Os três jovens capitães vieram trotando desde Maracay, estado de Aráguá, onde servem como pára-quedistas no batalhão blindado. Acabam de sair de uma cerimônia no quartel, no início da tarde. Chamado pelo comandante, um deles fez um eloqüente discurso de improviso para 1.200 soldados no campo de futebol da unidade.

A fala foi breve, porém incisiva. O orador aproveitou como gancho os 200 anos do nascimento de Simon Bolívar, a serem comemorados no ano seguinte, para denunciar a situação de injustiças do continente latino-americano, quase dois séculos após a independência de seus países. O homem que utilizou o microfone tem 28 anos e se chama Hugo Chávez Frías. Logo, junta-se a outros dois oficiais, Jesús Urdaneta Hernández e Felipe Acosta Carles<sup>1</sup>, e decidem sair para conversar. No trajeto, comentam o discurso e trocam idéias sobre a situação da Venezuela.

Os cavalos aparentam cansaço. O trio resolve parar e descansar sob a imensa árvore conhecida como Samán de Güere, na entrada da cidade de Tumeró. A planta, corpulenta e robusta, muito parecida com o cedro do Líbano, é uma espécie de símbolo nacional. Sua idade é calculada em cerca de mil anos e, diz a história, Bolívar teria dormido a seus pés antes da batalha de Carabobo, em 1821, decisiva para a independência da Venezuela.

A data se tornaria inesquecível para os três: 17 de dezembro de 1982. Dois meses depois, a Venezuela quebraria, na fatídica *sexta-feira negra*. Os sintomas da crise econômica já eram claramente perceptíveis. Além disso, pululavam denúncias

---

<sup>1</sup> Informações retiradas do texto de Gabriel Garcia Márquez “El enigma de los dos Chávez” (*Cambio*, Bogotá, jan. 1999).

de corrupção, tanto sobre o governo anterior, de Carlos Andrés Pérez, quanto sobre a então administração de Luis Herrera Campíns. “Estão roubando o país”, era a voz corrente.

A conversa dos oficiais gira em torno desses temas. Chávez já tentou articular um grupo político no interior das Forças Armadas, a partir de 1977, o Exército de Libertação do Povo da Venezuela (ELPV), com a intenção de promover algum tipo de sublevação. Mas a iniciativa não prosperou muito.

Os militares que discutem à sombra da árvore têm pela frente carreiras promissoras. Dentro de alguns anos, podem tranqüilamente atingir o generalato, acomodando-se numa vida sem maiores sobressaltos. Mas não parece ser essa a tônica de seus planos. Estão inquietos e há tempos promovem reuniões para discutir o país, a carreira militar e seus papéis diante da situação. Decidem, depois de algumas horas, fazer um juramento. Inspiram-se nas palavras que Simón Bolívar pronunciara no monte Aventino, em Roma, em 1805, quando prometera dedicar sua vida ao fim do domínio espanhol: “Juramos pelo Deus de nossos pais, juramos por eles, juramos por nossa honra e juramos por nossa pátria, que não daremos descanso a nossos braços e nem repouso a nossa alma, até que tenhamos quebrado as correntes que nos oprimem e oprimem nosso povo por vontade dos poderosos”.

A partir dali, iniciam a organização do que viria ser conhecido como Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), em homenagem ao bicentenário do personagem central da história venezuelana. Ainda levaria alguns anos para que aqueles planos se tornassem realidade.

O juramento passou a ser a senha para todos os que desejavam ingressar no movimento, então clandestino. O grupo se multiplicou aos poucos em várias unidades militares do país, realizando encontros e reuniões sempre marcadas por extremo sigilo.

Inicialmente dedicado ao debate interno das Forças Armadas, logo o MBR-200 se torna uma força política. O ponto de partida para a formação de um ideário é dado por um pequeno poema de Simón Rodríguez (1769-1854), o tutor e primeiro professor de Bolívar:

Não é sonho e nem delírio, senão filosofia...  
 nem o lugar onde isto se passa será imaginário,  
 como o que delineou o chanceler Thomas Morus;  
 Sua utopia será, na realidade, a América.  
 Onde buscaremos modelos? A América espanhola é original.  
 Originais não de ser suas instituições e seu governo  
 E originais os meios de se fundarem umas e outro.  
 Ou inventamos ou erramos.

A última frase é citação recorrente nos discursos de Chávez desde então. Logo começa a funcionar, na Academia Militar de Caracas, a Sociedade Bolivariana. De acordo com Chávez, além de Simón Rodríguez, “ali descobrimos o líder Simón Bolívar e o guerreiro Ezequiel Zamora”<sup>2</sup>. Juntos, os três formariam o que se chama a *árvore de três raízes* pela qual se orienta o MBR-200.

Um dos mais destacados membros do MBR-200, incorporado mais tarde, foi o oficial Francisco Árias Cárdenas, que viria a ser um de seus principais dirigentes. Cárdenas teve – como já foi visto – uma reação de enorme insatisfação com a repressão militar desencadeada pelo *Caracazo*. Quatro anos mais velho do que Chávez, ele terminaria por se afastar do então companheiro nos anos 1990.

A violência militar contra a população durante o *Caracazo* não abalou apenas Cárdenas. O episódio abriu uma profunda fissura nas Forças Armadas, com destaque para os organizadores do MBR-200. Um de seus fundadores seria assassinado durante os protestos: Felipe Acosta Carles. “Meu instinto me diz até hoje que o mandaram matar”, contou Chávez a Garcia Márquez, anos depois.

Para o cientista político norte-americano Daniel Hellinger, “O nacionalismo do MBR se apoiava numa profunda tradição de caudilhismo populista na história da Venezuela. [...] Este discurso igualitário, e muitas vezes vago [...] é provocador do ressentimento das massas e soa ameaçador para as elites. *Morte à oligarquia* é um grito popular da guerra federal”<sup>3</sup>.

A movimentação de Chávez e de seus companheiros no interior das Forças Armadas não era propriamente uma novidade na Venezuela. Já foi mostrado como o Partido Comunista tentou, desde os anos 1950, estabelecer uma aliança com setores fardados e, em situações pontuais, essa articulação aconteceu. Que características singulares teriam os setores de caserna venezuelanos para ser mais permeáveis a esse tipo de entrosamento do que seus congêneres latino-americanos?

Há pouca coisa escrita sobre o assunto, mas vários dirigentes políticos, militares e analistas apontam algumas particularidades.

O general de divisão do Exército e cientista político Alberto Müller Rojas é um deles. Para o pesquisador, “O fato distintivo das Forças Armadas venezuelanas em relação a grande parte de suas homólogas do continente é que sua institucionalização é um fenômeno do século xx”<sup>4</sup>. Segundo Rojas, em todos os casos em que a força militar se formou a partir das frações dos exércitos envolvidos nos conflitos de

<sup>2</sup> ZAGO, Ângela. *La rebelión de los angeles*. Caracas, Warp Ediciones, 3<sup>a</sup> ed., 1998, p. 58.

<sup>3</sup> HELLINGER, Daniel. “Visión política general: la caída del puntofijismo y el surgimiento del chavismo”. In: ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (orgs.). *La política venezolana en la época de Chávez*. Caracas, Nueva Sociedad, 2003, p. 60.

<sup>4</sup> ROJAS, Alberto Müller. “La nueva cara de la fuerza armada”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, n<sup>o</sup> 9. Caracas, set.-dez. 2003.

independência – e o caso venezuelano não foi uma exceção –, os quadros de comando ficaram diretamente associados aos interesses das oligarquias, que conduziram esses processos de libertação. “O excepcional do caso venezuelano é que essa força armada foi desbaratada como resultado da chamada *guerra federal* (1859-1863), um fenômeno que em seus inícios foi dominado pelo conflito existente entre os estamentos baixos da sociedade, liderados pelo general Ezequiel Zamora (1817-1860), e as elites *criollas* [mestiças], transformadas em oligarquias.”<sup>5</sup> Zamora definiu um programa de reforma agrária em favor dos camponeses, destacou-se como forte inimigo dos latifundiários e defendeu uma sólida aliança cívico-militar. Em outras palavras, uma encarniçada guerra civil dizimou as forças ligadas às oligarquias, colocando em seu lugar um contingente formado por setores camponeses, desvinculados delas.

Mesmo essas Forças Armadas sofreriam outra reviravolta, na virada do século XIX para o século XX. Quando o general Cipriano Castro (1858-1924) desafia as oligarquias regionais e impõe sua primazia sobre os caudilhos locais, por meio da chamada *revolução restauradora* (1899-1900), começa a se formar um novo Exército. Castro arrebanha parcelas de milícias regionais, agregadas inicialmente ao redor de pequenos proprietários da região de Táchira e de povoados pobres dos Andes, formando um núcleo irregular, que acaba por dominar Caracas e a região central do país e empalmar o poder. “Este seria um fato que permitiria formular uma explicação para a ausência de relações de cooperação entre a corporação fardada venezuelana e as elites *criollas* [...] características da maioria dos países latino-americanos”, afirma Muller Rojas. Castro logo institucionaliza essas milícias como exército regular, que nasce como Força Armada em oposição às classes dominantes.

Douglas Bravo também reflete a respeito:

“É importante ver a ruptura que sofrem nossas Forças Armadas. Quando chegou, Castro destituiu todos os oficiais e nomeou seus andinos. Muitos não sabiam ler nem escrever e suplantaram toda a oficialidade. E nasceu assim uma instituição armada, que tomou o lugar da anterior, de muito conteúdo social, ainda que não ideológico. E o que aconteceu? Estas forças se converteram numa nova elite militar e passaram a defender, já com Juan Vicente Gómez, a Shell, a Creole e as grandes empresas de petróleo. Estas forças foram dissolvidas pelo golpe *adeco* de 1945. Irrompeu neste momento uma nova geração de oficiais jovens, encabeçados por majores”<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> ROJAS, *op. cit.*, p. 186.

<sup>6</sup> GARRIDO, Alberto. *Guerrilla y conspiración militar en Venezuela*. Caracas, Fondo Editorial Nacional, 1999, p. 13-15.

E Bravo cita os levantes militares dos anos 1960 como exemplo da sensibilidade dos quartéis às demandas sociais.

A cientista política Margarita López-Maya<sup>7</sup> acrescenta a este raciocínio a constatação de que a estruturação das Forças Armadas se estende até meados dos anos 1930. “O Exército, na Venezuela, aos poucos, foi formando um projeto nacional.” Segundo ela, mesmo sob a ditadura de Pérez Jiménez, era o Exército quem tinha esse projeto. O regime era repressor e antidemocrático, mas tinha essa diretriz. “A disputa aqui, durante o século xx, se deu entre dois projetos nacionais, um militar e outro civil, liderado pela AD e outros partidos”, afirma ela. O primeiro era animado por pesados investimentos estatais. O segundo projeto estava baseado na tentativa de formação de uma burguesia nacional, algo que não existia, “por meio da política de substituição de importações e do protecionismo estatal, durante o governo de Rómulo Betancourt”, diz ela.

Müller Rojas, por sua vez, sublinha que as classes populares são maioria na composição social das Forças Armadas. Isso não quer dizer que o Exército seja, em si, um instrumento revolucionário. Longe disso, pois ao longo do século xx a instituição foi pródiga em sacramentar os desígnios da elite, destacando-se o fato de ter sido a grande fiadora do Pacto de Punto Fijo, ao não interferir diretamente no processo político.

Daniel Hellinger chama atenção para o fato de que

“Enquanto a economia decaía, nos anos 1980, o orçamento das Forças Armadas triplicou, chegando a 3,6% do Produto Interno Bruto em 1987. Com 50 mil homens, distribuídos em dez brigadas e cinco divisões, a Venezuela tinha 103 generais de brigada e 30 generais de divisão ativos, em contraste com o Brasil, cujo exército era cinco vezes maior e tinha apenas 116 generais no total”<sup>8</sup>.

Isso contribuiu para que o setor militar se mantivesse à margem do processo político, só entrando na disputa numa situação de total falência de representatividade institucional, nos anos 1990.

O homem que lideraria as movimentações militares no final do século xx também provinha de setores populares. Hugo Chávez nasceu em 28 de julho de 1954, na pequena cidade de Sabaneta, estado de Barinas, a cerca de 450 quilômetros de Caracas. Seus pais – Hugo de los Reyes Chávez e Elena Frías – eram professores

---

<sup>7</sup> Entrevista em 17 de julho de 2003.

<sup>8</sup> HELLINGER, *op. cit.* p. 60.

da escola pública. A família tinha alguma participação na vida política local. O pai militar no COPEI e um tataravô, o coronel Pedro Pérez Pérez, fora chefe guerrilheiro, na década de 1840, e posteriormente integrou-se às tropas do general Ezequiel Zamora. Um de seus filhos também tornou-se uma figura histórica, o general Pérez Pérez Delgado, conhecido como Maisanta, que se rebelou contra a ditadura de Juan Vicente Gómez<sup>9</sup>. Apesar da linhagem ilustre, os Chávez estavam longe de ser uma família próspera. Pertenciam ao que se convencionou chamar de classe média baixa. Seu irmão mais velho, Adán, seguiria carreira universitária e logo se tornaria um militante de esquerda.

“Eu entrei na Academia Militar em 1970, aos 17 anos, e era quase um menino. Não tinha nenhuma motivação política. Nesse momento, uma de minhas aspirações era ser jogador de beisebol”, contou Chávez à pesquisadora chilena Marta Harnecker. Na Academia estavam os melhores técnicos de beisebol do país, alguns deles campeões mundiais em décadas passadas.

Chávez pertence à primeira geração do que se conhece como *Plano Andrés Bello*. O nome é uma homenagem ao educador, poeta e filósofo Andrés Bello (1781-1865), contemporâneo de Bolívar. O programa, iniciado em 1971, se constituiu numa tentativa de incentivar o aprimoramento da carreira militar, por meio do envio de aspirantes a oficiais para as universidades. Depois de atingir o oficialato, podem prosseguir seus estudos na pós-graduação. Como resultado, as gerações formadas pelo Plano são mais profissionais, mais bem preparadas e mais críticas<sup>10</sup>. Mas a maior característica que a nova orientação trouxe foi retirar a influência da Escola das Américas sobre as Forças Armadas venezuelanas. A Escola era um centro de formação para militares latino-americanos, fundada em 1946, nos primórdios da Guerra Fria, e fechada em 2001. Durante este período, mais de 60 mil pessoas assistiram a seus cursos de contra-insurgência, segurança nacional e repressão a movimentos políticos.

Em entrevista à escritora Angela Zago, Chávez diz que “O *Plano* teve como objetivo elevar o nível da Escola Militar. Os estudantes ingressavam com o curso médio concluído e saíam formados em Ciências Militares e logo continuavam os estudos em nível de pós-graduação”<sup>11</sup>. Chávez tira daí a seguinte conclusão: “O perfil dos militares venezuelanos não se assemelha àquela visão do *gorila* que vê os civis como inimigos”. Ele optou por estudar ciência política, na Universidade Simón Bolívar. Tornou-se um leitor voraz. Seus autores prediletos, na época da universidade, eram Clausewitz, Bolívar, Napoleão, Gramsci e Mao Tse-tung.

---

<sup>9</sup> GOTT, *op. cit.*, p. 57-60.

<sup>10</sup> ARVELAIZ, *op. cit.*, p. 47.

<sup>11</sup> ZAGO, *op. cit.*, p. 40.

Duas experiências marcaram o jovem fardado. A primeira foi o governo do general Omar Torrijos (1929-1981), no Panamá, entre 1968 e 1978. Sua administração seria pautada pela distribuição de terras aos camponeses e pela perspectiva de transformações sociais. Torrijos tinha um discurso nacionalista, que ficou evidente quando levantou a população contra o domínio norte-americano no canal do Panamá. A segunda experiência se deu com uma visita ao Peru, em 1974, então governado pelo general Juan Velasco Alvarado (1910-1977). Alvarado era um militar nacionalista que, apoiado pela esquerda, lançara um ousado programa de reformas, incluindo a democratização da estrutura agrária e a nacionalização de diversas empresas estrangeiras. Os dois generais, tidos como progressistas, embora polêmicos, mostraram ao jovem de Barinas que militares na política não eram sinônimo de Pinochet.

“Éramos uma geração de rapazes dos lugarejos, dos bairros e dos campos, que entrou no Exército num momento em que a guerra de guerrilhas estava terminando”<sup>12</sup>, diz Chávez.

Ele conta um episódio singular, ocorrido em 1975:

“Eu estava num território antiguerrilha e um grupo de inteligência trouxe alguns camponeses presos. À noite passaram a torturá-los. Eu me neguei a aceitar aquilo. Tive um enfrentamento duro. Minha atitude valeu uma ameaça de juízo por instigação à rebelião militar e desconhecimento da autoridade”.

E logo o aspirante a craque de beisebol teve oportunidade de ver o outro lado: “Também presenciei como o grupo guerrilheiro *Bandera Roja* havia massacrado soldados. Eles vinham em cima de um caminhão, meio dormindo, cansados de caminhar pelas montanhas. Os guerrilheiros os esperavam no caminho e dispararam. Não lhes deram oportunidade de defesa”<sup>13</sup>. Tempos depois, conforme relatou a Gabriel Garcia Márquez, teve sua primeira crise existencial: “O que é que eu faço aqui? De um lado, camponeses vestidos de militares torturam camponeses guerrilheiros, e do outro, camponeses guerrilheiros matam camponeses vestidos de militar. A essa altura, com a guerra terminada, não tem o menor sentido ficarem uns atirando contra os outros”.

Desde o final da década de 1970, Chávez e seus companheiros passam a ter contato com os grupos de esquerda. Douglas Bravo, já então dirigente do PRV,

---

<sup>12</sup> Entrevista a Marta Hamecker, *op. cit.*, p. 15.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 23.

busca o primeiro contato. “Adán, então militante do partido, nos comunicou ter um irmão nas Forças Armadas”, conta ele. Marcado o encontro,

“nos reunimos com o objetivo de traçar as bases de um movimento cívico-militar que se prepararia, a longo prazo, para uma insurgência revolucionária. É importante dizer que quando surgiu o grupo que passaria a se denominar Movimento Bolivariano já existiam outras duas organizações no interior das Forças Armadas, uma na aviação e outra na marinha”<sup>14</sup>.

O antigo guerrilheiro faz questão de ressaltar que os agrupamentos militares organizados não começaram em 1982 ou 1983, mas “já estavam organizados desde a época de Pérez Jiménez. Jamais deixou de existir uma força revolucionária nos quartéis”.

Bravo ficou muito impressionado com Hugo Chávez, o “homem mais ativo dentro das Forças Armadas, tanto no terreno prático quanto no teórico, que se mostrava incansável em seus deslocamentos a Táchira, a Guayana, a Falcón e a Zúlia, para organizar oficiais”<sup>15</sup>. Mesmo hoje, o ex-guerrilheiro não poupa elogios ao militar. Para ele, Chávez é um homem “inteligente, audaz, conversador e carismático. É um líder natural”.

Do lado de Chávez, o contato com Douglas Bravo não pareceu muito produtivo. “Alguns grupos de esquerda nunca aceitaram nosso processo e outros quiseram nos manipular com a idéia de que os militares deveriam ser o braço armado do movimento político. Eu comecei a ter choques com Douglas Bravo.”

O futuro presidente encontra-se, em 1978, com Alfredo Maneiro, de La Causa R, em Maracay.

“Sempre me recordo de sua tese de que na política deve-se ter duas coisas: eficácia e qualidade revolucionária. Vejo muitos revolucionários que não têm eficácia política e não sabem gerenciar. Você lhes dá um cargo de governo e acabam fracassando. Há outro tipo de gente, muito eficiente, porém sem qualidade revolucionária, não entende o projeto.”<sup>16</sup>

Chávez ficaria simpático a La Causa R “sobretudo por seu trabalho no movimento popular. Não havia isso no grupo de Douglas”<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>15</sup> GARRIDO, *op. cit.*, p. 20.

<sup>16</sup> HARNECKER, *op. cit.*, p. 24.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 25.

“A última vez que nos reunimos foi em 1991”, recorda-se Bravo. Ambos desentendem-se quanto à participação dos civis no processo insurrecional. O velho comandante conta ter tentado mostrar ao então tenente-coronel ser necessário um amplo movimento de massas, como o que antecedeu a saída de Pérez Jiménez, com o que, segundo ele, Chávez não concordava.

Outro grupo organizado na Força Aérea chamava-se ARMA (Aliança Revolucionária de Militares Ativos) e fora fundado também em 1983. Seu principal dirigente era o piloto de caça e major William Izarra. Por intermédio do comandante Luis Reyes Reyes, militante de La Causa R, Izarra conhece o então tenente Hugo Chávez. O aviador se lembra do tipo de relacionamento “de irmãos” que tinham. Em suas palavras, prevalecia a “lealdade, independentemente do fato de estarmos ou não de acordo um com o outro”<sup>18</sup>.

Izarra sofreu um processo de investigação por conta de suas atividades e foi afastado por cinco anos da Força Aérea. Na volta, em 1989, contata Douglas Bravo, que o chama para pedir auxílio na organização de militares revolucionários. “A proposta de Douglas era a criação de uma grande frente, na qual convergiriam os setores revolucionários”, assevera ele<sup>19</sup>. Dessas reuniões participam Luis Miquilena e se forma o que posteriormente se chamará Frente Patriótica. Entre 1990 e 1992, a articulação tornou-se conhecida e as adesões foram surpreendentes.

Os grupos no interior das Forças Armadas, por sua vez, viviam uma ebulição acelerada, preparando uma grande ofensiva pública. Enquanto isso, o governo de Carlos Andrés Pérez conhecia seu inferno astral.

---

<sup>18</sup> Entrevista com William Izarra em 14 de julho de 2003.

<sup>19</sup> GARRIDO, *op. cit.*, p. 65.

## “Por enquanto”

---

DEPOIS DO LONGO PARÊNTESE, voltemos a Carlos Andrés Pérez e ao que restou de seu governo.

Estamos em fins de 1991. A autoridade governamental se dissolve à luz do dia. Nem mesmo a pontual recuperação econômica dá mais alento à gestão do homem que, três anos antes, era tido como a única esperança de um país em crise.

Em meio à acentuada perda de legitimidade das instituições – falava-se abertamente na necessidade da saída do presidente e na constituição de um governo de emergência – cresciam os rumores de um possível golpe militar, sem que ficasse muito claro de onde ele partiria.

Entre os setores organizados da sociedade, a descrença ganhava fôlego. A própria Fedecámaras afirmava não ter mais o governo lastro político para se sustentar. A Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV), por sua vez, convocou uma greve nacional para o dia 7 de novembro. Isso mesmo, uma greve nacional.

Aquela era uma situação inédita. Colocando-se abertamente contra um governo da AD, a Central, hegemônica pelo mesmo partido, espelhava de maneira eloqüente a implosão de um dos pilares do *puntofijismo*: a estreita vinculação entre partidos políticos, poder de Estado e movimento social. A paralisação foi um sucesso, o que incentivou outros setores da população a intensificar seus protestos. Um informe do Ministério da Defesa, citado pelo diário *El Globo*, de 26 de maio de 1992, dá conta de que se registraram, entre setembro de 1991 e fevereiro do ano seguinte, 925 protestos de rua<sup>1</sup>. Mesmo a conservadora Igreja Católica alertou publicamente para a situação social “explosiva” que estava se desenvolvendo.

---

<sup>1</sup> SONNTAG, Heinz e MAINGÓN, Thaís. *Venezuela: 4F-1992*. Caracas, Editorial Nueva Sociedad, 1992, p. 18.

Várias personalidades políticas, descontentes com a situação, buscavam saídas. Liderados por Luis Miquilena, inúmeros políticos, ativistas e intelectuais começaram a se articular após o *Caracazo*, na tentativa de reeditar algo semelhante à Junta Patriótica que se formara contra a ditadura de Pérez Jiménez, 30 anos antes. Batizaram a articulação de Frente Patriótica. Participavam dela nomes como Douglas Bravo, José Vicente Rangel, Manuel Quijada, experiente advogado, veterano das rebeliões militares de 1962, e o tenente-coronel William Izarra, da Força Aérea. Como em outros momentos da vida nacional, aqui também se colocava a necessidade de uma estreita vinculação entre setores civis e militares, além da urgência da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Embora não tenha conseguido se estabilizar, a Frente Patriótica revelou sua importância por tentar agregar setores que voltariam a se unir no final da década, em torno da candidatura de Hugo Chávez à presidência da República<sup>2</sup>.

O governo, por sua vez, esforçava-se para exibir alguns trunfos. Em 1991, o crescimento do PIB, como já visto, bateria na incrível marca de 9,7%. No entanto, esse desenvolvimento se dava a partir de um patamar extremamente baixo, consequência da penosa crise dos anos anteriores. As reservas internacionais do Banco Central alcançaram U\$S 14,1 bilhões, equivalente à média do início dos anos 1980. A queda fora acentuada: em 1988 chegara a mínimos U\$S 6,67 bilhões, em 1989 já eram U\$S 7,41 bilhões e em 1990 somavam U\$S 11,75 bilhões<sup>3</sup>. Aparentemente, o futuro promissor, como repetia a propaganda oficial, não era perceptível no dia-a-dia da população, que amargava a nítida deterioração de seu padrão de vida. Para azedar o caldo, começaram a aparecer na imprensa sérias denúncias de corrupção, especialmente nas altas esferas das Forças Armadas.

Desde 1986, no interior do Exército, o MBR-200 iniciara uma intensa discussão sobre como e quando promover um levante armado contra o regime. Não se tratava apenas de trocas de idéias sobre estratégia militar. Os jovens oficiais buscavam, mesmo que esquematicamente, delinear as vigas mestras de um novo modelo político e econômico para a Venezuela.

O plano de tomada do poder tinha até nome: *Ezequiel Zamora*, em homenagem ao general da Guerra Federal. A data provável, início de 1992. Os debates mais intensos dentro dos quartéis aconteceram nas cidades de Caracas, Maracay e Valência.

Chávez conta como a rebelião começou a ser preparada e lembra dos contatos realizados com dirigentes de La Causa R: “ Fizemos reuniões e discutimos planos políticos com Andrés Velásquez e Pablo Medina, tentando ver se poderíamos contar com operários da Siderúrgica do Orinoco que tivessem servido o Exército”<sup>4</sup>. O MBR-200 buscou obter o apoio de Velásquez, que fora eleito governador do estado

<sup>2</sup> GOTT, *op. cit.*, p. 109-114.

<sup>3</sup> Fonte: Banco Central da Venezuela.

<sup>4</sup> HARNECKER, *op. cit.*, p. 29.

Bolívar. Não obteve sucesso. Após inúmeras vacilações, La Causa R resolveu não engrossar o levante. Os militares decidiram então partir para a ação sozinhos.

Ninguém sabe ao certo como o elemento surpresa foi perdido. Fala-se em traição. O certo é que no dia 3 de fevereiro de 1992, às 11 da manhã, na cidade de Maracaibo, a 700 quilômetros de Caracas, o ministro da Defesa, general de divisão do Exército, Fernando Ochoa Antich, foi informado de deslocamentos de tropas pouco usuais acontecendo em Caracas. O general voltou imediatamente à capital, onde chegou às 3 da tarde. Carlos Andrés Pérez estava no exterior e chegaria ao aeroporto Simon Bolívar, em Maiquetía, dali a duas horas. Voltava de um périplo que incluía Nova York – participara de uma reunião de chefes de Estado na sede da ONU – e Davos, na Suíça. Como fazia desde 1991, Pérez comparecera ao Fórum Econômico Mundial, reunião de grandes corporações financeiras e de governos. O caso da “recuperação” venezuelana atraía atenções e suscitava elogios gerais entre os participantes do evento.

Ochoa Antich conseguiu perceber e desmontar o principal estratagema concebido pelo que, logo tomou ciência, se conformava como uma sublevação militar: a detenção do presidente da República no ato de sua chegada ao país.

O vôo atrasou e o avião presidencial só tocou a pista às 10 da noite. O terminal aéreo estava tomado pela Guarda Nacional e pela Infantaria da Marinha. Pérez mostrou-se visivelmente assustado. Após o desembarque, a limusine negra da Presidência disparou pela autopista, percorrendo os 30 quilômetros até a capital em poucos minutos. No caminho até La Casona, a residência do chefe de Estado, próxima ao Parque de Leste, a oito quilômetros de Miraflores, Ochoa Antich informou-lhe das evidências cada vez maiores de um golpe em andamento.

Vários grupos de militares haviam tomado posições estratégicas nas últimas horas, não só em frente a Miraflores, mas também diante de La Casona e da base aérea generalíssimo Francisco de Miranda, no bairro de La Carlota. Trata-se de um aeroporto militar, onde está localizado o Comando Geral da Aviação. O objetivo era controlar o tráfego aéreo sobre a cidade. No mesmo momento ocorriam ações semelhantes diante de guarnições, quartéis e aeroportos de Maracaibo, Valência e Maracay. Em poucos instantes, os rebeldes tornaram-se senhores da situação nessas localidades. Na base de La Carlota, os amotinados detiveram o comandante-geral da aviação, Eutimio Fuguet Borregales e o alto-comando da Força Aérea.

Tudo foi muito rápido. Pérez saiu de La Casona e zarpou em direção ao Palácio. Aqui, o comando insurgente estava a cargo do tenente-coronel Joel Acosta Chirinos. Em instantes, a sede do Executivo foi sitiada.

O presidente entrou em contato com o ministro da Defesa, a essa altura já no Forte Tiúna, e o informou do ataque. O general prometeu reforços, mas insistiu para que o chefe do Executivo abandonasse o local com urgência. Em seguida, Pérez recebeu a notícia de que a residência presidencial, onde estava a primeira-dama e uma filha, era

palco de intensos combates. De um lado estava a brigada de pára-quedistas José Leonardo Chirinos e, de outro, um batalhão de defesa, unidades do serviço de inteligência e destacamentos da polícia municipal do município de Sucre, na Grande Caracas.

Pérez era, a essa altura, um homem de 69 anos. Militava na Ação Democrática desde sua fundação, em 1941, quando se tornou secretário particular de Rómulo Betancourt. Durante o triênio *adeco*, fora presidente do conselho de ministros, antes de ser expulso do país, em 1949, quando se instalou a ditadura. Era uma espécie de símbolo vivo e logotipo ambulante da Ação Democrática. Seu eventual sucesso ou fracasso reservaria igual destino a sua agremiação.

Rapidamente, o presidente saiu de sua sala, caminhou por um dos túneis subterrâneos do Palácio e alcançou um carro particular através de uma saída do outro lado da avenida Urdaneta, na frente do Palácio Branco, sede da Guarda de Honra. Dirigiu-se em alta velocidade para a avenida La Salle, em Los Caobos, a quatro quilômetros de Miraflores. O destino era a sede da Venevisión, a mais poderosa emissora de televisão do país, dirigida por Gustavo Cisneros, grande empresário que sempre se manteve extremamente próximo ao ocupante de turno da cadeira presidencial. Seguranças armados com metralhadoras o aguardavam logo na entrada do edifício.

Nervoso, com expressão contraída e em pé, no estúdio, Carlos Andrés Pérez fez um pronunciamento ao país à 1h 20min da madrugada. Denunciou os golpistas e os acusou de quererem perpetrar um genocídio e a volta da ditadura. Chamou-os de ambiciosos, delinquentes, fascistas, totalitários, aventureiros, traidores, inadaptados etc. Tentou isolar e estigmatizar qualquer foco de descontentamento, por saber das reais dimensões que a tragédia social venezuelana seguia assumindo. Enfatizou tratar-se de “militares golpistas” – algo que os associava diretamente a uma espécie de aprendizes de Pinochet – e se colocou como único fiador da democracia venezuelana.

O Conselho de Ministros foi mais longe e emitiu um comunicado duro e direto: “Produziu-se uma intentona golpista com o propósito de quebrar o Estado de direito e subverter a ordem constitucional da República. [...] O intento criminoso era assassinar o presidente da República”<sup>5</sup>.

Enquanto isso, em plena madrugada, pequenos veículos blindados e soldados pára-quedistas de Maracay cercaram a sede do Executivo, forçaram seu portão principal e foram violentamente repelidos pela Guarda de Honra.

Chegou a manhã. Veículos militares passaram a noite disputando pontos estratégicos da cidade. O ministro da Defesa tentava negociar com os sublevados, quando recebeu uma ordem fulminante de Pérez: “Encha-os de chumbo”<sup>6</sup>.

A frase foi a senha para que se desencadeasse uma duríssima repressão aos sublevados. Aconteceram combates encarniçados ao longo do dia pela retomada

<sup>5</sup> Citado por SONNTAG e MAINGÓN, *op. cit.*, p. 27.

<sup>6</sup> WANLOXTEN, Gustavo et alii. *El 4 de febrero, por ahora*. Caracas, Fuentes Editores, 1992, p. 7.

da base aérea La Carlota. Os golpistas não conseguiram controlar a Força Aérea, que se valeu dos caças F-16 para atacar o Comando de Brigada Blindada de Valência e fazer vôos rasantes, ameaçando os companheiros de Chávez em outras partes.

Os insurgentes tinham um grande calcanhar de Aquiles: sua presença no Forte Tiúna era reduzida, o que permitiu às tropas leais ao governo rapidamente organizarem-se para sufocar o movimento. Além disso, os três objetivos traçados – Palácio, residência oficial e base aérea – eram insuficientes para imobilizar o governo, que rapidamente recobrou a ofensiva. Sem controlar nenhum centro de telecomunicações, os golpistas tampouco puderam ganhar apoio da sociedade.

No entanto, havia um plano previamente traçado para comunicar ao país os objetivos da rebelião. “O subtenente Juan Valero Centeno capturou o canal 8, estatal, de televisão”, conta o tenente-coronel Joel Acosta Chirinos<sup>7</sup>. E aí o incrível aconteceu: “Ele não pôde colocar no ar um vídeo com uma proclamação do comandante Chávez. Os técnicos o enganaram, dizendo que os equipamentos eram incompatíveis com aquela fita”.

Pouco a pouco, os militares dissidentes perderam terreno. Vendo que persistir com o ataque seria “um suicídio”, Chávez decidiu apresentar a rendição.

Doze horas após seu início – ao meio-dia da terça-feira, 4 de fevereiro – o levante chegou ao fim. O ministro da Defesa, Ochoa Antich, entrou em contato com o comando dos golpistas, entrincheirado no Museu Histórico Militar, em La Planície, Caracas, para informar que o governo controlava a situação. Do outro lado respondeu Hugo Chávez Frías, dizendo que se entregaria dali a três horas. O general Ramón Guillermo Santeliz, com quem mantinha boas relações, ameaçou: se a rendição não fosse imediata, os caças F-16, da Força Aérea, bombardeariam o local.

Sem saída, Chávez pediu apenas que fosse tratado com dignidade e pudesse fazer um breve pronunciamento à nação. A negociação deste último ponto representou uma nervosa troca de palavras com os oficiais destacados para detê-lo.

“Fui levado de carro, armado ainda com minha carabina 5.56, boina vermelha e bracelete tricolor”, descreve o líder da ação<sup>8</sup>. “Cruzei Caracas e olhei ausente, com meus pensamentos de tantos anos desfilando pela minha mente. Passei pela autopista, pelo Cemitério Geral do Sul, pelos túneis, pelo laguinho do Círculo Militar, até o Forte Tiúna, onde está o Ministério da Defesa.” Ali, o comandante insurgente tomou um banho e novamente colocou sua boina vermelha e o uniforme de combate. Havia dúvidas sealaria ao vivo ou se o depoimento seria gravado.

No fim, Chávez colocou-se diante das câmeras de televisão. Proferiu de improviso, com expressão contraída e voz firme, seu curtíssimo discurso ao país. Em exatas 169 palavras, na versão original em espanhol, pronunciadas em 1 minuto e 12 segundos, o tenente-coronel assim se expressou:

<sup>7</sup> ZAGO, *op. cit.*, p. 120.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 143.

“Antes de mais nada, quero dar bom dia a todo povo da Venezuela. Esta mensagem bolivariana é dirigida aos valentes soldados que se encontram no regimento de pára-quadristas de Aráguá e na Brigada Blindada de Valência. Companheiros: lamentavelmente, por enquanto, os objetivos que nos colocamos não foram atingidos na capital. Quer dizer, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. Vocês agiram muito bem, porém já é hora de refletir. Virão novas situações e o país tem de tomar um rumo definitivo a um destino melhor. Ouçam minha palavra. O comandante Chávez lhes lança esta oportunidade para que, por favor, reflitam e deponham as armas, porque, em verdade, os objetivos que traçamos em nível nacional são impossíveis de ser alcançados. Companheiros, ouçam esta mensagem solidária. Agradeço sua lealdade, agradeço sua valentia, seu desprendimento e eu, diante do país e de vocês, assumo a responsabilidade deste movimento militar bolivariano. Muito obrigado”.

Uma expressão desta pequena alocução ficaria famosa: “por enquanto”. Nada mais disse, não deu entrevistas, não apareceu mais em noticiários por um bom tempo.

Quatro meses depois, pesquisas de opinião davam ao até havia pouco tempo obscuro tenente-coronel encarcerado uma altíssima popularidade: 64,7% da população o consideravam uma pessoa confiável para dirigir os destinos do país, colocando-se à frente de muitas lideranças conhecidas, como o próprio ex-presidente Rafael Caldera<sup>9</sup>.

Mesmo levando-se em conta todos os riscos de quebra do regime democrático implícitos na ação dos militares dissidentes, a tentativa de golpe teve o significado simbólico de buscar um rompimento com um sistema que não resolvia os problemas da população.

Anos depois, o ministro do Planejamento, Jorge Giordani, se recordaria desta fala na tv: “Eu nunca ouvira falar em Chávez, até aquele pronunciamento. Era algo inédito alguém, na Venezuela, dizer ‘eu sou o responsável’ por alguma coisa. O usual é que não se assumam responsabilidades”<sup>10</sup>.

Disseminou-se com isso a expressão “fenômeno Chávez”, para expressar o crescente apoio que o tenente-coronel preso angariava entre a população. Sua popularidade beirou a verdadeira idolatria, quando sua imagem passou a ser veiculada em folhetos e cartazes ao lado de Che Guevara. Mas o tenente-coronel permanecia afastado disso tudo, na cadeia.

Por enquanto.

<sup>9</sup> Angela Zago não apresenta a fonte da pesquisa, mas indica que foi “exigida, por certo, pelo Ministério da Defesa”.

<sup>10</sup> Entrevista com Jorge Giordani em 17 de julho de 2003.

OS REVOLTOSOS eram gente da média oficialidade para baixo, todos muito jovens. Os dirigentes mais velhos eram Francisco Árias Cardenas – que chegara a derrubar o governador do estado de Zúlia, Oswaldo Alvarez Paz – e Chávez, com, respectivamente, 41 e 37 anos de idade. O ministro da Defesa, Ochoa Antich, diria, mais tarde, que “se tirarmos os uniformes desses rapazes, o que fica é o povo”.

Foram detidos 180 oficiais, 58 suboficiais, 90 integrantes de tropas profissionais e 2 mil soldados, segundo dados oficiais. Seus destinos eram os cárceres de San Carlos, em Caracas, e de Yare, no estado de Miranda. As mesmas fontes falam em 17 mortos, mas cálculos de testemunhas apontam mais de cem. Hugo Chávez avalia que cerca de “6 mil homens se mobilizaram, com tanques e helicópteros, combatendo em Miraflores, na Casona e nas cidades de Valência, Maracay e Maracaibo”<sup>1</sup>. O levante não foi uma ação desprezível, embora não tivesse contado com sustentação ativa fora dos quartéis.

A participação civil praticamente não existiu, a não ser residualmente em Valência, onde alguns estudantes externaram sua concordância com o enfrentamento. Não aconteceram manifestações populares de apoio. As ruas de Caracas amanheceram vazias, como se fosse um feriado, com a maioria do comércio fechado. Nem mesmo partidos ou sindicatos convocaram algum tipo de manifestação. No entanto, como em outras radicalizações castrenses, os oficiais e soldados sofriam o mesmo empobrecimento e queda de qualidade de vida enfrentada pelos setores médios e baixos da sociedade.

---

<sup>1</sup> HARNECKER, *op. cit.*, p. 33.

O levante teve ainda a característica de gerar heróis claramente visíveis pela opinião pública. O mais destacado foi, sem dúvida, o tenente-coronel Hugo Chávez Frías. A tentativa de golpe representou um passo adiante na ruptura social e política desencadeada pelo *Caracazo*.

Douglas Bravo acusa Chávez<sup>2</sup> de defender um conceito de ação política “sem a participação da sociedade civil”. Diz ter colocado, diante do tenente-coronel, a necessidade da realização de uma “greve geral, com participação ativa do povo, para gerar uma ação de massas prévia ou simultânea à rebelião militar”. O ex-guerrilheiro classifica a ação de “militarista e não militar” e que o comandante rebelado quer os civis aplaudindo “mas não participando”.

Chávez, por sua vez, reclama do fato de os revoltosos terem “ficado sós, como peixe sem água”, motivo que o levou a anunciar a rendição<sup>3</sup>. Se é verdade que não houve apoio popular explícito de imediato, também é fato que ninguém foi às ruas manifestar seu entusiasmo pelo “sistema democrático” que estaria em perigo.

A crise provocou um entendimento entre os dois partidos, AD e COPEI, para uma atuação conjunta no Parlamento e até mesmo para uma composição de gabinete. Mas o aguçamento da crise econômica e o aumento dos protestos de rua aumentaram o repúdio popular ao governo e fizeram com que os apelos pela saída de Pérez ganhassem maior amplitude.

Pérez tentou dissuadir quaisquer reverberações da ação dos militares. Insistiu para que o Congresso Nacional, em sessão conjunta de Câmara e Senado, discutisse e tomasse providências sobre o ocorrido, logo no dia seguinte, 5 de fevereiro. Seus parlamentares repetiram a suposta intenção dos golpistas: “Matar o presidente da República”.

Como conseqüência, foi anunciada uma medida extrema: a suspensão das garantias constitucionais, logo aprovada pelo Congresso, num clima de tensão.

Nesse momento, Rafael Caldera, fundador do COPEI e senador vitalício – prerrogativa facultada pela Constituição de 1961 a todos os ex-presidentes da República – teve ali um lampejo de sagacidade política. Pediu a palavra para discordar da suspensão das garantias legais.

A fala de Caldera marcou não apenas o momento, mas mostrou-se decisiva para os desdobramentos do frustrado golpe. Aos 76 anos, a velha raposa era tida por muitos como um cadáver político. Mas seu discurso quebrou esta impressão. Vamos acompanhá-lo.

---

<sup>2</sup> GARRIDO, *op. cit.*, p. 33.

<sup>3</sup> HARNECKER, *op. cit.*, p. 32.

“Considero que a gravidade da situação nos obriga a todos não só a uma profunda reflexão, mas também a uma imediata e urgente retificação.” Caldera ia direto ao ponto. A “retificação” reclamada deveria ser feita nos fundamentos do Pacto de 1958:

“O país está esperando outra mensagem e quero dizer [...] ao senhor presidente da República que [...] é difícil pedir ao povo que se imole pela liberdade e pela democracia, quando pensa que a liberdade e a democracia não são capazes de dar-lhe de comer e impedir a alta exorbitante do custo de vida, quando não tem sido capaz de colocar um fim definitivo à chaga terrível da corrupção que, aos olhos de todo o mundo, está consumindo a institucionalidade venezuelana”.

Neste ponto, Caldera fez uma afirmação de grande coragem política, ainda mais tendo-se em conta que o orador era um político conservador, que ajudara a elaborar o Pacto de Punto Fijo:

“O golpe militar é censurável e condenável de todas as formas, porém seria ingênuo pensar que se trata somente de uma aventura de poucos ambiciosos que, por sua conta, se lançaram precipitadamente, sem perceber onde estavam se metendo. Há um entorno, um mal de fundo, há uma conjuntura muito grave no país e, se esta situação não for enfrentada, o destino nos reserva mais e maiores preocupações”.

E, atacando incisivamente o problema do endividamento externo, Caldera arrematou com uma retumbante frase de efeito: “A democracia não pode existir se os povos não comem”<sup>4</sup>.

O discurso do líder do COPEI, mais do que nenhum outro um dos “sócios” do Pacto de Punto Fijo, evidenciava o tamanho da deterioração política venezuelana.

Outro parlamentar a fazer eco à fala do ex-presidente foi Aristóbulo Istúriz, deputado por La Causa R, que traçou um fio de continuidade entre o *Caracazo* e os acontecimentos daqueles dias: “São duas expressões de descontentamento, são duas maneiras de se cobrar a democracia e a dívida social”, argumentou ele da tribuna. Ricardo Gutierrez, do PCV, manifestou-se na mesma linha.

Para responder a esses discursos, a AD escalou o senador David Morales Bello, que não poupou pesados adjetivos contra os sublevados. Finalizou sua alocação com o grito: “Morte aos golpistas!”, sem levar em conta que a Constituição de 1961 era clara em não permitir a pena capital. (Em março, numa demonstração de insensibilidade política, Bello seria lançado candidato à presidência do Senado

---

<sup>4</sup>ZAGO, *op. cit.*, p. 28.

por seu partido. O fato quase provocou uma crise entre os aliados do governo, tamanha fora a repercussão negativa de seu discurso à época do golpe.)

No fim, a Assembléia Nacional aprovou os decretos de Pérez por larga maioria e o COPEI deixou seu mais ilustre membro falando sozinho, fazendo coro com a posição governista. Acalorados, os debates foram transmitidos, em grande parte, ao vivo, pela televisão.

A polêmica acerca do caráter do levante tomou conta da Venezuela pelos anos seguintes. Foi uma tentativa de golpe ou uma rebelião militar de outro tipo? A disputa parece infundável. O certo é que alguns setores – em especial a imprensa – buscaram, desde então, apresentar Chávez como “militar golpista”, como acusara Pérez, traçando a caricatura de um *troglodita* para não entrar no mérito dos objetivos do movimento. Que era um “golpe”, parece não haver muitas dúvidas. Os aquartelados conduzidos pelo tenente-coronel tentavam romper com as regras constitucionais então em vigor. O detalhe é que, como em outras ocasiões da história, setores militares expressaram também inquietações de classes e setores de classes que viam seus interesses preteridos pelo *status quo*. O movimento tenentista, no Brasil da década de 1920, assumiu em parte reivindicações de setores civis e guarda uma remota relação com a rebelião dos militares venezuelanos. Não é à toa que Chávez sempre cita o episódio.

Mas o que queriam os golpistas, afinal?

Em primeiro lugar, o óbvio: derrubar o governo de Carlos Andrés Pérez. E, de maneira não de todo explícita, colocar um fim ao regime do Pacto de Punto Fijo.

Os que tentaram tomar o poder naquele início de fevereiro haviam preparado uma série de 24 decretos a serem editados assim que chegassem a Miraflores<sup>5</sup>. Examinando o conjunto de possíveis normas legais, percebe-se que ali se esboçava a Constituição que o governo Chávez aprovaria sete anos depois. Constavam dos diversos tópicos, entre outras questões, a dissolução do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas estaduais, das Câmaras Municipais, da Corte Suprema de Justiça, do Conselho Eleitoral, a eleição de novos dirigentes sindicais e a constituição de um Conselho de Estado, composto pelos futuros ministros, além da reorganização dos corpos policiais. Os projetos estipulavam ainda um prazo de quatro meses para a realização de eleições municipais.

No plano econômico, os militares estabeleceriam um controle sobre a livre-circulação de capitais, a imediata suspensão das privatizações e o congelamento provisório de preços de gasolina, artigos de consumo e serviços públicos e privados. Havia ainda normas proibindo o comércio de armas e punindo severamente o tráfico de drogas.

<sup>5</sup> Ver relação completa em <http://www.analitica.com/bitbliblioteca/venezuela/4f.asp#d3>.

Em outro documento, datado de 24 de junho de 1992, a direção do MBR-200, da prisão, detalha um pouco mais dos propósitos do movimento. O texto começa falando que “Ao insurgirmo-nos, não só interpretamos a voz do povo [...], mas obedecemos à ordem imperativa da Constituição [de 1961] [...] que nos manda ‘assegurar a defesa nacional [e] a estabilidade das instituições democráticas’”<sup>6</sup>. Em seguida, denuncia “a instauração de uma tirania que pretende ocultar-se, ostentando a máscara de democracia, enquanto usurpa a soberania popular”. Mais adiante, eles asseguram ser “representantes de uma nova geração, livre de todo laço de cumplicidade, capaz e disposta a sacrificar a vida, a liberdade, a família e o patrimônio em favor do dever inelutável de restituir o império da lei à Pátria”. O documento ataca também a dívida externa – “contraída de forma ilegítima, fraudulenta, desnecessária e corrupta” – e investe contra o FMI e o Banco Mundial.

Por fim, o longo arrazoado “exige” a renúncia de Carlos Andrés Pérez e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Com a tensão ainda forte e a situação social se agravando, em 27 de novembro aconteceu uma segunda rebelião militar, desta vez articulada a partir da aviação, marcada pela participação de oficiais mais graduados e por um nível muito maior de violência. De certa maneira, tratava-se de uma continuação do 4 de fevereiro. Os principais líderes eram o vice-almirante da Marinha Hernán Grüber Odremán e Francisco Visconti Osório, da Força Aérea. Ao que tudo indica, as organizações Bandera Roja e Terceiro Caminho, de Douglas Bravo, estiveram envolvidas no movimento.

Grüber, de 62 anos, fizera uma carreira exemplar, chegando a participar da repressão à guerrilha nos estados de Lara e Anzoetágui, na década de 1960<sup>7</sup>. Desta vez havia um agravante: a insatisfação com a maneira como eram efetuadas as promoções. Os oficiais eram indicados pelo Congresso, o que colocava os aspirantes à mercê dos desígnios de senadores ou deputados, o que abalava a denominada “meritocracia” castrense.

O que deveria ser um golpe bem organizado resultou também numa sucessão de erros e desencontros fatais. À diferença de fevereiro, porém, desta vez os insubordinados conseguiram tomar um canal de televisão, para tentar transmitir uma mensagem para a nação. No que se revelou uma autêntica comédia de erros, a fita foi inadvertidamente trocada por outra, com imagens confusas. E mais uma vez, no início de uma tarde, Carlos Andrés Pérez pôde cantar vitória. E os cárceres de Yare, onde estava Chávez, e San Carlos receberam novos inquilinos. Cento e setenta pessoas morreram em Caracas e Maracay e vários militares partiram para

<sup>6</sup> ZAGO, *op. cit.*, p. 175.

<sup>7</sup> Informações de GOTT, *op. cit.*, p. 103-108.

o exílio. Anos mais tarde, Grüber seria eleito governador do Distrito Federal, tornando-se aliado de Chávez.

Com a derrota dos dois movimentos, o MBR-200 resolveu desistir de novos levantes armados. Os motivos, segundo o próprio Chávez<sup>8</sup>, eram o fato de que a maioria dos dirigentes estava presa, outros foram reformados e os que continuaram na ativa foram deslocados para lugares distantes. “Não tínhamos mais nenhuma capacidade militar para organizar ou impulsionar nenhum movimento a partir da prisão”, diz ele.

Após vencer duas tentativas de golpe de Estado e de atravessar um período de intenso descontentamento popular, o governo Pérez arrastava-se. Ainda mantinha um certo prestígio internacional, mas sua decadência era visível. Acumulavam-se tensões de toda ordem. Protestos de trabalhadores da recém-privatizada Cantv, empresa de telecomunicações, e do metrô somavam-se à insatisfação de funcionários da PDVSA, que ameaçavam parar. Distúrbios se espalhavam no campus da UCV. Professores faziam greve de fome por melhores salários no Congresso.

Com o enfraquecimento do governo, voltou à baila uma ação judicial que corria pendente havia quatro anos. Em fevereiro de 1989, o Conselho de Ministros autorizou que uma soma equivalente a 250 milhões de bolívares – aproximadamente US\$ 6,5 milhões, ao câmbio da época – fosse destinada à dotação de um orçamento secreto, privativo do presidente da República. Em novembro de 1992, o então jornalista José Vicente Rangel denuncia desvios na utilização daquele dinheiro. Uma investigação realizada pelo Congresso descobre que parte daquele montante destinou-se a financiar a segurança de Violeta Chamorro, presidente da Nicarágua<sup>9</sup>.

O procurador-geral da República dá então início a uma ação na Corte Suprema de Justiça contra o presidente, em março de 1993. Em 20 de maio, aquele tribunal compreende que há motivos suficientes para julgá-lo. Assim, o Congresso Nacional decide afastá-lo do cargo, para que o processo tenha andamento.

Pérez chama a imprensa para o salão Sol de Peru, em Miraflores, no dia seguinte. Sua expressão é desolada. É um presidente deposto. Diante de vários canais de televisão e tendo atrás de si um retrato de Simon Bolívar, na presença de seus ministros e do alto-comando militar, Pérez pronuncia um discurso de 30 minutos. Procura fazer um balanço de seu governo, rememorando a volta da democracia, em 1958. Exime-se de qualquer responsabilidade nos fatos que determinaram sua queda. Fala das reformas econômicas que promoveu. “Já não era possível o estatismo [...] porque a harmonia social financiada de maneira ilimitada pelo

---

<sup>8</sup> HARNECKER, *op. cit.*, p. 35.

<sup>9</sup> OTÁLVORA, Edgar. *La paz ramónica*. Caracas, Editorial Pomaire, 1994.

petróleo chegou ao seu fim”, enfatizou. E em seguida assegura: “Colocamos a Venezuela em sintonia com o que ocorre no mundo e também em nossa própria região, a América Latina”. Pérez falava a mais absoluta verdade. O continente todo havia entrado de cabeça na senda das “reformas estruturais” balizadas pelo Consenso de Washington, e seu país aderira à nova onda.

O dirigente demitido acusa “as calúnias, a mentira e a deformação da verdade” como causas de seu *impeachment*. E termina dizendo: “Queira Deus que aqueles que criaram este conflito absurdo não tenham motivos para arrepender-se”.

Octavio Lepage, presidente do Congresso, assume interinamente a presidência da República. A Justiça condena Carlos Andrés Pérez a dois anos e quatro meses de prisão domiciliar. Esperava-se uma grande comemoração popular, que nunca ocorreu.

De acordo com o jornalista Manuel Caballero<sup>10</sup>, que se tornaria, anos depois, um enfático opositor de Chávez,

“à parte alguns gritos no Congresso e na calçada em frente a este, a ‘festa’ popular não foi vista em parte alguma. Não é que o povo desaprovasse o que se passou; as pesquisas parecem revelar o contrário. Mas aqui não se produziu nada similar à incontida onda de júbilo popular ocorrida no Brasil quando Collor de Mello saiu corrido do Palácio”<sup>11</sup>.

Ou seja, mais uma vez não havia ninguém nas ruas para celebrar a decantada “democracia” venezuelana.

<sup>10</sup> CABALLERO, Manuel. *Las crisis de Venezuela contemporánea*. Caracas, Monte Ávila Editores Latinoamericana, 1998, p. 151.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 155.

## *Pedras no caminho de Miraflores*

À DISTÂNCIA PARECE ESTRANHO, mas, para quem vivia na Venezuela em 1992, a situação tinha sua lógica. Aqueles que apoiaram, de alguma forma, os golpistas acabaram por se dar bem. Uma das expressões mais vivas disso foi dada na eleição municipal, realizada logo em dezembro. Aristóbulo Istúriz, o professor e deputado por La Causa R que, juntamente com Rafael Caldera, discursara contra a atuação do governo federal nos episódios de fevereiro e novembro, recebeu uma consagradora votação para a prefeitura de Caracas. E a estrela do experiente político em breve voltaria a brilhar, na disputa presidencial anunciada para dezembro do ano seguinte. Até lá, quem respondia interinamente pelo governo era Ramón Velásquez, veterano senador da AD, escolhido após um amplo acordo parlamentar, que incluiu a CTV, a Fedecámaras e as Forças Armadas.

Confinado inicialmente no cárcere de San Carlos, em Caracas, e posteriormente no de Yare, o tenente-coronel Hugo Chávez era agora um homem público. Transformou sua prisão em local de reflexão e numa espécie de escritório político. Lia intensamente, recebia visitas e debatia. Vez ou outra dava uma entrevista ou tornava público algum comunicado do MBR-200. Se não pôde dar continuidade a seu mestrado em ciência política, como gostaria, forjou-se ali como um político de tempo integral.

Chávez teve como interlocutor freqüente na prisão Luis Miquilena, histórico líder de esquerda, além de dirigentes do MAS e de La Causa R. Outra figura assídua foi o engenheiro Jorge Giordani, militante do MAS, que pouco a pouco tornou-se seu principal conselheiro para assuntos econômicos.

Quando foi convocada uma nova eleição presidencial para 5 de dezembro de 1993, o *Comandante*, como era chamado pelos companheiros, mostrou-se refratário a apoiar quem quer que fosse. Fez, de forma limitada, uma campanha pela abstenção, uma vez que na Venezuela o voto não é obrigatório. “Dizíamos que intervir num processo cujo marco fora imposto pelas elites significava tornarmos-nos cúmplices de uma burla deliberada das aspirações populares”, manifestaria ele, anos depois<sup>1</sup>. Para o líder encarcerado, a participação só seria viável se houvesse, juntamente com o pleito, a convocação de uma Assembléia Constituinte.

Fora dali, as articulações políticas também entravam em ritmo acelerado. O velho Rafael Caldera vivia uma situação dupla. No interior do partido que ajudara a criar e pelo qual já havia sido eleito presidente da República (1969-1974), amargava um isolamento crescente. Mas, diante da população, praticamente ressuscitara. Seu discurso no Senado virara peça histórica e referência obrigatória no confuso panorama institucional de então.

Haveria prévias internas para decidir quem seria o candidato do COPEI. Caldera já concorrera em cinco oportunidades pelo partido. Dessa vez, apurou o nariz e sentiu o inconfundível cheiro de fritura soprando em sua direção. E decidiu abrir mão da postulação entre seus pares, na qual, provavelmente, enfrentaria um anti-go aliado, Eduardo Fernández, num jogo de cartas marcadas.

Após quase meio século de participação na legenda que fundara, Rafael Caldera rompe com ela, em junho de 1993, e lança sua candidatura presidencial por uma coalizão de 17 pequenos partidos, denominada Convergência Nacional. Os adversários logo batizam aquela verdadeira sopa de letrinhas de *el chiripero* (vespeiro). Entre os coligados, estavam o MAS, de Teodoro Petkoff, o Partido Comunista e a URD, entre outros.

A azeitar todo esse arco de alianças, não havia um programa muito definido, mas a personalidade de Caldera, uma espécie de pai da pátria, que se contrapunha vagamente à corrupção e ao ajuste econômico de Pérez.

“Aquí está minha carta de intenções ao povo da Venezuela!” Assim falava Rafael Caldera em todas as oportunidades durante a campanha eleitoral, ao exhibir alguns pontos do que seria seu programa de governo. A menção era mais que óbvia: queria marcar distância com seu antecessor, que mudara seus planos de governo tão logo assinou uma carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional.

Caldera era enfático: “Não aumentaremos a gasolina, não desvalorizaremos a moeda nacional e deteremos a hemorragia das privatizações”<sup>2</sup>. Palavra de honra.

<sup>1</sup> HARNECKER, *op. cit.*, p. 37.

<sup>2</sup> Informações de CALDERÓN BURTI, Humberto, “La Agenda Venezuela: un año después”, *El Universal*, Caracas, 24 abr. 1997.

O principal traço das eleições presidenciais de 5 de dezembro de 1993 foi evidenciar a agonia do sistema partidário venezuelano, hegemonizado havia décadas por dois partidos, a AD e o COPEI. Ambos, somados, chegavam a conquistar cerca de 90% da votação em disputas presidenciais e, a partir de 1974, empalmavam mais de 80% das cadeiras do Congresso. Tudo isso conformava explicitamente um quadro bipartidário.

As urnas exibiram uma mudança radical naquele panorama e uma espantosa queda de popularidade das agremiações tradicionais. Havia quatro candidatos disputando, com um número de votos bastante equilibrado: Cláudio Fermín, da Ação Democrática, recebeu 23,6%; Osvaldo Alvarez Paz, do COPEI, alcançou 22,73% e Andrés Velásquez, o dirigente sindical de Guayana, por La Causa R, conseguiu 21,95%. A vitória coube a Rafael Caldera, com 30,46% .

Um dado significativo adicional foi a altíssima abstenção verificada. Enquanto nas eleições de 1988 18% do eleitorado não apareceram para votar, agora mais que o dobro não quis nem saber das urnas: 38,84%! Ou seja, um índice maior mesmo do que a votação do vitorioso. A marca registra o desencanto que os venezuelanos passaram a ter não apenas com os partidos e candidatos, mas com sua própria democracia.

No Legislativo, o estilhamento partidário também se verificou. Enquanto em 1988 a AD e o COPEI abocanharam 81% das cadeiras, em 1993 alcançaram apenas 53% das vagas. Caldera não obteve maioria no Congresso, o que fez de cada embate parlamentar um intrincado jogo de negociações.

Em março de 1994, já empossado, o presidente Caldera concedeu anistia política aos líderes das rebeliões militares de 1992. A maioria passaria para a reserva. Deixaram a cadeia, entre outros, Hugo Chávez, Gruber Odreman e Árias Cárdenas. O feito foi logo capitalizado pelos ex-presos, que fizeram uma maciça caravana e concederam uma concorrida coletiva de imprensa na sede do Ateneu de Caracas, grande conjunto de teatros, auditórios e salas, localizado no complexo arquitetônico do Parque Central.

Chávez continuava avesso à participação política nos canais da institucionalidade existente. Tinha uma pauta política pré-definida, que não fugia muito das intenções de seu fracassado movimento de dois anos antes: dissolver o Congresso e convocar uma Assembléia Constituinte. Este era o ponto de partida para qualquer conversação.

Quando seu colega de armas Francisco Árias Cárdenas comunicou-lhe que desejava candidatar-se a governador do estado de Zulia, por La Causa R, em 1995, Chávez se opôs de maneira tão enérgica que os dois romperam politicamente. “Ele fez uma aliança estranha com o COPEI e, logo após as eleições, deu as costas à LCR”, comentou Chávez<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> HARNECKER, *op. cit.*, p. 38.

A alternativa do MBR-200 para estas eleições de governadores era, novamente, a não-participação. O “comandante” planejava uma campanha de “abstenção ativa”, realizada com debates, abaixo-assinados pela Constituinte e entrevistas em órgãos locais de imprensa. O ex-tenente-coronel e seus companheiros percorreram boa parte do país tentando fortalecer a organização civil de seu movimento. Apesar de os integrantes do MBR-200 proclamarem o sucesso da jornada, os níveis de abstenção se mantiveram na média histórica, desde que as eleições para governador foram estabelecidas em 1989. Ela apresentou a seguinte evolução: 54,0% em 1989, 50,72% em 1992 e 53,85% em 1995<sup>4</sup>. O grave é que indiretamente a pregação absenteísta fortalecia um dos traços negativos do desencanto popular: a aversão à participação política.

De todo modo, Chávez recorda-se de, juntamente com seus camaradas, ter se dedicado à tarefa de “ir de povoado em povoado com a bandeira da Constituinte, ajudando na organização, ampliando-a, fortalecendo-a”<sup>5</sup>, entre os anos de 1994 e 1995.

Do lado econômico, a situação não ia nada bem. Logo nos primeiros meses de 1994, a crise se aprofundou. O Estado interveio em 13 bancos, que representavam 37% do sistema financeiro, gastando cerca de 12% do PIB. A insegurança econômica redundou numa expressiva fuga de capitais e em prejuízos para milhares de correntistas.

O governo tentou estancar a situação, por meio de uma substancial desvalorização do bolívar, seguida de um controle de câmbio e de preços. A intenção principal era bloquear a queda abrupta das reservas do Banco Central. A inflação neste ano alcançou 70,8%<sup>6</sup> e, em 1995, atingiu 103%, patamares até então inéditos para os padrões venezuelanos.

Para piorar a situação, a baixa acentuada nas cotações do petróleo colocou as contas nacionais no vermelho. Desde o início de 1997, os preços internacionais despencaram de US\$ 21,91 o barril para US\$ 13,95 em janeiro de 1998<sup>7</sup>, o que desencadeou uma forte recessão na economia.

Vendo a economia se liquiefazer, Caldera apelou para uma medida extrema. Sua principal promessa eleitoral – “Nunca recorrerei ao Fundo Monetário Internacional” – foi jogada às favas na metade de seu mandato.

Para tentar deter a crise, em 16 de abril de 1996, o presidente apresentou à sociedade um conjunto de medidas chamado de *Agenda Venezuela*, dizendo ser a

<sup>4</sup> Dados citados por KORNBLITH, Miriam. In: *Del puntofijismo a la Quinta República: Elecciones y democracia en Venezuela*, exposição apresentada no fórum “La democracia en América Latina: ¿viabilidad o colapso?”, Departamento de Ciência Política da Universidade dos Andes, Bogotá, 2003.

<sup>5</sup> HARNECKER, *op. cit.*, p. 42.

<sup>6</sup> BUXTON, Julia. “Política económica y ascenso de Hugo Chávez al poder”. In: ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (orgs.). *La política venezolana en la época de Chávez*. Caracas, Nueva Sociedad, 2003, p. 154.

<sup>7</sup> Fonte: OPEP.

única saída para baixar a inflação, estabilizar a economia e “inserir com êxito o país na economia globalizada”. O plano havia sido preparado por seu ministro do Planejamento, o histórico ex-comunista Teodoro Petkoff, agora convertido ao liberalismo. A *Agenda* previa aumento no preço da gasolina, de impostos, fim do controle de câmbio e de preços e rígido aperto nos gastos públicos. De quebra, havia o delineamento de uma série de reformas estruturais no Estado, com a privatização de diversos ativos públicos. Enfim, o *kit* básico dos anos 1990 para a periferia do mundo. Tudo, claro, estabelecido em comum acordo com os “organismos multilaterais”, FMI e Banco Mundial.

Parecia uma repetição do que Pérez já havia proporcionado ao país, com as promessas de campanha sendo deixadas matreiramente na soleira dos portões de Miraflores. O FMI concedeu um empréstimo de US\$ 7 bilhões, o que acarretou nova onda de ajustes. A cena seguinte é manjada: aprofunda-se o desmonte dos serviços públicos, despenca verticalmente o nível de vida da população, aumenta a sensação geral de insegurança e aparece uma revolta latente contra o que as pessoas entendiam como “a política”.

Mas o principal trunfo do governo Caldera para adoçar a boca do mundo das altas finanças foi o incremento da política de *abertura petroleira*. Seu principal artífice, nesta fase, foi o presidente da PDVSA, Luis Giusti.

A *abertura* se traduzia principalmente pelo descumprimento sistemático da política de cotas da OPEP, com vistas ao desligamento da Venezuela da organização. O conseqüente aumento da produção forçava a queda dos preços e atendia plenamente aos interesses dos países grandes consumidores, em especial os Estados Unidos. Empresarialmente, a orientação se materializava na participação do setor privado nos negócios da companhia. Compreendia convênios e concessões, com duração de 20 anos, destinados a aumentar as áreas de exploração e o compartilhamento de riscos e lucros. Entre 1992 e 1997 foram feitos 33 convênios com empresas de 14 países.

O encorpado currículo de Giusti<sup>8</sup> apresenta-o como um dos mais qualificados tecnocratas latino-americanos, com sólida carreira desenvolvida no mundo das grandes corporações transnacionais. Engenheiro especializado em petróleo, vive hoje em Washington e é diretor do Grupo Royal Dutch Shell e assessor do Grupo Riverstone (um ramo do Grupo Carlyle para a área de energia) e do Grupo Financeiro Stanford. É também membro da Força Tarefa Independente de Políticas Estratégicas de Energia, que traçou as metas do setor para a administração George W. Bush.

---

<sup>8</sup> Encontrado em <http://www.csis.org/html/4giusti.htm>.

Giusti foi presidente da PDVSA entre 1994 e 1999, quando foi demitido por Chávez, no início de seu governo. Desde então, tornou-se um encarniçado opositor da chamada *Revolução bolivariana*. O sítio da internet que apresenta sua carreira diz com todas as letras: “Giusti passou a ser visto como o campeão das iniciativas privatizantes, buscando ajustar as posições das estatais de petróleo às demandas da era globalizada competitiva”.

Vale a pena gastarmos aqui quatro parágrafos para checar um dos empregos atuais de Giusti, o Grupo Carlyle. Frequentemente chamado de “O clube dos ex-presidentes”, o Carlyle é um dos mais poderosos empreendimentos de capital especulativo do planeta, avaliado em US\$ 14 bilhões. Seus investimentos variam de fundos de pensão à indústria de armamentos e tem fortes interesses na “reconstrução” do Iraque. O presidente é Frank Carlucci, ex-secretário da Defesa de Ronald Reagan e ex-diretor da CIA.

Os jornalistas ingleses Oliver Burkeman e Julian Borger deram mais algumas pistas sobre o negócio no jornal *The Guardian*, de 31 de outubro de 2001, semanas após o atentado das torres gêmeas:

“É difícil imaginar um endereço mais próximo ao poder norte-americano. Os escritórios do Grupo Carlyle ficam na avenida Pennsylvania, em Washington, a meio caminho da Casa Branca e do Capitólio, a um pulo dos quartéis do FBI e de inúmeras repartições governamentais. [...] Há 14 anos, quase na surdina, a companhia vem contratando uma impressionante lista de ex-políticos em seus quadros – incluindo o primeiro presidente Bush e seu secretário de Estado, James Baker, John Major, o tesoureiro do Banco Mundial, Afsaneh Masheyekhi, e vários poderosos do Sudeste Asiático – e se valendo de seus contatos e influências para promover seus negócios. Entre as empresas de propriedade da Carlyle estão aquelas que produzem equipamentos, veículos e munições para o exército norte-americano”<sup>9</sup>.

A matéria do diário inglês segue adiante:

“Mas desde a ‘Guerra ao terrorismo’ a Carlyle tornou-se o elo que indiretamente liga a política militar dos EUA no Afeganistão às fortunas pessoais de seus célebres empregados. Até o último mês [setembro de 2001], a Carlyle mantinha uma curiosa ligação com a crise afegã: entre seus investidores multimilionários estavam familiares de Osama Bin Laden”.

<sup>9</sup> BURKEMAN, Oliver e BORGER, Julian. “The ex-presidents’ club”. *The Guardian*, 31 out. 2001.

Ninguém pode dizer que Giusti esteja ligado a Bin Laden. Seria ir além do que mostram os indícios. Mas é interessante ver onde ele apanha seu contracheque.

Na gestão de Caldera, a independência da PDVSA diante do Estado atinge seu ápice. Com uma agressiva campanha, articulada conjuntamente com os grandes monopólios transnacionais do setor, a empresa rapidamente baixou o nível dos impostos e *royalties* devidos ao poder público. Até 1993, a PDVSA pagava em direitos, impostos sobre a renda e exportação, aproximadamente 65% de seus ingressos brutos<sup>10</sup>. Estes recolhimentos baixam para cerca de metade deste percentual, quatro anos depois. Quando, em 1996, o Estado tentou cobrar dividendos para compensar as receitas perdidas, a PDVSA deu início a uma intensa série de investimentos no exterior. Vários deles se mostraram inviáveis. Mas o objetivo era gastar o que fosse possível dos recursos disponíveis, para que estes não pudessem entrar no cálculo dos dividendos pagos ao Estado. A empresa adquiriu, a partir deste período, um total de 19 refinarias, localizadas em vários países: Estados Unidos, Alemanha, Suécia, Bélgica, Reino Unido, Ilhas Virgens e Antilhas Holandesas. A argumentação era a de que se buscava garantir mercados. No entanto, todos os empreendimentos tiveram de ser socorridos pela matriz venezuelana<sup>11</sup>. As estratégias que motivaram estes investimentos continuam desconhecidas, sob a argumentação de “sigilo empresarial”.

A prática vinha de anos. Até mesmo um pedido de informação de Jaime Lusinski, presidente da República, em 1986, foi negado, sob alegação de sigilo. Em 1994, o atual vice-presidente da República, José Vicente Rangel, chegou a declarar: “Na Venezuela acabou o sigilo militar e o bancário. Só permanecem o de confissão e o da PDVSA”.

Em meados dos anos 1990, o pagamento de *royalties* (direitos) ao Estado, definidos em 16,6% na legislação de 1943, foi baixado para 1% e cogitava-se eliminar totalmente este repasse<sup>12</sup>.

Embora Giusti sempre proclame o sucesso da empreitada, seus adversários alertavam que a *abertura* era a ante-sala da privatização da empresa. Dois problemas limitaram esta política. O primeiro deles foi a súbita queda dos preços internacionais do petróleo, a partir de 1997, que inibiu o desenvolvimento da medida<sup>13</sup>. O segundo foi que, apesar do grande apoio dos meios de comunicação, a orientação encontrou resistências em diversos setores da sociedade.

Num plano mais geral, a quebra de solenes promessas eleitorais pela administração Caldera apresentava aos venezuelanos o mesmo filme já visto no segundo

<sup>10</sup> Dados citados por MOMMER, Bernard. “Petróleo subversivo”. In: LANDER, Luis E. (org.). *Poder y petróleo en Venezuela*. Caracas, Faces-UCV/PDVSA, 2003, p. 94.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 19 a 39.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>13</sup> Informações do *site* <http://www.fpolar.org.ve/encarte/fasciculo26/fasc2605.html>.

governo de Carlos Andrés Pérez. A situação social escancarava um caminho aparentemente sem volta. De acordo com o historiador Steve Ellner<sup>14</sup>, entre 1988, quando Pérez foi eleito, e 1997, o número de empregos industriais diminuiu em 15%, resultando na taxa de desemprego urbano mais alta de toda a América Latina. Esses fatores erodiam a legitimidade das instituições e ampliavam o ceticismo popular para com qualquer atividade institucional organizada.

Além das altas taxas de abstenção, havia outros sinais da descrença generalizada na democracia de Punto Fijo, que se mostravam de forma particular em cada uma das diferentes camadas da sociedade.

Uma dessas facetas foi o argumento da *antipolítica*, que ganhou força entre os setores de classe média e classe média alta das grandes cidades. O cientista político Edgardo Lander, já citado em outras partes deste livro, tem uma boa análise a respeito:

“Um discurso antipolítica e antipartidos disseminou-se pela mídia, estabelecendo uma oposição maniqueísta entre o Estado (caracterizado como corrupto, ineficiente e clientelista) e uma mítica sociedade civil (que inclui a mídia), entendida como uma síntese de todas as virtudes: criativa, cheia de iniciativas, eficaz, honesta e participativa.”<sup>15</sup>

Adiante, Lander detalha melhor o que quer dizer:

“O paradigmático novo sujeito dessa *democracia de cidadãos*, que substituiria a *democracia de partidos*, era o cidadão-vizinho, concebido com base na experiência das organizações de vizinhança das classes médias e altas urbanas. A preocupação central dessas organizações era a defesa da propriedade e a proteção diante das ameaças representadas pelos setores excluídos da população. O horizonte normativo para esta idéia conservadora de democracia é uma sociedade apolítica, livre de debates ideológicos, na qual a preocupação central dos governantes têm a ver com eficiência e honestidade administrativa, na qual a participação e tomada de decisões democráticas sobre o bem comum está claramente restrita a arenas locais. A economia deve ser vigorosamente protegida das reivindicações *demagógicas e irresponsáveis*, formuladas em nome da democracia. Todas as políticas sociais e redistributivas por parte do Estado são acusadas de ser populistas”.

<sup>14</sup> ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (orgs.). *La política venezolana en la época de Chávez*. Caracas, Nueva Sociedad, 2003, p. 34.

<sup>15</sup> LANDER, Edgardo. *Venezuelan Social Conflict in a Global Context*. Caracas, 2003, p. 6, inédito.

Há mais um parágrafo. A citação é longa, mas a caracterização de Lander é precisa:

“As organizações sociais e políticas – partidos e sindicatos –, que nas décadas anteriores serviram de canal de expressão para demandas populares, não somente estavam em crise, mas tendiam a ser consideradas, pelo novo discurso, como ilegítimas. A imagem paradigmática deste modelo de cidadania é a vizinhança de classe média e classe média alta, com sua capacitação profissional, acesso à mídia, relações políticas pessoais e uso da internet como instrumento de organização. Com a deslegitimação crescente de todas as políticas públicas distributivas e sociais, os setores não-privilegiados do país têm pouco espaço para a expressão e a articulação de seus interesses. Este modelo político poderia ser chamado de *Venezuela imaginária* [...], desconectada da *Venezuela profunda*, na qual está a vida cotidiana da maioria de sua população”.

Tendo em mente o rechaço à política, as elites econômicas tentaram emplacar um candidato tido como “não-partidário” e de renomada eficiência técnica e empresarial. Era nada mais, nada menos do que Luis Giusti, que fora sondado, em fins de 1997, por LCR, MAS, COPEI e até pela AD para disputar a cadeira presidencial. No entanto, havia um pequeno problema, como lembra Daniel Hellinger: “O colapso dos preços do petróleo, em 1998, desferiu um severo golpe no prestígio de Giusti”<sup>16</sup>. Mas a antipolítica teria um peso importante na campanha eleitoral que se avizinhava.

O governo errático de Rafael Caldera perdera grande parte de sua legitimidade e de sua iniciativa política, nos dois últimos anos de mandato. Ele representou a última chance que o eleitorado deu às forças que assinaram o Pacto de Punto Fijo, em 1958. Esta sobrevida só foi possível porque um dos mentores do acordo apresentou-se publicamente como um dissidente e a favor da incorporação de setores que haviam sido marginalizados após a queda de Pérez Jimenez.

Há dados objetivos para mostrar o fim melancólico da gestão do ex-líder social-cristão. Segundo a pesquisa Redpol<sup>17</sup>, preparada pela Rede Universitária de Estudos Políticos, em novembro de 1998, 74% dos eleitores consideravam a gestão

<sup>16</sup> In: ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel, *op. cit.*, p. 59.

<sup>17</sup> MOLINA, José. “Comportamiento electoral en Venezuela, cambio y continuidad”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 6, nº 3, Caracas, 2000.

Caldera ruim ou péssima. A imagem era tão negativa que o partido do governo, Convergência, nem sequer lançou candidato a presidente.

Já em 1996, Chávez começara a mudar de opinião sobre a não-participação na vida institucional. Sua popularidade era crescente e ele mantinha agora contatos regulares com La Causa R e com o MAS, que exibiam sérias dissensões internas. Ambos se dividiriam nos meses seguintes. Apesar de ousado, o “comandante” sabia também ter cautela. Não queria agregar-se a algum movimento preexistente. Seu desejo era possuir uma força política nova, que não o tornasse refém de uma estrutura que não controlasse. Já tinha esse movimento no MBR, que agora atuava de maneira legal, já sem a designação indicativa do bicentenário de Bolívar.

Após longas discussões, os militantes do Movimento Bolivariano Revolucionário decidiram, em princípios de 1997, participar com cara própria das eleições do ano seguinte. No entanto, a própria estrutura da organização castrense não a capacitava para apresentar-se como um autêntico partido político. O espírito transformador, dizia Chávez, deveria ser o mesmo, mas um outro nome seria necessário.

Os meses seguintes foram tomados pela criação de um nome e pelo registro legal da agremiação. E no mesmo ano nasce o Movimento v República (MVR). A nova designação tinha pelo menos duas explicações.

Chávez lembra que a Venezuela teve quatro repúblicas em sua história. A primeira foi formada logo após a independência, em 1811. A segunda teria lugar dois anos depois. Em 1819, quando Bolívar tentava formar a Grande Colômbia, uma terceira República surgiria. E a quarta República, que vigorava até então, fora fundada por José Antonio Páez, em 1830. O novo nome do partido embutia a idéia de que a mudança de rumos deveria ser drástica. Era preciso criar uma república diferente.

Havia ainda outro motivo para a definição do nome. Com a súbita notoriedade obtida pelos militares presos, sua organização, o MBR, tornara-se também bastante conhecida. No entanto, a legislação venezuelana não permite que grupos ou facções apropriem-se de símbolos nacionais que, teoricamente, são de toda a nação. Portanto, nem pensar em usar o nome de Bolívar. Os autoproclamados revolucionários recorreram, então, a um trocadilho. As pronúncias das letras “B” e “V” em castelhano são praticamente idênticas. Trocar uma pela outra, na sigla partidária, não muda em nada sua fonética; pronuncia-se MVR da mesma maneira que MBR.

A “pegadinha” deu resultado e as três letras foram registradas sem problemas. Pelo menos um símbolo da nova agremiação guardava semelhança com a indumentária dos que se levantaram em 1992: a boina vermelha utilizada pelos militantes era quase a mesma exibida na cabeça dos soldados.

O MVR não era grande. Mas em seu rastro começou a se formar, no início do ano eleitoral de 1998, uma frente partidária de apoio à candidatura de Hugo Chávez.

Esta envolvia o Pátria Para Todos (PPT), uma cisão de La Causa R, grande parte do MAS e o Partido Comunista, a essa altura um agrupamento de reduzida expressão. A articulação produzira traumas. Aristóbulo Istúriz romperá com seus antigos correligionários Andrés Velásquez e Francisco Árias Cárdenas, que permaneceram na LCR. E o MAS perdeu um de seus líderes históricos, Teodoro Petkoff, que não aceitou aliar-se com o ex-militar.

A frente formada por estes partidos atendia pelo nome de Pólo Patriótico. Pelos acordos traçados, o Pólo lançaria apenas um candidato nas eleições de cada estado.

O MVR não tinha um programa muito definido, além de uma pequena brochura de 38 páginas apresentada em julho de 1996, por Chávez, denominada *Agenda Alternativa Bolivariana*. O documento, em grande parte elaborado por Jorge Giordani, o futuro ministro do Planejamento de seu governo e à época professor de Planejamento Econômico na UCV, representa mais um enunciado geral de problemas e orientações muito sintéticas do que um verdadeiro programa.

“Conheci Chávez em março de 1993, na prisão de Yare”, recorda-se Giordani<sup>18</sup>. “Desde o final da década de 1980, um grupo de professores universitários preparava uma proposta alternativa para a Venezuela”, diz ele. Numa dessas visitas à cadeia, Chávez lhe pede que estes professores lhe façam uma exposição de suas idéias. Aproveita para solicitar-lhe também que seja seu orientador na tese de mestrado sobre o projeto bolivariano. E tem início uma intensa colaboração mútua.

Quando o líder rebelde sai da prisão, em 1994, Giordani segue trabalhando com ele na elaboração da *Agenda alternativa*. “Levantamos dois eixos de problemas: a pobreza e a desnacionalização.” A primeira se caracteriza pela crise social e pela distribuição regressiva do ingresso petrolero. A segunda, pelo problema da dívida externa, pela abertura petrolera e pelas privatizações<sup>19</sup>. Para a questão da dívida, o documento propõe “renegociação ou moratória negociada”<sup>20</sup>.

O tom geral do texto, com vários gráficos, denota bem o estilo cartesiano e didático de Giordani. Propõe a reforma do Estado (“proprietário, promotor e regulador”) e “parte da premissa de que a base produtiva fundamental do modelo de acumulação e desenvolvimento da Venezuela seguirá sendo, ao menos para as primeiras décadas do próximo século, o petróleo”<sup>21</sup>. Define, resumidamente, um “modelo socioeconômico humanista e autogestionário”<sup>22</sup>. Em diversas passagens, a brochura ataca o “endividamento crescente”, a “violação da soberania nacional”, materializada nos acordos com o FMI, proclama a necessidade de se garantir o

<sup>18</sup> Entrevista com Jorge Giordani em 17 de julho de 2003.

<sup>19</sup> CHÁVEZ, Hugo *et alii*, *Agenda alternativa bolivariana*, p. 13.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 21.

direito à saúde, à seguridade social, ao emprego, defende a distribuição de renda e a necessidade de se efetivar um plano de construção de moradias. No entanto, tudo na *Agenda* é muito genérico e vale mais como uma declaração de intenções ou um manifesto do que como um projeto acabado.

Mesmo o partido montado não pode ser considerado uma estrutura orgânica e disciplinada. “O MVR servia para tomar decisões compartilhadas e rápidas relacionadas com a atividade eleitoral”, sublinha Margarita López-Maya<sup>23</sup>.

À medida que as eleições se aproximavam, ficava clara a tremenda vantagem de Chávez e de seu discurso renovador sobre os candidatos dos partidos tradicionais. Tendo aparecido na cena pública apenas seis anos antes, o tenente-coronel era quase um *outsider* na política eleitoral, que surfava sobre as ruínas de um modelo partidário esgotado.

Para tentar batê-lo nas urnas, o COPEI resolveu apelar para uma das manias nacionais mais cultuadas em outros tempos: passou a apoiar uma candidatura que se lançara como independente. Era a de Irene Sáez, ex-Miss Universo e ex-prefeita do município de Chacao, o menor e mais rico da Grande Caracas. A gestão de Sáez, numa zona abastada, era alardeada como prova de sua competência administrativa, transparente e eficiente. No início do ano eleitoral, ela despontava com 22% da preferência popular e tornou-se a virtual anti-Chávez para os setores conservadores.

Muito de sua popularidade vinha do fato de ela se apresentar como uma candidata de fora e até contra os partidos políticos, satisfazendo o difuso sentimento antipartidos e antipolítica. Exibia, em vez de um programa, uma retórica tão veemente quanto vaga.

Em junho de 1998, tudo levava a crer que o pleito seria decidido entre dois neófitos na vida pública, dois *outsiders*. Mas, segundo Richard Gott<sup>24</sup>, poucos meses depois, os índices da ex-rainha da beleza despencaram para 2%, em muito devido à desastrada aliança com o COPEI. Desmanchava-se ali sua principal vantagem, que era a de se apresentar como alguém totalmente desvinculada dos partidos existentes.

Quando percebem o naufrágio, os sociais-cristãos abandonam subitamente o barco de Sáez para lançar-se no bote de Henrique Salas Römer, candidato do partido conservador Projeto Venezuela. Sua campanha apresentava uma curva ascendente, que alcançaria, pouco antes do pleito, 40% de preferência popular, um índice muito próximo ao de Chávez. Salas Römer, um economista formado em Yale e empresário de 62 anos, adepto de esportes eqüestres, havia sido governador

<sup>23</sup> LÓPEZ-MAYA, *op. cit.*, p. 110.

<sup>24</sup> GOTT, *op. cit.*, p. 184.

do estado de Carabobo e era tido como administrador dinâmico. Prometia, se eleito, uma terapia de choque na economia, nos primeiros 200 dias de governo, o afastamento da Venezuela da OPEP e medidas de ajuste fiscal. Em outras palavras, um candidato *moderno*.

O outro partido tradicional, a Ação Democrática, lançou inicialmente um candidato próprio, Luis Alfaro Uceró, veterano dirigente da legenda e militante desde os anos 1940. Sua postulação não empolgara sequer a tradicional base de apoio *adeca* e, a um mês das eleições, Uceró comportava-se como um balão de chumbo. Sua candidatura não decolava além dos 6% na preferência popular. A direção do partido resolveu então expulsá-lo de suas fileiras e seguir o caminho indicado pelo COPEI: correu para as asas de Salas Römer. O cálculo das velhas lideranças era que, somados, os votos cativos dos dois partidos serviriam para bater a candidatura do Pólo Patriótico.

As súbitas mudanças de apoio às vésperas das eleições criaram um clima confuso e inusitado, que acabou favorecendo Chávez. Aos olhos dos eleitores, ele mantinha uma linha de coerência, enquanto os outros concorrentes, aparentemente, mudavam de postura a todo momento. E vários dos grupos políticos que apoiaram a nacionalização da indústria, em 1976, canalizaram seu descontentamento com a *abertura petroléira* para o apoio a sua postulação.

A vitória em 6 de dezembro é acachapante. Chávez obtém 3,67 milhões de votos, alcançando, como já visto, 56,2% dos votos válidos. Henrique Salas Römer obteve 32,97%, Irene Sáez, 2,82% e Luis Alfaro Uceró, 0,42%. Um total de 451 agrupamentos políticos tomou parte nas eleições. Somente 11 deles obtiveram uma marca equivalente a 1% dos votos. Os outros 440 logo desapareceram.

Pode-se ler uma tendência no quadro partidário venezuelano, que necessita ainda de uma confirmação mais sólida nos próximos anos. Mas o fato é que a tradição de partidos policlassistas – isto é, que se propunham a representar várias classes sociais –, construída a partir de 1958, deu lugar a agremiações mais ancoradas em segmentos mais definidos. Os partidos da base de apoio a Chávez, por exemplo, tendem a se apoiar nas camadas de baixa renda. Estas se constituem por um imenso leque que vai dos trabalhadores da indústria aos setores que vivem da economia informal, passando por trabalhadores rurais, camponeses e grupos indígenas marginalizados. Em outras palavras, pode-se dizer, como aponta Steve Ellner<sup>25</sup>, que “a polarização social, cada vez mais aguda nos anos 1980, se converteu em polarização política”. Este contraste se acentuaria durante o governo Chávez.

O ex-militar não foi eleito no bojo de um crescimento vigoroso do movimento de massas, mas foi caudatário de uma formidável e espontânea onda de desconten-

---

<sup>25</sup> ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel, *op. cit.*, p. 36.

tamento e rebelião. Há diferenças fundamentais entre os dois processos. O primeiro deles é que a base de apoio social de Chávez apresenta um grau de instabilidade grande, que só se solidificou à medida que seu governo avançou. O grau de organização do movimento social e trabalhista na sociedade venezuelana, no final dos anos 1990, era baixo, se comparado ao da sociedade brasileira. Por isso, uma das tarefas do governo eleito tem sido a de construir, a partir do aparelho de Estado, um movimento organizado e arraigado entre a população. E, na prática, Chávez não lidera um partido orgânico e disciplinado, mas uma federação de interesses locais e eleitorais. Estas características criariam dificuldades ao seu governo. E são assunto a ser tratado logo adiante.

Na sexta-feira, 11 de dezembro de 1998, Hugo Rafael Chávez Frías é proclamado presidente da República pelo Conselho Nacional Eleitoral. De obscuro militar golpista e preso político, tinha se tornado a figura política mais importante da Venezuela num espaço de pouco mais de seis anos. Mais do que uma vitória dos partidos coligados sob o manto do Pólo Patriótico, aquela era uma vitória de sua liderança pessoal, que conseguiu catalisar vastos interesses prejudicados em meio às turbulências de um país em ebulição. Esta característica tornar-se-ia determinante, para o bem e para o mal, nos anos seguintes.

## *Vozes da oposição*

---

“CHÁVEZ ERA INEVITÁVEL. Nas condições objetivas de 1998, não havia alternativa. Não havia força capaz de vencê-lo!” As palavras são ditas com ênfase por um senhor de 70 anos, gestos bruscos, por vezes exaltados, e ar permanentemente inquieto. É Teodoro Petkoff, num final de tarde, na pequena porém bem equipada sede de seu tablóide diário *TalCual*, próxima à elegante praça Altamira. Desde 3 de abril de 2000, o periódico ataca e fustiga o governo Chávez, muitas vezes com criatividade e algumas com aberta grosseria. Após décadas de atividade política direta, Petkoff assumiu seu lado jornalista.

O que vale em seu diário são as primeiras páginas. Diagramadas com apuro e imaginação, apresentam, de segunda a sexta-feira, um petardo em forma de editorial. O estilo direto e ríspido é marca inconfundível de seu editor. “É o que vale de fato no jornal”, avalia Edgardo Lander, para quem as páginas internas podem ser deixadas de lado. O primeiro editorial tinha por título uma saudação irônica: “Hola Hugo”. Ende-reçado diretamente ao presidente, já anunciava o tom do que estava por vir: “O pior governo do *puntofijismo* jamais criou tanto desemprego como o seu”.

Culto e experiente, Petkoff, após deixar o Ministério do Planejamento do governo Rafael Caldera, teve uma breve e tumultuada passagem pela direção de outro diário, *El Mundo*, do qual saiu acusando Chávez de pressionar por sua demissão, fato jamais admitido por este último. Auxiliado por empresários amigos, em três meses Petkoff alugou uma sede, montou uma enxuta redação e carregou sua artilharia verbal. É um dos mais veementes opositores do governo, embora não tenha o poder de fogo dos grandes grupos de comunicação. Mas, por seu tremendo faro político e sua capacidade intelectual, freqüentemente pauta o resto da imprensa, com quem faz coro em seu oposicionismo.

Muitas vezes o jornal apela. Em agosto de 2003, Petkoff exibiu na primeira página uma foto de Chávez numa tribuna, vestindo um terno e tendo uma pistola numa das mãos. A imagem chocou os leitores. Logo se viu que era uma montagem feita em computador e o governo processou o jornal. Por coisas assim, Ignacio Ramonet, editor do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, apelidou o veículo de *TalCuálido*, em alusão aos *escuálidos*.

O próprio Chávez o considera uma das poucas lideranças da oposição com a qual é possível dialogar<sup>1</sup>. Pode-se discordar radicalmente de Petkoff, mas é bom ouvi-lo. Vamos seguir sua argumentação.

Para ele, Chávez é produto da queda vertiginosa da economia, aliada à campanha antipolítica feita na década de 1990. “Durante 15 anos, a Venezuela viveu uma campanha midiática brutal contra os políticos, os partidos e a política”, diz, para em seguida completar: “O campo neoliberal parte de um pressuposto básico, de que o Estado é o problema; quem gerencia o Estado são os políticos. Houve uma campanha sistemática de destruição da política, e dos políticos, o que criou um grande vazio e onde floresceu a antipolítica”. Até aqui, a argumentação de Petkoff é a mesma de muita gente, de diversos matizes ideológicos. Sua conclusão, no entanto, é surpreendente: “E quem é a encarnação da antipolítica? Chávez!”

Apesar do acelerado agravamento das crises dos países latino-americanos, após o fim do gigantesco fluxo de capitais dos países ricos que inundou a região entre o final dos anos 1980 e a primeira metade da década seguinte, Petkoff considera o caso venezuelano particular.

“É um país petroleiro e há poucos países assim no mundo. A crise que vivemos coincide com a maior alta nos preços do petróleo em toda a nossa história. A venda do produto ao exterior corresponde a um quarto do PIB, e representa 80% de sua pauta de exportações. O país comercializa entre US\$ 4 bilhões e US\$ 5 bilhões em produtos não tradicionais e entre US\$ 25 bilhões e US\$ 28 bilhões em petróleo, e isso constitui aproximadamente 60% do ingresso orçamentário”.

Petkoff é direto ao falar que, durante os anos de Chávez, “tivemos os piores indicadores econômicos em mais de 50 anos”. Nem no segundo governo Pérez? “Não.”

Por que isso acontece? “É o resultado de uma política econômica equivocada!”, afirma. Acompanhemos o raciocínio:

---

<sup>1</sup>Entrevista coletiva no palácio de Miraflores em 11 de abril de 2003.

“Chávez herdou uma política cambial iniciada em 1996, quando eu era ministro, que estabeleceu um sistema de bandas de flutuação, dentro das quais haveria um deslizamento suave da taxa de câmbio ao longo do tempo. Isso começou a derrubar a inflação. Quando Chávez assumiu, a inflação estava em queda e assim continuou nos três primeiros anos. A política cambial foi integralmente mantida. Mas, contra a opinião de todos, Chávez, que elegeu a inflação como principal problema, ancorou a taxa de câmbio e a fixou. E, a partir do segundo ano do seu governo, colocou em prática uma política fiscal muito expansiva, de características anticíclicas, de enorme aumento de gasto público, contando com alto ingresso petrolero, para reanimar a atividade econômica. O que ocorreu? Esta política se desenvolveu num ambiente político de incerteza e sob uma grande pressão da balança de pagamentos. O câmbio se sobrevalorizou a tal ponto que chegamos a um momento em que a mercadoria mais barata existente na Venezuela era o dólar. Essa situação perdurou, com uma aguda fuga de capitais, até que a taxa explodiu. Impôs-se um controle de câmbio, que criou um mercado paralelo. Mas o essencial é ver que o câmbio sobrevalorizado inibiu a produção interna e favoreceu enormemente as importações. Foi golpeado o aparato produtivo não-petrolero, que emprega mais gente. Por isso, o crescimento a partir do ano 2000 foi pequeno, até que houve uma queda grande da atividade econômica”.

Petkoff, que inegavelmente puxa a brasa para sua sardinha, quando ministro, até admite que a não-diversificação da atividade produtiva é anterior a Chávez. Lembra que “durante 25 anos, a partir de 1958, o país aproveitou-se do ingresso petrolero, mas o restante da economia sofreu com isso”. No entanto, sublinha que a situação piorou a partir de 1999, apesar de reconhecer que a alta dos preços do petróleo deve-se à política de Chávez junto à OPEP.

O editor de *TalCual* não considera o presidente um homem de esquerda, mas “um típico populista latino-americano, demagogo, que instrumentaliza uma parte da esquerda e dela se utiliza”. Para ele, na Venezuela não há uma revolução e nem sequer uma política reformista. “São anos perdidos.” Provocado, admite ver um ponto positivo – “não mais que um”, alerta – no ex-tenente-coronel. “É o fato de Chávez ter colocado a questão social com enorme força no centro da mesa venezuelana, incorporada até mesmo pelo discurso da oposição. Pautou a todos. O ponto negativo é que não sabe o que fazer com isso; as pessoas estão mais pobres.” E quem é de esquerda, hoje? A resposta está na ponta da língua: “Lula! É nele que Chávez deveria se mirar”.

Sobre a oposição, o jornalista é taxativo: “Ela debilitou-se após o *paro* do final de 2002 e apresenta uma divisão entre setores golpistas e democráticos”. A convivência

entre essas duas vertentes, em suas palavras, “fez muitos danos aos setores democráticos”. A oposição articula-se por meio da chamada Coordenação Democrática (CD), uma frente integrada por 16 partidos políticos e várias dezenas de ONGs.

E como o ex-comunista Teodoro Petkoff se define? “Continuo sendo um homem de esquerda, como sempre fui. Chávez tem adversários de direita muito poderosos e também adversários de esquerda bem menos poderosos.” O fundador do MAS revela ter uma reclamação pessoal contra o chefe do Executivo, a de colocá-lo “objetivamente” ao lado de gente que diz ter enfrentado durante toda sua vida. “São as coisas da política. Para os chavistas, sou um inimigo e para os antichavistas, também sou um inimigo.” Faz questão de rejeitar o rótulo de golpista e opina desejar uma saída institucional para a crise.

Petkoff é muito hábil e sabe fazer mediações. Reconhece os avanços da Constituição, especialmente na parte dos direitos sociais, mas os debita a uma proposta feita por Rafael Caldera, em 1992. Admite a existência de liberdade de imprensa “ilimitada do ponto de vista formal”, mas acusa Chávez de se pautar por uma constante “agressão verbal” a jornais e jornalistas.

Outra expressiva voz da oposição está na Fedecámaras. A entidade, que já foi capitaneada por Pedro Carmona, agora é presidida pela empresária Albis Muñoz.

A Fedecámaras foi fundada em 1944, durante o governo de Isaías Medina Angarita, e passou a ter um papel mais proeminente a partir do pacto de 1958, como interlocutor governamental. Quando o sistema partidário implodiu, a partir do final dos anos 1980, o peso político da Fedecámaras entrou em parafuso. Mesmo assim, a associação procura organizar parte importante do setor empresarial venezuelano.

Segundo a cientista social Margarita López-Maya<sup>2</sup>, há grupos empresariais que não estão filiados à organização, simplesmente por não precisarem dela. São as corporações transnacionais de grande porte, cujo poder é exercido diretamente diante do Estado e da sociedade. Uma delas é o Grupo Cisneros, de telecomunicações, possuidor da mais importante rede de televisão, a Venevisión, além da Directv. O mesmo grupo detém ainda a concessão local da Coca-Cola. Gustavo Cisneros, seu principal executivo, chegou a ter ambições presidenciais e vive permanentemente entre a Venezuela e os Estados Unidos. O empresário tentou adquirir canais de televisão no Brasil e é acusado de ser um dos articuladores do golpe de abril de 2002.

Outro exemplo é o Grupo Polar, transnacional de bebidas (Pepsi-Cola, Brahma) e alimentos. Detém praticamente o monopólio da matéria-prima básica utilizada na *arepa*, um dos pratos nacionais mais populares da Venezuela, com a marca Harina Pan<sup>3</sup>. Che-

<sup>2</sup> Entrevista com Margarita López-Maya em 17 de julho de 2003.

<sup>3</sup> A *arepa* assemelha-se ao acarajé brasileiro. Trata-se de um bolinho assado, preparado com farinha de milho, água, azeite e sal. O recheio pode variar desde manteiga, queijo, legumes e verduras até carne e frutos do mar.

gou a paralisar a produção durante o *paro nacional* do final de 2002 por quase dois meses e sofreu intervenção do Estado. Exporta para os Estados Unidos. Estes dois empreendimentos falam por si mesmos, sem a intermediação de uma entidade associativa. E têm contribuído significativamente para a atuação da oposição.

Nunca existiu uma burguesia nacional de fato – “e, se houve, acabou-se nos anos 1950”, diz a cientista social –, que justificasse um projeto nacional soberano.

Margarita López Maya opina que a entidade empresarial praticamente renasceu no período de Chávez. “No segundo governo Pérez, estava moribunda”, e não passava de uma intermediária entre o setor empresarial e o poder público. “Nós sempre tivemos”, lembra Margarita, “uma burguesia associada e dependente do Estado”.

“Por isso, nunca houve por aqui uma ideologia antiestatista”, completa o sociólogo Edgardo Lander. “Como a máquina pública não era financiada com o pagamento de impostos, mas com ingressos petrolíferos, o fortalecimento do Estado nunca ameaçou o setor empresarial, ao contrário”, comenta ele. E faz uma afirmação inusitada: “Por isso, o empresário venezuelano nunca foi liberal. Isso é coisa dos últimos 20 anos”. Lander não é absoluto em seu raciocínio: “Isso não quer dizer que não existissem liberais, mas estes estavam longe de formar uma corrente de opinião expressiva”.

A sede nacional da Fedecámaras fica numa rua sinuosa e arborizada no município de Chacao, integrante da zona metropolitana de Caracas. Quem pensa num edifício imponente ao estilo da FIEP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), acaba por se decepcionar. Trata-se de uma edificação discreta, sem grandes luxos.

A matemática e economista Albis Muñoz<sup>4</sup> é a primeira mulher a presidir a entidade. Seus dois antecessores, Pedro Carmona e Carlos Fernández não podem voltar ao país, sob risco de serem presos. Simpática e objetiva, ela apresenta-se como uma empresária do setor de comércio e serviços, possuidora de quatro empreendimentos. No Brasil seriam negócios de pequeno porte: uma distribuidora de produtos como copos e recipientes plásticos, uma locadora de maquinário de levantamento de cargas, entre outras, que empregam um total de cem pessoas.

A Fedecámaras congrega 13 setores produtivos, entre eles criadores de gado, bancos, indústrias, comércio, telecomunicações, seguros, turismo, energia, transportes etc.

Para a empresária, “A Venezuela vive uma situação de profunda crise política, que marca a situação econômica, social, militar e os valores da população. É uma situação sem comparações em nossa história”.

Albis acha que a “dependência do Estado é uma característica de países com pequeno grau de desenvolvimento, o que faz com que tenhamos um Estado hipertrofiado”. Aqui, suas afirmações fazem coro com a maioria do empresariado liberal do continente: “Não se incentiva o desenvolvimento de um setor privado livre”, “Não é verdade

---

<sup>4</sup> Entrevista com Albis Muñoz em 17 de julho de 2003.

que se paguem poucos impostos” e “A política de baixa produção e altos preços destina muitos recursos ao governo e poucos ao país” são seus pontos de vista mais enfáticos.

Sim, mas o que importa mesmo é saber se a Fedecámaras não teme o desgaste de ter sua imagem intimamente ligada ao golpe de abril. Albis não vacila: “É insólito que um governo cujos integrantes deram dois golpes, em 1992, tentando derrubar um governo constitucional, queira chamar alguém de golpista!”. E emenda dizendo que nenhuma atividade da entidade é golpista, o que existe são iniciativas cívicas, “nas quais acompanhamos a sociedade civil, exercendo nosso direito ao protesto, à greve e à paralisação”.

Ela considera que “ainda é preciso investigar” se houve de fato um golpe em 2002. “Nada daquilo foi provocado pela sociedade civil e muito menos pelos empresários. A causa foi uma situação em que o governo exigia das Forças Armadas um ataque ao povo. Elas se negaram a fazer isso, exigindo a renúncia de Chávez, que a acatou”.

E Carmona, onde entra nessa história? Albis Muñoz é rápida: “O fato de os militares terem chamado o presidente da Fedecámaras não significa que o restante da entidade tivesse concordado com os atos da efêmera administração”. Ele teria atuado por opção pessoal, e “tudo indica que Carmona deu o golpe no sentido que o governo alega, ao promulgar o decreto mudando a institucionalidade”.

A presidente da entidade empresarial não vê nada de positivo em Chávez: “Ele dividiu a sociedade venezuelana em classes sociais, fazendo uma guerrear contra outra, e nos dividiu em raças. Não tínhamos isso antes”. Ela recorre à sua experiência pessoal para comprovar o enunciado: “Olhe nas ruas, não dá para diferenciar quem é de uma classe mais alta ou mais baixa, não há restrições para se entrar em estabelecimentos comerciais”. E completa: “Não havia as diferenças que hoje se apresentam.”

Chávez representaria um perigo. “Temos um governo que atenta contra a propriedade privada, que juridicamente estabelece um cerco contra todos os fatores da produção e que ideologicamente está contra o desenvolvimento do setor privado”, define.

Ao mesmo tempo em que procura distanciar-se de Pedro Carmona, a dirigente reconhece que não há unanimidade entre o empresariado. O engenheiro Francisco Natera, por exemplo, ex-presidente da Fedecámaras entre 1997 e 1999, tornou-se ministro para as Zonas Especiais de Desenvolvimento Sustentado do governo Chávez e costuma atacar causticamente a oposição.

Deixemos agora a agremiação patronal e busquemos outro setor importante entre os que se contrapõem ao governo. Quem for de metrô deve percorrer quatro estações. De táxi são 15 minutos. Esta é a orientação básica para aquele que desejar sair dos domínios do capital e adentrar no mundo do trabalho, em Caracas. Quer dizer, pelo menos em tese. As sedes da Fedecámaras e da ctv (Central dos Trabalhadores da Venezuela) não ficam longe uma da outra.

Mas o contraste é significativo: a sede desta última localiza-se em frente ao Parque Central, num destacado edifício de 18 andares. É mais um marco do esplendor petrolífero, bem diferente do acanhado edifício da associação empresarial. Ali estão abrigados dezenas de sindicatos e federações de trabalhadores. O *hall* de entrada, com seu altíssimo pé direito, detalhes em aço escovado e um monumental painel retratando Bolívar e diversas passagens da história nacional, dá ao visitante uma idéia do poderio sindical em dias melhores.

Manuel Cova é um negro alto, atencioso e elegante, de 53 anos, com um bem aparado bigode preto. É o secretário-geral da entidade, que faz as vezes de presidente enquanto o titular, Carlos Ortega, não puder voltar ao país. A exemplo dos ex-presidentes da Fedecámaras, Ortega tem um mandado de prisão decretado por participação no *paro nacional* de fins de 2002, com validade em todo o território venezuelano. A Central é considerada um reduto histórico da Ação Democrática, e o que dela restou ainda detém a maioria dos postos diretivos. Cova é um proeminente membro da agremiação, pela qual foi vereador em Caracas, na primeira metade dos anos 1990, e candidato a deputado, em 1998. Ele trabalhava na construção civil, entrou na vida sindical em 1972 e nunca mais saiu. Aponta da janela de sua sala, no 17º andar, em direção ao Parque Central. “Ajudei naquelas obras, no início dos anos 1970”, recorda-se ele.

Com voz mansa, Cova exhibe os números e setores que a entidade representa: “São 1,3 milhão de trabalhadores sindicalizados, de um total de 11 milhões, na Venezuela”. Então o índice de sindicalização é baixo? O sindicalista pondera que não. “Metade desse contingente está na economia informal e cerca de 23%, desempregados”, diz, garantindo que a taxa dos filiados em entidades, 35%, é alta em relação à de outros países da América Latina. “Representamos trabalhadores dos setores industrial, de serviços, do setor público, camponeses e muitos outros”, assegura.

Com tamanha representatividade entre os trabalhadores, como se explica a união da CTV com a Fedecámaras, uma entidade patronal que, teoricamente, é sua adversária? Cova tem a resposta na ponta da língua: “Esta coincidência se deu em função da necessidade de se propiciar uma saída para a crise política do país e que coloca em perigo a paz da República”. E logo completa, alegando não existir uma aliança entre as duas entidades, pois há diferenças de fundo. “Isso não impede que, num momento tão difícil como este, em que o governo quer destruir nossa Central e outras organizações privadas, haja esta convergência.”

O dirigente sindical reage enfático à acusação de golpismo. “Os golpistas estão no governo!” Repete a argumentação de Albis Muñoz, ao lembrar do 4 de fevereiro e do 27 de novembro de 1992: “A CTV sempre trabalhou em função da democracia; não apoiamos o golpe e não concordamos com Carmona e suas medidas”. Ele enfatiza o fato de a associação não estar em Miraflores no ato em que Carmona varreu as instituições do país. “Apoiamos o povo que saiu às ruas, solicitando a saída do presidente.”

Manuel Cova coloca as mãos sobre o tampo espelhado da ampla mesa de reuniões de sua sala e, sem alterar o tom de voz, sublinha: “Fizemos isso, pois o governo Chávez significa, para os trabalhadores, mais desemprego, mais insegurança e mais delinqüência”. Ele recorda-se que, apesar de a grande maioria do povo ter votado no ex-tenente-coronel, hoje a situação não se repetiria. E a causa do desemprego, para ele, é a falta de diálogo, que inibe o investimento público e privado. E exhibe o número de 5 mil empresas quebradas durante o mandato de Chávez para corroborar sua afirmação.

Perguntado se julga, realmente, que o presidente seja o causador da crise venezuelana, Cova concorda que não, não é. “É consequência dela.” O dirigente sindical avalia que o mandatário oculta sua “incompetência” atrás do mito de que estaria fazendo uma revolução. “O povo lhe deu tudo, o mandato, a Constituinte, a Assembléia Nacional, a Procuradoria, a Justiça, e ele fracassou”. E finaliza: “Agora busca culpados no Pacto de Punto Fijo, no golpe, no *paro*...”

Manuel Cova viaja de vez em quando aos Estados Unidos. Mantém boas relações com a poderosa AFL-CIO, a central sindical norte-americana. “Mas não há articulação com o governo dos de lá”, assegura ele.

Por fim, assim como Petkoff, o líder trabalhista derrama-se em elogios a Lula, o presidente do Brasil: “É um bom exemplo do que deveria ser Chávez, pois governa para todos e não apenas para seus aliados”.

O líder da CTV é contestado por Eduardo Piñate<sup>5</sup>, um professor de história de 46 anos, dirigente do sindicato nacional de sua categoria e da UNT (União Nacional de Trabalhadores), entidade fundada em abril de 2003. Recusando a classificação de “correia de transmissão” do governo, Piñate defende uma renovação no sindicalismo “corrupto e clientelista” praticado no país. Ele acusa a entidade dirigida por Cova de ser uma expressão do capital, tão forte quanto a Fedecámaras. “Como a CTV tinha sua maior base de sustentação nos servidores públicos e a Fedecámaras organiza o empresariado privado, nunca houve muita contraposição direta entre ambas”, destaca ele.

Piñate vê a CTV com legitimidade declinante. Alega que a Central perdeu parte da poderosa Fedepetrol, principal federação de trabalhadores do petróleo, para a UNT. Segundo o dirigente, a nova entidade teria ainda 2.240 sindicatos e 1,5 milhão de trabalhadores filiados a ela, o que, em suas palavras, “enfraqueceu muito o antigo sindicalismo”.

Um dos mais dramáticos testemunhos do clima criado pela oposição venezuelana foi dado pelo deputado socialista espanhol Emílio Menéndez Del Valle. Ele chefiou, durante quatro dias de julho de 2003, uma pequena delegação do Parlamento Europeu em visita à Venezuela. A equipe acordava cedo e dormia tarde, “almo-

---

<sup>5</sup> Entrevista com Eduardo Piñate em 14 de julho de 2003.

çando sanduíches”<sup>6</sup>, e conversou com membros do governo, da Igreja, dirigentes dos meios de comunicação e de diversos grupos da oposição. A intenção era ajudar numa proposta de entendimento entre as diversas partes. Del Valle não é um simpatizante de Chávez. No entanto, ficou assustado com o que viu. Ao voltar para a Espanha, escreveu um extenso artigo no prestigioso jornal *El País*, de 26 de julho. Vale a pena ler atentamente seus principais trechos.

“O bispo de Caracas diz que a Venezuela é um país mais para psicólogos do que para sociólogos. Eu voltei trêmulo e sobressaltado, pelo que vi, li e ouvi. O jornalismo condena literalmente Chávez à morte. Assim argumenta, em 26 de junho de 2002, no *Reporte*, o historiador Guillermo Morón: ‘É lícito matar um governante quando este descumpra as leis, comete injustiças e deixa de governar. Isto é o que seria pertinente aplicar hoje, na Venezuela’. Também Omar Estácio, no *El Universal* (13 de janeiro de 2003): ‘Um governante corrupto, repressivo, empobrecedor de seu povo [...] deve ser remetido a outro mundo. Quanto antes, melhor, e sem perguntar muito’. Este senhor não apenas aspira ser um homicida nas palavras, mas também especializou-se em insultos ao presidente. Assim, no mesmo diário (6 de janeiro de 2003), desabafa de uma maneira chamativa: ‘É fácil prever a deposição de um governante. Em particular, quando se é corrupto, inepto, homicida [...] efeminado [...] falastrão, ignorante [...] caipira, mulherengo [...] com indisfarçáveis taras físicas e mentais. Covarde, pau d’água, mitômano, charlatão, bochechudo, com anatomia de flatulento e corrupto’. Pode alguém insultar assim a um chefe de Estado ou a um simples mortal sem conseqüências judiciais ou administrativas para o agressor ou para o veículo que o abriga? Na Venezuela é possível. Temos de ser mais psicólogos que sociólogos? Uma observação prudente derivada de uma e outra profissão pode concluir que o setor da população – majoritário – que apóia Chávez, salvo exceções, é muito mais pobre e de pele muito mais escura que a parte que apóia a oposição. Os *chavistas* são normalmente desqualificados como *lumpens*, *negros*, ignorantes, simples, gente sem educação, algo que automaticamente se transfere a Chávez. Por fim, o que salta à vista é o fato de a sociedade venezuelana estar dramática e angustiadamente polarizada e radicalizada. Trata-se de uma comunidade dominada pelo medo e pelo ódio. A grande massa dos excluídos, os pobres, os extremamente pobres, os condenados da terra de Fanon<sup>7</sup> – que na Venezuela, país riquíssimo, são multidões, por causa de décadas de desgoverno

<sup>6</sup> Entrevista coletiva em 10 de julho de 2003.

<sup>7</sup> Referência ao filósofo e psiquiatra francês Frantz Fanon (1925-1961), que lutou contra o colonialismo na Argélia. Sua obra mais conhecida, *Os condenados da terra*, teve imensa repercussão entre a esquerda nos anos 1960.

e corrupção por parte dos partidos tradicionais –, está convencida de que se tirarem Chávez ninguém se preocupará com ela. Pensam que foi ele quem os incluiu no sistema e por isso declaram: “Somos gente desde Chávez”. Porém, os outros, essa grande parte da classe média e alta, estimam que o presidente populista os excluiu das decisões políticas. Há líderes antichavistas, como o democrata-cristão Enrique Mendoza, governador do estado de Miranda, felizmente reconvertido à legalidade, depois de haver participado do golpe de Estado de 2002 – ele hoje qualifica o episódio como um *incidente* – que, criticando duramente o governo, reconhece: ‘É o primeiro presidente que trata de criar vasos comunicantes com os despossuídos. Porém, não sabe fazê-lo e os projetos não se materializam’. [...]

Todos reconhecem que não há presos políticos e que as liberdades de reunião e associação estão garantidas. Não existe censura e a liberdade de imprensa, incluindo a libertinagem, é, para a desgraça do governo, absoluta”<sup>8</sup>.

Como se vê, os principais atores da oposição não assumem uma relação direta com o golpe. Mas as tentativas de rupturas não-institucionais continuam na pauta de vários oponentes do governo Chávez. As causas para a escolha dessas vias têm a ver com a própria precariedade institucional venezuelana, mesmo após o processo Constituinte. As classes dominantes não se vêem bem representadas nela, como se sentiam sob a institucionalidade do Pacto de Punto Fijo. Seus partidos, suas entidades e suas representações no aparelho de Estado esboroaram-se com a crise econômica. Seus canais legais de expressão ficaram obstruídos.

“Tiveram, então, de abandonar estes caminhos e buscar intervir diretamente, sem mediações, na cena política, para defender seus privilégios e interesses tradicionais, atropelando o que tivessem pela frente.” As palavras são de Rafael Vargas, o ex-ministro da Secretaria da Presidência até abril de 2002 e uma espécie de coringa de Chávez, para resolver as mais intrincadas e variadas pendências. “Eles tiraram as máscaras de empresários apolíticos, camuflados, e entraram em cena com toda a força econômica e conspirativa possível”, sublinha Vargas, para quem as formas de expressão possível numa situação dessas acabam sendo “o golpismo e o terrorismo”. E fulmina: “Por isso, o líder do golpe teve de ser o líder máximo do empresariado!”

Teodoro Petkoff de certa maneira segue um raciocínio semelhante ao lamentar a debilidade dos partidos. “O diletantismo dos novos atores políticos – meios de comunicação e empresários – acarreta graves erros. Isso é muito preocupante, quando se olha para o futuro.” Contudo, mais uma vez, sua conclusão trafega em sentido inverso ao dos governistas: “Reconstruir o sistema de partidos toma tempo e sua atual debilidade é uma das maiores vantagens de Chávez”.

<sup>8</sup> MENÉNDEZ DEL VALLE, Emílio. “Dramática polarización en Venezuela”. *El País*, 26 jul. 2003.

## Beldades e paralisações

RETOMEMOS UM EPISÓDIO deixado em aberto há vários capítulos. Falou-se aqui do gigantesco navio-tanque Pilín León. O nome é uma homenagem à Miss Mundo 1981. A embarcação carrega em si o simbolismo das duas maiores glórias venezuelanas, o petróleo e a fama de ser o país que mais beldades forneceu aos concursos dessa natureza. São 4 Misses Mundo e 4 Misses Universo, além de 15 finalistas nessa última categoria.

Pois Pilín León, o navio, além de todas essas referências, que calam fundo na alma nacional, tornou-se a marca do *segundo paro cívico nacional* contra o governo Chávez, deflagrado em 4 de dezembro de 2002. Mais do que certames em passarelas, Pilín León está agora no centro de outra disputa, muito mais acirrada. Recordemos: a embarcação parara no canal do lago Maracaibo, saída para o mar do Caribe, estancando a produção petroleira, que em poucos dias caíra de mais de 3 milhões de barris diários para menos de 150 mil<sup>1</sup>.

O *Wall Street Journal* do dia 6 estampava a notícia de que “o Iraque representou durante muitos meses o grande fator desconhecido da OPEP, mas as exportações da Venezuela são mais importantes para o mercado. O país comercializa 2,5 milhões de barris diários, enquanto as exportações totais do Iraque não alcançam 2 milhões de barris”.

O impacto sobre o cotidiano da população, em poucos dias, tornou-se dramático. Num primeiro momento, as filas nos postos de gasolina tornaram-se intermináveis e o sistema de transportes começou a entrar em pane. Como conse-

---

<sup>1</sup> “VENEZUELA abre el año en su nivel mínimo histórico de producción petrolera”. *El Universal*, Caracas, 1º jan. 2003.

qüência, faltaram gêneros nas gôndolas dos supermercados, gás de cozinha e suprimentos nos restaurantes. Alto verão e desapareceram do comércio sucos, refrigerantes e cervejas. Os principais *shopping centers* do país baixaram as portas. O gigantesco centro comercial Sambil, orgulho da classe média caraqueña, permaneceu quase dois meses com as lojas fechadas. Tudo é potencializado pela voz pretensamente indignada dos meios de comunicação, que debitam a nova tragédia na conta governamental.

Praticamente a totalidade das escolas particulares suspendeu as aulas. Parte da rede pública tentou também fechar os portões para os alunos. Em comunidades com maior grau de organização, como na favela de Catia, em Caracas, os pais de alunos impediram que a escola municipal Juan Bautista Alberti interrompesse suas atividades. “Mesmo com alguns professores desejando continuar seus trabalhos, a diretora disse que entraria em greve por dever cívico”, conta a bancária Omaira Rodríguez, que tem os filhos ali matriculados<sup>2</sup>. No final do ano, os pais se reuniram e decidiram reabrir e tomar a unidade. Fizeram um mutirão de limpeza, pintaram as paredes, recuperaram diversos equipamentos, como carteiras, lousas e banheiros, e passaram a ministrar as aulas. Sob a supervisão do Ministério da Educação e com a anuência da prefeitura, a diretora não voltou e os pais trabalharam lá durante todo o ano seguinte.

Chávez visitou a escola e a citou como exemplo de procedimento por parte da comunidade. Em 11 de janeiro, o empresário Carlos Fernández, sucessor de Pedro Carmona na presidência da Fedecámaras, atacou pesadamente o presidente pela televisão e pelos jornais, afirmando que “93,5% dos pais” de 2 mil colégios se negam a enviar seus filhos para as atividades pedagógicas<sup>3</sup>.

Pilín León, a rainha da beleza, colocou-se no centro da contenda. Em 12 de dezembro, ela enfeitava a praça Altamira, levando seu apoio aos funcionários da PDVSA que resolveram cruzar os braços. O local, com todos os seus atributos, fonte luminosa, obelisco, jardins zelosamente aparados e rodeado por edifícios de alto padrão, tornara-se desde alguns meses território da oposição. Montara-se um palanque diante de uma pequena arquibancada de madeira e metal, ladeado por algumas barracas, e dera-se início a uma *vigília cívica* pela saída de Chávez. Militares, empresários e representantes da classe média revezavam-se ao microfone, denunciando e acusando a administração pública nacional e ganhando generosos espaços na imprensa. É curioso notar que, apesar de integrar e incentivar o locaute, a mídia nesses dias trabalhou como nunca. Unidades móveis de tv permaneceram dia e noite transmitindo os acontecimentos da praça. A todos se juntava

<sup>2</sup> Entrevista com Omaira Rodríguez e diversos pais de alunos em 14 de abril de 2003.

<sup>3</sup> “EL PARO educativo continuará a pesar de amenazas oficiales”. *El Universal*, Caracas, 12 jan. 2003.

agora a deslumbrante Pilín León. Alvorço geral naquela que a mídia já batizara pomposamente de *plaza de la Libertad*. “Nem um passo atrás”, bradou Pilín para os microfones, antes de enaltecer o papel da marinha mercante, dos meios de comunicação e da mulher venezuelana nos “duros anos recentes”<sup>4</sup>.

A ex-Miss tomou gosto pela coisa e acompanhou, dias depois, Carlos Fernández numa marcha de protesto em Cidade Guayana. Por toda parte, tentava-se reeditar o clima de queda iminente de um governo sobre o qual pairariam as piores culpas do mundo. Fernández disse, em alto e bom som, que “o governo está pisoteando a Constituição e as leis e se nega a respeitar os direitos humanos ao abrir caminho para a violência”.

O movimento, apesar de contar com trabalhadores da PDVSA de todos os níveis, era na verdade dirigido pelos altos escalões da empresa, numa tentativa desesperada de manter o Estado longe de seu comando e estrangular o governo Chávez até sua queda. A preparação havia sido meticulosa. Funcionários com maiores salários se anteciparam à greve, pagando-se três meses completos de adiantamentos para agüentar um longo período sem receber<sup>5</sup>. Por ser uma indústria tecnologicamente avançada e automatizada, de comando rigidamente verticalizado, não é difícil controlá-la a partir de alguns locais-chave de seu organograma gerencial. Assim, quem anunciava o avanço do movimento não eram lideranças de base, mas diretores, dirigentes de unidades e comandantes de embarcações da PDV Marina. Um fato sintomático é que a principal entidade dos petroleiros, a Fedepetrol (Federação dos Trabalhadores do Petróleo), não apoiava a mobilização.

A atividade petroleira criou uma casta apartada da sociedade. Seus vencimentos, costumes e modo de vida são balizados pelos padrões das grandes transnacionais do setor. Os executivos ganham em dólar. As chefias constituem a *nomina mayor*, ou *la gente del petróleo*, e formaram um duríssimo foco de resistência a qualquer tipo de reforma. Sentem-se inseguros e ao mesmo tempo relutam em perder espaços conquistados. Os cargos mais altos eram nomeados pelo presidente da empresa, sem nenhuma interferência do Ministério ou da Presidência da República.

As ações da tripulação do Pilín León duraram pouco tempo. Embora não fosse a embarcação mais importante da frota da PDV Marina, sua paralisação foi transformada em símbolo. Houve mesmo, na oposição, quem chegasse a compará-la ao motim do encouraçado Potemkin, sublevado no bojo da Revolução de 1905, na Rússia.

Na tarde do dia 20 de dezembro, forças da Marinha tomaram o navio, numa ação cinematográfica, levando-o a se mover em direção ao lago Maracaibo. Um clima de

<sup>4</sup> “UNA REINA se pronunció en la plaza Francia”. *El Universal*, Caracas, 13 dez. 2002.

<sup>5</sup> Segundo Edgardo Lander em 10 de janeiro de 2003.

tensão permanente, somado ao calor sufocante em todo o país, encontrava ali uma válvula de escape. Quando o Pilín León acionou seus motores, o país parou, num sentido diverso ao que acontecia com a produção. Em Caracas, pedestres detinham-se nas calçadas para assistir às imagens transmitidas ao vivo nas televisões das vitrines das lojas que permaneceram abertas. Escutavam-se buzinaços em algumas regiões e troar de rojões em outras. Para o governo, a operação tinha o sabor de um novo 13 de abril, quando o golpe foi abortado. O Pilín León significava o primeiro passo na tomada do controle da PDVSA.

No domingo, dois dias antes do Natal, um exultante Chávez apareceu no programa *Alô Presidente* para anunciar o fim do bloqueio petrolero e denunciar uma “sabotagem nacional e internacional”, corporificada por altos funcionários da PDVSA, e anunciou que várias refinarias danificadas estavam sendo reparadas. “No 11 de abril, fomos insuficientes ao tratar os gerentes da PDVSA que sabotam a própria empresa”, disse o mandatário em tom quase confessional. Mas logo enfatizou: “Isso não acontecerá mais”<sup>6</sup>. Anunciou ações penais, por parte da Procuradoria Geral da República, enquanto centenas de grevistas eram demitidos.

O Natal foi de vacas magras. Com grande parte do comércio fechado e com falta de produtos, a sensação em Caracas era de economia de guerra. Para solucionar carências emergenciais, a Venezuela teve de fazer algo impensável em condições normais: importar gasolina. Em 28 de dezembro, o navio-tanque Amazon Explorer, da Petrobras, levou ao porto de Guaraguao a carga de 521 mil barris de gasolina. Um total de US\$ 700 milhões chegou a ser gasto em importações do produto, para minimizar o desabastecimento.

Mais uma vez decretou-se o fim da administração Chávez na véspera da festa. Não se sabe se a proximidade das comemorações de Ano Novo contribuiu para este espírito, mas o certo é que o *Washington Post* brindou seus leitores, no dia 2 de janeiro, com a constatação de que a “oposição é a força majoritária no país”. As palavras do influente diário tinham a sutileza de um míssil Tomahawk: “Um pesadelo latino-americano está se desenvolvendo: a Venezuela, arruinada e dividida pelo intento desastroso do presidente populista Hugo Chávez de reconstruir o país com base num mal-passado socialismo, atravessa uma situação que pode desembocar numa guerra civil”. O texto conclui dizendo que, se o governo Bush não intervier, talvez o novo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, possa atuar como mediador<sup>7</sup>.

A atuação brasileira na crise, com a presença do assessor presidencial Marco Aurélio Garcia nos últimos dias do ano em Caracas, buscando auxiliar numa ten-

<sup>6</sup> “SE ACABÓ el paro petrolero”. *El Universal*, Caracas, 23 dez. 2002.

<sup>7</sup> “VENEUELA’S Stalemate”. *The Washington Post*, 2 jan. 2002.

tativa de diálogo entre governo e oposição, mereceu ataques por parte desta última. O governo Lula ainda não havia se instalado e seus representantes insistiram junto ao governo Fernando Henrique para que a Petrobras enviasse gasolina ao país. “A decisão foi muito polêmica”, lembra-se Garcia, “porque muitos nos acusaram de estar intervindo no processo interno da Venezuela”. Depois de dizer que enviando ou não o produto qualquer uma das partes poderia proferir tal acusação, o representante brasileiro faz uma ressalva:

“Nossa posição é bem clara: nós nos relacionamos com um governo constitucional e não existe uma situação de beligerância na Venezuela que nos autorize a tratar de forma equânime as partes. Mas, ao mesmo tempo, não desconhecemos que este governo está sendo fortemente questionado e que deveríamos também estabelecer algum tipo de ponte com setores da oposição”<sup>8</sup>.

A habilidade de Garcia contribuiu para reduzir momentaneamente a elevada temperatura política da crise.

Apesar desses cuidados, em 14 de janeiro de 2003 vários manifestantes concentraram-se em frente à sede da embaixada brasileira para protestar contra o que entendiam ser um apoio brasileiro a Chávez.

A postura brasileira suscitou opiniões variadas entre os apoiadores do governo. Partiu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma nova iniciativa, externada durante a posse do presidente equatoriano Lucio Gutierrez, em 15 de janeiro. Tratava-se da formação de uma comissão de seis países, denominada Grupo de Amigos da Venezuela, para buscar uma saída negociada. O secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, César Gaviria, estava havia dias em Caracas, tentando mediar o conflito, sem sucesso, a partir do Hotel Meliá, onde se encontrava hospedado. A proposta do Grupo envolvia Brasil, Chile, Espanha, México, Estados Unidos e Portugal, e surgia num momento em que o governo venezuelano estava a ponto de virar o jogo a seu favor.

Chávez deplorou o fato de dois dos países não serem propriamente “amigos”: Estados Unidos e Espanha, que estavam entre os primeiros apoiadores do golpe de Pedro Carmona. Chegou a dizer que o grupo “nasceu mal”, pois não consultaram o “governo amigo” para constituí-lo. “Alguém decidiu que seriam seis os membros”, comenta o presidente. “Decidiram vir à Venezuela, sem marcar com o governo, e nós não tínhamos agenda”, lembra-se ele. Mesmo assim, garante ter conversado durante oito horas com seus integrantes.

---

<sup>8</sup> Entrevista de Marco Aurélio Garcia a Ricardo Azevedo, revista *Teoria e Debate* 53, São Paulo, mar.-mai 2003, p. 52.

Nesse encontro, não reconheceu a existência de uma greve no país, mas ações de “um grupo de terroristas”<sup>9</sup>.

Chávez chegou a viajar a Brasília, em 18 de janeiro, para trocar idéias com Lula. Queria a integração de mais países, como Rússia, França, China, e de membros da OPEP, como a Argélia. Não conseguiu<sup>10</sup>.

No fim, o Grupo de Amigos teve também o papel de oferecer uma saída honrosa a César Gaviria. Sem condições de mediar uma situação de extrema polarização, o secretário-geral da OEA havia ficado praticamente sem função na disputa.

Os presidentes da CTV, Carlos Ortega, e Carlos Fernández, da Fedecámaras, especializaram-se em palavras de ordem que nunca puderam ser cumpridas. “Continua o *paro* cívico, nem um passo atrás”, desafiou Ortega em 2 de janeiro de 2003<sup>11</sup>. E foi além: juntamente com Fernandez, conclamou uma “desobediência civil tributária”: “Não podem nos obrigar a pagar impostos, nem um bolívar a mais para este governo!”, afirmou.

No dia 6, tentaram promover uma “Marcha pela desobediência tributária” pela elegante zona leste da capital. Desfilaram pela ruas parlamentares, empresários, “donos de importantes empresas editoriais e consórcios econômicos”<sup>12</sup>. A iniciativa fez barulho, mas recebeu poucas adesões.

No dia 7 de janeiro, a professora de direito da Universidade de Yale, Amy Chua, comenta, no *The New York Times*, os prejuízos do movimento: “Ele não foi deflagrado por sindicatos de esquerda, como muitos norte-americanos podem pensar. Na verdade, foi provocado pela rica elite de negócios venezuelana”. E aponta “um paradoxo da globalização e da política externa dos Estados Unidos: a combinação do capitalismo de livre concorrência e eleições livres, que pode criar instabilidade política e econômica”<sup>13</sup>. Para ela, a Venezuela é apenas a mais recente ilustração da situação criada.

Em meio à crise, o sociólogo Edgardo Lander viu da seguinte maneira a situação:

“O governo tem demonstrado uma capacidade de resposta e de resistência muito maior do que imaginava a oposição. Sendo atacado em várias frentes ao mesmo tempo, a administração conseguiu manter um extraor-

<sup>9</sup> Opiniões externadas em entrevista coletiva no palácio de Miraflores em 11 de abril de 2003.

<sup>10</sup> “LULA le dice ‘no’ al plan de Chávez”. *El Universal*, Caracas, 19 jan. 2003.

<sup>11</sup> “PARO cívico ahora con desobediencia tributaria”. *El Universal*, Caracas, 3 jan. 2003.

<sup>12</sup> “Ni un bolívar más para pagar IVA”. *El Universal*, Caracas, 6 jan. 2003.

<sup>13</sup> CHUA, Amy. “Power to the privileged”. *New York Times*, Nova York, 7 jan. 2003.

dinário grau de serenidade, evitando cair em provocações, como decretar estado de sítio, suspensão de garantias etc.

Esta capacidade pode ser atribuída principalmente aos seguintes fatores: a) o governo segue contando com um apoio muito importante entre os setores populares; b) praticamente todos os oficiais golpistas saíram das Forças Armadas depois do golpe de abril de 2002. A grande maioria das Forças Armadas parece ser fortemente institucionalista, o que não significa que sejam chavistas. Como a oposição se colocou em posições abertamente anticonstitucionais, a reação foi um sólido apoio militar ao governo. Por isso foi possível fazer frente às tentativas de se criar escassez de alimentos e sabotagens na indústria petroleira. Tem sido importante também contar com significativas reservas internacionais, de cerca de US\$ 15 bilhões, o que possibilitou tanto importar alimentos quanto gasolina para suprir algumas carências críticas.”<sup>14</sup>

Apesar das extremas dificuldades, a indústria petroleira recuperava paulatinamente a produção. Em vista disso, os bancos passaram a trabalhar apenas meio período. Sindicatos bancários patronais anunciaram que não haveria mais atividade alguma, sem sucesso. Boa parte dos estabelecimentos seguiu funcionando, o que se constituiu numa debilidade da oposição.

Ao mesmo tempo, a postura pública da embaixada dos Estados Unidos, em Caracas, foi extraordinariamente discreta. Agiam com uma cautela muito maior após o desgaste sofrido durante o golpe de abril.

Numa batalha já praticamente decidida, mas envolvido numa situação interna tensa e com dúvidas suscitadas entre a opinião pública internacional, Chávez fez um lance extremamente ousado. Viajou, em 26 de janeiro, com um anúncio feito apenas na véspera, para Porto Alegre, onde acontecia o III Fórum Social Mundial (FSM). Nascido como um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente na aprazível cidadezinha suíça de Davos, o evento gaúcho ganhara uma legitimidade e um peso indiscutíveis no cenário internacional. A sua terceira edição contava com a participação de mais de 100 mil ativistas, militantes, lideranças e intelectuais de todo o mundo. Tornara-se uma espécie de ONU dos povos, tribuna privilegiada para se falar aos movimentos sociais de todos os países. Chávez sabia disso. Vinha beber da legitimidade do encontro e ao mesmo tempo reforçar seu caráter gregário para todos aqueles que desejam mudar o mundo.

---

<sup>14</sup> Entrevista com Edgardo Lander em 10 de janeiro de 2003.

Havia um melindre protocolar a ser contornado: o FSM, apesar de custeado, em grande parte, pelo governo do Rio Grande do Sul e pela prefeitura de Porto Alegre, além de por algumas empresas estatais, coloca-se como uma assembléia de movimentos sociais e organizações não-governamentais, excluindo a participação de partidos políticos e governos. Os apoiadores de Chávez então buscaram uma saída que não causasse embaraços: o líder venezuelano não compareceria a uma atividade do evento, mas tomaria parte de um ato público na Assembléia Legislativa do Estado.

Sucesso de público e de crítica. Duas aparições públicas – uma coletiva de imprensa e um discurso de duas horas – transformaram a visita num dos grandes marcos políticos do Fórum. Chávez falou do locaute, garantiu que “esse atentado contra o país e a democracia nos permitiu, pela primeira vez, em 20 e tantos anos, ter a PDVSA subordinada a um governo. Ela havia se convertido num Estado dentro do Estado”. O controle da estatal do petróleo se materializou nas 5.111 demissões de grevistas até o final de janeiro de 2003, qualificados como “sabotadores” pelo governo<sup>15</sup>.

Quem aparentemente não se dava conta de que o jogo havia virado eram Carlos Ortega e Carlos Fernández, os dirigentes mais visíveis da movimentação oposicionista. O primeiro chamou a imprensa na tarde da segunda-feira, 27 de janeiro, e ameaçou: “Não há flexibilização *do paro*, o que há é radicalização”, buscando se contrapor a setores da própria Coordenação Democrática, organismo aglutinador de diversas forças oposicionistas, que pediam um recuo<sup>16</sup>. Completavam-se ali 57 dias de paralisação.

Mas a articulação das forças antichavistas azedava a olhos vistos. Nos dias anteriores havia se formado uma organização chamada Videlpa, que significava *Associação das Vítimas do Paro*, que procurou acionar judicialmente os líderes do protesto, por conta de danos patrimoniais e individuais. Vários comerciantes de *shopping centers*, como Sambil e El Cafetal, além de pequenos empresários, somaram-se às ações judiciais.

E, segundo o noticiário da assessoria de imprensa da Assembléia Nacional, um grupo de 44 operários que trabalhava na construção da Linha 4 do Metrô de Caracas denunciou “a empresa brasileira Odebrecht, contratada pelo governo, por haver se somado ao *paro* e por tê-los demitido sem justificativa”<sup>17</sup>.

Então, os bancos, em 30 de janeiro, anunciaram a volta ao funcionamento normal para a segunda-feira, 3 de fevereiro. Em seguida, reabriram o centro comer-

<sup>15</sup> Informações do noticiário do *El Universal*.

<sup>16</sup> *El Universal*, 28 jan. 2003.

<sup>17</sup> Segundo o noticiário da Assembléia Nacional, em <http://www.asambleanacional.gov.ve/ns2/noticia.asp?numn=3368>.

cial Sambil e outros *shopping centers*. Depois de 63 dramáticos dias, Chávez derrotava o protesto oposicionista. A PDVSA anunciava, na virada do mês, que retomava a produção, alcançando a marca de 1 milhão de barris por dia.

Involuntariamente, os grevistas deram respaldo político a uma necessidade de enxugamento no quadro geral da empresa. “Antes do *paro*, em julho de 2002, a gerência de Recursos Humanos, após realizar um minucioso levantamento, concluiu que tínhamos quase 8 mil funcionários supérfluos, num quadro total de quase 42 mil”, afirma Ali Rodríguez, 65 anos, presidente da PDVSA, advogado, ex-senador e ex-guerrilheiro nos anos 1960 e 1970<sup>18</sup>. Segundo ele, estava-se preparando essas pessoas para outras atividades, fora da empresa, quando ocorreu a paralisação. “Aí se verificou que o número de sabotadores era muito maior”.

Assim, cerca de 18 mil funcionários – “a maioria de postos com altos salários”, garante o presidente da empresa – foram demitidos. Segundo Rodríguez, “grande parte das atividades da PDVSA está concentrada nas atividades das gerências de Finanças, Exploração e Produção, Refino e Comércio Marítimo”.

Retomando a ofensiva no terreno internacional e derrotando politicamente os insurgentes, o governo teve de se defrontar com uma abissal crise econômica. O bolívar desvalorizara-se 25% em relação ao dólar apenas em janeiro. Inúmeros estabelecimentos comerciais que fecharam as portas em dezembro, como forma de protesto, não mais reabriram. Dois meses depois, o FMI, em seu *World Economic Outlook*, projetava uma queda de 17% no PIB em 2003. Um dos saldos do *paro* foi uma fuga de capitais da ordem de US\$ 7 bilhões, segundo o governo. “É um abalo para qualquer país, ainda mais tratando-se de um país do tamanho da Venezuela”, garante José Vicente Rangel, o vice-presidente da República.

Medidas de extrema urgência foram tomadas, em caráter temporário, como controle de preços e de câmbio. Esta segunda providência foi a que causou maiores controvérsias.

O Ministério das Finanças<sup>19</sup> justificou a medida explicando que “a partir de 2 de dezembro iniciou-se uma campanha especulativa contra nossa moeda, que teve seu valor real deteriorado. Para desestabilizar o país, poderosos interesses econômicos começaram a sacar grandes volumes de capital, afetando as reservas internacionais”. O comunicado oficial indica que “o controle garantirá a existência de dólares para os insumos básicos, alimentos e medicamentos” e que “estabilizará a economia, detendo a alta especulativa do bolívar, reduzindo-se as taxas de juros”, enquanto “se recupera a indústria petroleira”.

---

<sup>18</sup> Entrevista com Ali Rodríguez em 19 de julho de 2003.

<sup>19</sup> *Tudo sobre el control de cambio*, folheto explicativo dos Ministérios das Finanças e da Comunicação, mar. 2003.

Este era o quarto controle de câmbio adotado desde 1961. Para adquirir dólares, cidadãos e empresas devem apresentar sua documentação à Comissão de Administração de Divisas, organismo oficial criado em fevereiro de 2003. Uma das comprovações necessárias é uma declaração atestando que o solicitante encontra-se em dia com o fisco.

Por meio do controle, o governo fixou a taxa em 1.600 bolívares por dólar. Ao longo dos meses, com a recuperação das reservas cambiais, a medida foi sendo paulatinamente flexibilizada.

A Venezuela conseguiu se tornar um ente atípico entre as economias petroleiras, como Irã, Iraque, Arábia Saudita e Nigéria. O país construiu, a partir da segunda metade do século XX, instituições e entidades mais democráticas que seus parceiros da OPEP.

“Há diversos fatores que determinam esta diferenciação”, analisa com voz mansa Ali Rodríguez Araque, o presidente da PDVSA, na imensa sala da presidência, numa das sedes da empresa, no bairro de La Campiña, em Caracas<sup>20</sup>.

“Não temos uma grande região desértica, com poucos recursos naturais e sem outras riquezas, como, por exemplo, o Iraque, o que restringiria em muito nossa atividade econômica.” Além disso, pesa o fato de “sermos o primeiro país, entre aqueles que posteriormente formaram a OPEP, a se tornar independente, isso já no início do século XIX”. Para ele, nos outros casos, a independência esteve estreitamente vinculada à questão do petróleo.

Mesmo assim, o país se vê de mãos atadas quando sua principal fonte de riquezas sofre abalos. Solução à vista? “Queremos abandonar a economia rentista e passar a uma economia produtiva mais diversificada”. Para ele, três pressupostos são básicos: “Agora o Estado cobra a renda, é investidor e dirige a atividade”.

Na segunda quinzena de fevereiro, foram decretadas as prisões de Carlos Fernández e Carlos Ortega, além de outros líderes do *paro* cívico nacional. A alegação: “rebelião, traição à pátria, instigação à delinquência, formação de quadrilha e devastação”. Semanas depois, ambos saíram do país.

---

<sup>20</sup> Entrevista com Ali Rodríguez em 19 de julho de 2003.

## Intelectuais, artistas e revoluções

NO MÍNIMO É INUSITADO. A Venezuela tenta ser um pólo de resistência governamental ao neoliberalismo na América Latina, a exemplo de Cuba. No entanto, se Hugo Chávez consegue ter a seu lado neste processo, que denomina de *Revolução Bolivariana*, uma expressiva parcela do seu povo, o mesmo não acontece com amplos setores da intelectualidade e produtores de cultura de seu país e do exterior.

Há, é claro, honrosas e luminosas exceções. Parte da *intelligentsia* progressista européia – especialmente na França e na Inglaterra – entusiasma-se com esses embates que se travam próximos à linha do equador. Ignácio Ramonet, Bernard Cassen, Perry Anderson, István Mészáros, Robin Blackburn, Tariq Ali, Armand Matellart<sup>1</sup>, entre outros, têm se solidarizado abertamente com as mudanças delineadas pelo governo venezuelano.

Mas são ainda manifestações individuais. Não apresentam a abrangência e a amplitude do apoio que despertaram situações semelhantes, em outras conjunturas. Só para nos fixarmos em alguns exemplos, as revoluções cubana, vietnamita, nicaraguense e o governo da Unidade Popular, no Chile, galvanizaram a imediata simpatia do mundo da cultura em toda parte. Militantes e personalidades de diversas nacionalidades confluíram para essas regiões e formaram-se redes internacionais de solidariedade. Aqueles processos geraram períodos de ebulição cultural.

---

<sup>1</sup> Ramonet e Cassen são diretores do jornal francês *Le Monde Diplomatique*. Perry Anderson é um dos mais importantes intelectuais marxistas da atualidade e editor da revista britânica *New Left Review*. István Mészáros é autor de *Para além do capital* (Boitempo Editorial, 2002). Robin Blackburn é um dos mais respeitados pensadores marxistas e autor, dentre outros, de *The Making of New World Slavery* (Verso, 1990). Tariq Ali é romancista e ensaísta paquistanês, radicado na Inglaterra. Armand Matellart é escritor belga e seu livro mais conhecido é *Para ler o Pato Donald*, em co-autoria com Ariel Dorfman.

Fidel Castro e Che Guevara viraram imediatamente ícones da rebeldia por toda parte. Ho Chi Min tornou-se mundialmente símbolo da possibilidade de derrotar o Império. No caso chileno, as universidades locais revelaram-se concorridos centros de debates. Os principais representantes da música popular assumiram, sem pestanejar, a defesa do governo encabeçado pelo Partido Socialista e pelo Partido Comunista. Experiências teatrais, literárias e teóricas viveram dias de efervescência naqueles anos iniciais da década de 1970. Os indesejados das ditaduras no continente latino-americano correram para Santiago.

Na Venezuela isso ocorre numa escala muito mais limitada. Chávez está longe de merecer a simpatia de boa parte dos acadêmicos e não há uma produção artística à altura do que ocorre nas terras de Bolívar.

No terreno da música popular, a trilha sonora que embala a chamada *Revolução Bolivariana* ainda é formada pelas canções de Ali Primera, dos anos 1960 a 1980. “Seus trabalhos são tocados em todos os atos e manifestações públicas de apoio ao governo e edições piratas de seus discos são vendidas pelas ruas”, ressalta Edgardo Lander<sup>2</sup>. “Mas é um músico de uma geração anterior”, sublinha. Os que seriam seus herdeiros diretos, seus filhos, também músicos, Florentino e Servando, jovens de pouco mais de 20 anos, estão em desacordo com o processo liderado por Chávez e nada têm a ver com a atividade política. “Tentam reivindicar a obra paterna como distanciada do processo”, diz o sociólogo.

A produção musical venezuelana atual não tem um autor com talento e prestígio à altura de Primera. Há vários grupos regionais expressivos e conjuntos de “música bolivariana” que buscam exaltar a *revolução*. São conjuntos de salsa e rap espalhados pelos *barrios*, que se apresentam em seus locais de moradia. Alguns conseguem gravar discos de circulação restrita, mas esbarram numa limitação séria: a Venezuela nunca teve uma indústria nacional de cultura, preferindo importar o que se produz no exterior. Assim, são poucos os que conseguem divulgação mais ampla nos meios de comunicação extremamente elitistas e monopolizados do país.

Há problemas na política cultural. Não há um ministério específico para o setor, mas uma subdivisão do Ministério de Educação, Cultura e Esportes. O programa para área resume-se a duas frases na página do órgão, na internet: “Assegurar o acesso à cultura a toda a população. Propor e estabelecer formas de participação no desenvolvimento cultural”. Aparentemente não há uma orientação definida e nem há um incentivo, como o existente em áreas mais diretamente ligadas às ações concretas, como os *Círculos Bolivarianos*, ou à formação de cooperativas de pequenos produtores, diz Edgardo Lander. Os órgãos culturais do Estado, legados

---

<sup>2</sup>Entrevista realizada em 19 de julho de 2003.

pelas administrações anteriores, são museus, salas de concerto, orquestra sinfônica etc., cuja utilização reflete ainda uma concepção restrita de acesso à cultura. Existe a intenção de se facilitar o acesso popular a esses equipamentos, embora nada se configure como uma mudança de parâmetros culturais.

A iniciativa de maior impacto, realizada pelo governo, tem sido a distribuição de bibliotecas portáteis aos alunos que concluem a 6ª série do ensino fundamental público e privado. Chávez pretende, segundo suas palavras, “transformar a Venezuela num país de leitores”. Foram doados mais de 1,5 milhão de exemplares em 2003, numa meta que deve atingir 6 milhões no ano seguinte. São volumes impressos em papel jornal e grampeados como revistas, embalados numa colorida caixa de papelão. Entre os 25 títulos, encontram-se obras de Garcia Márquez, Shakespeare, Jack London, Cervantes, Hemingway, entre outros. E, claro, uma alentada biografia de Bolívar. As coleções são produzidas em Cuba e sua aquisição pelo governo faz parte do acordo de cooperação firmado entre os dois países.

Apesar dessas ações, o mundo acadêmico local não se entusiasma. “A intelectualidade crítica, aquela que se colocava ao lado das transformações sociais nos anos 1960, mudou muito”<sup>3</sup>, sublinha Margarita López-Maya. É conhecida a sedução que as teses “modernizadoras” exerceram sobre largas parcelas dos meios culturais latino-americanos, aliadas ao desencanto que se instalou entre os setores progressistas após a queda do muro de Berlim. O fenômeno foi embalado pelo sucesso que as políticas de ajuste estrutural faziam na primeira metade dos anos 1990 no combate à inflação. Dos economistas aos sociólogos, passando por literatos, compositores e cineastas, inúmeros ficaram ternamente seduzidos pelos encantos do mercado, ao mesmo tempo que, como membros das camadas médias, sentiram diretamente os solavancos pelos quais passou a economia venezuelana nos últimos 20 anos. Temeroso com o futuro e assustado com as reviravoltas políticas de seu país, aquele que era um setor próspero e beneficiário da renda petroleira viu seu padrão de vida despencar a partir de 1983.

Edgardo Lander revela-se espantado com seus companheiros de universidade, “gente de classe média, tradicionalmente de esquerda e filiada ao MAS. Eles sentem agora que estão lhes tirando o país”. Chegaram os feios, sujos e malvados para lhes roubar a festa. Quando esta sensação se junta ao desconforto gerado pela crise do socialismo, diz ele, fica-se a um passo da adoção do senso comum liberal como visão de mundo, de Estado e de direitos sociais. Estes mesmos setores passam a ver Chávez como o agente provocador dessa desestabilização.

Margarita López-Maya agrega ainda mais um argumento ao raciocínio. Apesar de ter concluído o mestrado em ciência política, de ter planejado um doutorado e de ser

---

<sup>3</sup> Entrevista realizada em 16 de julho de 2003.

um leitor voraz e atento, Chávez é visto como um militar golpista, mestiço de indígenas, monoglota, inculto e populista. “Com Allende, isso não se passava, pois ele era branco, médico e intelectualizado; era *um de nós*”, ironiza. Margarita ainda avalia que este comportamento da intelectualidade pode mudar com a deslegitimação crescente das teses radicais do livre-mercado. “Não sei se toda a intelectualidade é antichavista”, diz ela, “mas quem tem espaço na imprensa são os opositores”.

Há ainda uma diferença marcante entre o que ocorre na Venezuela e os processos revolucionários conduzidos pela esquerda em outros períodos. Na grande maioria deles, a luta política era capitaneada não apenas por lideranças individuais, mas pelo que se convencionou chamar de “sujeitos políticos coletivos”. Traduzindo: partidos políticos com sólido enraizamento popular e estreitas vinculações internacionais. Esta característica tinha uma influência decisiva na disputa da opinião pública mundial e na disputa pela hegemonia das idéias de esquerda em cada sociedade. Assim, a contenda local era sempre interpretada como parte de um embate internacional mais geral entre capitalismo e socialismo. Essa ação reverberava em toda parte, potencializada pela ação dos partidos de esquerda, centralmente os comunistas. Havia uma opinião pública que se pautava pela conduta dos partidos em diversos países, e a intelectualidade e o mundo da cultura eram permeáveis a essa ação.

Chávez não lidera um partido político que corresponda verdadeiramente a essa denominação, mas antes um agrupamento eleitoral, o MVR. Essa característica não é exclusividade das forças governistas. Como já visto, não existem partidos na Venezuela, desde que o terremoto social dos anos 1980 e 1990 liquidou as instituições políticas tradicionais. Há uma idéia difusa entre a população de que partidos são sinônimo de burocracia, fisiologismo e cooptação, marcas registradas das agremiações que conduziram o país após o Pacto de Punto Fijo. O que existe hoje são siglas desossadas de representatividade real.

Como não existe vácuo em política, é preciso verificar qual a força organizada que impulsiona a dinâmica *bolivariana*. Em outras palavras, quem dirige e qual a base social do vendaval venezuelano?

Não são as corporações privadas ou o sistema financeiro que lideram o processo. O “sujeito político coletivo” a vertebrar o processo político venezuelano chama-se Forças Armadas, ou, mais precisamente, Exército. Apesar de contar com ramificações no aparelho de Estado, é a ele que Chávez recorre quando necessita tomar medidas emergenciais. Exemplo claro foi o Plano Bolívar 2000, que definia a constituição de brigadas militares para resolver problemas de infra-estrutura e de áreas sociais. Caminhões do Exército foram utilizados para transportar alimentos, com o objetivo de eliminar atravessadores<sup>4</sup>. A proposta é estreitar os laços

<sup>4</sup> As informações sobre a participação do Exército em funções sociais são do historiador Mathias Luce.

das Forças Armadas com a vida cotidiana da população. Em várias situações, os militares substituem a ação corrente do Estado nas tarefas em que este se mostra débil ou insuficiente, característica agravada pelos planos de ajuste estrutural. É também aos seus colegas de armas que Chávez convoca para assumir postos decisivos nos negócios de Estado ou em áreas que necessitam de um reforço momentâneo. Este é o partido de Chávez e foi ele que decidiu a batalha tanto no 11 de abril quanto no *paro*, respaldado por sólido apoio popular.

É bom repetir que a ação militar na Venezuela nada tem a ver com atitudes semelhantes às tomadas pela Forças Armadas latino-americanas ao longo das últimas décadas. A paciente e metódica articulação de Chávez, ao retirar do Congresso a prerrogativa de estabelecer as listas de promoções e de candidatos à reserva e chamar esta responsabilidade para o Executivo, afastou os militares da vida política parlamentar, com seus ritos e práticas muitas vezes fisiológicos. Sua administração definiu os setores castrenses como auxiliares privilegiados do poder público.

Embora faça as vezes de partido disciplinado em diversas funções, o Exército mostra-se totalmente despreparado para um dos papéis próprios das agremiações políticas: a chamada luta ideológica. Ele não formula idéias universalizantes, programas de transformação e estratégias revolucionárias. Mostra-se assim incapaz de adentrar a seara do embate de idéias e de atrair justamente aqueles que lidam com elas, intelectuais, artistas, professores, jornalistas etc., bem como de formar novos quadros políticos (aliás, esta é outra das carências do governo Chávez, a inexistência de lideranças políticas em número suficiente para suprir as crônicas carências de pessoal capacitado na gerência do Estado).

A luta pela hegemonia no campo das idéias é tarefa desempenhada quase exclusivamente pela ação pessoal do presidente, um excepcional comunicador, capaz de intuitivamente perceber anseios e aspirações populares. Chávez combina as qualidades de dirigente político com as de um animador de programas de auditório. Não há *marketing* profissional, há poucas pesquisas de opinião, mas há *faro*, muito *faro*. Ou *feeling*, como se diz no Brasil.

É com esta sensibilidade que o ex-tenente-coronel trava um permanente embate frontal contra os meios de comunicação. A campanha midiática de oposição ao governo atinge graus de agressividade inusitados para quem chega de fora. Como se tivessem uma organização centralizada, as corporações do setor orquestram ataques e campanhas, fragmentam informações e buscam, com forte apelo emocional, comover a opinião pública. Nas semanas anteriores ao golpe de 2002, a temperatura midiática chegou ao seu ponto de ebulição. Na televisão, não importava o tipo de programa. *Talk-shows*, programas humorísticos, femininos, de serviços, noticiários, quase todos pareciam ter passado pelas mãos de um único roteirista. Convidados revezavam-se em entrevistas por vários canais, sem ao menos mudar de roupas.

Durante o *paro nacional* do final de 2002 as redes privadas de tv ficaram praticamente sem nenhuma publicidade. Não se sabe como conseguiram funcionar durante este período sem a veiculação de comerciais. No entanto, segundo a Conatel (Comissão Nacional de Telecomunicações), foram ao ar mais de 17 mil inserções da Coordenação Democrática, a frente das oposições, durante as programações.

Há quatro redes privadas nacionais de televisão na Venezuela, além das emissoras locais e comunitárias, e apenas um canal estatal. Em novembro de 2003, o governo lançou uma nova emissora, dedicada à programação cultural.

Além de não contar com partidos, a Venezuela – por mais incrível que possa parecer – não apresenta um movimento popular organizado num patamar que se assemelhe ao que se alcançou no Brasil ao longo das duas últimas décadas do século xx. Não há sindicatos e nem entidades vigorosas, apesar de todo o esforço dos apoiadores do governo. Uma das tentativas de se incentivar a organização popular a partir do alto são os Círculos Bolivarianos. Satanizados pela oposição, que vê neles a encarnação venezuelana dos CDRs (Comitês de Defesa da Revolução) cubanos, os Círculos não têm um perfil uniforme em todo o país. São coletivos que abarcam associações de bairros, grupos de mães, cooperativas de pequenos produtores, devotos de paróquias e até agrupamentos politizados. Não possuem um comando centralizado e nem se articulam de forma estável e permanente. Representam uma tentativa oficial de organizar sua extensa e variada base social.

E quem é o sujeito – ou base – social que impulsiona a possível revolução? São vários setores de classes, formados pelos trabalhadores formais e informais das cidades e do campo e pela população empobrecida e desempregada dos *cerros*, pelas populações indígenas, além de por parcelas da classe média baixa e da diminuta classe média.

Não está nítida a natureza do processo político chavista, até porque seu programa tampouco é claro, apresentando-se vagamente como uma espécie de nacionalismo popular, ao mesmo tempo que prega a formação de uma grande integração latino-americana. Mas tudo indica que caminhe rumo ao fortalecimento do Estado e de uma postura antiimperialista.

Aqui vale uma pergunta: Chávez está de fato fazendo uma revolução na Venezuela? Antes de tudo, é necessário atentar para o emprego que se faz da palavra “revolução”. Usou-se e abusou-se dela ao longo do último século na América Latina, para designar enfrentamentos violentos que, muitas vezes, nada tinham a ver com as transformações radicais. Para não irmos longe, basta lembrar que a direita propagou o golpe de 1964, no Brasil, como uma “revolução”. Ao mesmo tempo, os arautos da teoria do fim da história praticamente baniram este conceito do

horizonte político mais visível. Seria um fenômeno superado e as mudanças seriam, para todo o sempre, gradativas e sem sobressaltos.

A situação venezuelana, como já foi mostrado ao longo dessas páginas, independe de Chávez. Seus desdobramentos, ao contrário, têm nele um condutor fundamental.

Há duas causas centrais para isso. O primeiro é que a encruzilhada histórica que se manifesta na Venezuela faz parte de uma grande onda de revoltas, rebeliões e levantes populares que têm se manifestado na América Latina, como consequência das políticas de desmonte dos Estados, promovidas pelas forças caudatárias do Consenso de Washington. Essa vaga passa pelo levante zapatista no México em 1994, pela rebelião indígena no Equador em 2000, pela queda de De la Rúa, na Argentina, em 2001, pela luta contra as privatizações no Peru em 2002, pelo levante popular boliviano de 2003 e, em menor grau, pelos avanços eleitorais da esquerda no Brasil e no Uruguai. Ao mesmo tempo, ela tem profundas particularidades locais e características de crise de longo curso.

O ex-tenente-coronel tem a sensibilidade de perceber que algo se move na Venezuela, algo bem mais profundo do que as manifestações superficiais de descontentamento. Soube interpretar e canalizar a energia desencadeada pelo colapso de um pacto de classes e as mudanças estruturais em andamento na sociedade de seu país. Busca, a partir da conquista de uma parcela do aparelho de Estado – o governo federal –, aprofundar o enfrentamento com as classes dominantes tradicionais, que o odeiam, mantendo um diálogo constante com os eternos barrados no baile.

Chávez apresenta formulações que colocam de cabelo em pé marxistas mais ortodoxos. Perguntado certa vez<sup>5</sup> se o capitalismo é humanizável, o presidente assim respondeu:

“Creio que ele não é humanizável visto no marco do mais puro substrato capitalista. Um capitalismo selvagem, como o qualifica o papa João Paulo II, não é humanizável. Mas, no caso venezuelano, com um governo como este, com uma Constituição como esta, com um povo que despertou como o nosso, com uma correlação de forças como a que temos, sim, é humanizável”.

Mais do que qualquer outro sinal, a formulação parece evidenciar que não há uma estratégia pré-traçada sobre os rumos do processo político local.

A roda da história gira acelerada na Venezuela, ainda que não seja possível emitir um juízo imediato sobre a natureza do processo político local. As transformações estruturais na economia ainda não foram feitas, as elites econômicas se

---

<sup>5</sup> HARNECKER, Marta. *Hugo Chávez Frías, un hombre, un pueblo* (entrevista). Havana, Mepla, 2002, p. 144.

mantêm desempenhando seu papel, o poder real dos grandes monopólios não foi afetado, a dívida pública continua sendo britanicamente paga, as empresas privatizadas seguem como tais, entre outras coisas. Chávez acumula forças e investe contra isso em meio a uma saraivada de golpes, sabotagens e chantagens.

Se essa situação pode desembocar numa crise revolucionária ou não, no sentido de uma radical mudança nos fundamentos da sociedade, é algo que só o tempo dirá.

## O pai da Pátria

---

APESAR DE O PROGRAMA POLÍTICO do governo Chávez não ser claro e de sua construção acontecer a quente, ou seja, no curso da própria gestão pública, é possível identificar o ideário que o move. Um dos aspectos centrais é o coquetel ideológico chamado de *bolivarianismo*, uma leitura muito particular do que já foi chamado pelo historiador venezuelano Germán Carreras Damas de *culto a Bolívar*<sup>1</sup>.

Simón Bolívar (1783-1830) é a personalidade histórica capital no país caribenho e estrategista maior da luta contra o domínio espanhol no continente latino-americano. Filho de grandes proprietários de terras e órfão de pai aos 2 anos de idade e de mãe aos 9, o jovem teria uma vida de dissipação diletante, não fosse pelas próprias contradições que a aristocracia *criolla* tinha com o domínio da metrópole e por sua agudíssima inteligência e tirocínio político. Muito jovem, ainda, antes de completar 20 anos, empreendeu duas longas viagens à Europa, percorrendo Espanha, França e Itália, onde conheceu o mundo intelectual e político de então. Assiste à coroação de Napoleão, conhece Alexander von Humboldt e discute as idéias de Rousseau e Voltaire.

Quando retorna à terra natal, em 1807, Bolívar tem outra percepção do país. Logo, transforma essa consciência em ação, concretizada em intensa atividade política. Culto, refinado e viajado, o jovem oriundo da oligarquia conduziu a independência da Venezuela – tendo sido eleito presidente do país aos 37 anos de idade – e liderou a guerra de libertação, que redundou na fundação de outros quatro países, Nova Granada (Colômbia), Peru, Equador e Bolívia. Influenciado

---

<sup>1</sup> CARRERAS DAMAS, German. *El Culto a Bolívar: esbozo para un estudio de la historia de las ideas en Venezuela*. Caracas, Instituto de Antropología e Historia da Universidade Central de Venezuela. 1969, p. 291.

pelos ventos e pela literatura da França revolucionária, Bolívar era não só um anticolonialista extremado, como um revolucionário de largo fôlego. Republicano e abolicionista – a escravidão foi extinta na Venezuela por iniciativa sua, em 1816 –, era um intelectual na verdadeira acepção do termo: deixou vastíssima obra escrita, que se constitui de artigos, cartas e discursos, além de ter fundado jornais e manifestado preocupações com a preservação da natureza. Mais precisamente, era um intelectual de ação e, como lembra Carreras Damas, “deve ser interpretado, sobretudo, por seus atos”. A admiração que Bolívar despertou em seu tempo e após sua morte não é fruto de laboriosa pregação. Os feitos que liderou repercutiram concretamente na vida de todos. Em 1813 é aclamado Libertador pelo Conselho de Caracas, após a vitória na campanha de Nova Granada. Sua habilidade extrema de unir caudilhos regionais, interesses díspares numa região tremendamente instável, fez dele figura lendária<sup>2</sup>.

Seus escritos são quase premonitórios e evidenciam um agudo senso estratégico. Possivelmente a síntese do pensamento de Bolívar esteja em sua Carta da Jamaica, escrita em 6 de setembro de 1815, em Kingston, durante um curto período de exílio.

É um documento razoavelmente curto para a complexidade de questões que lança e direto e contundente nos objetivos a que se propõe. Após descrever vários países da América do Sul e Central, constata que este território

“representa uma escala militar de 2 mil léguas de longitude e de 900 de latitude em sua maior extensão, em que 16 milhões de americanos defendem seus direitos ou estão oprimidos pela nação espanhola, que apesar de ter sido por algum tempo o mais vasto império do mundo, seus restos são agora impotentes para dominar o novo hemisfério e até para manter-se no antigo”.

Mais adiante, aponta para sua luta maior: a unificação latino-americana. “É difícil pressentir a sorte futura do Novo Mundo, estabelecer princípios sobre sua política e quase profetizar a natureza do governo que chegará a adotar. Toda a idéia relativa ao futuro deste país me parece aventurosa”. E anota que “não somos índios e nem europeus, senão uma espécie média entre os legítimos proprietários do país e os usurpadores espanhóis”. Admite se aventurar a “algumas conjecturas” sobre o futuro da América, “ditadas por um desejo racional e não por um raciocínio provável”.

E aqui entra no esboço de continente que pretende. “A posição dos moradores do hemisfério americano tem sido, por séculos, puramente passiva: sua existência

<sup>2</sup> Essas e outras reflexões sobre o culto a Bolívar foram tiradas de um admirável artigo da historiadora Carla Ferreira (*Bolívar, memória e culto na construção de um mito*, 2003, inédito).

política era nula. Nós estávamos em um grau todavia mais baixo de servidão, e por isso mesmo com mais dificuldade para nos elevarmos ao gozo da liberdade”. E mais adiante reflete que

“eu desejo, mais que qualquer um, ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riqueza que por sua liberdade e glória. [...] É uma idéia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma só nação, com um só vínculo ligando suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma origem, uma língua, uns costumes e uma religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de formar-se. Mas não é possível porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos, características dessemelhantes dividem a América”.

E caminha para as conclusões de forma enfática: “Não é a união tudo o que se necessita para colocá-los [aos países] em condições de expulsar os espanhóis, suas tropas e os partidários da corrompida Espanha, para fazê-los capazes de estabelecer um império poderoso, com um governo livre e leis benéficas?”.

E o final é entusiasmado:

“Seguramente a união é o que nos falta para completar a obra de nossa regeneração. [...] A América encontra-se consigo porque se acha abandonada por todas as nações, isolada no meio do universo, sem relações diplomáticas e nem auxílios militares, além de ser combatida pela Espanha”.

Entre 1811 a 1824 – ano do fim do domínio espanhol no continente americano – Bolívar luta quase ininterruptamente pela independência de vários países. Em 1826, é eleito presidente do Peru. Nos anos finais de sua vida, já tuberculoso, vê seu projeto ser tragado pelo cipoal de interesses de caudilhos regionais. Amargurado, conclui: “A América é ingovernável. Os que serviram à revolução araram no mar. A única coisa que se pode fazer na América é emigrar”. Sua viagem final, pelo rio Magdalena, em direção ao Caribe, é magistralmente registrada por Gabriel García Márquez em *O general em seu labirinto*, de 1989, no qual vemos um Bolívar devorado pela febre e pela decadência física vituperar contra céus e terras. Morre, praticamente isolado, ladeado por poucos amigos, em 17 de dezembro de 1830.

Esta solidão final transformou-o em um herói sem povo e sem aliados. Seja pela obstinação com que perseguia seus propósitos, como afirmam alguns, seja pelo excessivo apego ao centralismo do poder e à defesa de poderes vitalícios, segundo outros, Bolívar assistiu em vida ao declínio de seu poder e terminou os seus dias

praticamente apartado dos antigos aliados. Esta mesma característica o faz ressurgir como mito convertido em pai da Pátria, reitor prestigioso e indiscutível, capaz de realizar eternamente a mesma missão que em vida o conduziu ao fracasso.

Surge daí o culto. De acordo com Carreras Damas, a exaltação da figura de Bolívar não é meramente uma criação literária, fruto do patriotismo exacerbado. É mais do que isso. Constitui-se em uma necessidade histórica, em um recurso ideológico segundo o qual foi possível compensar o desalento causado pela frustração de uma emancipação nacional que não se completa, cuja justificação era a regeneração da sociedade corrompida pelo colonialismo. Daí sua força, como veneração quase religiosa<sup>3</sup>.

Além de fenômeno popular, há também a exaltação com os mais diversos propósitos políticos. No governo de López Contreras (1936-1941), “O culto a Bolívar foi elevado à significação de um fundamento político. Na Venezuela, desde cedo, o pensamento bolivariano tem sido adaptado em diferentes épocas por diferentes personagens para diferentes fins”, diz o historiador D. F. Maza Zavala<sup>4</sup>.

De maneira geral, a figura de Bolívar foi apropriada por todas as classes sociais venezuelanas como um fator de unidade nacional, no dizer do historiador Carreras Damas, ou como símbolo da manutenção de determinada ordem. Assim, existe um bolivarianismo conservador, do culto unidimensional, que se traduz na profusão das estátuas equestres presentes nas praças de praticamente todos os municípios venezuelanos, bem como na sacralização estática de lugares e feitos do pai da Pátria. Ao mesmo tempo, a alusão a um suposto passado glorioso sempre serviu de consolo a um presente frustrante. Buscou-se esvaziar a figura de Bolívar de seu conteúdo transformador e anticolonialista, para a veneração estéril. Ao venezuelano cabia a heróica tarefa de fazer-se digno de seu herói.

Para Carreras Damas,

“Havia se forjado uma eficaz alavanca para acionar a ideologia popular com finalidades e interesses o mais das vezes antipopulares: o culto a Bolívar, em função da força concreta e atuante na sociedade venezuelana. Para isso, foi necessário todo um esforço de endeusamento do herói”<sup>5</sup>.

O resultado deste processo é que ninguém na Venezuela coloca em dúvida a legitimidade ou a utilidade do culto, desde o mais ortodoxo conservadorismo oligárquico até tendências mais progressistas do pensamento, como o marxismo,

---

<sup>3</sup> FERREIRA, *op. cit.*

<sup>4</sup> MAZA ZAVALA, *op. cit.*, p. 284.

<sup>5</sup> CARRERAS DAMAS, *op. cit.* p. 60.

passando pelas doutrinas das Forças Armadas. Esta legitimidade, segundo Carreras Damas, permite a renovação permanente da vigência do pensamento de Bolívar.

O ideário bolivariano sempre foi elástico e flexível o bastante para permitir leituras à esquerda e à direita. Parcela expressiva dos comunistas venezuelanos – é o caso de Douglas Bravo, como já vimos – buscou, desde os anos 1960, interpretar o pensamento marxista com alguns postulados do Libertador, para criar uma leitura local do materialismo dialético.

É interessante ver como Chávez articula o pensamento de Simón Bolívar pelo seu viés mais decididamente antiimperialista, derivado do nacionalismo militar. Citações de passagens de sua vida e obra são uma marca registrada dos discursos do ex-tenente-coronel.

Uma fala sua, em especial, feita em 10 de outubro de 2001, no anfiteatro da Sorbonne, em Paris, demonstra como vincula o legado de Bolívar com a luta política atual<sup>6</sup>. Chávez estava à vontade naquela tarde, num dos templos mais tradicionais da *intelligentsia* francesa. Falando de improviso, referiu-se aos seus autores prediletos: Pablo Neruda, István Meszáros, Mao Tsé-tung, Fidel Castro, entre outros. Contou das batalhas políticas que enfrentara nas eleições, na Assembleia Constituinte e na aprovação do pacote de 49 medidas, definidas por lei habilitante. Mas é Bolívar o centro de sua intervenção. Vamos acompanhar.

“Em Angostura, onde pronunciou seu discurso mais profundo [...], ele delineia claramente seu pensamento: ‘O mais perfeito sistema de governo deve ser aquele que proporcione a seu povo a maior soma de estabilidade política e a maior soma de felicidade possível’. Eis um pensamento avançado. Bolívar convocava a união da América do Sul em um bloco de forças. E dizia ser isso necessário para nos opor ao peso da América do Norte e da Europa, centros de poder no mundo. Isso fracassou, pois a América Latina, antes espanhola, veio abaixo. E aqui, 200 anos depois, estamos procurando a nós mesmos”.

Logo adiante, Chávez alude ao processo de transformação que pretende.

“O que é esse processo? Uma seqüência de transições. [...] Trata-se de uma mudança de situação, para não ficarmos nas mudanças de

<sup>6</sup> Este evento foi importante por ter sido a primeira oportunidade que Chávez teve para se apresentar, sem intermediários, para parte da intelectualidade européia, que antes esboçava várias reservas ao seu governo. Articulado por Maximilien Arvelaiz, que acabara de concluir seu mestrado em ciência política em Londres, o ato contou, entre outros, com as presenças de Viviane Forrester, Ignacio Ramonet, James Petras, Richard Gott e de um público de cerca de mil pessoas.

Lampedusa, em que tudo muda para que continue igual<sup>7</sup>. [...] Não, não se trata de uma transformação. É mais estrutural, um fenômeno mais integral e pleno que isso; é uma revolução, não há outro caminho a não ser uma revolução. A América Latina não tem outro caminho senão a revolução”.

E emenda com Bolívar: “Em seu discurso de Angostura, foi muito claro: ‘sou apenas uma débil palha arrastada pelo furacão revolucionário’”.

A certa altura, Chávez se pergunta:

“Qual é nossa ideologia? É bolivariana. Porém, o que é isso? É revolucionária? Fidel Castro, durante uma visita minha, referiu-se a este ponto em uma conferência na Universidade de Havana: ‘Vocês falam da luta pela justiça, pela igualdade e pela liberdade e a chamam de bolivarianismo. Aqui a chamamos socialismo’”.

E explica o sentido de suas palavras:

“Na realidade, não se trata de como se chama [o processo], ainda que o nome o defina. A ideologia bolivariana está sustentada por princípios revolucionários, sociais, humanistas e igualitários. Bolívar, verdadeiramente, queria fazer uma revolução, porém, sua classe social, a oligarquia à qual pertencia de raiz, não o permitiu. O povo, que era um povo guerreiro, não tinha muito claro qual o caminho. Era o século XIX e eram outras as circunstâncias”.

Frases adiante, sentencia: “A ideologia bolivariana é antineoliberal”.

A chamada ideologia bolivariana é vaga e imprecisa e traduz-se em uma postura que ganha nitidez primordialmente quando a situação política se radicaliza. Ou seja, se define por contraste em relação à oposição. Teodoro Petkoff, com certa dose de malícia e ironia, diz que “Chávez não foi capaz de criar uma revolução e nem mesmo reformas consistentes. Mas criou uma contra-revolução”. A frase embute alguma verdade, mas é preciso atentar para o fato de que o “chavismo” representa uma dinâmica em construção, cujo roteiro não está previamente traçado. Tendencialmente, no entanto, é possível afirmar que sua matriz abre-se para a esquerda, num movimento constante ao longo dos últimos anos.

<sup>7</sup> Chávez refere-se aqui ao escritor italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957), autor de *O Leopardo*, magnífico romance sobre a vida política e social da Sicília na segunda metade do século XIX.

Para o vice-presidente venezuelano José Vicente Rangel<sup>8</sup>, a importância do *Comandante* tem sido a de deixar de lado os manuais clássicos e nacionalizar um processo revolucionário, por meio dos ensinamentos de Simon Bolívar<sup>9</sup>.

As cobranças que se fazem ao *bolivarianismo chavista*, na verdade, poderiam ser resumidas na seguinte questão: muito bem, mas qual é o programa e quais suas tarefas? Apesar de correta, a questão engendra um questionamento que não só Chávez, mas a esquerda e as forças progressistas ao redor do mundo não dão conta de responder. Qual o programa político e econômico pós-neoliberal? Não existe nada consistente e acabado no mundo, o que há são tentativas. A Venezuela persegue, tateando, uma das sendas mais promissoras, somando-se à luta contra a globalização neoliberal. Quais seus limites e qual seu fôlego? É, novamente, uma questão totalmente aberta.

A principal contribuição no terreno dos valores feita pelo presidente venezuelano tem sido mostrar ao povo que sua trajetória e suas lutas têm história. Elas estão solidamente fincadas nas guerras de independência, nos embates contra o domínio espanhol e na luta antioligárquica empreendida na guerra federal chefiada por Ezequiel Zamora. Chávez tenta mostrar à população que ela deve ser o sujeito de sua própria história, daí a expressão que usa constantemente, de querer construir uma *democracia participativa e protagônica*. Ao contrário de se proclamar o iniciador de alguma suposta nova etapa, o ex-tenente-coronel se coloca claramente como um continuador da trajetória de Bolívar.

“Com Chávez finalmente somos alguém”, dizem constantemente seus entusiastas entre o povo. “Alguém” que pode mudar o país.

---

<sup>8</sup> José Vicente Rangel já ocupou os cargos de ministro das Relações Exteriores, ministro da Defesa e, desde de maio de 2002, exerce o de vice-presidente da República. Esta última função, na Venezuela, não é eletiva, mas um cargo de confiança, cujo titular é nomeado pelo presidente da República.

<sup>9</sup> Entrevista com José Vicente Rangel em 15 de abril de 2003.

## *Inventos e intentos*

---

“QUEM ESTÁ LÁ? As mulheres, onde estão? E os marmanjos? Levantem as mãos, para que possa vê-los. Minha mãe! Tem gente a perder de vista!” Boina e jaqueta vermelha, camiseta preta, jeans e tênis, Hugo Chávez olha através de um binóculo, na situação em que parece se sentir mais à vontade: falando ao microfone, no alto da tribuna de um imenso palanque. A cena acontece na avenida Simón Bolívar, centro de Caracas, na noite do domingo, 13 de abril de 2003. À sua frente, concentram-se, em quase dois quilômetros da via de oito pistas, cerca de 1 milhão de pessoas, a agitar bandeiras e a entoar palavras de ordem.

Acabou de cair uma chuva fina, coisa que não acontecia na capital do país andino havia sete meses, o que impôs um rodízio no fornecimento de água à população. “É um sinal dos céus!”, diz o presidente, “um sinal enviado para marcar este dia de dignidade do povo venezuelano!” Chávez está exultante. Com sua voz afinada, de baixo tenor, começa a cantar o hino nacional. O comício marca o primeiro aniversário de sua volta ao palácio de Miraflores, após o rocambolesco golpe midiático liderado por Pedro Carmona.

Tendo sofrido em cinco anos uma tentativa de golpe, uma paralisação empresarial de dois meses, além de dois locautes menores, o bombardeio constante da imprensa, a antipatia aberta do governo norte-americano, uma brutal fuga de capitais, a desconfiança generalizada do “mercado”, a contração da economia mundial, o aumento do desemprego, a recessão interna, agudas quedas do PIB e o ataque impiedoso dos setores empresariais, é incrível que Chávez tenha conseguido manter-se no governo e administrar o país. Administra aos arranques, mas administra.

O homem que gesticula da tribuna percebe, no entanto, que a adversidade que tem à frente se pauta pela política e não pela economia. E nesse terreno disputa o jogo que conhece. Tudo tem dependido do controle que, aos trancos e barrancos, consegue ter do Exército e da PDVSA e do impressionante apoio popular que consegue despertar.

O governo logrou isolar e dividir os setores mais radicalizados da oposição e retomar a ofensiva política. Mas tem dificuldades em fazer com que a economia decole de maneira consistente e que os serviços públicos funcionem a contento, por mais que os orçamentos das áreas sociais tenham aumentado substancialmente.

O município de Libertador, o maior dos quatro que compõem Caracas, é um espelho desse quadro. Sacos de lixo amontoam-se por seu centro histórico, a quatro quadras de Miraflores, a iluminação pública é deficiente e a segurança deixa a desejar. O prefeito, o ex-policia! Fredy Bernal, 40 anos, é um dos mais leais aliados de Chávez. Seu diagnóstico da situação poderia ser aplicado a qualquer metrópole latino-americana inchada em espasmos de desenvolvimento seguidos por longos períodos de estagnação. “Temos 2 milhões de habitantes residentes na cidade. No entanto, há uma população flutuante, que mora nas cidades-dormitório da periferia e trabalha na capital”, explica ele. “Assim, o número de pessoas durante o dia chega a 3,5 milhões<sup>1</sup>”. Bernal alega que seus recursos provêm de uma determinada base fiscal e acaba administrando para quase o dobro dela. Reclama da existência de uma “evasão nos impostos da ordem de 70%”.

Os quatro municípios que formam Caracas – Libertador, Chacao, Baruta e Sucre – têm uma população estimada em 4 milhões de habitantes, cerca de um sexto do total do país. O padrão é conhecido: há bolsões de miséria e violência quase crônicos, ao lado de diminutas áreas abastadas. Quem anda pela capital não deixa de sentir uma certa semelhança com o Rio de Janeiro. Claro, falta o mar, elemento essencial na paisagem carioca. Mas outras características estão lá, à vista de todos. A região central fica num extenso vale, todo rodeado por montanhas em que se penduram milhares de barracos de favelas. E há o calor, muito calor, seco e sufocante, pela falta da brisa marinha.

Algumas partes – especialmente aquelas erigidas nas décadas de 1970 e 1980 – bem poderiam formar um museu a céu aberto da *Venezuela petroleira*. Edifícios modernos, de concreto e vidro fumê, túneis e viadutos, todos em mau estado de conservação, aliados a dezenas de milhares de camelôs, espalhados pelas ruas, e a uma frota de automóveis sucateada e envelhecida são um retrato vivo do estancamento econômico. Para completar a paisagem, algo muito familiar ao ambiente brasileiro:

---

<sup>1</sup> Entrevista com Fredy Bernal em 19 de abril de 2003.

grades, arames-farpados, guaritas, condomínios fechados, seguranças particulares e uma alta porcentagem da população andando armada, o que inclui até mesmo zeladores de prédios residenciais a portar ostensivamente escopetas e rifles.

O ano de 2003 foi o mais difícil da administração pública, após o *paro* nacional. A crise econômica é intensa. De acordo com a revista inglesa *The Economist*, o Produto Interno Bruto caiu 29% no primeiro trimestre de 2003, número contestado pelo governo. Uma recuperação mais consistente só foi sentida a partir de setembro. Cerca de 19% da população economicamente ativa está sem trabalho. Mas a própria revista britânica reconhece que as previsões para 2004 são melhores, antevendo um crescimento de 4% no PIB. Pesquisas do Instituto Datanálisis – ligado à oposição – dão conta de que o governo conta com apenas 32,5% de aprovação. O ponto positivo para Chávez é que não há nenhum candidato que ultrapasse a barreira dos 20% de popularidade<sup>2</sup>.

Esta situação coloca o presidente em vantagem diante de uma nova eleição. Mas o debilita, se confrontado com o que deseja a oposição: o referendo revogatório, previsto na Constituição. De qualquer um, Chávez ganha, mas pode perder numa disputa contra si mesmo. Ou seja, se na cédula eleitoral constar apenas Chávez *si*, ou Chávez *no*.

Por conta disso, o Executivo resolveu governar valendo-se de medidas emergenciais. Vale notar que são iniciativas de urgência e não políticas compensatórias, tão ao gosto de administrações conservadoras. Entre elas estão o programa *Barrio Adentro*, que procura colocar em cada região e em cada povoado um médico residente, para atender a população 24 horas por dia. A medida gerou intensa polêmica. Seu coordenador, o ex-ministro da Secretaria da Presidência, o médico Rafael Vargas, fala do projeto. “Chamamos médicos em toda Venezuela, propondo um salário mensal de US\$ 700, mais despesas correntes. Sabe quantos se apresentaram? Trinta e cinco”, diz ele. A saída foi lançar mão do acordo de cooperação Venezuela-Cuba, pelo qual a ilha compra petróleo em condições extremamente favoráveis, pagando a diferença em serviços. “Fidel está mandando mil médicos cubanos, com experiência em medicina tropical e população carente”, exalta Vargas. As associações médicas locais e a imprensa agora gritam, alegando não terem os cubanos preparo adequado. Mas o programa prossegue.

Vargas ressalta que o primeiro passo consiste na implantação de postos de saúde em todas as áreas de concentração popular. “Montamos as unidades, que fazem um atendimento primário.” Os médicos residem nas favelas, em cômodos cedidos pelos moradores, e interagem cotidianamente com a população”, garante. Os casos mais graves são encaminhados à rede pública.

---

<sup>2</sup> Dados do segundo semestre de 2003.

Outra frente de ofensiva é a *Misión Robinson*, extenso plano de alfabetização, também realizado a partir de conhecimentos cubanos. “Temos apenas 8% de analfabetos no país”, garante Eliécer Otaiza, 38, um ex-capitão do Exército que se sublevoou com Chávez em fevereiro de 1992. O nome do projeto vem de Samuel Robinson, apelido de Simón Rodríguez (1769-1854), professor de Bolívar. O programa busca colocar as pessoas atendidas no ensino regular, “para que não aprendam a ler e depois se tornem analfabetos funcionais”, destaca Otaiza.

Há ainda a *Missão Ribas*, que busca incorporar à rede pública de segundo grau aqueles que não conseguiram dar continuidade aos estudos, a *Missão Sucre*, para levar ao ensino superior os que nunca obtiveram vagas, e a *Missão Identidad*, que fornece documentação a pessoas sem registro. Essas medidas atingem cerca de 65% da população venezuelana.

Apesar de tudo, os serviços públicos são precários. Há bons motivos. A deslegitimação institucional acontecida a partir do *Caracazo*, a campanha antipolítica e anti-Estado fizeram uma outra vítima na Venezuela, além das já citadas em capítulos anteriores. A própria organização do Estado ficou abalada. Não há regularidade em seu funcionamento. Esse fenômeno, aliado ao estilo de liderança praticada por Hugo Chávez e às características históricas do regime presidencialista exercido em sua plenitude, resulta numa administração extremamente centralizada e personalizada. Há, a partir daí, uma sensação de improvisação e desorganização em vários setores. Agendas de ministros e assessores são constantemente desfeitas em função da dinâmica presidencial. Muitas vezes, membros do primeiro escalão são convocados à noite para reuniões extraordinárias em Miraflores, que adentram a madrugada. Encontros decisivos no âmbito internacional são constantemente preparados na véspera. Quem deseja uma audiência com um membro proeminente do governo deve munir-se de paciência e agenda livre para, usualmente, agüentar longas esperas. Não há assessorias de comunicação eficientes para atender a imprensa, debilidade reconhecida por membros da própria administração. Há exceções que, contudo, não mudam a regra.

O personalismo dos dirigentes políticos mostra-se por inteiro, tanto na coligação governista como na oposição. Isso se manifesta desde a Presidência da República até os governos de estado e prefeituras. Por toda a Venezuela espalham-se *outdoors* e anúncios de realizações das administrações, com fotos e nomes dos chefes dos Executivos sempre sorrindo e, às vezes, posando com crianças no colo.

“Estamos reconstruindo o Estado”, conta Maximilien Arvelaiz, “suas características e [seus] serviços, e esta não é uma tarefa fácil, se almejamos ter uma instituição democrática, pública e que atenda toda a população”. O governo, como já mencionado, ressent-se da falta de quadros capacitados para exercer funções de comando no aparato estatal.

Muitas vezes, quem chega de fora pergunta-se como as coisas podem funcionar, em meio aos atropelos governistas e aos pesados ataques e sabotagens da oposição. Talvez a melhor explicação seja a da respeitada intelectual Margarita López-Maya: “Eu só acho que este processo todo é possível porque a oposição é muito mais desorganizada do que o governo”, diz ela com uma ponta de ironia<sup>3</sup>.

Voltemos à avenida Bolívar. O discurso de Chávez, após duas horas e meia, está chegando ao fim. Ele enxuga o suor do rosto e bebe um gole d’água. Já comentou um de seus temas prediletos, a vida de Bolívar. Falou do ataque norte-americano ao Iraque, da necessidade de se realizar um plebiscito oficial sobre a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), de sua amizade com Fidel Castro, da Constituição Bolivariana, do golpe e do ex-presidente chileno, Salvador Allende. Lembra que, a exemplo do governo da Unidade Popular, a Venezuela também realiza uma revolução. “Mas”, ressalta, “enquanto a revolução chilena era pacífica e desarmada, a nossa, com o apoio do Exército, é pacífica e armada! Pacífica e armada!”

O público delira. Chávez ainda entoava outra canção na úmida noite caraquenha, antes de descer exultante da tribuna.

A tensão e a instabilidade continuam grandes, apesar da aparência geral do país ser de tranqüilidade nos meses seguintes. Mas estamos na América Latina. Aqui, qualquer avaliação prudente sobre o estado geral das coisas deve ser sempre seguida de uma conhecida frase:

“Por enquanto...”.

---

<sup>3</sup> Entrevista com Margarita López-Maya em 17 de julho de 2003.

## *Cronologia*

---

### **VENEZUELA – 1908-2003**

#### **1908**

20 de dezembro – O general Juan Vicente Gómez assume a presidência após um golpe palaciano. Seu primeiro ato foi pedir apoio militar norte-americano. A partir do ano seguinte, abre totalmente o país ao capital estrangeiro. Governa por 27 anos com mão de ferro, reprimindo violentamente a oposição.

#### **1920**

Dezembro – Poço perfurado pela Shell, na bacia do lago Maracaibo, começa a jorrar 100 mil barris por dia. Tem início a exploração comercial do produto em grande escala. No final da década, a Venezuela torna-se o segundo maior produtor mundial, atrás apenas dos Estados Unidos. Gómez faz da riqueza petroleira fonte de ganhos para si e seus aliados, enquanto a população vive na miséria.

#### **1928**

Protestos na Universidade Central, em Caracas, são duramente sufocados. No entanto, essas lutas revelam uma nova geração de líderes políticos, que terão relevância por mais de meio século.

#### **1931**

Nasce o Partido Comunista da Venezuela.

#### **1935**

Dezembro – Morre Juan Vicente Gómez.

**1936**

Assume a presidência o general Eleazar López Contreras, ministro da Guerra. Clandestinos durante o governo anterior, vários agrupamentos políticos surgem à luz do dia, juntamente com um incipiente movimento de massas. O ponto alto dos protestos é uma greve de 37 dias dos trabalhadores do petróleo. No mesmo ano, houve ainda alguns progressos institucionais, como uma legislação trabalhista moderna.

**1941**

Abril – Assume a presidência, pela via indireta, o general Isaías Medina Angarita, também ministro da Guerra do governo anterior.

13 de setembro – Fundada a Ação Democrática (AD), liderada por Rómulo Gallegos e Rómulo Betancourt, de orientação social-democrata.

Medina Angarita realizou um governo democrático e social, com reformas institucionais e administrativas, firme evolução política e econômica. Foi claramente antifascista. Contou com o apoio da burguesia progressista, setores da pequena burguesia e das classes operária e camponesa.

**1943**

Lei do Petróleo limita a ação das companhias estrangeiras e define um regime de concessões.

**1945**

Rebelião militar depõe Medina Angarita, em outubro, e designa uma junta “revolucionária” com sete membros (dois militares e cinco civis), presidida por Rómulo Betancourt, secretário-geral da AD. Os três anos seguintes ficariam conhecidos como o *triênio adeco* e representam uma ruptura com o gomezismo que ainda vigorava na política venezuelana.

**1947**

Surge o partido social-cristão COPEI. Era a ponta de lança do anticomunismo, a ação militante do catolicismo tradicional.

**1948**

24 de novembro – Derrubada do presidente da República Rómulo Gallegos por uma conspiração militar de direita. Havia duas correntes no golpe, uma que defendia a saída eleitoral (Carlos Delgado Chalbaud, assassinado em 1950) e outra que perseguia a ditadura absoluta (Pérez Jimenez). Os partidos políticos são colocados na clandestinidade e inúmeras lideranças de oposição são perseguidas.

**1952**

Nas eleições, sagram-se vencedoras as forças antiditatoriais. O resultado foi ignorado por Pérez Jimenez, que é designado presidente. Foi um golpe dentro do golpe.

A ditadura investiu na indústria de base (siderurgia do Orinoco, petroquímica de Moróm, e rede ferroviária), com o objetivo de assentar as bases de um capitalismo de Estado.

**1958**

23 de janeiro – Após prolongada crise econômica, cai a ditadura, por pressão militar e dos partidos políticos AD, COPEL, URD e PCV, que atuavam na clandestinidade.

31 de outubro – O Pacto de Punto Fijo, estabelecido entre os partidos que se opuseram à ditadura, exceto o PCV, definiu regras de governabilidade e alternância no poder especialmente entre AD e COPEL.

Dezembro – Rómulo Betancourt, da AD, elege-se presidente.

**1959-1962**

Rebeliões militares acontecem em Carúpano e Porto Cabello, apoiadas por civis. Sufocada, a oposição de esquerda – notadamente o PCV – decide partir para a luta armada.

**1960**

Fundação da OPEP.

**1961**

21 de janeiro – Aprovada nova Constituição.

A industrialização substitutiva de importações foi acelerada, com o auxílio de medidas alfandegárias e protetoras, exonerações fiscais, créditos de entidades oficiais, subsídios e compras maciças de bens pelo setor público, além da contenção dos salários reais.

**1965**

O PCV resolve recuar após constatar o isolamento da tática guerrilheira. A partir desse ano, várias cisões se produzem na agremiação.

**1973**

Os choques do petróleo quadruplicam o preço do barril no espaço de poucos meses. Tem início, no governo de Carlos Andrés Pérez, a bonança petroleira que, durante dez anos, traria a ilusão de uma prosperidade duradoura.

**1976**

1º de janeiro – O petróleo é nacionalizado e funda-se a PDVSA.

**1982**

17 de dezembro – É fundado, por Hugo Chávez e outros, o Movimento Bolivariano – 200, clandestino, no interior do exército.

**1983**

28 de fevereiro – “Sexta-feira negra”. Queda dos preços do petróleo e situação econômica insustentável resultam da desvalorização abrupta da moeda nacional. É o fim de um sonho. Começa-se a ventilar a idéia da *abertura petroleira*, por meio da qual se flexibilizaria o monopólio estatal.

**1989**

2 de fevereiro – Carlos Andrés Pérez assume a presidência pela segunda vez, prometendo uma volta aos bons tempos.

16 de fevereiro – Contrariando o que prometera na campanha, Pérez anuncia um pacote de medidas econômicas, definido em acordo com o FMI. Entre as medidas estão o aumento de 100% nos preços da gasolina, dos transportes públicos, corte de gastos, restrição ao crédito etc.

27 de fevereiro – A partir dessa data e pelos cinco dias seguintes, se produz uma imensa rebelião popular espontânea, que ficaria conhecida como *Caracazo*. A repressão foi brutal e resultou em mais de mil mortos, segundo levantamentos extra-oficiais.

4 de dezembro – Eleições diretas de governadores e prefeitos, com cerca de 60% de abstenção. Pela primeira vez, a esquerda ou independentes se elegem em áreas importantes, mostrando fissuras no domínio bipartidário da AD e COPEL.

**1992**

4 de fevereiro – Sublevação militar, chefiada pelo tenente-coronel Hugo Chávez, tenta derrubar o governo, mas fracassa. Seu discurso de rendição, transmitido pela televisão, garante-lhe celebridade instantânea. Os rebeldes são presos.

27 de novembro – Novo levante militar, dessa vez centrado na Marinha e na Força Aérea, também fracassa.

**1993**

20 de maio – Carlos Andrés Pérez é destituído da presidência, sob a acusação de corrupção.

Dezembro – Rafael Caldera, ex-presidente da República, um dos únicos senadores a não hostilizar abertamente os militares sublevados, vence a eleição presidencial.

**1994**

Crise bancária e queda dos preços internacionais do petróleo marcam o início do governo Caldera. Em 26 de março, Hugo Chávez e seus companheiros são anistiados.

**1996**

Em meio a aguda crise econômica, Caldera apresenta a *Agenda Venezuela*, agressivo plano de privatizações, e dá curso à política de internacionalização da PDVSA, afastando cada vez mais sua gestão do controle do Estado.

**1997**

O Movimento v República (MVR), liderado por Hugo Chávez, inscreve-se como partido político.

**1998**

Chávez apresenta-se como candidato a presidente. Em 6 de dezembro, é eleito em primeiro turno com 56% dos votos.

**1999**

1º de janeiro – Ainda na posse, Chávez assina decreto convocando um plebiscito pela realização de uma Assembléia Constituinte.

25 de abril – O plebiscito marca a data da eleição da nova Constituinte para 25 de julho.

15 de dezembro – Aprovada a nova Constituição.

16 de dezembro – Fortes tempestades castigam o país, fazendo milhares de vítimas em vários estados.

**2000**

Fevereiro – Segunda cúpula da OPEP, realizada em Caracas. Ali Rodríguez, da Venezuela, é eleito presidente. Desde o ano anterior, a organização maneja com habilidade as cotas de produção de cada país produtor. O barril do petróleo tem significativa alta de preço.

30 de julho – Mega-eleições, definidas pela nova Constituição. Reelege-se o presidente da República e elege-se o novo Congresso, os novos governadores e representantes de outros órgãos públicos. Em 3 de dezembro acontecem ainda as eleições de vereadores.

**2001**

10 de dezembro – Chávez aprova, por decreto, um pacote de 49 leis, entre elas, as leis de Terra, de Pesca e de Hidrocarburos, sobre o petróleo. No dia seguin-

te, a Fedecámaras e a Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV) chamam uma paralisação nacional de protesto.

## 2002

9 a 11 de abril – Nova paralisação nacional, chamada por Fedecámaras, CTV e diretores da PDVSA.

11 de abril – Golpe de Estado, patrocinado pelas duas entidades, mais partidos de direita, meios de comunicação, parte das Forças Armadas e que contaria com o apoio da embaixada norte-americana.

13 de abril – O golpe é derrotado.

2 de dezembro – A oposição dá início ao *paro nacional* que durará dois meses e que resulta no aprofundamento da crise econômica. Foi a maior investida feita contra o governo. Este calcula que cerca de US\$ 7 bilhões saíram do país no período.

## 2003

3 de fevereiro – Acaba o *paro nacional*. Semanas depois, é decretada a prisão dos presidentes da Fedecámaras e CTV, que fogem do país. A crise econômica é profunda, acarretando na queda de cerca de 10% do PIB no ano. Apesar disso, a tendência é de recuperação. Os fundamentos econômicos estruturais não apresentam melhora a partir do segundo semestre.

21 a 24 de novembro – A oposição recolhe assinaturas para tentar obter a convocação de um referendo revogatório do mandato de Chávez, conforme definido pela Constituição.

## Bibliografía

---

- ALTAMIRANO, Carlos. *Chile, anatomía de una derrota*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.
- ALTMAN, Breno. "A refundação da Venezuela". *Reportagem* nº 4, São Paulo, 1999.
- ALVAREZ, Rosángel. "Avances de la antipolítica en Venezuela: las elecciones del 6-D de 1998". *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 5, nº 1, Caracas, 1999.
- ANDERSON, John Lee. *Che Guevara, una biografía*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1997.
- ARVELAIZ, Maximilien (org.). *Transformar a Venezuela, una utopía posible (Foro en el gran anfiteatro de la Sorbonne)*. Caracas, 2001.
- \_\_\_\_\_. e PORRAS PONCELEON, Temir. "US pushing for a coup d'Etat". *CoverAction Quartely*, nº 72, Washington, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Utopia rearmed, Chávez and the Venezuelan left*. MS in Latin American Policies, Londres, 2000.
- BELLO, Andrés. *Pensamientos de Andrés Bello*. Caracas, Alfadil Ediciones, 1994.
- BETHELL, Leslie e ROXBOROUGH, Ian (orgs.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1991.
- BILBAO, Luis. *Chávez y la Revolución Bolivariana*. Buenos Aires, Capital Intelectual S. A., 2002.
- BOLÍVAR, Simón. *Doctrina del Libertador*. Caracas, Fundación Biblioteca Ayacucho, 1994.
- CABALLERO, Manuel. *Las crisis de Venezuela contemporánea*. Caracas, Monte Ávila Editores Latinoamericana, 1998.
- CADENAS, José M. *El 27 de febrero contado por niños y adolescentes*. Caracas, Fondo Editorial Trópicos, 1995.
- CANELÓN, Fidel e GONZALES, Franklin. "El modelo político puntofijista, desarrollo, agotamiento y perspectiva". *Revista venezolana de análisis de coyuntura*, vol. v, nº 1, Caracas, 1998.

- CAPRILES AYALA, Carlos. *Pérez Jiménez y su tiempo*. Caracas, Consorcio de Ediciones Capriles, 1987.
- CARQUEZ, Freddy. *Crítica a la experiencia histórica del 23 de enero*. Caracas, UCV, 1989.
- CARRERA DAMAS, German (org.). *Formación histórico-social de Venezuela*. Caracas, UCV, 1993.
- \_\_\_\_\_. *El Culto a Bolívar: esbozo para un estudio de la historia de las ideas en Venezuela*. Caracas, Instituto de Antropología e Historia da Universidade Central de Venezuela, 1969.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia desarmada*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador, a vida de Simon Bolívar*. Rio de Janeiro, Rocco, 1998.
- CHÁVEZ, Hugo et alii, *Agenda alternativa bolivariana*, 1996
- CHÁVEZ, Hugo. *El golpe fascista contra Venezuela* (coletânea de discursos). Havana, Ediciones Plaza, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Programa económico de transición, 1999-2000*. Caracas, Cordiplan, 1999.
- CHOMSKY, Noam. *Ano 501, a conquista continua*. São Paulo, Scritta Editorial, 1993.
- CONATEL. *Reglamento de radiodifusión sonora y televisión abierta comunitárias*. Caracas, 2001.
- CONSTITUCIÓN de la República Bolivariana de Venezuela*. Caracas, Gaceta Oficial, 2002. O texto completo pode ser encontrado em [www.venezuela.gov.ve/ns/constitucion/asp](http://www.venezuela.gov.ve/ns/constitucion/asp).
- DAWSON, Frank Griffith. *A primeira crise da dívida latino-americana*. São Paulo, Editora 34, 1998.
- ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (orgs.). *La política venezolana en la época de Chávez*. Caracas, Nueva Sociedad, 2003.
- ELLNER, Steve. *El sindicalismo en Venezuela en el contexto democrático (1958-1994)*. Caracas, Fondo Editorial Tropykos, Universidad de Oriente, 1995.
- FARRUCO. *Pablo Medina em entrevista*. Caracas, Ediciones Del Agua Mansa, 1992.
- FERNANDES, Bob. “Crônica de um golpe”. *Carta Capital*, São Paulo, nº 186, 24 abr. 2002.
- FERREIRA, Carla. *Bolívar, memória e culto na construção de um mito*, 2003, inédito.
- FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- FRANCIA, Nestor. *Puente Llaguno, hablan las víctimas*. Caracas, Publicaciones Monfort, 2002.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *World Economic Outlook*, abr. 2003.
- GARCÉS, Joan. *Allende e as armas da política*. São Paulo, Scritta Editorial, 1990.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. “El enigma de los dos Chávez”. *El País*, 31 jan. 1999.
- \_\_\_\_\_. *O general em seu labirinto*. Rio de Janeiro, Record, 1989.
- GARRIDO, Alberto. “De la revolución al gobierno Chávez”. *El Universal*, Caracas, 8 jul. 2002.
- \_\_\_\_\_. *Guerrilla y conspiración militar en Venezuela*. Caracas, Fondo Editorial Nacional, 1999.

- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina, história de meio século*, vol. 2. Brasília, Editora UnB, 1977.
- GOTT, Richard. *A la sombra del libertador*. Caracas, Imprenta Nacional, 2002.
- GUERREIRO, Carlos Frederico; CASTRO JR., Evaristo e LEITÃO, Luiz Ricardo. *O novo projeto histórico das maiorias*. Rio de Janeiro, Oficina do Autor, 1999.
- HARDY, José Toro. *Venezuela, 55 años de política económica, 1936-1991*. Caracas, Editorial Panapo, 1992.
- HARNECKER, Marta. *Hugo Chávez Frías, un hombre, un pueblo* (entrevista). Havana, Mepla, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Militares junto al pueblo*. Caracas, Vadel Hermanos Editores, 2003.
- HITCHENS, Christopher. *O julgamento de Kissinger*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- KORNBLITH, Miriam. *Del puntofijismo a la Quinta República: Elecciones y democracia en Venezuela*, exposição apresentada no forum “La democracia en América Latina: ¿viabilidad o colapso?”, Departamento de Ciência Política da Universidade dos Andes, Bogotá, 2003.
- LANDER, Edgardo. *Neoliberalismo, sociedad civil y democracia*. Caracas, ucv, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Venezuela: un diálogo por la inclusión social*. Caracas, 2002. ([http://alainet.org/active/show\\_text.php3?key=2046](http://alainet.org/active/show_text.php3?key=2046), acessado em 21 jan. 2004.)
- \_\_\_\_\_. *Venezuelan social conflict in a global context*. Caracas, 2003, inédito.
- LANDER, Luis E. (org.). *Poder y petróleo en Venezuela*. Caracas, Faces-UCV/PDVSA, 2003.
- LEY de pesca y acuicultura*. Caracas, Gaceta Oficial, 2001.
- LEY de tierras y desarrollo agrario*. Caracas, Gaceta Oficial, 2001.
- LEY orgánica de hidrocarburos*. Caracas, Gaceta Oficial, 2001.
- LÓPEZ CONTRERAS, Eleazar. *El presidente Cipriano Castro*. Imprenta Nacional, 1986.
- LÓPEZ-MAYA, Margarita. “Venezuela, la rebelión popular del 27 de febrero de 1989, resistencia a la modernidad?”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, nº 5. Caracas, abr.-set. 1999.
- LÖWY, Michel (org.). *O marxismo na América Latina*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MANEIRO, Alfredo. *Notas políticas*. Caracas, Ediciones del Agua Mansa, 1986.
- MANIGLIA, Teresa (org.). *Uma história que é a sua*. Caracas, Imprenta Nacional, 2003.
- MARINGONI, Gilberto. “Volvió, volvió, Chávez soy yo!”. *Reportagem*, nº 33, São Paulo, jun. 2002.
- MIERES, Francisco *et alii*. *PDVSA y el golpe*. Caracas, Editorial Fuentes, 2002.
- MIRANDA BASTIDAS, Haydée (org.). *Documentos fundamentales de la historia de Venezuela (1770-1993)*. Caracas, Editorial CEC, Los libros de El Nacional, 1999.
- MOLINA, José. “Comportamiento electoral en Venezuela, cambio y continuidad”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 6, nº 3, Caracas, 2000.
- MORÓN, Guillermo. *Breve historia contemporánea de Venezuela*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- OBJETIVO: Miraflores, retratos de un país herido*. Caracas, Cadena Capriles, 2002.
- OPEP. *Annual Statistic Bulletin*. 1999.

- OTAIZA, Eliécer. *Las relaciones internacionales contemporáneas de las Fuerzas Armadas Venezolanas*. Caracas, Servicio Grafico Digital, 2003.
- OTÁLVORA, Edgar. *La paz ramónica*. Caracas, Editorial Pomaire, 1994.
- PALACIOS, Luis Carlos e NICULESCU, Irene. *Venezuela: acumulación sin crecimiento*. Caracas, Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico, UCV, 1987.
- PARELES, Pedro Miguel. “La globalización y el petróleo venezolano”. *Nueva Economía*, año 6, nº 8, Caracas, Academia Nacional de Ciências Económicas, abr. 1997.
- PARKER, Dick. “Chávez y el chavismo: una aproximación”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 6 nº 1, jan.-abr. 2000.
- PETKOFF, Teodoro. *Checoslovaquia, el socialismo como problema*. Caracas, Monte Ávila Editores, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Socialismo para Venezuela*. Caracas, Fuentes, 1972.
- PROGRAMA económico, Año 2000*. Caracas, Ministerio de Planificación y Desarrollo, 2000.
- QUINTERO, Rodolfo. *Antropología del petróleo*. Cidade do México, Siglo Veintiuno Editores, 3ª ed., 1977.
- RODRÍGUEZ, Simon. *Pensamientos de Simón Rodríguez*. Caracas, Alfadil Ediciones, 1995.
- ROJAS, Alberto Müller. “La nueva cara de la fuerza armada”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, nº 9. Caracas, set.-dez. 2003.
- ROVAL, Renato. *Midiático poder*. Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação, São Paulo, ECA-USP, 2003.
- SADER, Emir. *A vingança da história*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O poder, cadê o poder*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1997.
- SONNTAG, Heinz e MAINGÓN, Thaís. *Venezuela: 4F-1992*. Caracas, Editorial Nueva Sociedad, 1992.
- TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (orgs.). *Poder e dinheiro*. Petrópolis, Vozes, 2ª ed., 1997.
- TEORIA E DEBATE*, nº53, São Paulo, mar.-mai. 2003.
- TUDO SOBRE EL CONTROL DE CAMBIO*, folheto explicativo dos Ministérios das Finanças e da Comunicação da Venezuela, mar. 2003.
- WANLOXTEN, Gustavo *et alii*. *El 4 de febrero, por ahora*. Caracas, Fuentes Editores, 1992.
- WILPERT, Gregory. *Coup against Chávez in Venezuela*. Caracas, Fundación Venezolana para la Justicia Global e Fundación por un Mundo Multipolar, 2003.
- YERGUIN, Daniel. *O petróleo, uma história de ganância, dinheiro e poder*. São Paulo, Scritta Editorial, 1993.
- ZAGO, Ángela. *La rebelión de los angeles*. Caracas, Warp Ediciones, 3ª ed., 1998.

## ENTREVISTAS

---

Albis Munõz, 17 jul. 2003.  
 Alexander Main, 16 jul. 2003.  
 Alfredo Mata, 12 mai. 2002.

Ali Rodríguez, 19 jul. 2003.  
 Andrés Medina, 12 mai. 2002.  
 Blanca Eekhout, 14 abr. 2003.

Douglas Bravo, 19 jul. 2003.  
 Edgardo Lander, 10 jan. 2003.  
 Eduardo Piñate, 14 jul. 2003.  
 Eliézer Otaiza, 18 abr. 2003.  
 Fredy Balzan, 3 mai. 2002.  
 Fredy Bernal, 19 abr. 2003.  
 Gilberto Jiménez, 12 mai. 2002.  
 Gonçalo Sanches, 12 mai. 2002.  
 Hector Gutierrez, 13 mai. 2002.  
 Henry Nava, 14 mai. 2002.  
 Hugo Chávez (coletiva), 11 abr. 2003.  
 Javier Barrios, 15 mai. 2003.  
 Jorge Giordani, 17 jul. 2003.  
 José Vicente Rangel, 15 abr. 2003.

Lidice Navas, 14 mai. 2003.  
 Luis Figueroa, 15 mai. 2002.  
 Luis Lander, 17 jul. 2003.  
 Manuel Cova, 18 jul. 2003.  
 Margarita López Maya, 17 jul. 2003.  
 Marisol Polanco, 14 abr. 2003.  
 Maximilien Arvelaiz, 20 jul. 2003.  
 Moisés Duran, 19 jul. 2003.  
 Omaira Rodríguez e diversos pais de alunos, 14 abr. 2003.  
 Rafael Vargas, 25 abr. e 16 jul. 2003.  
 Rodrigo Chávez, 15 abr. 2002.  
 William Izarra, 14 jul. 2003.

### **SÍTIOS DA INTERNET**

---

Órgãos oficiais e instituições  
 Asamblea Nacional  
 (www.asambleanacional.gov.ve)  
 Banco Central da Venezuela  
 (www.bcv.org.ve)  
 Índice de sítios do governo  
 venezuelano (www.gksoft.com/govt/  
 en/ve.html)

Ministério das Finanças da Venezuela  
 (www.mf.gov.ve)  
 Ministério do Planejamento e Desenvol-  
 vimento da Venezuela  
 (www.mpd.gov.ve)  
 Movimiento al Socialismo  
 (www.mas.org.ve)  
 OPEP (www.opec.org)

### **INSTITUIÇÕES PRIVADAS**

---

Center for Strategic and International  
 Studies (www.csis.org)  
 Finanzas.com  
 Fundação Polar (www.fpolar.org.ve)

Fundación Cidob (www.cidob.org)  
 Venezuela Analítica  
 (www.analitica.com/bitblioteca)

### **JORNAIS**

---

*El Dia*, Espanha  
 (www.elmundo-eldia.com)  
*El Nacional*, Venezuela  
 (www.el-nacional.com)  
*El Universal*, Venezuela  
 (www.el-universal.com)  
*Folha de S.Paulo*, Brasil  
 (www.folha.uol.com.br/folha)

*Le Monde Diplomatique*, França  
 (www.monde-diplomatique.fr)  
*O Estado de S. Paulo*, Brasil  
 (www.estado.com.br)  
*TalCual*, Venezuela  
 (www.talcualdigital.com)  
*The Guardian*, Inglaterra  
 (www.guardian.co.uk)

Caso não encontre este livro nas livrarias,  
solicite-o diretamente a:

**Editora Fundação Perseu Abramo**

Rua Francisco Cruz, 224

04117-091 – São Paulo – SP

Fone: (11) 5571-4299

Fax: (11) 5571-0910

Correio Eletrônico: [editoravendas@fpabramo.org.br](mailto:editoravendas@fpabramo.org.br)

Na Internet: <http://www.fpa.org.br>

*A Venezuela que se inventa* foi impresso na cidade de São Paulo em fevereiro de 2004 pela Gráfica Bartira. A tiragem foi de 2.500 exemplares. O texto foi composto em Times no corpo 10,6/13,0. Os fotolitos da capa foram executados pela Graphbox. Os laserfilms do miolo foram fornecidos pela Editora. A capa foi impressa em papel Supremo 250g; o miolo foi impresso em Offset 75g e o caderno de fotos em papel cuchê 115g.